

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO
LINHA DE PESQUISA: Políticas e Gestão em Educação**

**A OFENSIVA DO PROGRAMA POLÍTICO E EDUCACIONAL DO
AGRONEGÓCIO NA EDUCAÇÃO PÚBLICA**

VALTER DE JESUS LEITE

**MARINGÁ
2023**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO
LINHA DE PESQUISA: Políticas e Gestão em Educação**

**A OFENSIVA DO PROGRAMA POLÍTICO E EDUCACIONAL DO AGRONEGÓCIO
NA EDUCAÇÃO PÚBLICA**

Tese apresentado por VALTER DE JESUS LEITE, ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá, como um dos requisitos para a obtenção do título de Doutor em Educação.

Linha de Pesquisa: Políticas e Gestão em Educação

Orientadora: Prof^ª. Dra.: ROSÂNGELA CÉLIA FAUSTINO

Bolsa: Capes - Proc.88882.449079/2019-01

**MARINGÁ
2023**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

L533o

Leite, Valter de Jesus

A ofensiva do Programa político educacional do agronegócio na educação pública /
Valter de Jesus Leite. -- Maringá, PR, 2023.
306 f.: il., figs., tabs.

Orientadora: Profa. Dra. Rosangela Célia Faustino Faustino.

Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas,
Letras e Artes, Departamento de Fundamentos da Educação, Programa de Pós-
Graduação em Educação, 2023.

1. Política educacional. 2. Agronegócio - Educação básica. 3. Educação pública - Brasil.
4. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). I. Faustino, Rosangela Célia
Faustino, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas,
Letras e Artes. Departamento de Fundamentos da Educação. Programa de Pós-
Graduação em Educação. III. Título.

CDD 23.ed. 370.19

VALTER DE JESUS LEITE

**A OFENSIVA DO PROGRAMA POLÍTICO E EDUCACIONAL DO
AGRONEGÓCIO NA EDUCAÇÃO PÚBLICA**

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a. Dra. Rosângela Célia Faustino (Orientadora) – UEM

Prof.^a. Dra. Adriana Medeiros Farias – UEL – PR

Prof. Dr. Roberto Leher – UFRJ – RJ

Prof.^a. Dra. Rebecca Tarlau – Upenn – Pensilvânia

Prof. Dr. Paulo Roberto Alentejano – UERJ – RJ

Prof.^a. Dra. Marlene Sapelli – Unicentro – PR (Suplente)

Prof.^a Dra. Maria Christine Berdusco Menezes – UEM (Suplente)

Data de Aprovação
Maio de 2023

Dedico à minha guerreira, mãe Zilda Maria Leite, e ao meu guerreiro, pai José Antônio Leite Neto, os quais, com a simplicidade aguerrida, lutaram para proporcionar educação a seus filhos mesmo perante a ausência de condições materiais. A meu irmão Wagner Leite, responsável pela minha apropriação das primeiras letras e a meu irmão Victor de Jesus Leite, ambos incondicionalmente fortaleceram-me nos mais árduos dias da vida. Igualmente dedico à Juliana Poroloniczak que, ao longo dos últimos 10 anos, têm sido companheira e camarada com a qual tenho aprendido a amar e a ser amado, e tornar-me mais humano.

AGRADECIMENTOS

Ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, pela incisiva luta e ousadia de enfrentar o capital, resgatando a dignidade de milhares de crianças, jovens e adultos, transformando nossas vidas e alimentando nossos sonhos por justiça social.

A cada camarada do Coletivo do Setor de Educação do MST pelo profícuo espaço de aprendizados e conseqüências que possibilitaram forjar-me enquanto educador e pedagogo da classe trabalhadora. Entre muitos outros e outras camaradas, cito: Cassiano Kappes, Luciane Olegário, Alex Verderio, Jeizi L. Back, Leidiane Ramos, João C. Campos, Janaine Zdebski, Maria Cristina Vargas, Luana Pommé, Dionara Ribeiro, Maria de Jesus, Alessandro Santos Mariano, Sandra G. Scheeren e Vera Marcondes.

Aos camaradas da segunda Turma do Curso Trabalho, Educação e Movimentos Sociais - TEMS II Tekoha Guarani e da turma de Pedagogia da Terra Nadja Krupskaja, pela vivência, camaradagem, problematizações e contradições vivenciadas no decorrer dos cursos.

A todas e a todos os camaradas das Escolas Itinerantes, os quais tem energizado a trajetória de luta por uma educação além do capital nos acampamentos da Reforma Agrária do Paraná.

À camarada e orientadora, professora Rosângela Célia Faustino, que sabiamente e humildemente forneceu motivação, fortalecimento e o direcionamento para o percurso da pesquisa.

Às professoras Adriana Medeiros Farias e Rebecca Tarlau e os professores Roberto Leher e Paulo Alentejano, que constituíram a Banca de Defesa do trabalho, contribuindo sobremaneira com encaminhamentos e sugestões para a finalização da pesquisa.

As camaradas Marlene Sapelli e Edilaine Aparecida Vieira pelas valorosas e enriquecedoras contribuições na banca de qualificação.

Aos camaradas Adanglely Souza da Rosa e Maicon Costa Leite, *in memoriam*, pela camaradagem, exemplo de persistência que foram e pelos momentos de risadas, estudos e militância compartilhados.

Aos camaradas que, ao longo desta caminhada, em diferentes momentos apoiaram e fortaleceram minha condição de sonhar mesmo nos duros dias: Geni Teixeira, Geani Paula, Carla Loop, Elis Martini, Gilberto Martini, Celso Renato, Abilis, Mauri, Fabio, Miriane e Marilda.

Aos camaradas Maria Izabel Grein, Marlene Sapelli, Caroline Bahniuk, Edgar Koling, Marcos Gehrke e Roseli Caldart pelo incentivo e influência direta na minha formação e a mediação de grandes aprendizados na luta pela educação e pela terra.

Aos orientadores e orientadora que antecederam o doutorado Clésio Antônio Acelino, Gaudêncio Frigotto e Liliam Faria Porto Borges pelas contribuições na jornada de estudo e trabalho.

Às camaradas Alinne Souza e Márcia Ramos pela camaradagem e material de pesquisa disponibilizado.

A equipe do Programa de Pós-graduação em Educação (PPE) da Universidade Estadual de Maringá (UEM), pela atenção e carinho com os encaminhamentos e informações durante o durante.

A minha mãe, meu pai e meus irmãos pelo permanente apoio e por não me deixarem esmorecer nos momentos difíceis da vida.

À companheira *Juliana Poroloniczak* pelo apoio, fortalecimento, carinho, amor, cuidado, companheirismo, incentivo ao estudo, prosas e compreensão pelos momentos ausentes em razão da pesquisa.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) pelo apoio por meio do Código de Financiamento 001 para realização da presente pesquisa.

LEITE, Valter de Jesus. **A OFENSIVA DO PROGRAMA POLÍTICO E EDUCACIONAL DO AGRONEGÓCIO NA EDUCAÇÃO PÚBLICA.** (304fls). Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Orientador: (Rosângela Célia Faustino). Maringá, 2023.

RESUMO

Constitui-se como objeto central desta pesquisa, a análise da atuação e inserção dos aparelhos privados de hegemonia (APHs) do agronegócio na Educação Básica. Em decorrência disso, visou compreender os nexos entre Educação, Agronegócio, Estado e Dominação Política de Classe, tendo a concepção gramsciana de Estado Ampliado como ferramenta metodológica e fundamento para o desenvolvimento de um estudo teórico-científico, alicerçado na pesquisa documental e bibliográfica. Elucida as contradições sociais e ambientais inerentes ao agronegócio, compreendido neste estudo enquanto modelo neoliberal de agricultura, centrado na produção de *commodities*, na grande propriedade de terra, fruto de uma aliança de poder pactuada e articulada com o capital transnacional e sustentado político, fiscal, patrimonial e economicamente pelo Estado brasileiro e ideologicamente pela mídia empresarial. A análise empreendida apresenta que o agronegócio utiliza de distintos instrumentos de persuasão e consentimento em diferentes ambientes de sociabilidade para tornar seus interesses privados, universalizá-los como vontade coletiva da sociedade. Entre os APHs, a conformação Instituto Pensar Agropecuária (IPA) e Frente Parlamentar Agropecuária (FPA) adquire uma maior proeminência de liderança das ações do partido do agronegócio, dada a capacidade de construção de convergência política e de racionalização das visões entre as frações do agronegócio e a condição de direção e representatividade da agenda política-ideológica do setor tendo em vista sua ampla inserção no Estado ampliado. Destacam-se entre as ações políticas, as campanhas publicitárias, a atuação da Bancada Ruralista no interior do Congresso Nacional e fora dele e os projetos educacionais na Escola Pública. A pesquisa evidencia que ao longo de três décadas, o agronegócio acomete o caráter público da escola por meio dos projetos/programas educacionais transvestidos de um caráter socioambiental, sustentados pela ideologia da “responsabilidade social” que encontram o ambiente favorável para sua inserção na escola nas parcerias público-privado (PPP's) e a lógica da publicização. Para disputarem ideologicamente o sentido da escola pública, utilizam-se da lógica de exclusão e inserção — exclusão de acontecimentos, dados e conhecimentos históricos que conflitam com os interesses do agronegócio e inserção de informações apócrifas que buscam tornar sua narrativa socialmente aceitável em detrimento da ciência. Em continuidade a essa saga, a partir de 2020 os APHs do agronegócio inauguram uma nova ofensiva de abrangência nacional, com a campanha "De Olho no Material Escolar (DONME), objetivando incidir no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) para excluir abordagens que associam o agronegócio ao trabalho escravo, superexploração do trabalho, concentração fundiária, da riqueza e da renda, a violência no campo e desmatamento. A pesquisa demonstra que o DONME incorpora o acúmulo do *modus operandis* dos projetos/programas do agronegócio e se difere dos mesmos pelas suas práticas ultraconservadoras, autoritárias, coercitivas e de persuasão que buscam silenciar e neutralizar a história, abolir as diferenças, ocultar as contradições e desarmar toda tentativa de interrogação dirigida ao agronegócio pelo conhecimento científico. Conclui que o DONME integra um complexo processo da *Pedagogia do Agronegócio*, enquanto instrumento de dominação, que reproduz a *Pedagogia do Capital*,

objetivando, além de trabalhar pela difusão ideológica, valorização da imagem do setor e internalização das contradições de classe, se autoafirmar como força social e produtiva na direção político-intelectual e do consenso da sociedade para consolidação da hegemonia do agronegócio.

Palavras-chave: Estado; Política Educacional; Agronegócio; Educação Pública.

LEITE, Valter de Jesus. **THE OFFENSIVE OF THE AGRIBUSINESS POLITICAL AND EDUCATIONAL PROGRAM IN PUBLIC EDUCATION.** (304 pages). Thesis (Doctorate in Education) - State University of Maringá, Parana, Brazil. Mentor: (Rosangela Célia Faustino). Maringá, 2023.

ABSTRACT

It constitutes as the central object of this research, the analysis of the activity and insertion of the private devices of hegemony (APHs) of agribusiness in Basic Education. As a result, it aimed to understand the links between Education, Agribusiness, State and Class Political Domination, with the Gramscian conception of State Expanded as a methodological tool and foundation for the development of a theoretical-scientific study, grounded on documentary and bibliographic research. It elucidates the social and environmental contradictions inherent in agribusiness, understood in this study as a neoliberal model of agriculture, focused on the production of commodities, the great ownership of land, the fruit of a covenant alliance and articulated with transnational capital and sustained politically, fiscal, heritage and economically by the Brazilian state and ideologically by the business media. The analysis undertaken shows that agribusiness uses different instruments of persuasion and consent in different sociability environments to make its interests private, to universalize them as the collective will of society. Among the APHs, the conformation Instituto Pensar Agropecuária (IPA) e Frente Parlamentar Agropecuária (FPA) acquires a greater prominence of leadership of the actions of the party of the agribusiness, given the ability to build political convergence and rationalization of the visions between the fractions of the agribusiness and the condition of direction and representativeness of the ideological-political agenda of the sector with a view to its wide insertion in the enlarged State. Prominent among the political actions, the advertising campaigns, the performance of the Ruralist Bench inside the National Congress and outside it and the educational projects in the Public School. The research shows that over three decades, agribusiness accommodates the public character of the school through the projects/educational programs transvested of a socio-environmental character, sustained by the ideology of "social responsibility" that find the favorable environment for its inclusion in the school in public-private partnerships (PPP's) and the logic of publicity. To ideologically dispute the sense of public school, we use the logic of exclusion and insertion - exclusion of events, data and historical knowledge that conflict with the interests of agribusiness and insertion of apocryphal information that seek to make its narrative socially acceptable to the detriment of Science. In continuity to this saga, from 2020 the agribusiness APHs inaugurate, to a new offensive of national scope, with the campaign "De Olho no Material Escolar (DONME), aiming to focus on the National Educational Book Program (PNLD) to exclude approaches that associate agribusiness with slave labor, overexploitation of labor, land concentration, wealth and income, violence in the rural area and deforestation. The research demonstrates that DONME incorporates the accumulation of the modus operandis of agribusiness projects/programs and differs from them by its ultra-conservative, authoritarian, coercive and persuasive practices that seek to silence and neutralize history, abolish differences, conceal contradictions and disarm every attempt at questioning. It concludes that DONME is part of a complex process of Agribusiness Pedagogy, as an instrument of domination, which reproduces the Pedagogy of Capital, aiming, besides working for ideological diffusion, valorization of the image of the sector and internalization of class contradictions, self-affirming as

a social and productive force in the political-intellectual direction and the consensus of society to consolidate the hegemony of agribusiness.

KEY-WORDS: State; Educational Policy; Agribusiness; Public Education.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – PESQUISAS SOBRE AGRONEGÓCIO NA EDUCAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DO CAMINHO METODOLÓGICO	29
QUADRO 2 - FUNDAÇÕES, INSTITUTOS E ORGANIZAÇÕES SOCIAIS EMPRESARIAIS FORMULADORES DA BNCC	69
QUADRO 3 – RELAÇÃO FUNDAÇÃO LEMANN E MEC	71
QUADRO 4 - INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS EM TERRAS NO BRASIL E DE CAPITAIS BRASILEIROS EM TERRAS NO EXTERIOR.....	105
QUADRO 5 – APOIO INSTITUCIONAL CAMPANHA “TODOS A UMA SÓ VOZ”	130
QUADRO 6 – ATRIBUIÇÕES PROGRAMA AGRINHO – GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ E SENAR-PR	178
QUADRO 7 – LEVANTAMENTO PARCIAL ARTIGOS SOBRE MATERIAIS DO PROGRAMA AGRINHO	184
QUADRO 8 – MAPEAMENTO COORDENAÇÃO DONME	195
QUADRO 9 - SÍNTESE DA ANÁLISE DOS TEMAS TRADICIONAIS DO ENSINO RELACIONADO À AGROPECUÁRIA” PARA INSERÇÃO NA BNCC.....	224
QUADRO 10 – MATERIAIS ALTERNATIVOS – SAPELLI (2016).....	244
QUADRO 11 - MATERIAIS PELA HEGEMONIA DA CLASSE TRABALHADORA	247

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: ENTIDADES QUE FINANCIAM O INSTITUTO PENSAR (IPA).....	95
FIGURA 2: ÍNDICE DE GINI – CENSOS AGROPECUÁRIOS – BRASIL – 1975 – 2017.....	107
FIGURA 3: ESTRUTURA FUNDIÁRIA – BRASIL - 2018	108
FIGURA 4: NÚMEROS DE RESGATES DE TRABALHADORES EM CONDIÇÃO ANÁLOGA À ESCRAVIDÃO NO CAMPO	112
FIGURA 5: FINANCIADORES DO LOBBY DO AGRONEGÓCIO COM A BANCADA RURALISTA.....	113
FIGURA 6: PROPAGANDA DA ANDEF VEICULADA NA REVISTA VEJA.....	120
FIGURA 7: PROPAGANDA DA ANDEF VEICULADA NA REVISTA VEJA.....	120
FIGURA 8: PROPAGANDA DA ANDEF VEICULADA NA REVISTA SENHOR	122
FIGURA 9 E 10: PROPAGANDA “TODOS A UMA SÓ VOZ” – XICO GRAZIANO E TEREZA CRISTINA.	129
FIGURA 11 E12: PROPAGANDA “TODOS A UMA SÓ VOZ” – MARCELO BRITTO E LUCIANA MACEDO.....	133
FIGURA 13: 5 APRENDIZADOS DO AGRO COM A REVISTA VEJA – TODOS A UMA SÓ VOZ.....	136
FIGURA 14: PERSONAGENS INFANTIS DOS PROGRAMAS DA INDÚSTRIA DE AGROTÓXICOS.....	158
FIGURA 15: GOVERNADOR DO PARANÁ, CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR E O PRESIDENTE DA FAEP, ÁGIDE MENEGUETTE DURANTE CERIMONIAL PREMIAÇÃO DO AGRINHO - 2019.....	160
FIGURA 16: CERIMONIAL DE PREMIAÇÃO PROJETO ESCOLA DO CAMPO – SYNGENTA	160
FIGURA 17: CAPA DA REVISTA COMEMORATIVA DOS 15 ANOS E DO BOLETIM INFORMATIVO DO SISTEMA FAEP.....	176
FIGURA 18: CANAL DO PROFESSOR PARANÁ.....	180
FIGURA 19: E-MAIL DO NRE SOBRE AGRINHO PARA DIREÇÕES ESCOLARES	180
FIGURA 20: ABERTURA FORMAÇÃO DE PROFESSORES AGRINHO	182
FIGURA 21 – REUNIÃO ENTRE COORDENAÇÃO DO DONME E RENATO FEDER (SEC. EDUC. EST. DE SP)	203
FIGURA 22: FRENTES DE ATUAÇÃO DONME 2023	204
FIGURA 23: ATUAÇÃO DONME NA SOCIEDADE POLÍTICA EM 2022	205
FIGURA 24: REUNIÃO DE PLANEJAMENTO FPA COM PARTICIPAÇÃO PRESIDÊNCIA DONME	207
FIGURA 25: AGROTECA – DONME – TELA DE PESQUISA AGROTÓXICO.....	210
FIGURA 26: PRINCIPAIS TEMAS IDENTIFICADOS PESQUISA DONME.....	211
FIGURA 27: ESTUDO DONME - AGROTÓXICOS NOS ALIMENTOS.....	212
FIGURA 28: ENSINO DE QUALIDADE TRANSFORMA VIDAS – O ESTADO DE SÃO PAULO	212
FIGURA 29: MAIORES CONSUMIDORES DE AGROTÓXICO	214
FIGURA 30: VISÃO GERAL DO AGRONEGÓCIO NAS URS DOS LIVROS ANALISADOS	215
FIGURA 31: INCENTIVAR OS ESTUDANTES A CONHECEREM O AGRO	219
FIGURA 32 E 33: CARTAZES DOS CONCURSOS DE DESENHOS CONTRA OS AGROTÓXICOS 2012 E 2013.	251
FIGURA 34: PROGRAMA AGRINHO NAS ESCOLAS DO CAMPO NÃO!	258
FIGURA 35: QUEIMA SIMBÓLICA DAS CARTILHAS DO PROGRAMA AGRINHO – 2015.....	259
FIGURA 36: MARCHA PELO FIM DOS MATERIAIS DO AGRONEGÓCIO NAS ESCOLAS PÚBLICAS.....	259

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Abag - Associação Brasileira do Agronegócio
ABCC - Associação Brasileira dos Criadores de Camarão
Abia - Associação Brasileira da Indústria de Alimentos
Abiarroz - Associação Brasileira da Indústria de Arroz
Abiec - Associação Brasileira de Indústrias Exportadoras de Carne
Abiove - Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais
Abitrigo - Associação Brasileira da Indústria de Trigo
ABMRA - Associação Brasileira de Marketing Rural e Agronegócio
Abraleite - Associação Brasileira de Produtores de Leite
ABPA - Associação Brasileira de Proteína Animal
Abrasco - Associação Brasileira de Saúde Coletiva
AMA BRASIL - Organização de Desenvolvimento Cultural e Preservação Ambiental
ANC - Assembleia Nacional Constituinte
Andav - Associação Nacional dos Distribuidores de Insumos Agrícolas e Veterinários
Andef - Associação Nacional de Defesa Vegetal
APHs - Aparelhos Privados de Hegemonia
Asbram - Associação Brasileira de Indústrias de Suplementos Minerais
BM - Banco Mundial
BNCC - Base Nacional Comum Curricular
BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAQ - Custo Aluno Qualidade
CAQi - Custo Aluno Qualidade Inicial
CEB - Câmara de Educação Básica
Cebas - Certificação de Entidades Benéficas de Assistência Social
Cedoc - Centro de Documentação [Dom Tomás Balduino]
Cepal - Comissão Econômica para a América Latina e Caribe
Cecafé - Conselho dos Exportadores de Café
CFI - Corporação Financeira Internacional
CFRs - Casas Familiares Rurais
CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
CNA - Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil
CNE - Conselho Nacional de Educação

CNEC - Conferência Nacional por uma Educação do Campo
Conab - Companhia Nacional de Abastecimento
Consed - Conselho Nacional de Secretários de Educação
Contag - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPT - Comissão Pastoral da Terra
DIT - Divisão Internacional do Trabalho
Donme - De olho no material escolar
EaD - Educação a Distância
EC - Emenda Constitucional
ECA - Estatuto da Criança e do Adolescência
EdoC - Educação do Campo
EJA - Educação de Jovens e Adultos
Enera - Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária
EPI - Equipamento de Proteção Individual
ESP - Escola sem partido
EUA - Estados Unidos da América
Faec - Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Ceará
Faeg - Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás
Faep - Federação da Agricultura do Estado do Paraná
Faerr - Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Roraima
Faes – Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Espírito Santo
Famasul - Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul
FAO - Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
Farsul - Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul
Fasfil - Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos
Fenep - Federação Nacional de Escolas Particulares
FHC - Fernando Henrique Cardoso
FMI - Fundo Monetário Internacional
FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
Fonec - Fórum Nacional de Educação do Campo
FPA - Frente Parlamentar da Agropecuária
Funai - Fundação Nacional do Índio
Fundef - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério

Fundeb - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

GATT - Acordo Geral de Tarifas e Comércio

GBM - Grupo Banco Mundial

GPDs - Grandes Projetos de Desenvolvimento

IBÁ - Indústria Brasileira de Árvores

Ibama - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Ideb - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

Incra - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

Inep - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Texeira

Ipea - Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada

Inpe - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

inpEV - Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias

ISC - Instituto Souza Cruz

ITR - Imposto Territorial Rural

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LDC - Louis Dreyfus Company

Mapa - Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

MEC - Ministério da Educação

MRAM - Modelo de Reforma Agrária de Mercado

MROSC - Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

OCB - Organização das Cooperativas Brasileiras

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

OMC - Organização Mundial do Comércio

OMS – Organização Mundial da Saúde

ONGs - Organizações Não Governamentais

ONU - Organização das Nações Unidas

OS - Organização Social

OSC - Organizações da Sociedade Civil

Oscip - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

PAEs - Programas de Ajuste Estrutural
PAM - Produção Agrícola Municipal
PAR - Programa de Ações Articuladas
PCNs - Parâmetros Curriculares Nacionais
PDE - Plano de Desenvolvimento da Educação
PDDE - Programa Dinheiro Direto na Escola
PEA - População Economicamente Ativa
PEA Unesco - Programa das Escolas Associadas da Unesco
PEC - Projeto Escola no Campo
Pensa/USP - Programa de Estudos dos Sistemas Agroindustriais da Universidade de São Paulo.
PIB - Produto Interno Bruto
PL - Projeto de Lei
PMANE - Programa Meio Ambiente nas Escolas
PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNATE - Programa Nacional de Transporte Escolar
PNE - Plano Nacional de Educação
PNLD - Programa Nacional do Livro e do Material Didático
PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária
PPM - Pesquisa da Pecuária Municipal
PPP - Parceria Público-Privada
PPPE - Parceria Pública-Privada em Educação
Pronea - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PT - Partido dos Trabalhadores
Saeb - Sistema de Avaliação da Educação Básica
Sead - Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário
Secadi - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão
Senar - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
Sindoleo - Sindicato da Indústria de Óleos Vegetais e seus Derivados do estado de São Paulo
SNA - Sociedade Nacional de Agricultura
SNRC - Sistema Nacional de Cadastro Rural

SRB - Sociedade Rural Brasileira

TMD - Teoria Marxista da Dependência

TPE - Todos pela Educação

UDR - União Democrática Ruralista

Undime - União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação

Unesco - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

Unica - União da Indústria de Cana-de-Açúcar

UNORCA - Union Nacional de Organizaciones Regionales Campesinas

UPF - Utilidade Pública Federal

USAID - United States Agency For International Development (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento)

USDA - United States Department of Agriculture (Departamento de Agricultura dos Estados Unidos)

VAAR - Valor Aluno/Ano por Resultado

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	21
1.1. Questões teóricas-metodológicas.....	24
1. ESTADO, HEGEMONIA E REFORMA NEOLIBERAL DA EDUCAÇÃO	35
1.1. Dominação burguesa e Estado	35
1.2. Pedagogia do Capital enquanto estratégia de dominação e educação do consenso.....	52
1.3 O Banco Mundial na Educação e a Pedagogia do Capital.....	57
2. O AGRONEGÓCIO ENQUANTO PARTIDO POLÍTICO.....	76
2.1. Agronegócio e a construção da hegemonia na sociedade brasileira	77
2.2. Conflitos intraclasse e representatividade do partido político do Agronegócio	84
2.3 Agronegócio e suas contradições	99
2.4 A violência comunicacional na persuasão e conformação da sociedade .	116
3. EDUCAÇÃO EMPRESARIAL NO BRASIL E AGRONEGÓCIO NA EDUCAÇÃO BÁSICA	139
3.1 A lógica empresarial da educação e o partido do agronegócio na escola	139
3.2 A ideologia do agronegócio na educação básica	162
3.2. O Programa Agrinho no PR: um assalto à Educação Pública	172
4. A NOVA OFENSIVA IDEOLÓGICA DO AGRONEGÓCIO NA EDUCAÇÃO BÁSICA.....	192
4.1. Mitos do agronegócio: a Campanha “De olho no material escolar”	193
4.2. O culto apologético do agronegócio pela campanha “De olho no material escolar”	218
4.3. Resistência Ativa ao projeto formativo do agronegócio: iniciativas pela hegemonia da classe trabalhadora.....	230
4.3.1. A luta pelo banimento do Agrinho no Paraná	254
5. NOTAS INCONCLUSIVAS PARA CONCLUSÃO	265
REFERÊNCIAS.....	273

ANEXOS	289
Anexo I – Crianças costumavam espalhar agrotóxicos no Paraná	289
Anexo II - No Paraná crianças são usadas para difundir o uso de agrotóxicos	291
Anexo III - Notificação Recomendatória procedimento nº 1122/08 – MPT	293
Anexo IV – Carta pelo fim do Programa Agrinho nas Escolas Públicas do Paraná	298
Anexo V – Parecer CME nº 12/2019 e Deliberação CME nº 1/2019 – Banimento Agrinho em Cascavel - PR.....	300
Anexo VI - Deliberação CME nº 01/2019 – Banimento Agrinho em Cascavel-PR	304

1. INTRODUÇÃO

O tema da presente pesquisa de Doutorado em Educação – Linha: Políticas e Gestão Educacional, tem sua origem nas experiências oriundas da trajetória de luta pela Educação do Campo, a partir da inserção no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, ambiente de atuação em que, desde o ano de 2004, encontro-me politicamente engajado e, por meio deste espaço, nos 19 anos de vivência e lutas com essa coletividade, tive a oportunidade, enquanto trabalhador, de acessar o conhecimento sistematizado, e reconhecer-me pertencente à classe trabalhadora, de ampliar os horizontes para humanização e de participar da luta pela terra e, no interior dela, pelo direito à educação pública, gratuita, laica, estatal e de qualidade socialmente referenciada no projeto societário socialista.

Os primeiros contatos com o estudo sistematizado acerca da luta de classes e da educação do campo ocorreram dentro da própria dinâmica em que me encontrava acampado, no Acampamento 1º de Agosto no Município de Cascavel, onde residia no ano de 2004. Esse processo formativo ocorreu por meio do coletivo de educadores da Escola Itinerante Zumbi dos Palmares, onde, semanalmente, desenvolvíamos atividades de estudo e formação local, a partir de leitura de obras relacionadas à Educação do Campo, Educação do MST, Educação Popular, Pedagogia Socialista, Marxismo e Educação, metodologia de ensino, entre outros materiais que integravam nosso programa de formação autogestada e com a contribuição periódica de professores universitários.

Até o ano de 2009, esses processos informais locais, combinados com outros ambientes de formação continuada, foram o substrato que ofereceram condições de minha atuação em sala de aula enquanto educador alfabetizador nos anos iniciais do ensino fundamental. Além disso, foram essenciais para que eu buscasse as necessárias respostas e a materialidade aos objetivos de ensino no processo de escolarização e desenvolvimento humano das crianças do acampamento, os Sem Terrinha.

Em 2006, fui indicado pelo MST para realizar processo de seleção no Curso de Pedagogia da Terra na Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE – Campus de Francisco Beltrão, fruto da parceria com o Programa Nacional de

Educação nas Áreas de Reforma Agrária – PRONERA¹. Entretanto, mesmo com a realização do vestibular em 2006, seu início ocorreu apenas em 2009, depois de uma série de reivindicações junto a UNIOESTE. O curso propiciou minha constituição inicial enquanto pedagogo e permitiu realizar as primeiras aproximações com os estudos acerca do trabalho como princípio educativo na Escola Itinerante, sistematizado no trabalho de conclusão de curso. Neste mesmo período, passei a contribuir na coordenação política pedagógica da Escola Itinerante Caminhos do Saber, localizada no município de Ortigueira, até o ano de 2010.

Posteriormente, fui designado para integrar a secretaria operativa do Setor de Educação do MST em Curitiba e a coordenação política-pedagógica do projeto Escola Itinerante, fator que passou a exigir acompanhamento nas 10 Escolas Itinerantes existentes naquele período, o que possibilitou conhecer mais os acampamentos e o território paranaense, a partir dos trabalhos desenvolvidos *in loco* nas Escolas Itinerantes. Esses diferentes espaços desafiaram-me e propiciaram-me a ampliar a apropriação dos fundamentos que ancoram a Educação do Campo, a Pedagogia do Movimento e a necessidade de Projetos Políticos Pedagógicos específicos para as escolas do campo, inclusive passei a participar dos processos de formulação do Projeto Político Pedagógico organizado por Ciclos de Formação Humana com Complexos de Estudo.

Em 2013, ingressei no Curso de Especialização em Trabalho, Educação e Movimentos Sociais² (TEMS), em parceria com o PRONERA e o MST. Espaço que permitiu ampliar o acesso à teoria marxiana e, essencialmente, a aproximação com o debate acerca da relação trabalho e educação, ocasião que viabilizou a continuidade da pesquisa iniciada na graduação, buscando compreender a materialização da relação trabalho e educação no experimento dos Complexos de Estudo no contexto da Escola Itinerante no Paraná.

¹ Nasce em 16 de abril de 1998 por meio da pressão e de pautas dos trabalhadores e trabalhadoras de diversos movimentos sociais do campo. Objetiva desenvolver projetos de educação do campo na perspectiva classista e voltados para o desenvolvimento das áreas de Reforma Agrária, ofertou 499 cursos, em parceria com 94 instituições de ensino, atendendo 186.734 pessoas, desde a Educação de Jovens e Adultos (EJA) até programas de pós-graduação, apenas a nível superior são 2.715 jovens e adultos entre 1998-2011 (II PNERA, 2015).

² Curso de pós-graduação *lato sensu* realizado na Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV), Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), Rio de Janeiro-RJ, no período de 2013 a 2015.

Fundamentalmente, ao longo do curso TEMS, tive a oportunidade de realizar aproximação com as contribuições da teoria gramsciana para entender as estreitas relações entre o Estado e a sociedade civil e as formas de construção da hegemonia burguesa por meio da educação pública no Brasil, assim como revisitar e aprofundar a compreensão acerca da concepção de mundo materialista histórica e dialética. Propiciando compreender como se forja o ‘Estado educador’ atuante para dentro e fora das escolas, com intuito de assegurar processos de subordinação da classe trabalhadora às imposições do capital. Foi justamente nas últimas etapas do curso do TEMS (2015) em que as primeiras ideias sobre a presente pesquisa se fazem presente, motivadas pelos processos de estudo que evidenciaram as formas de dominação orquestradas pela atuação empresarial e as entidades rurais patronais, por meio de práticas persuasivas, coercitivas e violentas na educação pública, entretanto, considerando que estava com o projeto de pesquisa para inserção no Mestrado em Educação avançado, deixei essa motivação de pesquisa suspensa.

Nestes processos de estudo e de atuação política junto à Educação do Campo por meio do MST, em 2014 passei a realizar o acompanhamento de processos de formação continuada de educadores e educadoras das Escolas Itinerantes a partir das parcerias com a UNIOESTE, desde projetos de extensão, como, por exemplo, a partir do curso de Especialização em Educação do Campo no Campus de Foz do Iguaçu (2014 - 2016). Estas oportunidades ampliaram minha aproximação com o Grupo de Pesquisas em Políticas Sociais - GPPS e, concomitantemente, vigoraram minha inserção no Mestrado em Educação, o qual proporcionou a ampliação da reflexão acerca do vínculo necessário entre projeto de sociedade, de agricultura e de educação quando se trata de formação humana, na dissertação intitulada *Educação do Campo e ensaios da Escola do Trabalho: a materialização do trabalho como princípio educativo na Escola Itinerante do MST Paraná*, defendida em março de 2017 (LEITE, 2017).

Na continuidade dos processos de estudo no contexto da luta travada pelos Movimentos Sociais Populares do Campo (MSP'sdoC), bem como, no âmbito da luta por uma Educação do Campo, demonstra-se um desafio necessário, processos de pesquisa sobre a atuação de empresas ou corporações capitalistas junto a comunidades camponesas, “[...] merecem nossos esforços de aprofundamento específico, porque se a maioria dos camponeses (especialmente as novas gerações) vier a se tornar refém ideológico do agronegócio” (CALDART, 2014, p.158),

difícilmente avançaremos na construção de alternativas à lógica capitalista de agricultura e sociedade.

O objeto de pesquisa aqui abordado, deriva de uma convicção política coletiva, a qual aponta para a necessidade de ultrapassar a leitura de uma possível neutralidade científica frente aos desafios que o real nos impõe. Portanto, compreendo que exige a ampliação da problematização acerca da instrumentalização frequente pelo agronegócio em termos do que se ensina e o tipo de material didático se utiliza nas Escolas Públicas. Deste modo, afirma-se que a postura política assumida, assim como, a definição do presente objeto de pesquisa, se ancoram na objetividade da vida, na inserção nos processos formativos forjados a partir da vinculação orgânica deste pesquisador às lutas sociais da classe trabalhadora e, mais especificamente, à luta pela Educação do Campo e do MST.

1.1. Questões teóricas-metodológicas

A pesquisa desenvolvida demonstra que está em curso no Brasil, ao longo de três décadas, um amplo processo de aparelhamento, instrumentalização e usurpação da escola pública pelo agronegócio por meio de seus setores representativos e aparelhos privados de hegemonia (associações e entidades de classe, empresas e sindicatos patronais, mídia empresarial e rural). Incidem e penetram nas escolas públicas do Brasil, utilizando de um conjunto de programas e projetos como instrumento ideológico de persuasão e consenso para promover a valorização da imagem do agronegócio como parte da estratégia da manutenção e construção da hegemonia.

A invasão dos programas educacionais do agronegócio na educação básica pública ocorre com participação ativa das secretarias municipais e estaduais de educação via as políticas neoliberais de mercantilização da educação que propiciam a entrada das entidades representativas do agronegócio via parcerias público-privado para usurparem os espaços públicos, e converterem em ambiente de *difusão ideológica* (JUNQUEIRA, 2018), *valorização da autoimagem* (LAMOSA, 2014), *internalização das contradições de classe* (MEZAROBBA, 2018), nesse caso, essencialmente, as geradas pelo próprio agronegócio no que diz respeito a natureza

e a saúde humana e reposicionamento do setor enquanto *força social e produtiva* (CORDEIRO, 2022).

Entre as iniciativas do agronegócio continuadoras dessa ofensiva à educação pública, desde o início do ano de 2020, analisada pela presente pesquisa, está um movimento originado por um conjunto de mulheres vinculadas ao agronegócio, supostamente, autointituladas “mães do Agro”, e posteriormente batizadas de campanha “De Olho no Material Escolar”, mobilizam-se para problematizar e abolir os conteúdos abordados nos livros didáticos que evidenciam as consequências e práticas destrutivas do agronegócio para a vida humana e natural.

Consideramos pelas análises que essa nova ofensiva do agronegócio à educação pública (GEOAGRÁRIA e GTAGRÁRIA, 2021; ALENTEJANO, 2021), toma como referência o acúmulo dos projetos socioambientais das empresas do agronegócio em termos de conteúdo e passam a estruturar uma ação de hegemonia com abrangência nacional, objetivando incidir na política educacional por meio da revisão do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e da Base Nacional Comum Curricular para ampliar o esvaziamento do conteúdo artístico, científico, histórico-cultural e tecnológico da escola pública, de modo que as relações de trabalhos vinculadas ao agronegócio estejam isentas de análise crítica e científica nos livros didáticos, cooperando na edificação da valorização da imagem e na promoção da hegemonia do agronegócio.

A hipótese inicial que guiou o presente estudo é que está em curso um reposicionamento das entidades patronais rurais em articulação com as empresas do agronegócio e parlamentares da Bancada Ruralista com uma sistemática agenda política que, adquiriu novos contornos junto ao Ministério da Educação e da Agricultura do Governo de Jair Bolsonaro, com intuito de avançar na ofensiva à escola pública, buscando ampliar sua incidência e o seu papel, reorganizando e ampliando as estratégias via educação, de coerção e consenso para a manutenção e consolidação da hegemonia na sociedade.

A questão central que ancorou o objeto de estudo em apreciação é: Como as entidades patronais rurais e as corporações da indústria de agrotóxicos se articulam para realizar e manter a inserção na política educacional e o aparelhamento da Educação Básica em prol da promoção dos interesses privados do agronegócio?

Em decorrência desta questão central, suscitamos as seguintes questões para guiar o processo de pesquisa: 1) Quais os principais projetos e programas

educacionais das empresas do agronegócio que incidem sobre Educação Básica e as possibilidades de mudança de ênfase nos projetos, em função da correlação de forças no agronegócio e nos nexos com governo e Estado? 2) Quais as formas e meios utilizados pelos programas educacionais vinculados ao agronegócio para manutenção da submissão e subordinação da educação pública? 3) Em que nível a inserção destes projetos, programas e ações do agronegócio descaracterizam ou não a função social da escola? 4) De que modo o construto discursivo-ideológico do agronegócio se legitima no interior da educação pública? 5) Quais as formas de resistência e defesa do caráter público da escola possível em meio à ofensiva do agronegócio no atual contexto político?

Ao assumir esse problema de pesquisa e inquietações, oriundas da vivência na luta pela Educação do Campo e pela Educação Pública, gratuita, laica, de gestão estatal e de qualidade socialmente referenciada no projeto da classe trabalhadora, acreditamos que seja necessário ampliar a compreensão acerca do Estado e da escola pública enquanto ambiente de contradição e de constante disputa política pelos projetos societários e de agricultura, como parte da luta pelo reposicionamento da escola pública a favor da humanização e da resistência contra as formas predatórias que as corporações do empresariado e do agronegócio buscam hegemonizar por meio das parcerias público-privado.

Com isso, o objetivo geral da pesquisa se constitui em compreender, problematizar, analisar e refletir sobre a inserção dos aparelhos privados de hegemonia (APH) do agronegócio na Educação Básica, considerando a correlação de forças no campo do agronegócio e seus nexos com governo e Estado para materialização das suas estratégias de dominação de classe. Em consequência do objetivo geral situamos os seguintes objetivos específicos da pesquisa:

1) Investigar as formas e meios utilizados pelos projetos e programas educacionais dos aparelhos privados de hegemonia do agronegócio para adentrar à educação pública;

2) Identificar e analisar o *modus operandi* dos projetos e programas educacionais dos aparelhos privados de hegemonia do agronegócio que atuam nas escolas públicas;

3) Analisar se o conteúdo destes projetos, programas e ações do agronegócio descaracterizam a função social da escola pública;

4) Problematizar a incidência que possuem no processo de expropriação da função social da escola;

5) Analisar e problematizar a ação política do agronegócio - “De olho no material escolar”, sua singularidade e *modus operandi* para se legitimar, assaltar a educação pública e promover a hegemonia do agronegócio;

Assumimos como hipótese inicial dessa pesquisa que os programas educacionais vinculados ao agronegócio, assim como, a ação política “De olho no material escolar”, são fruto de uma sistemática articulação da burguesia rural com intuito de produzir o convencimento e o consenso da sociedade acerca do projeto político do agronegócio por meio da inserção de seus interesses privados na Política Educacional, mais especificamente, na Educação Básica.

Na busca por conferir a hipótese, por responder a tais indagações e caminhar para alcançar os objetivos pautados, a pesquisa adotou, como procedimento metodológico, o estudo teórico-científico, alicerçando-se *numa pesquisa documental e bibliográfica*. Desta forma, objetivamos abordar e correlacionar os dados com discussões originadas desde uma análise teórica e documental com o intuito de abarcar o problema de pesquisa, considerando seu percurso histórico no interior da estratégia de construção da hegemonia do agronegócio, desenvolvido com suas mediações e interações que interagem na atualidade, por compreender que “[...] utilizar a história como método [...] como processo não é apenas uma questão acadêmica ou científica, mas também política, como é a própria questão do conhecimento e da ciência” (CIAVATTA, 2014, p.195).

Os procedimentos iniciais no desenvolvimento da pesquisa foram a realização do levantamento bibliográfico concernente a essa pesquisa, partimos do referencial que tem permitido discutir as principais categorias que permeiam o estudo na relação entre Estado, Hegemonia e Dominação Burguesa, Agronegócio e Política Educacional. Inspirado pela abordagem da concepção de Estado Ampliado (GRAMSCI, 2001) como ferramenta metodológica (MENDONÇA, 2014), empreendemos um processo de estudo acerca da teoria gramsciana de Estado. Para além de se apropriar de seus fundamentos, construir um caminho investigativo que permita entender como o agronegócio por meio do estado (restrito) e da sociedade civil constrói sua hegemonia e a dominação política de classe. Este processo foi permitindo identificar as ações, projetos e programas educacionais do agronegócio enquanto instrumentos dos aparelhos privados de hegemonia do agronegócio na

busca da difusão ideológica do seu projeto de sociedade e de agricultura e dominação de classe.

Abaixo elencamos alguns dos estudos teóricos que realizaram análise sobre a inserção do agronegócio na educação e que integram os caminhos e o universo analítico da presente tese:

Deste modo, a presente pesquisa se propôs a problematizar, analisar e entender a ofensiva do agronegócio na Educação Básica que objetiva exercer a função de reprodução da divisão social do trabalho por meio do agenciamento de um amplo processo de instrumentalização da escola pública para promover o ideário do agronegócio.

Quadro 1 – Pesquisas sobre agronegócio na educação na construção do caminho metodológico

PESQUISA	TÍTULO E ANO	AUTORIA	OBJETIVO GERAL
Tese 2014	Estado, Classe Social e Educação no Brasil: uma análise crítica da hegemonia do agronegócio	Rodrigo Lamosa	examinar como a ABAG articulou a formação de seus intelectuais orgânicos ao projeto de hegemonia, visando responder à indagação sobre a atuação da ABAG como um partido do estado maior do capital na atual configuração do bloco histórico dominante” (LAMOSA, 2014, p. 8)
Dissertação 2014	Educação, Trabalho e Ideologia: análise da relação agronegócio e educação na região de Ribeirão Preto – SP	Victor Hugo Junqueira	Analisa como o agronegócio se expressa como a atual ideologia do capitalismo no campo e utiliza o espaço escolar para persuadir e convencer a sociedade de que os seus valores particulares, são 16 universais. entender a relação entre o agronegócio e a educação, tomando como recorte territorial a região de Ribeirão Preto – SP
Tese 2015	Imperialismo e Educação: a relação entre a educação pública e as fundações e institutos empresariais no Brasil (1990 - 2014)	Gilson Mezarobba	investigar as intervenções das instituições e fundações empresariais no processo educativo das escolas públicas brasileiras tendo como pano de fundo o projeto imperialista mundial que define políticas internacionais para a educação” (MEZAROBBA, 2015, p.8).
Dissertação 2015	Concepção político-pedagógica para formação de professores do programa Agrinho: do campo à cidade	Verinha Bortoluzzi	Explicitar a concepção político-pedagógica do Programa Agrinho para a formação de professores, gestada pelo empresariado e ajustada ao processo educativo das Escolas Públicas do Estado do Paraná” (PEREIRA, 2015, p.x).
Dissertação 2016	Agronegócio e indústria cultural: estratégias das empresas para a construção da hegemonia	Ana Manuela de Jesus Chã	Investigou as conexões entre o modelo de produção do agronegócio e a indústria cultural no Brasil a partir da década de 1960, momento em que esta articulação se consolida, com a implementação do ciclo de modernização conservadora instituinte da atual configuração do bloco histórico hegemônico. Buscou-se analisar os vários mecanismos pelos quais se constrói hoje a estrutura hegemônica do setor enquanto modo de produção de commodities agrícolas, tanto no campo econômico e político, mas fundamentalmente, no plano ideológico.
TCC 2018	A Educação do Campo e a Pedagogia do Agronegócio	Dionara Soares Ribeiro	Analisa a tensão na política pública de Educação do Campo, através da incorporação e reconfiguração implementadas pelo Estado, em especial a partir da atuação de entidades do agronegócio, especialmente o Senar, no município de Itamaraju, Bahia.
TCC 2018	A Abag como partido da classe dominante e a formação para o consenso	Adriana Álvares de Lima Dipieri	Compreender a atuação da Associação Brasileira do Agronegócio (Abag) no cenário político brasileiro como um partido da classe dominante e suas estratégias de atuação, com destaque para a educação, que culminou no artigo “A ABAG como Partido da classe dominante e a formação para o consenso” (DIPIERI, 2018).

TCC 2018	“Dominação e pedagogia: materiais pedagógicos da Abag em Ribeirão Preto/SP”	Manuela Aquino	Analisar a atuação do agronegócio nas escolas, em particular por meio de sua entidade representativa, a Associação Brasileira do Agronegócio (Abag), através da análise do projeto Agronegócio na Escola, realizado pela Abag na região de Ribeirão Preto (AQUINO, 2018).
Tese 2020	Na contramão da Educação do Campo: programas de interesse do capital em disputa nas escolas públicas	Rosângela Cristina Rosinski	Analisar o processo em que os entes privados ou paraestatais, representados por fundações e institutos empresariais, disputam as escolas públicas
Dissertação 2021	Agroflorescendo saberes e as resistências educacionais do MST/PR: crítica ao Programa Agrinho	Thiara Gonçalves Campanha	Verificar, juntos aos movimentos sociais do campo, mais precisamente o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e o Setor de Educação MST/PR, a existência de estratégias e de materiais de ensino e r-existência à narrativa do agronegócio empregada pelo Programa Agrinho
Tese 2022	A hegemonia do agronegócio do campo à educação: coerção e consenso na ofensiva contra a luta por terra e por Educação do Campo	Tássia Gabriele Balbi de Figueiredo e Cordeiro	Compreender a relação entre a expansão do agronegócio no Brasil e o estabelecimento de uma investida sobre a educação, mais especificamente uma ofensiva contra o projeto popular de Educação do Campo.

Fonte: Organizado pelo autor.

As pesquisas supracitadas exerceram um papel fundamental no caminho metodológico da presente pesquisa para identificação de aspectos do *modus operandi* do partido do agronegócio no âmbito da educação, fundamentalmente, no que diz respeito aos programas e projetos das associações e entidades representativas do setor e das corporações agroquímicas. No desenvolvimento da pesquisa, após a qualificação, identificamos a primeira pesquisa de doutorado analisando a ação política da campanha “De Olho no Material Escolar (DONME). Cordeiro (2022) introduz e constrói um sólido caminho investigativo que identifica a natureza e a estrutura da nova ofensiva do agronegócio contra a educação, passando a integrar e subsidiar nossas análises sobre a construção da hegemonia do agronegócio na educação por meio do DONME. Deste modo, a presente pesquisa, buscou humildemente somar esforços ao conjunto das pesquisas aqui citadas para oferecer continuidade no processo de compreender a ação política da *Pedagogia do Agronegócio* contra a Educação Pública, de modo a desmistificar e desvelar os reais propósitos construindo possibilidades de ação política pela construção de uma hegemonia dos Movimentos Sociais Populares que tenha a vida humana e natural na centralidade do projeto.

Recorremos ao uso de fontes primárias, aquelas isentas de análise anterior a pesquisa, por meio de jornais, revistas, boletins informativos, publicações em websites e redes sociais das entidades do agronegócio que possibilitassem identificar o *modus operandi*, principalmente no que diz respeito a campanha “De Olho no Material Escolar (DONME)”. A pesquisa nestas fontes foram cruciais para identificar os sujeitos, a trama e as articulações realizadas no interior do estado (restrito) e na sociedade civil.

Para apresentação da pesquisa estruturamos a tese intitulada “A OFENSIVA DO PROGRAMA POLÍTICO E EDUCACIONAL DO AGRONEGÓCIO NA EDUCAÇÃO PÚBLICA” em quatro capítulos.

No primeiro capítulo abordamos aspectos teóricos e políticos sobre o Estado e a dominação burguesa. Por conseguinte, tratamos da Pedagogia do Capital como instrumento de dominação de classe, como forma de educar o consenso, forjando uma sociedade adequada aos interesses e valores hegemônicos. Por fim, buscamos identificar como esse processo de dominação e educação do consenso, pode ser observado a partir da análise do desenvolvimento do capitalismo e o jogo econômico globalizado, pós-segunda Guerra Mundial que paulatinamente constitui o ambiente de ampliação da subordinação dos países periféricos aos centros hegemônicos do

capital, Estados Unidos da América – EUA, caracterizado pelo crescente desenvolvimento desigual amparado pela exploração da força de trabalho da maioria da população.

Para isso, os intelectuais orgânicos singulares e coletivos da burguesia exercem o papel das frações da burguesia nas instâncias executivas e legislativas no interior do aparelho estatal para implementar e favorecer mediante políticas públicas os interesses privados de grandes corporações (MARTINS e NEVES, 2012). Podemos afirmar que a experiência dos ajustes econômicos orquestrados internacionalmente via as orientações do Consenso de Washington possibilitou vislumbrar um consenso estratégico para atuarem no plano da reforma educacional (GENTILI, 1999). No desenvolvimento desse consenso, especialmente o Banco Mundial desempenhou um papel estratégico para sua construção enquanto sujeito intelectual e financiador. Constituindo a base e o instrumental de nossa análise de como as empresas do Agronegócio constroem a hegemonia por meios de seus projetos educacionais, adentrando na direção, concepção, gestão, currículo e práticas da educação pública para converter seus interesses privados e conteúdo político na “vontade da maioria”.

No segundo capítulo, a partir da compreensão que a sociedade política e a sociedade civil se constituem enquanto arena da luta de classes e espaço de correlação de forças, buscamos compreender o fenômeno político do agronegócio na sociedade brasileira e seus mecanismos e forma de organizar e construir a hegemonia no país. Para isso, abordamos a origem da noção de agronegócio e as determinações sociais que fundamentam seu projeto político-econômico, buscando destacar as contradições que historicamente são oriundas da forma de conceber e fazer a agricultura do negócio. Assim como, identificamos e analisamos a correlação de forças entre as frações do agronegócio e o modo que estruturam a atuação para constituírem convergência política e administrarem os conflitos intraclasse e os instrumentos de hegemonia do setor. Análise possibilitou evidenciar que o agronegócio por meio de seus aparelhos privados de hegemonia constitui um ambiente de “concertação política” e atua como um partido político no sentido atribuído por Gramsci, exercendo na sociedade civil o papel de difundir e organizar a hegemonia do agronegócio. Entre os aparelhos privados de hegemonia, a conformação Instituto Pensar Agropecuária (IPA) e Frente Parlamentar Agropecuária (FPA) adquire uma maior proeminência de liderança do partido do agronegócio, dada

a capacidade de construção de convergência política e de racionalização de posicionamentos entre as frações do agronegócio e a condição de direção e representatividade da agenda política-ideológica do setor tendo em vista sua ampla inserção no Estado ampliado.

Destacamos o importante papel que as campanhas publicitárias do agronegócio exercem enquanto instrumento do partido político do setor para a concretização de seus interesses privados enquanto uma vontade e para conquistarem diferentes posições na sociedade, por meio da persuasão e conformação da sociedade na construção da legitimação do agronegócio como organizador coletivo político-intelectual e do consenso (GRAMSCI, 2001).

No terceiro capítulo, tratamos de dimensões da Reforma Empresarial da Educação, compreendendo que desde a década de 1990 pavimenta o caminho da privatização da Educação Pública e oferece o propício ambiente de negócio para as entidades empresariais-filantrópicas, tornando a porta de entrada para os Programas Educacionais do Agronegócio. Identificamos, o que compreendemos como os principais Programas Educacionais do Agronegócio, buscando identificar a abrangência territorial, forma de atuação e como as entidades representativas do agronegócio usurpam os espaços públicos escolares utilizando da mesma estratégia de enquadramento das campanhas publicitárias para converterem em ambiente de difusão ideológica (JUNQUEIRA, 2018), valorização da autoimagem (LAMOSA, 2014) internalização das contradições de classe (MEZAROBBA, 2018), nesse caso principalmente as geradas pelo próprio agronegócio. Por último, analisamos a ação política do Programa Agrinho no Paraná por compreender que pela sua capilaridade territorial e sistemática exerce um importante papel na formação escolar para o avanço do capitalismo no campo, na produção de valores e de convencimento de milhares de crianças, jovens e adultos acerca da viabilidade de conciliar, o inconciliável, a preservação da natureza, a vida humana saudável e o uso de agrotóxicos. A interferência do Programa Agrinho no conteúdo escolar, escancara contradições e conflitos no âmbito da relação público-privado que atravessam a nova ofensiva do agronegócio na educação a ser analisada no quarto capítulo.

No quarto capítulo abordamos e analisamos a natureza, origem e como se estrutura e se articula politicamente a nova ofensiva do agronegócio na educação básica – De olho no material escolar (DONME), compreendida como continuadora das ações de hegemonia e da estratégia de dominação das campanhas de valorização da

imagem do “agro” e suas implicações para a educação pública. A análise empreendida evidenciou estarmos diante de um novo *modus operandi* de aparelhamento, assalto e usurpação da educação pública, de caráter mais abrangente em razão de seus impactos em escala nacional por meio da investida na política educacional por meio principalmente do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), ao invés de incidências locais e regionais que ocorrem com os programas. Assim como, expressa que em sua estruturação metodológica incorpora os acúmulos dos projetos/programas empresariais localizados, propiciando avançar para uma investida com maior coesão e unidade nacional que se materializa na atuação do DONME, manifestando um avanço qualitativo do agronegócio (CORDEIRO, 2022) na disputa do sentido do conteúdo escolar. Em sua forma de atuação o DONME adquire um acento negacionista, coercitivo e de persuasão que o difere dos outros projetos/programas como o Agrinho do SENAR e o Agronegócio na Escola da ABAG que busca acentuar a positividade do ramo e uma falsa harmonia com preceitos sociais e ambientais. O DONME na medida em que busca silenciar e neutralizar a história, abolir as diferenças, ocultar as contradições e desarmar toda tentativa de interrogação dirigida ao agronegócio pelo conhecimento científico, empreende uma postura política e práticas ultraconservadoras, autoritárias e fascistas edificadas pelo *Escola Sem Partido* e outros movimentos semelhantes, que promovem perseguição de professores, denúncia de escolas, pressão a parlamentares e governos para criminalizarem a prática docente e o pensamento crítico. A atuação do agronegócio na sociedade política e sociedade civil, torna possível afirmar, que por *Pedagogia do Agronegócio* compreendemos um complexo e abrangente processo organizativo-político-econômico-pedagógico, expressão da nova pedagogia da hegemonia, empreendido pelos aparelhos privados de hegemonia do agronegócio (associações e entidades de classe, empresas, sindicatos patronais, institutos de pesquisa, editoras, bancada ruralista, mídia empresarial e rural) na sociedade política e sociedade civil para fins de constituírem o consentimento do conjunto da população aos interesses econômicos e político-ideológico. Por último, identificamos e analisamos experiências em contraponto ao agronegócio e que objetivam construir a hegemonia da classe trabalhadora e oferecem sólidas pistas, tendo por referência a luta pela Agroecologia e a Educação do Campo, para constituir o plano de resistência e luta da educação pública de gestão estatal e socialmente referenciada no projeto popular para o Brasil.

1. ESTADO, HEGEMONIA E REFORMA NEOLIBERAL DA EDUCAÇÃO

É na compreensão de que a política educacional é uma formulação que apresenta o projeto educacional do sistema econômico no qual se insere, via o Estado e uma expressão contraditória da luta de classes, travada por diferentes sujeitos na sociedade civil, explicitando a correlação de forças no interior do aparelho estatal, que abordaremos aspectos teóricos e políticos sobre o Estado e a dominação burguesa. Por conseguinte, tratamos da Pedagogia do Capital como instrumento de dominação de classe, como forma de educar o consenso, forjando uma sociedade adequada aos interesses e valores hegemônicos. Por fim, buscamos identificar como esse processo de dominação e educação do consenso, pode ser observado a partir da análise do desenvolvimento do capitalismo e das políticas econômicas globalizadas, pós-segunda Guerra Mundial que paulatinamente constitui o ambiente de ampliação da subordinação dos países periféricos aos centros hegemônicos do capital, Estados Unidos da América – EUA, caracterizado pelo crescente desenvolvimento desigual amparado pela exploração da força de trabalho da maioria da população.

Para isso, os intelectuais orgânicos singulares e coletivos da burguesia exercem o papel das frações da burguesia nas instâncias executivas e legislativas no interior do aparelho estatal para implementar e favorecer mediante políticas públicas os interesses privados de grandes corporações (MARTINS e NEVES, 2012). Podemos afirmar que a experiência dos ajustes econômicos orquestrados internacionalmente via o receituário do Consenso de Washington possibilitou vislumbrar um consenso estratégico para atuarem no plano da reforma educacional (GENTILI, 1999). No desenvolvimento desse consenso, especialmente o Banco Mundial desempenhou um papel estratégico para sua construção enquanto sujeito intelectual, financiador e regulador. Constituindo a base e o instrumental de nossa análise de como as empresas do Agronegócio constroem a hegemonia por meios de seus projetos educacionais, adentrando na direção, concepção, gestão, currículo e práticas da educação pública para converter seus interesses privados e conteúdo político na “vontade da maioria”.

1.1. Dominação burguesa e Estado

Ao longo da história, a sociedade capitalista tem sido marcada e alicerçada pela divisão social do trabalho (MARX, 2010), no confronto direto entre capital e o trabalho, gerador de imensa incongruência e desigualdade social. Ou seja, de um lado, a propriedade privada e a concentração de renda nas mãos de uma minoria, e do outro, uma ampla população na miserabilidade, desassistida e sem condições dignas de viver.

Para manutenção da divisão social do trabalho, em diferentes tempos históricos a classe dominante elaborou instrumentos e mediações que potencializam a subordinação da força humana em função da elevação da produção de capital em detrimento da vida humana e natural. Nesse exercício de subordinação, desde sua origem, o Estado impele um papel fundamental na busca de assegurar os interesses da classe dominante na valorização do capital e na promoção dos valores da sociabilidade burguesa.

Marx e Engels (2009) delineando a definição do conceito de Estado, em 1845, caracterizam a natureza de classe do Estado ao constatarem que o Estado adquiriu uma existência particular na sociedade civil por meio da emancipação da propriedade privada em relação à comunidade, “[...] mas ele nada mais é do que a forma de organização que os burgueses se dão, tanto externa como internamente, para garantia mútua da sua propriedade e dos seus interesses [...] E continuam,

Como o Estado é a forma em que os indivíduos de uma classe dominante fazem valer os seus interesses comuns e se **condensa toda a sociedade civil** de uma época, segue-se que todas as instituições comuns são mediadas pelo Estado, adquirem uma forma política. Daí a ilusão de que a lei assentaria na vontade, e mais ainda, na vontade dissociada de sua base real, na vontade *livre*. Do mesmo modo o direito é, por seu turno, reduzido à lei (MARX E ENGELS, 2009, p.112).

Marx e Engels contundentemente constatavam que as relações de dominação têm sua base na sociedade civil, compreendido como “verdadeiro foco e cenário de toda a história” (Ibidem). No Manifesto do Partido Comunista em 1848, Marx e Engels ao tratarem do Estado, anunciam que: “[...] a burguesia, desde o estabelecimento da grande indústria e do mercado mundial, conquistou, finalmente, a soberania política exclusiva no Estado representativo moderno. O governo do Estado moderno não é senão um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa” (MARX E ENGELS, 2005, p.53).

Na obra *Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado* escrita por Engels em 1884, a compreensão da função histórica e a significação do Estado enquanto organismo de dominação de uma classe sob a outra, sendo produto e produtor da sociedade de classes.

O Estado não é, pois, de modo algum, um poder que se impôs à sociedade de fora para dentro; tampouco é "a realidade da ideia moral", nem "a imagem e a realidade da razão", como afirma Hegel. É antes um **produto da sociedade**, quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento; é a confissão de que essa sociedade se enredou numa irremediável contradição com ela própria e está **dividida por antagonismos** irreconciliáveis que não consegue conjurar. Mas para que esses antagonismos, essas classes com **interesses econômicos** colidentes não se devorem e não consumam a sociedade numa luta estéril, faz-se necessário um poder colocado aparentemente por cima da sociedade, chamado a amortecer o choque e a mantê-lo dentro dos **limites da "ordem"**. Este poder, nascido da sociedade, mas posto acima dela se distanciando cada vez mais, é o **Estado** (ENGELS, 2010, p.213. Grifos nossos).

Fica compreendido que o Estado integra o conflito entre as classes e se coloca como expressão da dominação - é produto das relações e contradições societárias. De acordo com Engels (2010) o Estado nasce imbricado ao conflito de classes com a necessidade de refrear os antagonismos de classes, resultando em princípio "[...] o Estado da classe mais poderosa, da classe economicamente dominante, classe que, por intermédio dele, se converte também em classe politicamente dominante e adquire novos meios para a repressão e exploração da classe oprimida" (Ibidem, p. 215-216).

Marx e Engels delinearão a superação da perspectiva que concebe o Estado enquanto encarnação universal, contudo defende os interesses privativos de uma determinada classe, nesse caso da burguesia, na busca de apresentar e impor a defesa dos interesses supostamente universais, afirmando ser os interesses particulares de uma classe como se fosse do conjunto da sociedade. Não se tratando o Estado de um poder exterior superior aos interesses particulares, conforme defende a teoria da tradição liberal dos contratualistas de matriz jusnaturalista³ de Estado que teve seu ápice entre os séculos XVII e XIX.

³ A origem do jusnaturalismo advém da Grécia antiga, sendo esta vertente denominada de jusnaturalismo antigo. Os filósofos helênicos e pré-socráticos, possuíam uma visão cosmológica da realidade, não se ocupando da investigação da natureza humana, preocupavam-se com o entendimento da essência do universo. Em virtude desta perspectiva totalizadora da realidade, havia uma coincidência entre o mundo antropológico e o cosmológico. Em suma, existia uma coincidência

Consideravam, os teóricos liberais contratualistas, incluindo Nicolau Maquiavel (1469-1527), Thomas Hobbes (1588-1679), John Locke (1632-1704), Jean Jaques Rousseau (1712-1778), embora divergissem acerca das determinações que sustentam a necessidade de superar o estado de natureza com o contrato social expresso pelo Estado para orientar e regular à vida em sociedade. Seja na resolução de conflitos entre os seres humanos, portadores de uma suposta “natureza egoísta, gananciosa e má” que os colocam num imoderado Estado de Guerra (Maquiavel, 1983⁴; Hobbes, 1988)⁵, seja em prol da garantia de direitos atribuídos como “naturais”, como o de propriedade (Locke,1998)⁶, seja em nome do bem comum e do desenvolvimento pleno dos homens em relação ao seu “estado de natureza” (Rousseau,1999)⁷ ou, por fim, como representação máxima do desenvolvimento alcançado pelo “Espírito”, grau maior da liberdade atingido pela humanidade (Hegel) (DANTAS & PRONKO, 2018).

Marx e Engels ao expressarem o caráter classista do Estado, superam a significação do caráter de Estado a-histórico e de sua naturalização enquanto condutor da lei universal humana preconizado pelos contratualistas, desnaturalizando e desnudando a suposta imparcialidade acima dos interesses individualistas. Revelam os autores que, a gênese do Estado está na divisão da sociedade em classes, sendo resultante da apropriação privada pela burguesia da riqueza produzida pela classe trabalhadora; por isso, assume a função de manutenção da divisão e garantir a imposição dos interesses particularistas como vontade da sociedade em geral com intuito de perpetuar a dominação (COUTINHO, 2011).

Cinquenta anos depois, mediante as grandes transformações societárias e políticas no século XX, o italiano Antônio Gramsci (1891 – 1937) tendo por base o acúmulo teórico de Marx e Engels, amplia notadamente a análise sobre o Estado e o

entre as leis humanas (Direito Positivo), normalmente consuetudinárias, com as do Direito Natural, pois estas eram consideradas emanações da lei divina ou da própria ordem do cosmos. Direito Natural clássico dos gregos compreende uma concepção essencialista ou substancialista do Direito Natural: a natureza contém em si a sua própria lei, fonte da ordem, em que se processam os movimentos dos corpos, ou em que se articulam os seus elementos constitutivos essenciais. A ordem da natureza é permanente, constante e imutável. (Antônio Braz Teixeira. Sentido e Valor do Direito: Introdução à Filosofia Jurídica, p. 126)

⁴ MAQUIAVEL, N. O Príncipe e Escritos políticos. In: Os pensadores. Ed. Abril cultural, São Paulo, 1983.

⁵ HOBBS, T. M. Leviaã ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil. 4. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

⁶ LOCKE, J. Dois tratados sobre o governo. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

⁷ ROUSSEAU, J. J. O contrato social: princípios do direito político. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

modus operandi da burguesia na dominação de classe com intuito de compreender como é possível enfrentar as formas de dominação⁸ (DANTAS e PRONKO, 2018). Gramsci ao observar e analisar a diferenciação estrutural na forma relacional entre Estado e sociedade civil existente nas formações sociais mais desenvolvidas do capitalismo, expandindo a visão da composição do Estado com a noção de “Estado ampliado/integral” (COUTINHO, 2011).

No Oriente, o Estado era tudo, a sociedade civil era primitiva e gelatinosa; no Ocidente, havia entre o Estado e a sociedade civil uma justa relação e, ao oscilar o Estado, podia-se imediatamente reconhecer uma robusta estrutura da sociedade civil. O Estado era apenas uma trincheira avançada, por trás da qual se situava uma robusta cadeia de fortalezas e casamatas; em medida diversa de Estado para Estado, é claro, mas exatamente isto exigia um acurado reconhecimento de caráter nacional (GRAMSCI, 2001, p. 262).

Gramsci evidencia que os Estados Ocidentais, aqueles nos quais além do aparato governamental, característico da sociedade política, há um conjunto de instituições, que ele chama de “organizações privadas”, que desempenham importante papel na disputa pela hegemonia. Para Gramsci, com “[...] a expansão do imperialismo (Lênin, 2010) e o acirramento das lutas populares em diversos países europeus, ocorre uma [...] ocidentalização do Estado, aprofundando-se a relação entre Estado e Sociedade Civil” (DANTAS e PRONKO, 2018, p. 78). Fator que complexifica as determinações do exercício de dominação burguesa, tendo em vista que a luta política supera o âmbito das burocracias administrativas e policial-militares que monopolizam o aparelho de Estado, passa a ocorrer na amplitude do tecido social envolvendo organizações sociais e políticas, as camadas médias e a própria burguesia, ramificando-se pelo conjunto da sociedade capitalista (COUTINHO, 2011). De acordo com Gramsci (2002, p.139) foi substituído pelo Estado moderno “[...] o bloco mecânico dos grupos sociais por uma subordinação destes à hegemonia ativa

⁸ Gramsci, a partir da compreensão de Estado ampliado e analisar a diferenciação estrutural na conexão entre Estado e sociedade civil no Ocidente e Oriente, apresenta a necessidade de táticas distintas para a luta revolucionária, trabalhando os conceitos de “guerra de posição e guerra de movimento”: “[...] nas formações ‘orientais’, a predominância do Estado-coerção impõe à luta de classes uma estratégia de ataque frontal, ‘uma guerra de movimento’, voltada diretamente para a conquista e conservação do Estado em sentido restrito; no ‘Ocidente’, ao contrário, as batalhas devem ser travadas inicialmente no âmbito da sociedade civil, visando à conquista de posições e espaços (‘guerra de posição’), da direção político-ideológica e do consenso dos setores majoritários da população, como condição para o acesso ao poder de Estado e para sua posterior conservação (COUTINHO, 1989, p. 89).

do grupo dirigente dominante; portanto, abole algumas autonomias, que, no entanto, renascem sob outra forma, como partidos, sindicatos, associações de cultura”.

Na concepção de Estado ampliado, Gramsci concebe a existência de uma indissociabilidade entre Estado e Sociedade Civil, superando a visão economicista ou mecanicista, criticada pelo autor. Fontes e Mendonça (2012, p. 62) atribuem a aceção de Estado Ampliado a principal contribuição de Gramsci no âmbito da renovação do marxismo, “superando as dicotomias vontade versus imposição, sujeito versus sociedade e base versus superestrutura, mediante uma análise cuja ênfase é histórica”. Para Gramsci o Estado “[...] não é nem sujeito – algo a pairar, incontestemente, acima da sociedade, nem objeto [...], mas sim uma relação social, ou seja, a condensação das relações sociais presentes numa dada sociedade” (MENDONÇA, 1999, p. 20).

O Estado é concebido como organismo próprio de um grupo, destinado a criar condições favoráveis à expansão máxima desse grupo, mas este desenvolvimento e esta expansão são concebidos e apresentados como força motriz de uma expansão universal, de um desenvolvimento de todas as energias ‘nacionais’, isto é, o grupo dominante é coordenado concretamente com os interesses gerais dos grupos subordinados e a vida estatal é concebida como uma contínua formação e superação de equilíbrios instáveis (no âmbito da lei) entre os interesses do grupo fundamental e os interesses dos grupos subordinados, equilíbrios em que interesses do grupo dominante prevalecem, mas até um determinado ponto, ou seja, não até o estreito interesse econômico-corporativo (GRAMSCI, 2001, p. 41-42).

Essa compreensão ampliada do Estado, na teoria gramsciana está organicamente vinculada ao exercício de conquistar a hegemonia na sociedade, “conexão com o desenvolvimento do Estado, que, da fase “econômico-corporativa”, passa à fase “hegemônica” (de consenso ativo)” (GRAMSCI, 2001, p.198), assumindo a função de “Estado educador”. Ou seja, o Estado assume um duplo papel determinante na hegemonia do sistema capitalista, proporcionar as condições adequadas para o crescimento econômico e de construir o consenso. No que diz respeito a primeira função, o Estado atua “[...] como empresa (holding estatal) que concentra a poupança a ser posta à disposição da indústria e da atividade privada, como investidor a médio e longo prazo” (2001, p. 276), assumindo-se como um organismo plutocrático atrelado aos interesses do capital financeiro. De forma

articulada exerce a “tarefa educativa e formativa do Estado [...] de elaborar também fisicamente tipos novos de humanidade” (2000c, p. 23).

Neves (2005) ao caracterizar o Estado educador, afirma que enquanto elemento de cultura ativa, está a serviço de determinar a construção no invólucro da sociedade política, “[...] uma complexa e bem articulada sociedade civil, em que o indivíduo particular se governe por si sem que, por isso, esse autogoverno entre em conflito com a sociedade política, tornando-se, ao contrário, sua normal continuação, seu complemento orgânico (Ibidem, p. 26). Deste modo,

[...] a classe burguesa põe-se a si mesma como um organismo em contínuo movimento, capaz de absorver toda a sociedade, assimilando-a a seu nível cultural e econômico; toda a função do Estado é transformada: o Estado torna-se “educador” etc. Prossegue “a classe burguesa está “saturada”: não só não se difunde, mas se desagrega; não só não assimila novos elementos, mas desassimila uma parte de si mesma (ou, pelo menos, as desassimilações são muitíssimo mais numerosas do que as assimilações). (GRAMSCI, 2000c,p.56)

De acordo com Gramsci, a função “Estado educador” ocorre no âmbito de “[...] elevar a grande massa da população a um determinado nível cultural e moral, nível (ou tipo) que corresponde às necessidades de desenvolvimento das forças produtivas e, portanto, aos interesses das classes dominantes” (GRAMSCI, 2000c, p.284). Aí que a distinção realizada por Gramsci entre as duas esferas, da Sociedade Civil e Sociedade Política, permite apreender novas determinações do movimento dialético de dominação burguesa, desde a acepção gramsciana de Estado ampliado.

Por enquanto, podem-se fixar dois grandes “planos” superestruturais: o que pode ser chamado de “sociedade civil” (isto é, o conjunto de organismos designados vulgarmente como “privados”) e o da “sociedade política ou Estado”, planos que correspondem, respectivamente, à função de “hegemonia” que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de “domínio direto” ou de comando, que se expressa no Estado e no governo “jurídico”. (GRAMSCI, 2000c, p. 20-21)

Em outras palavras, por *Sociedade Civil* compreende-se uma arena fecunda de luta de classes, formada pelo conjunto de *aparelhos privados de hegemonia* responsáveis pela difusão de valores e ideologia, elaboram e moldam os anseios da classe, grupo ou fração dominante, objetivando conquistar a maioria pela

generalização de formas de convencimento em consonância aos seus interesses e projeto de classe. Aparelhos privados de hegemonia são organismos sociais autônomos em um determinado nível em relação ao Estado, por exemplo, compõem e atuam na sociedade civil: a escola, a igreja, o partido político, as organizações profissionais, os sindicatos, os meios de comunicação, os grupos empresariais, as instituições de caráter científico e cultural entre outros (GRAMSCI, 2000c).

Já por *Sociedade Política* é o conjunto dos aparelhos com que a classe dominante canaliza, detém e exerce a repressão e a coerção, ou seja, são os meios de assegurar a ordem utilizando medidas legais, exerce a função de hegemonia em toda a sociedade pelo “domínio direto” ou de comando, que se expressa no Estado e no jurídico (GRAMSCI, 2000c). Mesmo que tais medidas estejam fora de cumprir com as próprias leis estipuladas por estes aparelhos, em ocasiões diversas a violência é legitimada pelos aparelhos coercitivos do Estado para garantia da ordem fazendo uso do aparato militar e executivo (GRAMSCI, 2000c).

Gramsci assevera que as duas esferas preservam uma interação constante e uma inter-relação dialética de “identidade-distinção entre sociedade civil e sociedade política e, portanto, identificação orgânica entre indivíduos (de um determinado grupo) e Estado” (GRAMSCI, 2000c, p.282). Primeiramente, a função exercida na “[...] organização da vida social, na articulação e reprodução das relações de poder. Ambas em conjunto, formam o Estado em sentido amplo [...] sociedade política + sociedade civil, isto é hegemonia couraçada de coerção [...]” (COUTINHO, 2011, p. 26).

Vejamos, nessa compreensão, a sociedade civil é o espaço privilegiado e central de construção dos interesses e vontades individuais e coletivas, espaço em que os *aparelhos privados de hegemonia*⁹ exercem a direção moral e intelectual, objetivando conformar e interiorizar no conjunto da sociedade às formas de *pensar, sentir e agir* da classe dominante, não se resume a uma doutrinação ideológica perpassa as formas de ser e estar no mundo, trata-se de hegemonizar corações e mentes. Ou seja, a manutenção da dominação de uma classe sobre a outra, não ocorre puramente por meio da força, violência e coerção imprimida, mas combinada e articulada pela sua capacidade de adquirir maioria em sociedade, de “ganhar aliados para suas posições através da *direção político-intelectual* e do *consenso*” (COUTINHO, 2011, p. 26). Por outro lado, a Sociedade Política exercita uma

⁹ A noção de privado, não se trata de uma oposição ao caráter de público, refere-se a adesão voluntária aos organismos (partidos, sindicatos, igrejas...) (MENDONÇA, 1999; COUTINHO, 2011).

imposição/ditadura, “uma *dominação* mediante a *coerção* (e por coerção não se deve entender apenas a violência pura e simples, mas todos os atos governamentais [...])” (COUTINHO, 2011, p.26). Sinteticamente falando, “Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia couraçada de coerção” (GRAMSCI, 2000c, p. 244).

A separação funcional e estrutural dos dois grandes planos superestruturais realizada por Gramsci é uma distinção metodológica para apreender a materialidade em que se movimenta a construção da dominação e hegemonia na Sociedade Civil e Sociedade Política. Trata-se de compreender a visão de Estado ampliado com as determinações dos dois planos de forma unificada na diversidade, relacional, integrada e complementar, conforme podemos ver na abordagem a seguir:

1) do **consenso ‘espontâneo’** dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce ‘historicamente’ do prestígio (e, portanto, da confiança) obtido pelo grupo dominante por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção; 2) do aparelho de **coerção estatal**, que assegura ‘legalmente’ a disciplina dos grupos que não ‘consentem’, nem ativa nem passivamente, mas que é construído para toda a sociedade na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais desaparece o consenso espontâneo” (GRAMSCI, 2000b, p.21 – v.2. Grifos nossos)

Para ilustrar a dimensão de complementariedade e unidade relacional entre a Sociedade Civil e Sociedade Política, Gramsci recorre à representação simbólica da natureza dúplice do Centauro maquiavélico “[...], ferina e humana, da força e do consenso, da autoridade e da hegemonia, da violência e da civilidade, do momento individual e daquele universal (da “Igreja” e do “Estado”), da agitação e da propaganda, da tática e da estratégia, etc.” (GRAMSCI, 2000c, p.33).

Com isto, podemos afirmar que em Gramsci é inseparável a construção da hegemonia da compreensão de Estado ampliado. Justamente pelo caráter relacional, processual e contraditório que as lutas pela hegemonia em sociedade podem figurar em cada momento histórico, espaço e de acordo a capacidade organizativa e de disputa das diferentes forças sociais (DANTAS e PRONKO, 2018). “O exercício “normal” da hegemonia, no terreno tornado clássico do regime parlamentar, caracteriza-se pela combinação da força e do consenso, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso [...])” (2000c, p.95). Mas sim, buscando expressar ao conjunto da sociedade que a força esteja sustentada pelo

consenso da maioria, por meio dos “[...] chamados órgãos da opinião pública- jornais e associações-, os quais, por isso, em certas situações, são artificialmente multiplicados” (GRAMSCI, 2000c, p.95).

O que Gramsci denomina de “opinião pública” é justamente o ambiente em que a Sociedade Civil e a Sociedade Política se contatam, “[...] está estreitamente ligado à **hegemonia política** [...] O Estado, quando quer iniciar uma ação pouco popular, cria preventivamente a opinião pública adequada, ou seja, organiza e centraliza certos elementos da sociedade civil” (p.265, V.3. grifos nossos). Fontes (2005, p.223) colabora com a apreensão e amplitude da acepção de hegemonia, ao enfatizar que não pode ser considerada como atributo meramente econômico, “[...], mas como formulação cultural de uma visão de mundo a partir das associações que rapidamente se transformam em centros formadores e multiplicadores (por meio de publicações, revistas e jornais, de escolas médias e superiores)”.

Eis nesse aspecto que o pensamento gramsciano destaca a existência de um sujeito social essencial na construção da hegemonia – o intelectual. Intelectual em Gramsci são considerados todos os homens e mulheres, mas que segundo o autor nem todos exercem esta função. Para Gramsci, os intelectuais não são somente aqueles que produzem ideias, mas sim aqueles que interagem com as forças sociais concretas em luta, articulando-se as suas condições materiais de existência. Gramsci (2000) compreende que os intelectuais desenvolvem papel imprescindível e estratégico na construção da hegemonia de um determinado grupo social, na articulação entre a hegemonia e o domínio direto: “Estas funções [hegemonia e domínio estatal] são precisamente organizativas e conectivas. Os intelectuais são os ‘prepostos’ do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político” (GRAMSCI, 2000b, p. 20-21). Para exemplificar, Gramsci utiliza o empresário capitalista, o qual cria diferentes funções (técnico, gerente, monitor, organizador de uma nova cultura e novo direito...), com intuito de construir as condições favoráveis para o crescimento de sua própria classe e seus interesses serem bem-sucedidos. Entretanto, a rede de intelectuais desta classe, não se limita à esfera da empresa por si só, ela atinge todo complexo tecido social, ou seja, nas diferentes esferas sociais busca-se ter seus intelectuais para defender os interesses da sua classe, inclusive na esfera estatal para facilitar a criação das condições de expansão, no âmbito jurídico, administrativo, corporativo, moral e cultural. Ou seja, Gramsci afirma que

Todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político [...].

Coutinho (2011) sintetiza a distinção das categorias de intelectuais preconizada por Gramsci, sendo o grande intelectual o elaborador de novas visões do mundo, e a ampla massa dos intelectuais que massificarão tais concepções, “[...] e, por outro, faz uma decisiva distinção entre “intelectuais orgânicos”, que são gerados diretamente por uma classe e servem para lhe dar consciência e promover sua hegemonia, e “intelectuais tradicionais” (COUTINHO, 2011, p.30). Os “intelectuais tradicionais” que são vinculados às instituições que o capitalismo herdou das formações sociais anteriores como as Igrejas e o sistema escolar (COUTINHO, 2011), incluindo outras categoriais de intelectuais tradicionais como administradores, teóricos, cientistas e filósofos (GRAMSCI, 2000b). Segundo Gramsci, os intelectuais tradicionais podem ser categorizados da seguinte maneira,

[...] como representantes de uma continuidade histórica que não foi interrompida nem mesmo pelas mais complicadas e radicais modificações das formas sociais e políticas. A mais típica destas categorias é a dos eclesiásticos, que monopolizaram durante muito tempo [...] alguns serviços importantes: a ideologia religiosa, isto é, a filosofia e a ciência da época, com a escola, a instrução, a moral, a justiça, a beneficência, a assistência, etc. (GRAMSCI, 2000b, p. 16)

Gramsci ressalta que a classe que busca desenvolver o sentido do domínio, construir sua hegemonia, além de formar seus próprios intelectuais orgânicos, deve lutar pela assimilação e conquista dos intelectuais tradicionais, isso ocorrerá “[...] tão mais rápidas e eficazes quanto mais o grupo em questão for capaz de elaborar simultaneamente seus próprios intelectuais orgânicos” (2000b, p.18-19). Gramsci, refuta a ideia bastante difundida e a própria autoposição que “[...] estas várias categorias de intelectuais tradicionais sentem com “espírito de grupo” sua ininterrupta continuidade histórica e sua “qualificação”, eles se põem a si mesmos como autônomos e independentes do grupo social dominante” (GRAMSCI, 2000b, p.17). Mas que, ao contrário, eles “são formados” em função de um objetivo primordial: “criar as condições mais favoráveis à expansão da própria classe”.

Gramsci observa o caráter abrangente e de interiorização da relação de hegemonia para expansão da classe social ao nível internacional, ao tratar que [...] é

necessariamente uma relação pedagógica, que se verifica não apenas no interior de uma nação, entre diversas forças que compõem, mas em todo o campo internacional e mundial, entre conjuntos de civilizações nacionais e continentais” (1999, p. 399). Gramsci exemplifica essa abrangência ao analisar o “Americanismo e fordismo”¹⁰ como uma nova ordem econômica, intelectual, moral, ética, cultural e de visão de mundo que adquiriu força hegemônica com a capacidade de deslocar a dinâmica econômica mundial da Europa para os Estados Unidos,

A hegemonia está na fábrica e necessita apenas, para ser exercida, de uma quantidade mínima de **intermediários** [aparelhos privados de hegemonia] profissionais da política e da ideologia. O fenômeno das “massas”, que tanto impressionou Romier, não é mais do que a forma desse tipo de sociedade “racionalizada”, na qual a “estrutura” domina mais imediatamente as superestruturas e estas são “racionalizadas” (simplificadas e reduzidas em número). [...] Na América, a racionalização determinou a necessidade de elaborar um **novo tipo humano, adequado ao novo tipo de trabalho e de processo produtivo**: esta elaboração está até agora na fase inicial e, por isso, (aparentemente) idílica. É ainda a fase da adaptação psicofísica à nova estrutura industrial, buscada através dos altos salários; ainda não se verificou (antes da crise de 1929), salvo talvez de modo esporádico, nenhum florescimento “superestrutural”, ou seja, ainda não foi posta a questão fundamental da hegemonia. (GRAMSCI, 2001, p. 247-248. Grifos nossos).

De acordo com Ruy Braga (2008), diferenciando-se das classes dominantes tradicionais, a burguesia estadunidense alcança uma elaboração elevada, ampliando as esferas estruturais para além da aparelhagem estatal, expandindo aparelhos privados de hegemonia na sociedade civil e figurando o Estado ampliado. Efetiva-se um Estado ampliado caracterizado pela economia programática, “[...] viabilizadora de novas relações sociais, baseadas no consumo de massas; aumenta a produtividade capitalista; efetiva a pacificação das classes trabalhadoras e, ao mesmo tempo, restaura a hegemonia burguesa” (NEVES, 2008, p. 191).

Trata-se da edificação de uma nova hegemonia cultural enquanto estratégia burguesa em resposta à queda tendencial da taxa de lucro e de superação da crise

¹⁰ O “Americanismo e fordismo”, título dado pelo próprio Gramsci ao Caderno 22 dos Cadernos do cárcere, em 1934, composto de 16 notas, é conhecido dos brasileiros de longa data. Ele foi editado no Brasil em 1968, pela Civilização Brasileira, na chamada edição temática, como parte do livro Maquiavel, a política e o Estado moderno, com tradução de Luiz Mário Gazzaneo. Mais recentemente, em 2001, novamente pela Civilização Brasileira, ele se inclui no volume 4, Temas de cultura, ação católica. Americanismo e fordismo, da edição brasileira da íntegra dos Cadernos do cárcere, editada por Carlos Nelson Coutinho e Luiz Sérgio Henriques.

de hegemonia em curso na época. Ruy Braga expõe que "americanismo e fordismo representam as duas faces de uma mesma moeda": um processo de racionalização do trabalho e da produção e, ao mesmo tempo, um novo ajuste entre estrutura e superestrutura, "[...] no sentido de recompor a unidade [da classe dirigente nacionalmente e internacionalmente] entre as relações sociais de produção e os aparelhos de hegemonia" (BRAGA *apud* NEVES, 2009, 192).

A forma jurídica possível é uma das condições, não a única condição nem mesmo a mais importante: é apenas a mais importante das condições imediatas. A americanização exige um determinado ambiente, uma determinada estrutura social (ou a decidida vontade de criá-la) e um determinado tipo de Estado. O Estado é o Estado liberal, não no sentido do livre-cambismo ou da efetiva liberdade política, mas no sentido mais fundamental da livre iniciativa e do individualismo econômico que chega com meios próprios, como "sociedade civil", através do próprio desenvolvimento histórico, ao regime da concentração industrial e do monopólio (GRAMSCI, 2001, p. 258-259).

Por outro lado, sua viabilização exige incorporar taticamente as pautas das classes subalternas, por isso "a coerção deve ser sabiamente combinada com persuasão e consenso, e isto pode ser obtido, nas formas próprias de uma determinada sociedade, por meio de uma maior retribuição, que permita um determinado padrão de vida" que, necessariamente seja, "capaz de manter e reintegrar as forças desgastadas pelo novo tipo de esforço"(p.273), uma vez que a "adaptação aos novos métodos de produção e de trabalho não pode ocorrer apenas através da coação social" (p. 272), capaz de "provocar consequências graves para a saúde física e psíquica dos trabalhadores" (p.272-273).

Mas, tão logo os novos métodos de trabalho e de produção se generalizarem e difundirem, tão logo o novo tipo de operário for criado universalmente e o aparelho de produção material se aperfeiçoar ainda mais, o *turnover* [alta rotatividade] excessivo será automaticamente limitado pelo desemprego em larga escala e os altos salários desaparecerão (Ibidem, p. 273).

A noção de Estado ampliado em Gramsci permite compreender que a *hegemonia* se constrói com base nas relações de trabalho e produção (economia), desde o exercício intelectual, moral e de domínio de um determinado grupo social para impor sua vontade sob outro grupo, tendo fundamentalmente a sociedade civil como

arena da luta pela construção de uma nova ordem social e cultural e nova visão de mundo, combinada aos interesses nacional e internacional (GRAMSCI, 2002).

Portanto, o conteúdo que atribuímos ao conceito de *outra hegemonia* ou *hegemonia alternativa* é justamente a capacidade de uma determinada classe social articular uma força hegemônica alternativa ao projeto hegemônico em exercício na sociedade. Ou seja, por *outra hegemonia*, estamos compreendendo que o elemento de luta/combate/resistência se desloca do terreno do adversário ou do inimigo, e é incorporado enquanto *classe para si*.

Deste modo, recorreremos a utilizar *hegemonia dos trabalhadores* em detrimento a hegemonia do capital e do agronegócio para se referir às ações da classe trabalhadora que objetivam construir, criar e exercer uma nova ordem social, intelectual, moral e cultural, de modo a adquirir maioria e direção em sociedade. Diz respeito ao desafio elencado por Gramsci de “por uma nova cultura, isto, é, por uma nova vida moral, que não pode deixar de intimamente ligada a nova instituição da vida até que esta se torne um novo modo de sentir e de ver a realidade” (GRAMSCI, 2002, p. 70).

É exatamente considerando esse desafio da luta de classes que Gramsci, assim como, Marx e Engels (2007) asseveravam que a [...] sociedade civil é o verdadeiro foco e cenário de toda a história, e quão absurda é a concepção histórica anterior que descuidava das relações reais, limitando-se às pomposas ações dos príncipes e dos Estados (MARX & ENGELS, 2007, p. 39). Explicitando a insuficiência das estratégias que se esgotam nos marcos da institucionalidade, perdendo de vista as relações concretas (relações de produção e dominação) que possuem sua materialidade na sociedade civil.

Poulantzas¹¹ (2000) contribui com essa análise a partir de sua perspectiva relacional de Estado ao enfatizar que as lutas de classes possuem/detêm não somente “[...] a primazia sobre o estado e o ultrapassam, como as relações de poder também ultrapassam o Estado em outro sentido: *as relações de poder não englobam completamente as relações de classe* e podem ultrapassar as próprias relações de classe” (POULANTZAS, 2000, p. 41). Isto é, seria uma ingenuidade acreditar que a construção de uma hegemonia dos trabalhadores se restringe no interior da

¹¹ Segundo Neves e Pronko (2010) o francês Nicos Poulantzas acrescenta novos elementos e determinações ao conceito de Estado Ampliado introduzindo uma perspectiva relacional para compreender o Estado de classe.

institucionalidade do Estado, “[...] transformar os aparelhos de Estado numa transição ao socialismo não bastaria para abolir ou transformar o conjunto, das relações de poder (Ibidem).

É por meio da luta de classes que o Estado se conforma e é conformado, não como uma estrutura estática e passiva que somente determina ou é determinado, mas é uma relação complexa integrada pelas determinações das forças sociais em correlação, como também determinado pela sua própria natureza institucional (POULANTZAS, 2000). “*o estabelecimento da política do estado deve ser considerado como resultante das contradições de classe inseridas na própria estrutura do Estado (Estado-relação)*” (Ibidem, p. 134. Grifos do original).

Se o Estado é fruto das contradições de classe, deve-se compreendê-lo “[...] como a condensação de uma relação de forças entre classes e frações de classe, tais como elas se expressam, sempre de maneira específica, *no seio do Estado*, significa que o Estado é constituído-dividido de lado a lado pelas contradições de classe” (Ibidem, p. 134. Grifos do original).

O Estado, sua *política*, suas *formas*, suas *estruturas*, traduzem, portanto, os interesses das *classes dominantes* não de modo mecânico, mas através de uma relação de forças que faz dele uma expressão condensada da luta de classes em desenvolvimento (POULANTZAS, 2000, p. 132. Grifos nossos).

Contudo, mesmo contendo esta complexa correlação de forças imprimindo e influenciando a forma de *ser* e *agir* do Estado, o Estado contém uma *ossatura material* própria de suas instituições que apresenta uma resistência própria de sua natureza estrutural (POULANTZAS, 2000). Ou seja, o aspecto material do aparelho do Estado não desaparece, “[...] não se reduz a relação de forças, ele apresenta uma opacidade e uma resistência” (Ibidem, p. 132). Se desloca, mesmo chegando à estrutura do Estado, ele conserva a materialização do seu direcionamento classista. Dantas e Neves (2018) ao problematizarem se essa compreensão tornaria o Estado meramente um ambiente do conflito de classes, discorrem com base em Poulantzas que,

[...] se o conflito fundamental expressa a dominação e a dominação pretende perpetuar-se, o Estado também expressará a mesma condição e intenção, através de sua aparelhagem, de sua *ossatura material*, que seria por definição *dividida, fissurada e contraditória*. Isto é, o Estado de classe da burguesia, ainda que vazado, penetrado, contraditório e permeável à luta dos trabalhadores, comporta exclusivamente a hegemonia burguesa. A construção de uma

hegemonia de massas passaria, necessariamente, pela construção de um novo Estado (ibidem, p.89-90. Grifos do original).

Em outras palavras, “[...] o aparelho de Estado não possui poder, já que só se pode entender por poder de Estado o poder de certas classes e frações, a cujos interesses corresponde o Estado” (POULANTZAS, 1977, p. 22). Incisivamente, Poulantzas (1977) rechaça as concepções do Estado-Coisa (concepção instrumentalista, instrumento passivo, senão neutro, totalmente manipulado por única fração ou classe) e do Estado-Sujeito (autonomia absoluta do Estado, poder próprio, acima do conflito de classe), ao desvendar o caráter relacional do Estado enquanto “constituído-atravessado em toda parte pelas contradições de classe”, que mesmo sendo concebido a reproduzir as divisões de classe, jamais se pode compreendê-lo enquanto “bloco monolítico sem fissuras mas é ele mesmo, com sua própria estrutura, dividido (Ibidem, p. 23). Ou seja, o Estado não pode ser concebido meramente “como instrumento de dominação de uma classe sobre a outra, mas sim como *espaço estratégico de relações de dominação*” (DANTAS e PRONKO, 2018, p. 89. Grifos nossos).

Poulantzas (2000) observará por meio da compreensão do Estado enquanto relação que o aparelho do Estado resguarda, além do conflito fundamental entre a classe dominante e dominada, “o conflito interno entre as frações da classe dominante que disputam a hegemonia do no poder” (DANTAS e PRONKO, 2018, p.91). Disso resulta que os aparelhos de Estado exercem a função de organizador-unificador do bloco no poder, isso ocorre sob a direção e hegemonia da fração ou classe hegemônica frente ao seu inimigo de classe, de modo a manter a organização conflitual da aliança do bloco no poder e equilíbrio instável dos compromissos entre seus membros, representando a longo prazo, o interesse do capitalista coletivo (POULANTZAS, 2000).

De acordo com Poulantzas (2000) o Estado possui uma autonomia relativa pela ossatura material em relação à classe ou frações do bloco no poder que permite preservar a representação dos interesses da burguesia a longo prazo. Essa autonomia não existe na exterioridade do Estado, mas advém “[...] concretamente como autonomia relativa de tal ou qual setor, aparelho ou rede do estado em relação aos outros” (Ibidem, p.138).

Nesse processo “os aparelhos de Estado organizam-unificam o bloco no poder ao desorganizar-dividir continuamente as classes dominadas, polarizando-as para o

bloco no poder e ao curto-circuitar suas organizações políticas específicas” (Ibidem, p.143). Para Poulantzas a consagração e reprodução da hegemonia (dominação) de classe pelos aparelhos de Estado sucedem pelo exercício da repressão e violência física com relação à classe dominada, mas a ação não se esgota no binômio *repressão-ideologia*, ocorre de forma combinada ao estabelecimento de “[...] um jogo (variável) de compromissos provisórios entre o bloco no poder e certas classes dominadas, e instaurando um “consenso” ideológico destas com relação ao poder político das classes dominantes” (POULANTZAS, 1977, p.26), permanentemente desorganizando e dividindo as classes dominadas.

Mediante esse exercício da estrutura material do Estado de manutenção e reprodução da relação dominação-subordinação em relação às classes dominadas, Poulantzas ressalta que a luta da classe dominada não pode ser uma luta apenas presente no Estado, constituindo simplesmente em pressões e reivindicações sobre o Estado. Embora, “a ação das massas populares no seio do estado é a condição necessária para sua transformação, mas não é o bastante” (POULANTZAS, 2000, p. 146). Na realidade, as lutas populares atravessam o Estado lado a lado, estão inscritas na materialidade institucional do Estado, não como exterioridade, mas de maneira concreta, tanto diretamente nas formas da contradição classe dominante e classe dominada, quanto indiretamente nas contradições entre classes e frações dominantes em si mesmas (POULANTZAS, 2000).

O Estado enquanto condensação das relações de forças entre as classes e os grupos sociais é compreendido como *campo estratégico* materializado pelas lutas políticas e a batalha das ideias (ideológica) travadas pela classe dominante e os subalternos. Poulantzas observará que não se trata de uma alternativa simples, “luta interna” frente a “luta externa”, mas essas duas formas de lutas devem ser combinadas. Tal como destacou Gramsci, a luta pela hegemonia é exercitada na sociedade civil, compreendida como arena fecunda da luta de classes, de construção da força social organizada que oferece direção à sociedade política/Estado, seja para lutar contra o novo e conservar os valores estabelecidos ou como expressão da hegemonia dos trabalhadores para esmagar a narrativa, projeto e forças dominantes vigentes. Se a conquista da hegemonia é resultado da constituição da vontade coletiva de superação dos interesses meramente econômicos e corporativistas, com vistas à construção de uma consciência ética e política de classe para si, se faz, necessário, disputar os corações e mentes no conjunto das dimensões da vida em sociedade.

Então, para as classes subalternas é insuficiente desempenhar uma luta de ocasião, pontual, reivindicatória ou puramente econômica. Embora seja importante, é necessário combinar com a capacidade organizativa de desenvolver a guerra de posição (GRAMSCI, 2001) no sentido dado por Gramsci de construir condições que ousem “ocupar posições” na sociedade civil e política, de modo que edifique a hegemonia da classe trabalhadora para disputar a direção intelectual e moral do projeto societário do ponto de vista econômico, político e ideológico.

Tendo por referência a complexa dinâmica das relações entre Estado restrito e sociedade civil, e a atuação dos diversos aparelhos de hegemonia incumbidos pela organização das vontades coletivas, tanto de grupos dominantes, quanto dos dominados. Perseguiremos por meio desse estudo compreender a ação dos aparelhos privado de hegemonia do Agronegócio, a partir da ação de seus intelectuais orgânicos para difundir sua visão de mundo, desde a mais tenra idade, seja no próprio âmbito da sociedade civil, seja, em particular, junto ao Estado restrito, convertendo seus interesses privados e conteúdo político na “vontade da maioria”, construindo força social e produtiva e reafirmando a hegemonia do Agronegócio.

1.2. Pedagogia do Capital enquanto estratégia de dominação e educação do consenso

A concepção de Estado ampliado demarca a indissociabilidade entre Estado restrito e sociedade civil, entre política e cultura com a construção da hegemonia. Ou seja, o Estado capitalista, consiste na atuação concomitante, de construir o consenso, de consentimento obtido por meio da ação dos aparelhos de hegemonia da sociedade civil, em sintonia por meio da ação do próprio Estado restrito, que promove e generaliza o projeto da fração de classe hegemônica em diferentes contextos históricos. Entretanto, até mesmo as instituições do Estado restrito vinculadas ao exercício da coerção, promovem e difundem uma determinada cultura, a exemplo o Exército (MENDONÇA, 2014).

Esta compreensão do Estado, elucida a atuação dos organismos multilaterais enquanto intelectuais coletivos para figurar o Estado capitalista, de modo que represente e organize o interesse político, econômico e jurídico da classe dominante mundialmente, combinando a função de organização e unificação do bloco no poder,

com a consagração e reprodução da hegemonia por meio da coerção e o consenso em relação aos trabalhadores (POULANTZAS, 1980; PRONKO, 2014) para promover um novo senso comum ou imaginário social fundado no livre mercado (GENTILI, 1996).

O vínculo orgânico entre sociedade civil e Estado explica o caráter molecular dessa dominação que atravessa todos os espaços sociais, “educando o consenso, forjando um ser social adequado aos interesses (e valores) hegemônicos” (FONTES, 2006, p. 212).

Esse processo de dominação e educação do consenso, pode ser observado a partir da análise do desenvolvimento do capitalismo e o jogo econômico globalizado, pós-segunda Guerra Mundial que paulatinamente constitui o ambiente de ampliação da subordinação dos países periféricos aos centros hegemônicos do capital, Estados Unidos da América – EUA, caracterizado pelo crescente desenvolvimento desigual amparado pela exploração da força de trabalho da maioria da população.

Em decorrência da Conferência de Bretton Woods (1944), que objetivou constituir acordos para criar um sistema de regras, instituições e procedimentos para estruturar a ordem econômica e a política internacional, funda-se o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), para financiar a reconstrução e desenvolvimento dos países destruídos pela segunda Guerra Mundial. Que a partir de 1949 evolui sua abrangência para o financiamento do desenvolvimento econômico e social dos países do denominado Terceiro Mundo, projetos estrategicamente focalizados na infraestrutura, com condicionalidades econômicas designadas pelo financiador (LEHER, 1999).

Pereira (2014) salienta que a complexidade e amplitude de atuação alcançada pelo Banco Mundial, superou a pretensão imaginada na sua gestação, passando a abranger com o tempo financiamento de projetos e programas, dialogo com governos nacionais e subnacionais, assistência técnica ao setor público, pesquisa econômica, liderança sobre outros organismos multilaterais e coordenação de iniciativas internacionais. “[...] age de maneira prescritiva a respeito do que os governos devem fazer em matéria de políticas públicas de desenvolvimento [...] desde as suas origens, ainda que de diferentes formas, como um ator político, intelectual e financeiro [...]” (PEREIRA, 2014, p. 78-79).

A abrangência de atuação e a consolidação do Banco Mundial como uma agência de desenvolvimento e de assistência multilateral (PEREIRA, 2014), ocorreu

principalmente na gestão presidencial de Robert S. McNamara (1968-1981), “[...] até então secretário de Defesa dos Estados Unidos (1961-1968) [...]” (LEHER, 1999, p. 21). Com intuito de restaurar o sistema de hegemonia internacional, “[...] num contexto de declínio relativo da posição dos EUA na economia internacional, deterioração da situação macroeconômica do país [...]” (PEREIRA, 2014, p.84-85), em que o sentimento anti-estadunidense nos países periféricos estava crescente, vitória da Revolução Cubana e a derrota do EUA no Vietnã, o movimento estudantil de 1968, as primeiras manifestações da crise estrutural do capitalismo nos anos iniciais da década de 70” (PRONKO e NEVES, 2008, p.94). A reorganização da atuação e dos projetos do Banco Mundial, tendo o binômio pobreza-segurança deslocado para a centralidade de suas ações (LEHER, 1998).

A “luta contra a pobreza” tinha raízes diretas nas injunções da Guerra Fria e foi enxertada no Banco pelo governo norte-americano (Kapur, Lewis; Webb, 1997, p. 222). [...] outros acontecimentos ocorridos durante o quinquênio 1968-1973 empurraram o governo estadunidense e seus aliados mais próximos a buscarem novas estratégias de atuação, pressionando as organizações que integravam a sua rede de poder externo, como o Banco Mundial, a fazerem o mesmo. A lista é longa: eleição, governo e derrubada de Allende no Chile, eleição de Indira Gandhi, guerra entre Índia e Paquistão e fundação de Bangladesh, nacionalização do petróleo e reforma agrária no Peru, entre outros (idem, p. 251-252) (PEREIRA, 2014, p. 85).

Tais fatores levaram a alteração na forma de pensar e agir do Banco Mundial, redimensionamento o escopo dos projetos (LEHER, 1999), ampliando-se para programas, muito mais complexos e abrangentes, incidindo definitivamente no setor social, sobre setores vastos como educação, saúde e produção agrícola. Esta reorientação do banco obteve êxito, não tanto pelo sucesso das políticas setoriais, que em geral fracassaram economicamente e socialmente, mas em termos políticos mais amplos (LEHER, 1999, p. 23).

A implementação de ajustes estruturais e superestruturais que, na linguagem desses “senhores do mundo”, tiveram por finalidade garantir a paz mundial no novo milênio e fincar os pilares para o desenvolvimento neste século de uma nova sociedade, a chamada sociedade do conhecimento – formulação ideológica do capital para o século XXI, [...] contou também com a participação de dois importantes atores coadjuvantes: a OIT e Unesco (PRONKO & NEVES, 2008, p.96).

Em meio as mudanças tornaram-se mais rígidas as condicionalidades para os empréstimos e o binômio pobreza-segurança foi adquirindo diferentes formas e significados, principalmente, desde a dívida externa de 1982, em decorrência das mutações conjunturais no âmbito político, econômico e ideológico (PRONKO e NEVES, 2008). Se anteriormente, justificavam empréstimos visando garantir cumprimento de metas macroeconômicas e setoriais em prol da modernização capitalista, desde as reformas preconizadas pelo Consenso de Washington, passa a vincular os empréstimos “[...] ao ajuste estrutural com vistas a preparar seus países-membros para a participação cada vez mais orgânica no “mundo em transformação” (PRONKO & NEVES, 2008, p.95).

De acordo, com Soares (1996) as políticas e programas seguiam os principais acordos firmados, no Consenso de Washington para atender às necessidades básicas do capital internacional em processo de globalização:

[...] 1. Equilíbrio orçamentário, sobretudo mediante a redução dos gastos públicos; 2. Abertura comercial, pela redução das tarifas de importação e eliminação das barreiras não-tarifárias; 3. Liberalização financeira, por meio da reformulação das normas que restringem o ingresso de capital estrangeiro; 4. Desregulamentação dos mercados domésticos, pela eliminação dos instrumentos de intervenção do Estado, como controle de preços, incentivos, etc.; 5. Privatização das empresas e dos serviços públicos (SOARES, 1996, p. 23).

São medidas que integram uma reestruturação capitalista cunhada pelo Banco Mundial e o FMI com incidência na reforma da aparelhagem estatal e da estrutura e dinâmica da sociedade civil com base no americanismo enquanto fundamento ideológico de produção material e simbólica da vida (PRONKO & NEVES, 2008, p. 96). Trata-se da aplicação de programas de ajustamento estrutural, intervindo diretamente na formulação de políticas internas e na própria legislação nos países de Terceiro Mundo (MORAES, 2001).

Tal modificação na centralidade de atuação do Banco Mundial é justificada pela tese de McNamara, que a educação e saúde são fundamentais para ampliação da produtividade da população marginalizada, fundamentalmente para a segurança nacional, tendo em vista que a pobreza significava uma ameaça para a economia das nações desenvolvidas, devido os pobres serem sensíveis e propensos ao comunismo (LEHER, 1998; 1999).

À luz do binômio pobreza-segurança, principalmente, nos países latino-americanos, a área educacional ocupa um de seus focos principais, assumindo a educação um papel estratégico na reestruturação do capitalismo, tanto do ponto de vista da necessidade do controle ideológico, quanto como mecanismo de atenuação das desigualdades. A educação escolarizada integra a estratégia ideológica do Banco Mundial de internalização (MÉSZÁROS, 2008) pelos indivíduos de práticas concretas e valores neoliberais sob o escopo do combate à pobreza e da segurança.

Moraes (2001) observa que os neoliberais adotaram uma estratégia voltada aos países latino-americanos que concebeu os governos como grandes inimigos devido à influência do populismo e do comunismo na geração de programas nacionalistas e desenvolvimentistas. Adotando uma argumentação que primeiramente impõe um diagnóstico caótico complementado por um receituário salvacionista, contendo uma forte ação governamental “[...] contra os sindicatos e prioridade para uma política antiinflacionária monetarista (doa a quem doer) – reformas orientadas para e pelo mercado, “libertando” o capital dos controles civilizadores que lhe foram impostos por duzentos anos de lutas populares”. (MORAES, 2001, p.13-14).

Por meio desta lógica, o Banco Mundial volta-se “[...] por meio de escolas técnicas, programas de saúde e controle de natalidade, ao mesmo tempo, em que promove mudanças estruturais na economia desses países, como a transposição da “revolução verde para o chamado Terceiro Mundo” (LEHER, 1999, p. 22).

Constituiu-se um processo de neoliberalização (PRONKO, 2014) contundente, a partir da segunda metade da década de 1970 (MORAES, 2001) que se alastrou mundialmente, por meio da atuação dos organismos multilaterais enquanto aparelhos privados de hegemonia com intuito de reposicionar a economia fundada no livre mercado enquanto base ideológica do neoliberalismo e como modo dominante de organização da vida política e social (PRONKO, 2014).

As conexões entre educação, segurança e pobreza fornecem o substrato das reformas educacionais em curso na América Latina. Com aprofundamento sem precedentes da polarização na década de 1990, o Banco Mundial dedica cada vez maior atenção à construção de instituições adequadas à era do mercado, de modo a ter recursos institucionais para ‘manejar’ as contradições do sistema. A educação é radicalmente modificada, [...] cada vez mais instrumental: os conteúdos estão fortemente carregados de ideologias apologéticas ao capital e o debate educacional é pautado em grande parte pelos ‘homens de negócios’ e pelos estrategistas políticos (LEHER, 1999, p.29).

Esse processo de neoliberalização - a Pedagogia do Capital - é composto por um complexo e amplo processo pedagógico orquestrado pelos organismos internacionais, organizações nacionais e regionais que atuam como intelectuais coletivos (GRAMSCI, 2001) para constituírem “[...] o consentimento do conjunto da população ao projeto econômico e político-ideológico das classes dominantes” (NEVES, 2012, p. 541). Deste modo, a burguesia subordina os Estados-nações e a classe trabalhadora por meio de práticas disseminada e financiadas por tais organizações internacionais, instituindo estratégias de construir a hegemonia e a dominação burguesa (NEVES, 2005; MARTINS e NEVES, 2012).

Podemos considerar que a Pedagogia do Capital atua pelos menos em duas grandes frentes para alcançar os objetivos da classe dominante. De um lado, promove “[...] a assimilação subordinada das várias frações da classe trabalhadora ao projeto dominante [...]”, por outro lado, destina-se “[...] também a educar as frações subordinadas da classe dominante, de modo a torná-las corresponsáveis pelo projeto político do capital em seu conjunto” (MARTINS e NEVES, 2012, p. 541). Para isso, os intelectuais orgânicos singulares e coletivos da burguesia exercem o papel das frações da burguesia nas instâncias executivas e legislativas no interior do aparelho estatal para implementar e favorecer mediante políticas públicas os interesses privados de grandes corporações (MARTINS e NEVES, 2012).

1.3 O Banco Mundial na Educação e a Pedagogia do Capital

Podemos afirmar que a experiência dos ajustes econômicos orquestrados internacionalmente via o receituário do Consenso de Washington possibilitou vislumbrar um consenso estratégico para atuarem no plano da reforma educacional (GENTILI, 1999). No desenvolvimento desse consenso, especialmente o Banco Mundial desempenhou um papel estratégico para sua construção enquanto sujeito intelectual e financiador.

No Brasil, os embriões da ingerência na educação pela burguesia com a lógica de *educar o que serve ao mercado* remete há década de 1930, na origem da tardia industrialização brasileira, com a fundação da Confederação Nacional Industrial – CNI, composta pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - Senai, fundado 1942,

pelo Serviço Social da Indústria - Sesi, 1946, e pelo Instituto Euvaldo Lodi – IEL, de 1969 (RODRIGUES, 2007). De acordo com Rodrigues (2007) a CNI, desde sua origem objetivou com a participação do empresariado “operar a formação humana de forma a cumprir as necessidades do Capital em busca de reproduzir-se de forma ampliada” (Ibidem, p.09).

Outro embrião dessa perspectiva educacional focada na formação de capital humano, encontra-se em 1937 com a Criação da Sociedade Brasileira da Educação Rural,, que objetivava a difusão ideológica, disciplina e civismo e construção da identidade nacional. E enraíza-se na década de 1940, com a denominada Reforma Gustavo Capanema, a qual estruturou o ensino industrial, reformou o ensino comercial e proporcionou a constituição do Senai, Sesi, e de seus congêneres, o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – Senac e Serviço Social do Comércio – SESC (RODRIGUES, 2007). Sua ação pedagógica, objetivou (objetiva) ensinar o que a expansão industrial necessita, ou seja, disseminar o ideário de socializar “o que serve ao mercado ou de fazer pelas mãos à cabeça do trabalhador” (FRIGOTTO, 1993).

Rodrigues (2007) salienta que a Reforma Gustavo Capanema é expressão da subordinação da política educacional aos interesses privados da burguesia industrial, legitimando a qualificação profissional combinada à modernização do campo integrado ao processo de reestruturação do capitalismo. Ainda é válido salientar a submissão da população do campo exercida pela Reforma Capanema, a exemplo, com a criação da Associação Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural - ABCAR, em 1956, com intuito de promover educação informal para a população do campo, combater a revolução comunista e a fixação do homem no campo e aumento da produção rural, de modo, “[...] intimamente relacionados ao controle ideológico e demográfico do campo” (VENDRAMINI & SAPELLI, 2014, p.103).

Nas décadas de 60 e 70, fruto da Aliança para o Progresso, o Banco Mundial, por meio da Agência de Desenvolvimento Internacional dos Estados Unidos –Usaid, implementou Programas Integrados de Desenvolvimento Rural - PIDRSs com acordos estabelecidos entre o Ministério da Educação - MEC e a Usaid voltadas à população do campo (VENDRAMINI & SAPELLI, 2014; CHÃ, 2018). Que tiveram o intuito de realizar a transposição da revolução verde, promover a modernização do campo, instrumentalizar e submeter, essencialmente, os sujeitos do campo para reproduzir relações capitalistas de produção (VENDRAMINI & SAPELLI, 2014).

A primeira ação financiada pelo Banco Mundial no Brasil voltada para o ensino primário, ocorreu entre 1980 e 1988 por meio do I Projeto Nordeste de Educação, o Edurural, com abrangência nos nove estados do Nordeste, tinha o objetivo de ampliar a escolaridade da população nordestina combinado à amenização dos conflitos sociais provocados pelo empobrecimento, foram investidos 92 milhões de dólares, dos quais 32 milhões de dólares oriundos do Banco Mundial (GOMES NETO et al., 1994; VENDRAMINI & SAPELLI, 2014).

No âmbito da Constituição Federal de 1988 as organizações do Sistema S (SENAI, SENAC, SESI e SESC) são homologadas, assim como, é determinada a criação de uma instituição voltada para a educação no meio rural, sendo em 23 de dezembro de 1991, sancionada pelo então Presidente da República Fernando Collor de Mello, a Lei n.º 8.315, criando o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), sob a responsabilidade da gestão e administração a associação patronal, Confederação Nacional da Agricultura (PEREIRA, 2014).

A década de 1990 caracteriza-se pela grande investida e ajuste do sistema e de políticas educacionais, com participação do empresariado e da sociedade, amparada e originada pelo processo de globalização em curso que determina transformações econômicas, sociais e políticas em função das novas estratégias do neoliberalismo e do capital. Amplia-se a presença dos organismos multilaterais e empresariais com centralidade na educação, “[...] entram em cena em termos organizacionais e pedagógicos, marcados por grandes eventos, assessorias técnicas e farta produção documental” (FRIGOTTO & CIAVATTA, 2003, p.97). Principalmente, voltadas para a educação básica por ser o nível educacional que assegura as condições mínimas da força de trabalho, formação de recursos humanos com base nos princípios da divisão social do trabalho (MORAES, 2011).

A primeira grande expressão deste movimento, a partir da década de 1990, foi a Conferência Mundial sobre Educação para Todos, que disseminou um projeto de educação ao nível mundial, representando um estratégico marco do novo papel que a educação desempenharia para no decênio de 1990 no desenvolvimento do capitalismo globalizado (FRIGOTTO & CIAVATTA, 2003). Também conhecida como Conferência de Jomtien e Conferência Geral da Unesco, sua principal ideia foi se comprometer com a meta da Educação Primária Universal sob a tese da satisfação das necessidades básicas de aprendizagem.

A conferência de Jomtien reuniu representantes de 155 governos e diversas agências internacionais e organizações não governamentais, os quais subscreveram e aprovaram a “Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem” (JOMTIEN, 1990), comprometendo-se em assegurar a universalização de uma “educação básica de qualidade” (FRIGOTTO & CIAVATTA, 2003) que a despeito do projeto indicar os interesses do capital, na contradição possibilitou programas robustos de escolarização das massas.

Uma série de outros encontros e reuniões dos organismos multilaterais se constituíram nos anos 1990, enquanto desdobramentos da Conferência de Jomtien, resultando um conjunto de documentos sobre educação, aos quais foram formatando a concepção, diretrizes e reformas na educação dos países de terceiro mundo para o século XXI, entre elas: em 1991 a reunião da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI que resultou no Relatório Jacques Dellors, denominado “Educação: um tesouro a descobrir”; no ano de 1993 em Nova Delhi, na Índia. Naquela ocasião reuniram-se os países de maior população no mundo (Indonésia, China, Bangladesh, Brasil, Egito, México, Nigéria, Paquistão e Índia) para reiterar o compromisso com as metas da Conferência de Jomtien (UNESCO, 1998), conforme expresso na Declaração de Nova Delhi sobre Educação para Todos (UNESCO, 1993); Reuniões do Projeto Principal de Educação para a América Latina e Caribe – PROMEDLAC, financiadas pela UNESCO que tiveram seus primeiros encontros no México (1984), em Bogotá (1987), na Guatemala (1989), e depois adquire maior evidência em Quito (1991) com a consagração da Educação para Todos, ocasião que se adota a estratégia disseminada pela CEPAL no documento Transformação produtiva com equidade (CEPAL, 1990).

Na sequência, em Santiago (1993) novo encontro que resulta na Declaração de Santiago que adota o Plano de Ação estabelecido pela Conferência de Jomtien, em Kingston (1996) e em Cochabamba (2001) resulta na Declaração de Cochabamba: Educação para todos: cumprindo nossos compromissos coletivos, legitimada pelos Ministros da Educação da América Latina e do Caribe reiterando o compromisso com as seis metas da Educação para Todos deliberadas no Fórum Mundial de Dakar, em abril de 2000 (UNESCO, 2001). Esse fórum publica o documento Educação para Todos: O Compromisso de Dakar (Marco da Ação de Dakar) (SHIROMA, 2002; OREALC, 1993); que se soma aos diversos relatórios e documentos do Banco Mundial, principal sujeito nas reformas educacionais voltadas ao mercado.

Esse conjunto de reuniões e documentos organizados pelos organismos multilaterais para direcionar as reformas educacionais sob a retórica Educação para Todos, “[...] faz recomendações de conciliação, consenso, cooperação, solidariedade para enfrentar as tensões da mundialização, a perda das referências e de raízes, as demandas de conhecimento científico-tecnológico [...]” (FRIGOTTO & CIAVATTA, 2003, p. 99), essencialmente acerca das tecnologias de informação, tendo a educação como instrumento fundamental para desenvolver nos indivíduos a capacidade de responder aos desafios.

As recomendações do projeto de reformas definem metas e concepções pedagógicas a ela atreladas, negando a apropriação dos conhecimentos científicos e a decorrente humanização dos sujeitos como fim dos processos educativos. Ainda que, contraditoriamente, a classe trabalhadora acesse parcialmente esse conhecimento, seu sentido passa a ser para os fins da acumulação e valorização do capital.

De acordo com Pereira (2014) o incentivo oferecido ao Sistema “S”, neste caso o SENAR e seus programas educacionais como o Programa Agrinho vinculado ao agronegócio, está configurado pelos ajustes globais do Banco Mundial para a educação, justamente com as estratégias moldadas para a capacitação de trabalhadores vinculados às instituições empresariais.

Busca-se trabalhadores aptos à assumirem as novas funções determinadas pela indústria, inspiradas no modelo globalizado, carente de mão de obra capaz de desenvolver as aspirações pretendidas pela nova demanda orientada pela dinamização da concorrência e a flexibilização, chave para a adaptação pretendida. Formar trabalhadores para esse novo quadro que se apresenta torna-se imprescindível. Nesse contexto, o Sistema Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) é destinado à capacitação dos trabalhadores oriundos das áreas rurais (PEREIRA, 2014, p. 102)

Como parte da agenda pela Reforma Empresarial da Educação e pela ampliação da participação filantrópica na educação global, organismos multilaterais, como as organizações das Nações Unidas (ONU) e o Banco Mundial incidiram na criação de estruturas institucionais transnacionais (TARLAU e MOELLER, 2020). Por exemplo, no Brasil, em 1989 inicia-se informalmente o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE), sendo formalizado em 1995, tendo como diretriz o que intitulam de “investimento social privado” nas questões sociais (SOUZA, 2017), consolidando-se como um fórum nacional organicamente vinculado as redes e organizações

globais, atualmente representada pelo Todos pela Educação (TPE) (TARLAU e MOELLER, 2020) e preservando sua ampla incidência na gestão pública educacional, por meio do Programa “Aliança Líderes de Impacto no Setor Público e no Terceiro Setor”, sendo um dos investimentos da Fundação Lemann, desde 2017 (FARIAS, 2022).

Segundo Mezarobba (2018, p. 226) a articulação orquestrada pelo GIFE oferece unidade na atuação do conjunto das empresas associadas, “[...] reproduzem os projetos em consonância com os do imperialismo, pois uma grande parcela dos seus patrocinadores são empresas transnacionais que fazem o mesmo no mundo todo”.

[...] O Gife, resultado do salto qualitativo da “filantropia empresarial” à “responsabilidade social empresarial”. É a primeira e, provavelmente, uma das melhores expressões da mudança da concepção burguesa sobre educação política na contemporaneidade. Se num primeiro momento os empresários agiam por iniciativa própria, de maneira voluntariosa, em ações fragmentadas, pontuais e, muitas vezes, descontínuas, com a criação do organismo foi estabelecida uma nova forma de articulação empresarial e definido um novo conteúdo para os projetos implementados (NEVES, 2005, p. 153-154).

Essa sistemática amplia com a vitória eleitoral de Fernando Henrique Cardoso em 1994, a burguesia empresarial reposiciona sua hegemonia e passa a atuar mais organicamente nas questões sociais, tanto por meio do GIFE, quanto pelo Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, fundado em 1998 (SOUZA, 2017). Ambos aparelhos privados de hegemonia da burguesia assumem centralidade na formulação, ação e difusão ideológica da responsabilidade social no Brasil, desempenhando papel crucial na formação de intelectuais alinhados com a [...] nova sociabilidade baseada nos preceitos da responsabilidade social, o que se constituiu em uma verdadeira atividade educativa capaz de impulsionar a participação direta das empresas em projetos sociais e educacionais através da política de parcerias (SOUZA, 2017, p.90).

A partir da Conferência de Jomtien, o Brasil assume o compromisso de universalização do ensino de qualidade em consonância as metas e concepções pedagógicas formuladas nos encontros e reuniões dos organismos multilaterais na primeira metade da década de 1990. Orientado pela Reforma do Estado e as diretrizes para educação dos organismos multilaterais, desencadeia-se no Brasil, processos de

formulação dos planos Decenais de Educação, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB n.º 9.394/96 e dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's).

Neste ínterim, materializa-se por meio do Plano Diretor da Reforma do Estado, em 1995, a concepção de que as políticas sociais não são serviços exclusivos do Estado, logo são, de propriedade pública, não estatal ou privada (PERONI, 2012). Inferiorizando a atuação do Estado e investimentos nas políticas públicas sociais, como saúde, segurança, transporte, infraestrutura, educação, cultura, o governo brasileiro atendeu, plenamente, as premissas e os ideais neoliberais. De acordo com Moraes (2001, p.27),

O funcionamento da ordem de mercado é visto como um paradigma, um modelo de funcionamento para as outras instituições sociais. Assim, a pretensão desses analistas é descobrir quais as regras constitucionais que, no plano das decisões coletivas (não-mercado), mais se aproximam da perfeição exibida por essa ordem (a do mercado). E o que chamam de "economia constitucional", uma nova teoria do contrato social, que propicie uma reconstrução da ordem social e política.

No documento do Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado, a “reforma do Estado deve ser entendida dentro do contexto da redefinição do papel do Estado, que deixa de ser o responsável direto pelo desenvolvimento econômico e social pela via da produção de bens e serviços, para fortalecer-se na função de promotor e regulador desse desenvolvimento” (BRASIL, 1995, p. 12). Neste ínterim que o chamado “terceiro setor¹²” se fortalece e promove uma radical desestruturação do padrão constitucional de 1988 de resposta social (MONTAÑO, 2002)¹³.

O capital passa a comandar uma reestruturação produtiva, o combate ao trabalho e a (contra)reforma do Estado; isso orientado pelo chamado Consenso de Washington (1989), pelo capital financeiro e pelas organizações internacionais (FMI, BM, OMC, etc.). Os governos brasileiros fizeram muito bem o seu "dever de casa". *Precarizaram*,

¹² De acordo com Montañó em seu livro ‘Terceiro Setor e a questão social’, a denominação “terceiro setor” tem como precursor John D. Rockefeller III, em 1978. Ele compreendia que o “terceiro setor”, composto pelas instituições privadas e sem fins lucrativos, formava, juntamente com o governo (1º setor) e o mercado (2º setor), o tripé que sustentava a “vitalidade” dos Estados Unidos. No Brasil, essa concepção é difundida na década de 1990, a partir de um evento sobre filantropia organizado pelo Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE) (MONTAÑO, 2002).

¹³ MONTANO, C. Terceiro setor e "questão social". Crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo, Cortez, 2002.

focalizaram e desconcentraram a política social estatal [...].
(MONTAÑO, 2021, p. 134)¹⁴

Para Montaño (2021) o conteúdo ideológico do “terceiro setor” acoberta e mistifica a emergência de um fenômeno real de resposta às demandas sociais, um novo padrão de resposta baseado em valores neoliberais, com a desresponsabilização do Estado, a desoneração do capital e a individualização da responsabilidade sobre as mazelas sociais.

Para isso, o plano destaca a privatização, a publicização e a terceirização enquanto estratégias nesse modelo de funcionamento. A privatização, conforme Pereira, é compreendida como a transferência das empresas estatais para a propriedade privada, sendo a terceirização, o processo de transferência para o setor privado dos serviços auxiliares ou de apoio e a publicização incide “na transferência para o setor público não-estatal dos serviços sociais e científicos que hoje o Estado presta” (BRESSER PEREIRA, 1997, p. 7).

Ao efetivar essa proposição de conversão das políticas sociais em prestação de serviço não exclusivo do Estado, redefinindo a propriedade de estatal para pública de direito privado (PERONI, 2012). A reforma da aparelhagem estatal de Fernando Henrique Cardoso (FHC), amplia os efeitos da Pedagogia do Capital no Brasil, estabelecendo “[...] os marcos jurídicos e políticos do novo papel do aparato governamental na repolitização da política e na relação entre aparato governamental e sociedade civil na definição e implementação das políticas públicas” (MARTINS e NEVES, 2012, p. 544).

A educação, em consonância com Bresser Pereira, está incluída nos moldes dessa forma de propriedade. “Incluem-se nesta categoria as escolas, as universidades, os centros de pesquisa científica e tecnológica, as creches, os ambulatórios, os hospitais, entidades de assistência aos carentes [...]” (PEREIRA, 1997, p. 12). Vejamos nas palavras de Bresser-Pereira essa redefinição por meio da tentativa de distinguir a privatização da publicização ao caracterizar as políticas sociais como “[...] atividades competitivas, que podem ser controladas não apenas através da administração pública gerencial, mas também e principalmente através do controle social e da constituição de quase-mercados” (PEREIRA, 1995, p.25). Por

¹⁴ MONTANO, Carlos. O "Terceiro Setor" como uma nova modalidade de intervenção social: o retiro do direito de cidadania e o dever do Estado. Revista de Direito Administrativo, Infraestrutura, Regulação e Compliance. n. 16. ano 5. p. 133-151. São Paulo: Ed. RT, jan./mar. 2021.

isso, segundo Pereira (1995) não há razão para serem serviços exclusivos do Estado ou privada, e “por isso a reforma do Estado nesta área não implica em privatização, mas em publicização - ou seja, em transferência para o setor público não-estatal” (Ibidem). Ou seja, “[...] a palavra publicização foi criada para distinguir este processo de reforma do de privatização. E para salientar que, [...] existe uma terceira forma de propriedade relevante no capitalismo contemporâneo: a propriedade pública não estatal” (Ibidem).

Deste modo, as políticas educacionais passam a ser subtraídas pelos interesses do bloco no poder, figurando uma redefinição do papel do Estado, por um lado a redefinição com “[...] a passagem do estatal para o público não estatal ou privado”, e do outro, “permanece a propriedade estatal, mas passa a haver a lógica de mercado” (PERONI, 2012, p. 19) - conhecida por *public choice* (MORAES, 2001).

Passados uma década da Conferência de Jomtien e com a ausência de êxito nas metas instituídas pelos organismos multilaterais, ampliam a abrangência temporal, portanto, “[...] Os governos têm a obrigação de assegurar que os objetivos e as metas da Educação para Todos sejam alcançados e mantidos. [...] por meio de amplas parcerias no âmbito de cada país, apoiada pela cooperação com agências e instituições regionais e internacionais” (DAKAR, 2001, p.8), escancarando as portas para ampliar a iniciativa privada na educação, a partir das organizações não governamentais com a parceria público-privado (RABELO; SEGUNDO; JIMENEZ, 2009).

Nos anos 2000, houve um aprofundamento da lógica privatista e da atuação pedagógica do Capital, no período dos dois Governos de Luiz Inácio Lula da Silva, segundo Martins e Neves (2012), acentuou e solidificou as diretrizes e as práticas da educação da sociabilidade do capitalismo neoliberal de terceira via, emergindo da política de conciliação entre setores da classe trabalhadora e a classe burguesa em seu conjunto, as ações educadoras do novo governo. Sob a aparente ampliação da democracia, as estratégias da nova Pedagogia do Capital “[...] atuaram na conformação dos trabalhadores sob dois pilares concomitantes – o empreendedorismo e o colaboracionismo –, formando os brasileiros do século XXI nos limites da nova sociabilidade burguesa” (MARTINS e NEVES, 2012, p. 545).

Cabe destacar, que no decurso do governo Lula, as reformas educacionais estadunidenses de caráter empresarial assumem grande influência por meio dos projetos educacionais difundidos pelo empresariado brasileiro no âmbito do

movimento “Todos pela Educação” (SOUZA, 2017). Inclusive, sendo legitimado o movimento “Todos pela Educação” por meio do Decreto n.º 6.094/07, que dispõe sobre o “Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação”, contexto no qual se insere o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), constituindo-se no “carro-chefe da educação de Lula” (SARDINHA, 2011; SOUZA, 2017).

Assim como durante a governabilidade da presidenta Dilma Roussef houve continuidade e aprofundamento da lógica do “quase-mercado”, até mesmo com a criação da Câmara de Políticas de Gestão, Desempenho e Competividade (CGDV), presidida pelo empresário Jorge Gerdaud que atuou para a incorporação do mercado pela gestão pública (PERONI, 2012). Com a disputa direta pela “nova direita” do Estado político, “[...] a fração empresarial [está] representada na administração dos governos municipal, estadual e federal, neste último, ainda que com um governo de coalizão (2003-2016), como aponta Casimiro (2018)” (FARIAS, 2022, p. 5).

Fator que facilita a inserção da atividade educacional no livre mercado pleno, expressão da “destruição do sistema educacional público e do controle estatal (regulação) das escolas” (FREITAS, 2018, p. 57).

A lógica da publicização objetivou/objetiva ocultar essa agenda destrutiva do sistema público pela reforma empresarial velada pelo discurso da “qualidade da educação para todos” (FREITAS, 2018). A publicização é a armadilha que introduz as políticas sociais, incluindo a educação, no caminho da privatização plena, além dessa inserção no livre mercado, deve-se considerar no caso das escolas a retirada do controle público, tendo em vista as formas de controle político e ideológico ditadas pelas mantenedoras privadas (FREITAS, 2018).

Este paradigma de sociedade fundado no livre mercado, é o que orienta políticas dos neoliberalistas para a educação, com isso o ambiente educacional, paulatinamente, contribui para redução da intervenção do Estado com as parcerias entre o público e o privado e a intervenção da lógica do privado na educação pública e as iniciativas de institucionalizar a indústria da educação com as “[...] tentativas de transpor o conceito de “qualidade total” do âmbito das empresas para as escolas” (SAVIANI, 2013, p. 440).

As estratégias da Pedagogia do Capital para a formação impactam diretamente a infância, desde a tenra idade, por objetivarem implementar políticas para conformar moral e intelectualmente o “[...] conjunto da população a um padrão de sociabilidade (ou modo de vida) que responda positivamente às necessidades de crescimento

econômico e de coesão social, em cada período histórico, nos marcos do capitalismo” (MARTINS e NEVES, 2012, p.541).

O projeto neoliberal concebe a educação e suas finalidades com essa visão, alicerçada na concepção de sociedade do livre mercado (FREITAS, 2019). “O fundamental das relações humanas nessa sociedade é o ‘empreendimento’ que expressa o ‘empreendedorismo’ dos seres humanos, constituindo a fonte da liberdade pessoal e social e cuja organização mais desenvolvida é a ‘empresa’” (FREITAS, 2019, p. 31).

Essa concepção de sociedade e ser humano, formulada e disseminada pela burguesia internacional via os organismos internacionais, tem orientado a política educacional mundialmente, desde o Relatório Jacques Delors "Educação, um Tesouro a descobrir" (1996) ao documento intitulado “Aprendizagem para Todos - Estratégia 2020 para a Educação do Grupo Banco Mundial” (2011). A concepção de educação disseminada objetiva integrar os indivíduos na sociedade com vistas à elevação de produtividade e ao desenvolvimento da nova sociabilidade exigida pelo capital. Trata-se de uma concepção empobrecida, individualista, meritocrática, pragmática, neogerencialista e unidimensional, que reduz a formação escolar determinada pelas demandas do capital para formar “necessidades básicas de aprendizagem, competências e habilidades” na formação de recursos humanos - “capital humano”, materializada no Brasil na forma da Base Nacional Comum Curricular - BNCC e no ‘ensino’ de plataforma em meio à pandemia.

Historicamente, o setor empresarial buscou incidir na política educacional, objetivando educar o que serve ao mercado, formatando uma educação e um ensino voltados a função de formar fatores produtivos - “capital humano”, conforme conceituação de Schultz (1971) que afirma a escolarização como meio de tornar os indivíduos capacitados, com competências e habilidades que o torna mais rentável na lógica capitalista.

Essa concepção educacional está na base da reforma empresarial da educação, desde os ensaios realizados na década de 1990 que permitiu implementar os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997), fortalecer os processos de avaliação do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), “[...] ingredientes básicos para um sistema de responsabilização (accountability)” (FREITAS, 2018, p.47). Esses ensaios permitiram constituir o ambiente para um aprofundamento da proposta neoliberal de educação a partir do golpe jurídico-midiático-parlamentar de

2016 que acelerou a implantação da reforma empresarial da educação por meio da constituição da BNCC e a Reforma do Ensino Médio, ambas homologadas sem o devido debate com o magistério e sob a resistência dos sindicatos docentes e pesquisadores (FREITAS, 2018; PERONI, CAETANO e LIMA, 2017).

Conforme observa Farias (2022), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e as Diretrizes Curriculares Nacionais e Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação) para a formação dos cursos de licenciatura, constituem-se na *forma e conteúdo* ideal para os aparelhos privados de hegemonia empresariais, responderem e tensionarem a resistência e as formulações acerca da valorização e fortalecimento da Educação Pública pelos trabalhadores e trabalhadoras da educação construídas no decurso da história educacional brasileira.

O aceleração da elaboração e aprovação da BNCC constituiu a prática intitulada por Tarlau e Moeller (2020) de “consenso por filantropia”, tendo em vista que as entidades filantrópico-empresariais desenvolveram um papel dinamizador no debate e elaboração da BNCC. Caracterizado pelo uso de recursos materiais, produção de conhecimento, poder da mídia e redes formais e informais para “[...] obter um consenso entre múltiplos atores sociais e institucionais em apoio a uma determinada política pública, a despeito de tensões significativas, transformando a política pública em questão numa iniciativa amplamente aceita” (Ibidem, p. 554).

De acordo com Tarlau e Moeller (2020, p. 594) o processo de consenso por filantropia é expressão de “[...] uma explícita estratégia para colocar a nação num caminho específico e reunir poder político — uma estratégia que provavelmente vai tornar-se cada vez mais comum entre fundações privadas e corporativas”. Deste modo, fundamentam as autoras que não se trata meramente de um processo técnico, mas sim de uma “guerra de posição na sociedade civil” (Ibidem).

Na esteira das duas primeiras décadas dos anos 2000, os “intelectuais coletivos”, entidades empresariais-filantrópicas, Fundações, Institutos e Organizações Sociais empresariais ampliaram a presença na definição dos rumos da educação brasileira articulados por meio do movimento Todos pela Educação (TPE) que exerceu papel dirigente no Movimento pela Base Nacional Comum (MBNC), assegurando uma ampla e majoritária presença do setor privado no planejamento da educação brasileira.

Quadro 2 - Fundações, Institutos e Organizações Sociais empresariais formuladores da BNCC

NATUREZA	TODOS PELA EDUCAÇÃO	MOVIMENTO PELA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR
Empresas	Natura, Banco Itaú/Unibanco, Gerdau, Pão de Açúcar, Odebrecht, Camargo Corrêa, Klabin, Suzano Holding S/A, Dpaschoal, IBOPE, RBS (Comunicações), Rede Record, Editora Moderna, Canal Futura, Radiodelicatessen, Revista Veja, Grupo Abril, Grupo Junior Achievement Brasil, Grupo Ypy, Grupo ABC e Grow Jogos e Brinquedos.	Natura, Banco Itaú/Unibanco, Rede Globo e Grupo Lemann (cervejaria AB InBev, rede de fast food Burger King e alimentos Heinz).
Fundações	Fundação Lemann Fundação Itaú Fundação Roberto Marinho Fundação Maria Cecília Souto Vidigal Fundação Bradesco Fundação Volkswagen Fundação Getúlio Vargas Fundação Civita Fundação Educar Fundação Santillana Fundação Telefónica	Fundação Lemann Fundação Itaú Fundação Roberto Marinho Fundação Maria Cecília Souto Vidigal
Institutos	Instituto Ayrton Senna Instituto Inspirare Instituto Unibanco Instituto Insper Instituto Natura Instituto Rodrigo Mendes Instituto Alana Instituto Samuel Klein	Instituto Ayrton Senna Instituto Inspirare Instituto Unibanco Instituto Insper Instituto Natura Instituto Rodrigo Mendes Instituto Singularidades

Fonte: Adaptado pelo autor a partir de D'ávila (2018).

Estas entidades empresariais-filantrópicas influenciam nas políticas educacionais via o poder econômico (TARLAU E MOELLER, 2020) e dirigiram a elaboração e implementação da BNCC, contando com abertura e aporte governamental, desde o financiamento de suas ações até a abertura das escolas para desenvolvimento de seus projetos, num crescente processo de mercantilização e reforma empresarial da educação pública. O empresariado participou ativamente das discussões, debates e tomadas de decisões para sua implantação, visando construir um projeto hegemônico de educação e sociedade (PERONI, CAETANO e LIMA, 2017).

A Fundação Lemann desempenha um papel proeminente na direção, organização e formação do consenso, constituindo no principal aparelho privado de

hegemonia empresarial (APHE), sendo que as outras organizações assumem e exercem funções complementares e especializadas (FARIAS, 2022). Esta incidência ocorre pela inserção de representantes dos reformadores educacionais na administração do poder público, assumindo distintos cargos, funções e postos de trabalho nas secretarias, diretorias, coordenações e chefias (Ibidem). “Estes, como contrapartida, implementam o projeto estratégico empresarial educacional que inclui o fornecimento “gratuito” e/ou a venda de serviços e de produtos, viabilizada pela trama de influências constituída em torno e a partir dos APHEs” (Ibidem, p.5).

Para ampliar o raio de atuação e incidência no campo da gestão educacional, desde 2017, o Programa “Aliança Líderes de Impacto no Setor Público e no Terceiro Setor”, Farias (2022) demonstra que investem numa tática de atração, formação e seleção de pessoal, servidores públicos ou não, para os cargos responsáveis pela implementação das políticas governamentais.

Para dar amplitude territorial e obter apoio político e financeiro ao Programa Aliança, a Fundação Lemann constituiu parceria com o Instituto Humanize e juntos buscaram o apoio do Gife¹⁵, que se materializou no projeto “O que o investimento social privado pode fazer por...”. O Gife apoiou a organização de eventos e de publicações, dentre elas a publicação do Guia: “O que o investimento social privado pode fazer por Gestão Pública?” (GIFE, 2019), financiado e organizado pela Fundação Lemann e pelo Instituto Humanize, com a promoção da Comunitas¹⁶ e do Vetor Brasil (FARIAS, 2022, p.7. notas do original).

Farias (2022) por meio de sua análise das ações de hegemonia do “Conglomerado de Aparelhos Privados de Hegemonia Empresariais (APHEs) Lemann e sócios na gestão pública” em três experiências paranaenses intituladas de “seleção pública”, realizadas entre os anos de 2016 e 2019, evidencia um *modus operandi* no território nacional, administrado por uma ampla gama de Instituições, Fundações e organizações empresariais que atuam para organizar o ambiente dos negócios no interior no Estado restrito na esfera municipal, estadual e federal para implementação na área da educação do “Projeto Estratégico representativo da Cultura Garantia, isto é, a Cultura da Gestão por Resultados” (Ibidem, p.21).

¹⁵ Milani Filho (2008, p. 29) destaca a polissemia do conceito de Investimento Social Privado (ISP), “[...] caracterizado, basicamente, pela transferência voluntária de recursos de empresas privadas para projetos sociais, ambientais e culturais de interesse público”. O autor entende que, para o Gife, “[...] o ISP, difere da filantropia ou da responsabilidade social corporativa, pois pressupõe o acompanhamento dos recursos investidos com vistas a algum tipo de retorno por parte dos grupos privados” (MILANI FILHO, 2008, p. 29 apud FARIAS, 2022, p.7).

¹⁶ A Comunitas é uma organização social, criada em 2000, que atua no campo da gestão pública. Está localizada no Centro Ruth Cardoso e é mantida pela Alfabetização Solidária, sob a direção de Regina Esteves.

O Conglomerado Lemann e instituições parceiras, segundo Farias (2022) pelas experiências analisadas, desempenham formas de intervenção direta pelos aparelhos privados de hegemonia empresariais, na gestão pública, por meio de uma coalizão envolvendo “[...] frente parlamentar mista de educação, pelos aparelhos administrativos do Estado, pelas empresas, e, por fim, pelo processo de ampliação seletiva do Estado com fins de garantir a expansão de oportunidades de negócios” (Ibidem, p.1).

A composição do Ministério da Educação (MEC) é expressão da influência do poder econômico e político do Conglomerado Lemann, assim como, a ausência de disposição em revogar o “Novo Ensino Médio”, sinalizam para continuidade de uma concepção de educação fundada na lógica gerencialista empresarial e de pavimentação dos caminhos de privatização da Educação Pública. Análise da composição do MEC realizada pela Professora Marlene Sapelli em 26 de janeiro de 2023¹⁷, demonstra que dos 12 cargos do primeiro escalão do MEC (secretarias) e órgãos vinculados ao MEC (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Fundação Joaquim Nabuco e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), 6 dos cargos são dirigidos por pessoas vinculadas com a Fundação Lemann, 5 são do Ceará e outros vinculados a política do Sobral¹⁸ (CE) orientada e financiada, parcialmente, pela Fundação Lemann (SAPELLI, 2023).

Quadro 3 – Relação Fundação Lemann e MEC

PASTA/CARGO	NOME	VÍNCULO COM A FUNDAÇÃO LEMANN
Secretaria Executiva	Maria Izolda Cela de Arruda Coelho (ex-petista)	Izolda foi Secretária de Educação no Município de Sobral, quando seu esposo José Clodoveu Arruda (PT) era prefeito da cidade. Clodoveu,

¹⁷ Trabalho ministrado de análise da política educacional durante Formação Continuada dos Coletivos Pedagógicos das Escolas do MST Paraná.

¹⁸ Política Sobral (CE) é fruto da Fundação Lemann, Educar pra Valer - Boas práticas de Gestão Programa acontece em parceria com municípios e se inspira em experiências que deram certo para apoiar a melhoria da aprendizagem. A educação é um direito de todos e precisa ser de qualidade para cada aluno do Brasil. Por isso, quando conhecemos práticas e experiências que deram certo, é importante aprender e se inspirar para apoiar outras escolas e realidades. É com essa proposta que o Educar Pra Valer nasceu, um programa da Associação Bem Comum que conta com o apoio da Fundação Lemann. A iniciativa, liderada por Veveu Arruda (ex-prefeito de Sobral), existe para colaborar na melhoria da qualidade da educação pública com boas práticas de gestão pública. Olhando para o sistema educacional de Sobral e as ações do Programa Alfabetização na Idade Certa, o Educar pra Valer traz aprendizados e trabalha junto com os municípios para melhorar seus resultados.

Hoje, o Educar pra Valer já acontece em Vitória da Conquista (BA), Garanhuns (PE), Codó (MA), Conde (PB) e Cachoeira do Sul (RS). Em 2019, a ideia é apoiar pelo menos mais vinte redes públicas de ensino nestes estados. Para saber mais sobre o programa, acompanhe as nossas redes sociais ou entre em contato com o Educar pra Valer: veveu.educarpravalor@gmail.com (FUNDAÇÃO LEMANN, 2023) Disponível em: <https://fundacaolemann.org.br/noticias/educar-pra-valer-boas-praticas-de-gestao>

		foi o pioneiro na atração da Fundação Lemann para o Ceará, entre 2011 e 2016. Atualmente, Clodoveu é do Conselho Consultivo do Centro Lemann em Sobral (CE) e Diretor Executivo da Associação Bem Comum ¹⁹ , parceira da Fundação Lemann. Izolda, em diferentes ocasiões, participa de eventos no exterior promovidos pela Fundação Lemann, recentemente, em novembro de 2022, esteve na Inglaterra, na Universidade de Oxford, em encontro com lideranças mundiais para debater os rumos da educação, acompanhada pelo Ministro da Educação Camilo Santana.
Secretária de Educação Básica	Kátia Helena Serafina Cruz Schweickardt (PSDB)	Em 2020, recebeu o Prêmio Espírito Público, fruto de um projeto da Parceria Vamos, formada pela Fundação Lemann, Instituto humanize e República.org. É fellow membra da rede de lideranças da Fundação Lemann. Participou pela fundação como Visiting Scholar no Teachers College de Columbia University.
Secretaria de Educação Superior	Denise Carvalho	Quando reitora da UFRJ, promoveu muitos eventos e ações da Universidade ligadas à Fundação Lemann.
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)	Fernanda Pacobahyba	Quando foi Sec. Da Fazenda do Ceará fez uma pesquisa e ações para promover o engajamento dos servidores da sua secretaria. Foi produzido um Guia Prático para Engajamento de Equipes, ferramenta para apoiar políticas estratégicas de gestão de pessoas no setor público, com

¹⁹ O grupo executivo da Associação Bem Comum participou da reforma educacional do município de Sobral/CE, onde o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) nos anos iniciais do ensino fundamental passou de 4,0 para 8,4 entre 2005 e 2019, ficando muito acima da média nacional de 5,7 em 2019. Também ajudou a estruturar o programa denominado Programa de Alfabetização na Idade Certa (PAIC), em 2007, na Secretaria de Educação do Estado do Ceará, que tinha por objetivo replicar o que deu certo em Sobral nos demais municípios cearenses. Como resultado, o Ideb do Ceará que, em 2005, era 2,8, passou a 6,3, ultrapassando a média brasileira. O grupo de coordenadores é uma equipe com experiência em gestão de escolas no município de Sobral e/ou em programas na Secretaria de Educação do Ceará. Seu trabalho consiste em acompanhar de perto, a partir da interação com as Secretarias Municipais de Educação e de visitas *in loco*, a implementação das medidas adotadas pelos municípios integrantes dos programas para melhorar os resultados de sua rede. A experiência de Sobral já consolidada e a do Ceará em que o Estado, desde 2007, vem empreendendo uma forte liderança junto aos municípios, dentro de um pacto pela alfabetização das crianças na idade certa, vêm mostrando que é possível melhorar rápido os resultados de aprendizagem, e com equidade (ASSOCIAÇÃO BEM COMUM, 2023). Disponível em: <https://abemcomum.org/>

		foco na capacitação de lideranças. O guia foi uma realização do Programa “Aliança Líderes de Impacto no Setor Público e no Terceiro Setor”, por meio da Fundação Lemann, Fundação Brava, Instituto Humanize e República.org, com a parceria técnica da Kayma e da Universidade Duke.
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)	Manuel Palácios da Cunha e Melo	Ex-secretário da Educação Básica do MEC (Renato Janine era ministro) – na época a Fundação Lemann financiou dois seminários para promover a BNCC e pagou viagem aos EUA para os organizadores da mesma - e coordenador geral do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (Caed/UFJF), vai assumir a presidência do Instituto Nacional de Pesquisas e Estudos Educacionais (Inep). Palácios foi um dos formuladores da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aprovada em 2017, que são as diretrizes sobre o que as escolas devem ensinar hoje no País.
Secretário de Articulação com o Sistema de Ensino	Maurício Holanda Maia	Foi Secretário de Educação do Estado do Ceará (2014 - 2016), atuando juntamente com Izolda. Além de participar de diversos eventos promovidos pela Fundação Lemann, participa na elaboração de relatório e documentos orientadores da fundação, entre eles: Relatório Anual de Acompanhamento do Educação Já! Balanço 2019 e Perspectivas 2020 1ª Edição TODOS PELA EDUCAÇÃO março de 2020

Fonte: Organizado pelo autor a partir de Sapelli (2023).

A inserção das assessorias e de representantes dos reformadores empresariais nas prefeituras, secretarias municipais e estaduais de educação e no Ministério da Educação (MEC) exerce um papel fundamental para aparelhar a política educacional com base na filosofia mercadológica e meritocrática, desde o planejamento à implementação, dos currículos, da formação de professores, da produção de materiais

didáticos, do formato de programas de escola de tempo integral, da avaliação e do monitoramento da implementação nos estados e até mesmo na oferta direta de disciplinas, no caso dos itinerários formativos do Novo Ensino Médio.

Consideramos que a BNCC reuniu tendências educacionais que estruturaram reformas educacionais na década de 1990, reafirmando a Pedagogia do Capital no contexto escolar brasileiro atual, tendo o neoprodutivismo e a “pedagogia da exclusão” enquanto bases econômico-pedagógicas com a reconversão produtiva; o neoescolanovismo e a pedagogia do “aprender a aprender” como bases didático-pedagógicas; o neoconstrutivismo e a “pedagogia das competências” como base psicopedagógica; e o neotecnicismo e a “pedagogia corporativa” alicerçada nos índices e “qualidade total”, que são as bases pedagógico-administrativas com a reorganização das escolas e redefinição do papel do Estado (SAVIANI, 2013).

Com essas bases, a BNCC enquanto pacote de “competências e habilidades” possibilita padronizar, aprisionar e alinhar o conteúdo curricular de ponta a ponta, controlando política, ideológica e tecnicamente o trabalho escolar, tendo por eixo articulador a avaliação externa fundada na “qualidade total” (FREITAS, 2021).

De acordo, com a análise de Di Giorgi (2008), as reformas dos sistemas de ensino orientadas pelos organismos multilaterais direcionam-se para a adaptação das novas necessidades de qualificação e conversão da ciência em capital.

Isto se faz por meio de um processo de desinstitucionalização da escola, uma vez que se diagnostica que a escola, institucionalizada como está, é incapaz desta tarefa. A escola, portanto, deve ser assumida ativamente pelos atores sociais (comunidade local, empresas...) adquirindo um caráter mais flexível, ao mesmo tempo, em que outros espaços sociais deveriam adquirir também um caráter educativo. Gera-se assim uma nova concepção da articulação entre as relações econômicas e as relações simbólicas. Assim, tendo em vista que o novo sistema econômico (baseado na competitividade e flexibilidade) exige recursos humanos de um novo tipo (de alta adaptabilidade), a Educação tem papel central não apenas na formação “cognitiva” destes recursos humanos, mas, sobretudo, na formação “ideológica” de mentalidades que se adequem e legitimem esta nova realidade. Gente preparada para o emprego temporário, sem garantias trabalhistas, rapidamente recicláveis. Gente criativa e pioneira. Gente que goste de desafios e não de segurança (DI GIORGI, 2008, p.17).

De acordo com Gentili (2001), Freitas (2018) e Moraes (2001) o núcleo de intelectuais do neoliberalismo, desde a sua formulação, tiveram a astúcia do ponto de

vista político, da vinculação necessária entre a reforma econômica e todo tecido social, de modo que altere a cultura dos povos. É a lei da divisão social do trabalho que dita os rumos do conteúdo a ser socializado para atender as demandas do capital. Socializa o suficiente para manutenção das condições necessárias de dominação de uma classe sobre outra, satisfatório para amoldar o trabalhador à divisão social do trabalho e conservar a ordem social capitalista.

Evidencia-se que em nome da divisão social do trabalho, a burguesia assalta e potencializa na educação básica pública a função de reprodução por diferentes vias e mecanismos, com intuito de reproduzir sob múltiplas formas e dimensões a divisão do trabalho que impera na sociedade, de modo, que o acesso à riqueza e a cultura humana historicamente construída permaneça negligenciada e negada aos trabalhadores e trabalhadoras.

2. O AGRONEGÓCIO ENQUANTO PARTIDO POLÍTICO

*Reis do Agronegócio
Chico César*

*Ó donos do agrobis, ó reis do agronegócio
Ó produtores de alimentos com veneno
Vocês que aumentam todo ano sua posse
E que poluem cada palmo de terreno
E que possuem cada qual um latifúndio
E que destratam e destroem o ambiente
De cada mente de vocês olhei no fundo
E vi o quanto cada um, no fundo, mente
E vocês desterram povaréus ao léu que erram
E não empregam tanta gente como pregam
Vocês não matam nem a fome que há na terra
Nem alimentam tanto a gente como alegam
É o pequeno produtor que nos provê
E os seus deputados não protegem, como dizem
Outra mentira de vocês, pinóquios véios
E vocês já viram como tá o seu nariz, hem? [...]*

Compreendendo que a sociedade se constitui enquanto arena da luta de classes e espaço de correlação de forças, objetivamos compreender o fenômeno político do agronegócio na sociedade brasileira e seus mecanismos e forma de organizar e construir a hegemonia no país. Para isso, abordamos a origem da noção de agronegócio e as determinações sociais que fundamentam seu projeto político-econômico, buscando destacar as contradições que historicamente são oriundas da forma de conceber e fazer a agricultura do negócio e quais são as forças sociais e o *modus operandi* de atuarem para constituir instrumentos de hegemonia.

Destacamos, o importante papel que as campanhas publicitárias do agronegócio exercem enquanto instrumento do partido político do setor para a concretização de seus interesses privados enquanto uma vontade coletiva e para conquistarem diferentes posições na sociedade, por meio da persuasão e conformação da sociedade na construção da legitimação do agronegócio como organizador coletivo político-intelectual e do consenso (GRAMSCI, 2001).

2.1. Agronegócio e a construção da hegemonia na sociedade brasileira

*[...] Vocês me dizem que o Brasil não desenvolve
Sem o agribis feroz, desenvolvimentista
Mas até hoje, na verdade, nunca houve
Um desenvolvimento tão destrutivista
É o que diz aquele que vocês não ouvem
O cientista, essa voz, a da ciência
Tampouco a voz da consciência os comove
Vocês só ouvem algo por conveniência
Para vocês, que emitem montes de dióxido
Para vocês, que têm um gênio neurastênico
Pobre tem mais é que comer com agrotóxico
Povo tem mais é que comer, se tem transgênico
É o que acha, é o que disse um certo dia
Miss motosserrainha do desmatamento
Já o que eu acho é que vocês é que deviam
Diariamente só comer seu alimento
Vocês se elegem e legislam, feito cínicos
Em causa própria ou de empresa coligada*

A década de 1980 foi marcada para a sociedade brasileira, por um reordenamento econômico, sob a égide da globalização, “[...] com restrições de ordem interna e externa, expressas no endividamento e na dependência externa” (FAVARO, 2014, p.133) intensificado, a partir da década de 1990, com as políticas neoliberais. O impulso econômico advindo da desregulamentação dos capitais intensificou por meio da especulação financeira a acumulação de riquezas (MARTINS, 2019). A dependência externa e o contexto de crise exigiram do setor agrícola e industrial a geração de saldos de comércio externo, o que reforça a estratégia de concentração e especulação fundiária das terras (FAVARO, 2014).

É justamente a política neoliberal imposta mundialmente na sua forma e expressão do capital financeiro que sustenta e oferece condições para dar origem no Brasil ao fenômeno social denominado de agronegócio, que se fundamenta historicamente na desigualdade fundiária.

No Brasil o termo agronegócio marca uma história relativamente recente nos idos dos anos 1990-2000, tendo correspondência direta com a acepção de *agribusiness* formulada no âmbito da área de administração e *marketing* pelos norte-americanos John Davis e Ray Goldberg nos anos 1950 (LEITE & MEDEIROS, 2012). Objetivou com a formulação de *agribusiness* superar as fronteiras de uma abordagem setorial conjugando diferentes setores metodicamente e expressar as relações

mercantis, financeiras e tecnológicas “entre o setor agropecuário e aqueles situados na esfera indústria (tanto de produtos destinados à agricultura quanto de processamento daqueles com origem no setor), comercial e de serviços” (LEITE & MEDEIROS, 2012, p. 81).

A tradução da expressão *agribusiness* no Brasil foi inicialmente realizada pelos vocábulos *agroindústria* e *complexo agroindustrial* com intuito de evidenciar a nova faceta do processo de modernização da agricultura intensificada nos idos dos anos 1970 (LEITE & MEDEIROS, 2012). Na década de 70, a veiculação da expressão *agribusiness* chegou a ocorrer por meio de entidades patronais e em revistas especializadas vinculadas a Agrocere, sendo que Ney Bittencourt de Araújo (Presidente da Agrocere 1971-1996 e fundador da ABAG) assume centralidade no papel da propagação e defesa da acepção *agribusiness*, enquanto um projeto de política agrícola integrado pela “interdependência entre insumos-agricultor-indústrias de processamento e distribuição”, conforme evidenciou em depoimento no Jornal O Globo de 26 de julho de 1989 (POMPEIA, 2021, p. 122)²⁰. Posteriormente, difundiu amplamente no início dos anos 90 com a publicação do livro “Complexo Agroindustrial: o agribusiness brasileiro”, em que Ney Bittencourt possui coautoria, ocasião em que são abordados temas como: conceito de "agribusiness"; O complexo agroindustrial no Brasil; O setor de insumos e bens de produção para a agricultura; A produção agro; processamento e distribuição; A adição de valor no sistema agroalimentar; uma abordagem de marketing; Tendências do "agribusiness" mundial e no Brasil.

As décadas de 1970 e 1980, foi um período em que, impetuosamente, impõe-se à sociedade a adoção da revolução verde, ou seja, a inserção da modernização conservadora na agricultura entrelaçada e voltada à lógica do capital, referenciada no mercado externo, nas grandes extensões de terra, na mecanização agrícola pesada, no uso intensivo de agrotóxicos e na expulsão massiva dos camponeses do campo (MST, 2014). O que resultou na maior migração de camponeses para as cidades e fronteiras agrícolas e na elevada concentração da propriedade da terra (MST, 2014). O tripé - latifúndio extensivo, mecanização pesada e agrotóxicos assumem centralidade no processo de subsunção do campo à indústria sob um padrão tecnológico imperialista que define o uso da ciência como elemento decisivo para a

²⁰ Pompeia, C. “Concertação e poder: o agronegócio como fenômeno político no Brasil”. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 35, nº 104, 2020, pp. 1-17. _____. Formação política do agronegócio. São Paulo: Elefante, 2021.

manutenção da hegemonia global estadunidense (MOURA, 2014), constituindo-se neste período, então, as bases para o desenvolvimento do agronegócio.

Importante considerar que a implementação da modernização da agricultura contou com grande presença do Estado brasileiro por meio do governo ditatorial empresarial-militar (1964-1985), que proporcionou ativamente subsídios financeiros para o setor, constituindo uma política agrícola voltada para os interesses privados dos grandes proprietários rurais, emergindo um conteúdo ideológico que os concebiam como “empresários rurais” e sucessivamente suas propriedades como “empresas rurais”.

A presença do Estado com as políticas públicas agrícolas assegurou as condições para implementação da modernização da agricultura, vale destacar a criação do Programa Nacional de Defensivos Agrícolas em 1975, promovendo a presença de agrotóxicos na agricultura, como parte do pacote tecnológico, assim como, por meio da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA e do Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária em articulação com o Grupo Consultivo para Pesquisa Agrícola Internacional – CGIAR, as quais garantiram os “[...] estudos para compreensão da dinâmica ecológica de cada bioma e microrregião do país, com um grande esforço em nível de pesquisa básica e adaptativa [...] subordinando milhões de hectares aos interesses da agroindústria nacional e internacional” (MOURA, 2014, p. 82). Cassiano (2021, p. 4-5) destaca que as principais políticas agrícolas orquestradas pela ditadura militar foram:

a) crédito rural subsidiado através do Serviço Nacional de Crédito Rural (SNCR), criado em 1965; b) desenvolvimento de tecnologia pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e difusão tecnológica pela Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), criada em 1973 e 1974, respectivamente (Mendonça, 2012 e Oliveira, 2017); c) expansão da fronteira agrícola, sobretudo para as regiões do Centro-Oeste e do Norte do país com programas como PCI– Programa de Crédito Integrado e Incorporação dos Cerrados (1972), Prodecer - Programa de Cooperação Nipo-Brasileira de Desenvolvimento Agrícola da Região dos Cerrados (1974) e Polocentro – Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (1975) (LEITE, 2019, p. 307).

O processo de financiamento por meio de crédito rural com juros subsidiado para implementação da modernização - industrialização da agricultura e a integração dos setores produtivos são bases fundamentais para a consolidação do agronegócio no Brasil, entretanto, conforme ressalta Leite (2019) não podemos considerar o

agronegócio como continuidade do projeto de modernização da agricultura, dada a ausência de um projeto nacional/regional de desenvolvimento e seu caráter de financeirização da agricultura e estrangeirização das terras brasileiras.

Neste período, consolida-se a integração da agricultura à indústria, tornando a agricultura, definitivamente, um ramo da indústria. Se tem uma utilização crescente de insumos e de máquinas industriais, integrando-se a produção primária de alimentos e de matérias-primas com as indústrias. Desta forma, a relação entre indústria, agricultura e sociedade inaugura uma forma de produzir que submete o campo à cidade e, igualmente, a agricultura à indústria “[...] pela utilização da ciência nos processos produtivos, típicos da indústria, também na agricultura. Com isso, a agricultura passou a produzir o que indústria demanda, e não mais como antigamente, em que a oficina trabalhava a partir das matérias-primas” (KUENZER, 2015, p. 281).

Ao longo da década de 1990, a busca de acumulação de capitais e novas taxas de crescimento, subordina a economia brasileira ao capital internacional com a adoção das políticas neoliberais nos governos de Fernando Collor (1990), de Itamar Franco (1992) e de Fernando Henrique Cardoso - FHC (1995) que acentuam os ajustes estruturais com a privatização de empresas estatais e de parte dos serviços públicos, desregulamentando as políticas de fomento agrícola e industrial, combinado à expansão da precarização e da flexibilização do trabalho (FERNANDES, 2016). Na agricultura estas medidas impactam drasticamente na retirada de subsídios, redução de créditos e expõem a agricultura à competição de outros países com a redução de taxas alfandegárias, ocasionando uma profunda crise da agricultura brasileira geradora de uma falência generalizada de agricultores e agroindústrias.

Conforme elucidam Alentejano e Egger (2021) a década de 1990 fica marcada pelo fortalecimento da luta pela reforma agrária no Brasil, especialmente após os criminosos massacres de Corumbiara (1995) e Eldorado dos Carajás (1996). Com ampla pressão política do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o apoio popular, o governo Fernando Henrique Cardoso é forçado a criar assentamentos. Concomitantemente, a coerção e contenção para desmobilizar a luta pela terra se faz presente por meio de articulações entre governo, empresas do setor agropecuário, latifundiários e a mídia que trabalham pela criminalização do MST. Esta investida, combinada com a crise cambial do final da década de 1990, constitui um ambiente de oportunidade para emergir discursivamente o agronegócio enquanto possibilidade de superação da crise e aos estigmas do atraso tecnológico e

improdutividade, tratava-se de apresentar um novo mundo rural, atrelado à estratégia neoliberal de transferência da questão agrária para a ótica do capital financeiro. Isso ocorreu por meio de programas e pacotes agrários financiados pelo Banco Mundial, essencialmente a partir do Governo FHC.

Devemos considerar, nessa construção do ideário do agronegócio, o papel da Frente Ampla da Agricultura Brasileira (FAAB), organizada em 1986, inclusive disputando influência com a União Democrática Ruralista (UDR) que havia sido informalmente fundada em 1985 para combater as pautas reivindicatórias em torno da democratização da terra (POMPEIA, 2018). A proeminência da FAAB, organizada por Roberto Rodrigues, ex-ministro da Agricultura (2003-2006) e da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG) que tem como um de seus fundadores o empresário Ney Bittencourt de Araújo, e possuem uma atuação destacada na generalização da concepção *agribusiness* e posteriormente do *agronegócio* (LEITE & MEDEIROS, 2012).

De acordo com Leite & Medeiros (2012) a concepção de agronegócio “[...] não pode ser dissociado das instituições que o disseminaram, como a Abag, ou que falam em nome dele, como é o caso das entidades patronais rurais” (Ibidem, p. 86). São instituições que originam com objetivo de atuar como aparelhos privados de hegemonia, representando os interesses e promovendo o ideário do agronegócio na política brasileira, entre elas a Confederação Nacional da Agricultura (CNA), a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e a Sociedade Rural Brasileira (SRB), das associações por produtos e multiprodutos, tais como a Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove), a Associação Brasileira dos Criadores de Zebu (ABCZ), a Associação Brasileira dos Produtores de Soja (Abrasoja), a Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (Abrapa), a União Brasileira de Avicultura (UBA) (Ibidem).

No contexto da globalização neoliberal, com o controle da economia sob o domínio dos bancos, do capital estrangeiro e das grandes corporações, implica em um novo modelo de dominação do capital à agricultura (OLIVEIRA & STÉDILE, 2006). Com isso, agricultura brasileira por meio da atuação das entidades patronais se insere no processo de produção de mercadorias, de forma subordinada e dependente do capital estrangeiro na divisão internacional do trabalho, assumindo a função de produção de *commodities* atendendo as demandas de matérias-primas, tendo o controle do comércio agrícola pelos grupos transnacionais. Segundo Delgado (2009)

essa lógica foi reforçada pela crise cambial de 1999, aprofundando a primarização do comércio exterior brasileiro, “[...] impelido pela liberalização financeira, calibrando a aliança do grande capital, da grande propriedade fundiária e do Estado para um projeto sem futuro para o Brasil” (DELGADO, 2009, p.13).

Alentejano (2020) ressalta que a estratégia política de centralizar a economia na exportação de *commodities* foi utilizada em toda América Latina, integrando uma ação de consenso político e ideológico que apresenta para a sociedade a exploração intensiva e em grande escala de recursos naturais para a produção de produtos primários enquanto uma via inusitada para o desenvolvimento econômico.

Para vender essa lógica de agricultura à sociedade brasileira, desencadeia-se um movimento de convencimento e construto discursivo-ideológico pelo agronegócio (BEZERRA, 2009), categorizado por Carvalho (2014, p.21) como o “culto apologético do agronegócio (grandes empresas capitalistas) acompanhado da lógica dominante da negação explícita do campesinato”. Materializando uma “[...] sacralização do agronegócio a qualquer custo [...], facilitou, sobretudo, a intencionalidade e indiferença social e ambiental na exploração dos trabalhadores rurais e no uso e degradação dos recursos naturais do país” (Ibidem).

Desde então, o Brasil integra um processo de abertura comercial e financeira que trouxe implicações para a agricultura, elevando sua vinculação ao mercado mundial com à redução dos impostos de importação e à assinatura dos tratados do Mercosul que aumentou as importações de produtos agrícolas (lácteos, algodão/tecido e trigo, principalmente) (KUENZER & OLIVEIRA, 2016). Por outro lado, com a desoneração de impostos para a exportação de produtos agrícolas²¹ e as mudanças legais, praticamente se igualaram as empresas nacionais e as estrangeiras, oportunizando a entrada do capital mundial na aquisição de empresas do setor agrícola. Essas empresas, por sua vez, passaram a dominar diferentes cadeias produtivas, configurando-se em monopólio pela reorganização produtiva em truste, dominando, por exemplo, desde a comercialização de grãos, ao melhoramento genético e à produção de sementes, à produção de adubos e agrotóxicos (Ibidem).

²¹ Destacam-se a Lei Kandir Nº87/1996 que isenta completamente de impostos os produtos do agronegócio sem industrialização; o Decreto nº 7.660/11 que isenta de IPI (Imposto Sobre Produtos Industrializados) para alguns agrotóxicos; e o Convênio 100/97 do Confaz (Conselho Nacional de Política Fazendária) reduz em 60% a base de cálculo do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) nas saídas interestaduais dos agrotóxicos, além de possibilitar que os estados reduzam a base de cálculo do ICMS, que incide sobre os produtos em até 60% nas operações internas.

É nesse contexto que o uso e termo agronegócio consolida-se como expressão do modelo neoliberal de agricultura no Brasil (MEDEIROS & LEITE, 2012). Caracterizando-se o agronegócio pelas forças políticas representadas pelo antigo latifundiário, dono de grandes extensões de terra, aliada a outras frações da classe burguesa: às empresas transnacionais do setor agrícola, ao capital financeiro representado na figura dos bancos e aos meios de comunicação de massa (TRICONTINENTAL, 2020). Essa aliança é pactuada e coroada pelo patrocínio estatal no âmbito fiscal, financeiro e patrimonial. Ou seja, está na origem do agronegócio a expansão da “produção agropecuária centrada na grande propriedade, articulada ao grande capital transnacional e sustentada política e economicamente pelo Estado brasileiro e ideologicamente pela mídia empresarial” (ALENTEJANO, 2020, p. 252).

Sendo a indução do Estado que permite sua consolidação, concedendo benefícios, subsídios e financiamento de distintas formas para alavancar inicialmente os propósitos da modernização conservadora e posteriormente do agronegócio brasileiro, passando pela política de crédito rural dos anos 1970 à renegociação de dívidas no final dos anos 1990 e ao longo da década de 2000, assim como, aliviando os constrangimentos financeiros, ambientais, trabalhistas, logísticos entre outros (MEDEIROS & LEITE, 2012). Ou seja, constitui-se o aparato jurídico de proteção legal e política ao agronegócio, com: a Lei Kandir (que impedia a cobrança de imposto sobre a comercialização de mercadorias); Lei de Sementes (que facilitou o monopólio das sementes); Lei de Cultivares (que favoreceu as empresas que pesquisam e comercializam as sementes); Lei das Patentes (que facilitou a patenteação de sementes e a cobrança de royalties); Desoneração fiscal de insumos agrícolas; Lei de Biossegurança (que liberou os transgênicos); Lei do Biodiesel (que favoreceu a ampliação da produção de soja) e outras. (SAPELLI & SANTOS, 2023).

Desde a sua gênese, o agronegócio carrega, uma lógica de subordinação e de expropriação do ser humano dos meios de produção da vida, assim como a exacerbada destruição da natureza visando atingir altas taxas de lucro. Entre as características fundamentais que integram o sistema de produção do agronegócio destacamos: a desenfreada concentração da terra; o uso predatório originado na superexploração da natureza; a terceirização da gestão da unidade de produção; a crescente redução do trabalho humano e a ampliação do trabalho morto; a secundarização da produção de alimentos e a forte presença da produção em grande escala na forma de monoculturas; o uso intensivo de insumos sintéticos de origem

industrial fabril; e uma dependência direta de recursos públicos e de outros aportes na área jurídica, de pesquisa, de assistência técnica (CALDART, 2016).

2.2. Conflitos intraclasse e representatividade do partido político do Agronegócio

*[...] O frigo, a multi de transgene e agentes químicos
Que bancam cada deputado da bancada
Até comunista cai no lobby antiecológico
Do ruralista cujo clã é um grande clube
Inclui até quem é racista e homofóbico
Vocês abafam, mas tá tudo no YouTube
Vocês que enxotam o que luta por justiça
Vocês que oprimem quem produz e que preserva
Vocês que pilham, assediam e cobiçam
A terra indígena, o quilombo e a reserva
Vocês que podam e que fodem e que ferram
Quem represente pela frente uma barreira
Seja o posseiro, o seringueiro ou o sem-terra
O extrativista, o ambientalista ou a freira
Vocês que criam, matam cruelmente bois
Cujas carcaças formam um enorme lixo [...]*

Historicamente a representação dos interesses tem sido concebida pelo empresariado do patronato rural e do agronegócio como um ambiente privilegiado para intensificar e alastrar as relações econômicas, sociais e políticas com intuito de dinamizar a construção da dominação e da hegemonia de seu projeto de poder (POMPEIA, 2020; BRUNO, 2022).

As frações da classe dominante agrária, até meados dos anos de 1980, concentravam sua representação patronal em duas dimensões paralelas, conforme elucida Mendonça (2011, p.26) “[...] no âmbito “formal-legal”– através das Federações Rurais e da Confederação Nacional da Agricultura e no âmbito “real”– por intermédio de agremiações organizadas por ramo ou setor, materializadas em associações civis de produtores”.

No que tange o âmbito “formal-legal”, a disputa pela representação e hegemonia patronal rural era constituída até 1985 por quatro entidades: a Sociedade

Nacional de Agricultura (SNA)²² criada em 1897, a Sociedade Rural Brasileira (SRB)²³ fundada em 1919, a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB)²⁴ e a oficialista Confederação Nacional da Agricultura (CNA)²⁵ fundada em 1928, entidade máxima da estrutura formal-legal do patronato (MENDONÇA, 2011).

É válido destacar, mesmo que a SNA, SRB e CNA representassem segmentos distintos do patronato rural e possuísem cisões pontuais acerca da questão agrária, tiveram convergência nos posicionamentos em relação às políticas governamentais destinadas à reforma agrária, a exemplo no Governo João Goulart entre a SNA e da SRB. Posteriormente, no início do Governo Castelo Branco em 1964, com a forte oposição das três entidades ao Estatuto da Terra, incidiram na dissociação dos conceitos de reforma agrária e modernização da agricultura no estatuto, “esvaiu-se a proposta de uma reforma agrária ampla e prevaleceu o conceito de “empresa agrícola”, legitimando a capitalização da agricultura brasileira sem que se tocasse, de maneira mais significativa, na questão da estrutura fundiária do país” (IGLÉCIAS, 2007, p. 78).

²² A SNA foi criada com o objetivo de “desenvolver ações políticas e educacionais em prol da agricultura brasileira”. A entidade “estimulou a fundação de sindicatos e de associações patronais vinculados a distintos ramos produtivos e em várias regiões do país [...]. Tal postura consistia em uma estratégia para aumentar a pressão pela criação do Ministério da Agricultura, uma das principais demandas pleiteadas pela SNA no período” (Ramos, 2011, p. 31).

²³ A SRB foi fundada na cidade de São Paulo, congregando grandes cafeicultores paulistas e pessoas jurídicas: firmas exportadoras, empresas industriais, beneficiadoras de produtos agrícolas (Mendonça, 1997). É constituída com o propósito de disputar com a Sociedade Nacional da Agricultura, a liderança na condução das políticas agrárias no país. Apresenta como principais objetivos “representar o produtor rural brasileiro, encaminhar reivindicações e propostas às autoridades, defender os interesses do setor na mídia, costurar alianças e atuar como mediadora entre os elos das cadeias produtivas, estimular a geração de políticas públicas favoráveis à agropecuária”.

²⁴ A Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) foi inaugurada no estado de São Paulo em 1969, sendo ratificada a representar os interesses do setor cooperativista na sociedade política, tendo por liderança dirigentes das cooperativistas de São Paulo, estado em que permaneceu até 1972, quando de sua transferência para Brasília, ainda contando com certa expressividade política. A partir de 1974, entretanto, teria início a ascensão desta entidade junto à correlação de forças das entidades patronais agroindustriais, o que pode ser em parte explicado pelo estabelecimento da Contribuição das Cooperativas, responsável pela forte massa de recursos que passaram a destinar-se à agremiação (MENDONÇA, 2011, p. 28). A OCB foi fundada em 1969 por lideranças cooperativistas, abrangendo vários ramos de atividades econômicas, apesar de o setor agrícola ser o mais representativo na entidade. A OCB, ao se instituir, constrói um discurso de que é democrática (por trabalhar por autorrepresentação), não capitalista e antilucro (por distribuir os ‘ganhos’ entre os cooperados segundo seu ‘trabalho’ e não segundo o capital investido). Implanta-se a ideologia de que se consegue criar uma instituição capitalista que elimina o conflito social, visto que não há patrões a reger seu processo (Mendonça, 2009). Assim, a OCB conquista estreita afinidade com o governo federal e se apresenta à sociedade como organização capaz de superar a crise a agricultura e de suprimir os conflitos do campo, consolidando, assim, uma nova hegemonia para o setor.

²⁵ Passou a funcionar efetivamente em 1951, e sua finalidade era “contribuir junto a órgãos do governo federal na formulação de políticas agrícolas e representar oficialmente o conjunto da agricultura do país” (Ramos, 2011, p. 34). Surge como sindicato dos produtores rurais e se autodenomina defensora dos direitos dos produtores rurais em âmbito federal. Sempre enfatizou que sua função era colaborar com o poder público, a fim de encontrar saídas para crise na agricultura brasileira.

Em 1985, emerge a União Democrática Ruralista (UDR) articulada por frações da burguesia agrária que receavam serem alvos da política fundiária²⁶ insurgente com a criação do Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, o processo de elaboração do Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA) e com a própria luta do recém-fundado Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em 1984. Mendonça (2009) infere que as bases sociais da UDR, em sua maioria pecuaristas oriundos de Goiás, Minas Gerais e São Paulo, passaram a se articular na UDR, por não integrarem o grupo “modernizado da agroindústria”, caracterizados por utilizarem atividades em bases extensivas e descumprindo todas as condições de função social da terra.

Somado a estes fatores, outro motor de articulação e criação da UDR foi a disputa da representação dos interesses políticos do patronato rural, que teve como articulador e liderança do então deputado Ronaldo Caiado, que assumiu destacadamente os principais embates políticos durante a aprovação do I PNRA e liderou o patronato rural durante os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, combatendo especificamente as propostas parlamentares voltadas à reforma agrária. “Defendendo com agressividade a propriedade da terra, a entidade conseguiria obter também a adesão de parte dos agentes patronais mais modernizados tecnicamente, sobretudo daqueles com unidades produtivas de média escala” (POMPEIA, 2021, p. 118).

O maior problema que a burguesia agrária enfrentava naquele momento era a reforma agrária, que contraditoriamente fortaleceu a insurgência da UDR mediante a sua postura agressiva em combater as ocupações de terra. Tendo em vista que naquelas circunstâncias da redemocratização a luta pela edificação da hegemonia dos trabalhadores estava em processo de organização pela classe trabalhadora, fundamentalmente pelo MST, “[...] que promoveu uma ampla discussão nacional sobre a reforma agrária, paralelo à tática de ocupação das terras sem função social.” (LAMOSA, 2000, p.98).

Na esteira da crise de hegemonia do patronato rural, nos debates e disputas acerca da reforma agrária no contexto do I PNRA e da Assembleia Constituinte de

²⁶ Entre as medidas no contexto de elaboração do I PNRA que a burguesia agrária receava, estavam as medidas de desapropriação por interesse social, o assentamento de sete milhões de trabalhadores sem terra e a previsão da participação de entidades representativas dos trabalhadores no processo de implementação da reforma agrária (MENDONÇA, 2009).

1988, enquanto entidades tradicionais da burguesia agrária, SRB e CNA refutavam e opunham-se radicalmente a qualquer alteração na estrutura fundiária do país (MENDONÇA, 2011), a OCB por meio de seu dirigente Roberto Rodrigues propaga a possibilidade de realizar uma “Reforma Agrária sem paixões”²⁷ (apud MENDONÇA, 2005, p. 17). Ou seja, Rodrigues por um lado se distancia da visão das organizações tradicionais e por outro, crítica a proposição dos movimentos sociais para a reforma agrária. Para Rodrigues, a instrumentalização da reforma agrária pelas cooperativas e o setor privado era a chave para promover justiça social e superar os conflitos fundiários. De acordo com Mendonça (2011) esta visão da reforma agrária pela OCB justifica a aproximação com a SNA, a qual defendia uma política de Justiça Agrária para resolução dos conflitos associados a modernização da agricultura. Inclusive consagrando Rodrigues como vice-presidente da SNA em 1990.

A polarização entre Rodrigues e Caiado expõe para o conjunto da sociedade uma crise de representação existente pelas frações da burguesia rural. Para a opinião pública, Caiado era visto como “[...] preparado, jovem e letrado, Rodrigues era apresentado como pretendente a “novo líder da agricultura, que empolgue a imprensa e os políticos e se torne intermediário credenciado a negociar os interesses dos fazendeiros e do governo” (MENDONÇA, 2011, p.32).

Todavia, mesmo que frações patronais vinculadas a unidades produtivas de média escala tenham aderido à liderança da UDR, suas práticas violentas e extremistas da UDR, afastaram “[...] agremiações mais “modernas”, temerosas do desgaste de sua imagem junto à opinião pública. (Ibidem).

Nesse cenário de disputa e crise de hegemonia, Rodrigues articula a “[...] constituição de um colegiado integrado pelos porta-vozes das principais entidades do patronato rural, originando a Frente Ampla da Agropecuária Brasileira (FAAB) [em 1986]” (Ibidem) com intuito de frear a ampliação da representatividade da UDR²⁸ e reagindo às ações voltadas a reforma agrária com o I PNRA.

De acordo com Mendonça (2011) as disputas pela liderança das frações patronais no contexto da aprovação do texto final do I PNRA e da Constituinte, confere a UDR como vitoriosa “[...] tendo conseguido, por intermédio das articulações pouco “éticas” de Caiado, capitalizar para si as ações iniciadas pela FAAB. A própria

²⁷ Afirmação de Roberto Rodrigues para o Jornal do Cooperativismo, Brasília, OCB, julho, 1985, p. 5 (MENDONÇA, 2005).

²⁸ Para maior detalhamento sobre as disputas de representatividade entre UDR e OCB, ver Mendonça (2011).

truculência da participação do líder uderista junto ao Congresso lhe teria assegurado tal triunfo [...]”. Propiciando que a UDR durante as últimas votações da Comissão de Agricultura da Constituinte, comandasse um “[...] poderoso bloco de parlamentares favoráveis à aprovação do texto anti-reforma agrária apresentado pelo “Centrão”, desta vez contando com o aval de agremiações até então rivais, como a Sociedade Rural Brasileira ou a Confederação Nacional de Agricultura. (Ibidem).

Importante considerar que mesmo a despeito das competições patronais pela representatividade, relevaram suas diferenças para restringir articulações e ações da Associação Brasileira de Reforma Agrária, da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, da Comissão Pastoral da Terra e da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil que objetivaram a inserção de dispositivos favoráveis à reforma agrária no texto constitucional de 1988 (BRUNO, 2017; POMPEIA, 2021).

Com a Constituinte finalizada, a UDR perde influência ao longo dos primeiros anos da década de 1990, contudo, conforme afirma Bruno (2002, p. 289) Caiado e a UDR destacam-se como símbolo de uma nova prática política representante da classe rural, “[...] constituem-se, efetivamente, na referência de mobilização e de organização das classes e grupos dominantes no campo contra as ocupações de terra e na defesa do direito irrestrito à propriedade”. Fator que permitiu nas décadas seguintes reaparecer suas lideranças, tendo em vista a manutenção da estrutura fundiária brasileira e o recrudescimento dos conflitos no campo.

Em meio aos conflitos intraclasse da burguesia rural, no início da década de 1990 a OCB orientada pelos preceitos neoliberais redefinirá suas estratégias na forma e no conteúdo para consolidar-se como força política e legitimar o consenso e a hegemonia do patronato rural brasileiro. Mendonça (2011) afirma que este coroamento ocorre com a constituição de uma nova entidade articuladora do conjunto dos segmentos produtivos e um programa político intersetorial baseado na categoria *agribusiness* – a Associação Brasileira de Agribusiness (ABAG), fundada em 1993 por convergência das frações do patronato rural da FAAB para afirmação do agronegócio brasileiro (LAMOSA, 2019; POMPEIA, 2021), conforme categoriza, Lamosa (2019, p. 101).

A ABAG é um tipo novo de organização da classe dominante, difundido no país a partir dos anos 1990, no processo de reorganização do Estado (adoção do modelo de Estado gerencial) e liberalização da economia, com forte transferência das

responsabilidades pelas políticas públicas e sociais para setores privados. Enquanto a forma de representação tradicional se restringia a organizar apenas um segmento da cadeia produtiva, o novo tipo de organização passou a mobilizar, organizar e representar diferentes frações do capital: agrária, comercial, industrial e financeira. Esse modelo de organização passou a desempenhar o papel de partido ou de “Príncipe Moderno” (Gramsci, 2011), no sentido de organizar e dar a direção moral e política à classe dominante no Brasil.

A ABAG inaugura e dirige um novo padrão associativo e de representação dos interesses do agronegócio com finalidades políticas e culturais, um pacto político de integração das diferentes frações do empresariado rural sob uma mesma bandeira de valorização da imagem do agronegócio enquanto estratégia para superar a crise (LAMOSA, 2019; BRUNO, 2022), tendo “um significado especial ao preparar o terreno e pavimentou o caminho para a consolidação ideológica e política do agronegócio” (BRUNO, 2022, p. 9). A ABAG é “[...] uma entidade representativa das grandes cadeias de atividades altamente empresarializadas e financeirizadas destinadas, prioritariamente, à exportação, sem qualquer compromisso com o mercado interno” (MENDONÇA, 2011, p.36). Reúne entre seus associados, megaempresas transnacionais, cooperativas, bancos, firmas de comercialização e a grande mídia. De acordo com Mendonça (2011,p. 37) a Abag congrega, entre outras, as seguintes missões:

1) a conquista de novos canais de representação política, poderosos o bastante para interferir junto às políticas econômicas emanadas da sociedade política; **2)** a difusão de um projeto efetivamente consensual para a “agricultura” brasileira, tendo p o r v é r t i c e o b i n ô m i o “ s e g u r a n ç a alimentar/internacionalização da atividade”, aberto, mais do que nunca, à penetração maciça dos capitais estrangeiros e, finalmente, **3)** a “neutralização” de dois processos bastante colidentes: a progressiva fusão e concentração de empresas/capitais ligados a atividades concorrentes e a administração política das tensões daí resultantes, instituindo-se num **instrumento de neutralização dos conflitos intraclasses dominante**, mediante o gerenciamento da “divisão do mercado” entre megaempresas rivais.

Com o processo de industrialização da agricultura e as reconfigurações político-econômicas na década de 2010, geraram-se as condições para a constituição de complexos agroindustriais (CAIs) (KAGEYAMA et al., 1990) que reordenou as formas de atuação e articulação política do agronegócio (POMPEIA, 2020), “[...] com a especialização produtiva nessa etapa de modernização, o sindicalismo patronal, típico do primeiro padrão [de representação] [...] perdeu espaço para as associações por

produto e para as cooperativas [...]”(Ibidem, p.01). Marcam o “aumento da institucionalização e da sistematicidade das relações entre empresas do agronegócio (fundamentalmente por meio de suas entidades representativas), associações do patronato rural e os parlamentares da FPA” (POMPEIA, 2018, p.285). Entidades com preponderância das indústrias, como a Abag e o Conselho Superior de Agricultura e Pecuária do Brasil (Rural Brasil) na agricultura patronal, foram gestadas durante quase duas décadas, com sucessivos ensaios, embates e aproximações, entre representações dos setores primário e secundário, superando a força inicialmente atribuída às associações por *commodities* (Ibidem).

Estas experiências foram fundamentais para consolidação da atuação intersetorial no campo do agronegócio nos anos 2010 que oferecem a conformação de um segundo padrão na representação de interesses no campo do agronegócio (POMPEIA, 2018; 2020).

Com a ascensão das agremiações intersetoriais, engendrando em convergência com a maioria das organizações empresariais dominantes no agronegócio enquanto uma tendência institucional aglutinadora de cadeias *commodities* e setores da economia vinculados aos sistemas alimentares, faz com que a UDR com suas práticas extremistas e posições radicalizadas enfraqueça sua incidência nos 2010 no campo institucional e na representatividade do setor (POMPEIA, 2021). Assumindo liderança política nos núcleos ampliados da arena intersetorial, o Instituto Pensar Agro (IPA) e Conselho das Entidades do Setor Agropecuário (Conselho do Agro) (Ibidem).

O IPA tem origem na articulação entre um pequeno grupo de parlamentares da FPA e de associações da soja e do algodão nos anos 2000 que mantinham um escritório político em Brasília, porém, mediante dificuldades deste aparelho privado-parlamentar incidir na agenda do Congresso Nacional, decide-se por ampliar a representatividade empresarial e passa a ser oficializada e consolidada em 2011 com a integração de segmentos do agronegócio, da agricultura-indústria-parlamento enquanto IPA (Ibidem).

O IPA é “uma associação de direito privado no âmbito da FPA e financiada pelas entidades do Agronegócio” (Ibidem, p.286). A articulação que fornece apoio técnico e estratégico à Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), proporcionando atingir maior institucionalidade e sistematicidade na interação entre a bancada ruralista e as representações do patronato rural e das indústrias (Ibidem), o qual além

de uma estrutura atua como um “ecossistema do lobby ruralista instalado em Brasília” (DE OLHO NOS RURALISTAS, 2022, p. 09).

Assim como constatado entre os objetivos da Abag, no que diz respeito a neutralização dos conflitos intraclasse, o IPA tem atuado para avançar na “[...] administração de conflitos intersetoriais entre elites do campo, maximizando a capacidade de agregação de recursos financeiros, representatividade e capacidade técnico-justificatória entre atores dominantes relacionados a atividades agroalimentares primárias e secundárias” (POMPEIA, 2021, p. 121). O que tem possibilitado qualificar, especializar e aprofundar as relações entre a FPA e as entidades do agronegócio, mesmo diante da heterogeneidade presente na frente parlamentar (Ibidem).

O IPA atua como uma rede de articulações e de subsídio técnico acerca dos interesses de multinacionais e grandes empresas brasileiras, formulando projetos de lei e as pautas legislativas a serem submetidas para apreciação do Congresso Nacional pela Frente Parlamentar da Agropecuária (DE OLHO NOS RURALISTAS, 2022). Para isso, 48 entidades de classe do agronegócio sustentam o IPA com mensalidades de pelo menos R\$ 20 mil cada uma (BASSI, 2019).

A proeminência e êxito do IPA, primeiramente, comparece nas disputas pela aprovação do Código Florestal durante o Governo da Presidenta Dilma Rousseff (2011-2016). Ocasão em que as diferenças entre as frações da burguesia vinculadas a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e o IPA são administradas no interior da FPA e atuaram de forma combinada para enfraquecer e alterar o Código Florestal (POMPEIA, 2022). Com o resultado satisfatório obtido nas disputas do Código Florestal, o IPA adquire novas adesões de associações influentes, como a Abag, da Associação Brasileira dos Criadores de Zebu (ABCZ) e da Associação Nacional dos Exportadores de Sucos Cítricos (CitrusBR), convertendo-se na principal fração de representação do agronegócio em articulação com a FPA (POMPEIA, 2022).

De acordo com Pompeia (2021) o IPA inaugura uma terceira forma de padrão da representatividade do campo do agronegócio, intersetorial, organizado, sistemático e institucionalizado, tendo como principal motivador para essa aproximação entre as diferentes frações do agronegócio, a agudização de disputas fundiárias e conflitos socioambientais.

Essa convergência crescente não significa retorno à unidade de representação, marcante no primeiro padrão, nem reverte a

multiafiliação, notável no segundo. Diferentemente, reposiciona ambas em uma nova estrutura de ação política, mais apta a tratar de questões amplas, como a indígena, a ambiental, a agrária, a trabalhista e a alimentar [...] (POMPEIA, 2020).

A sintonia e convergência entre CNA e o IPA durante as discussões e disputas no âmbito do Código Florestal foram mais efetivas, sofrendo substancial alteração durante os anos seguintes em razão dos embates legislativos²⁹, impulsionando uma reorganização da fração política do agronegócio articulada pela CNA (POMPEIA, 2020). A então Ministra da Agricultura Katia Abreu (Presidenta licenciada da CNA), objetivando administrar os desgastes do patronato rural em relação ao segundo governo de Dilma Rousseff e disputar a representação do agronegócio, em 2015 cria o Fórum das Entidades Representativas do Agronegócio (FERAB) contando com representações do patronato rural e indústrias. Diante da continuidade dos desgastes orquestrados por diferentes frações do agronegócio que lideravam no ano de 2016 o golpe de estado contra o Executivo e os próprios embates com o IPA, o Fórum recém-criado pela CNA retrocede, ocasionando uma migração de entidades da fração CNA para o IPA e fragilizando a influência da Confederação (Ibidem).

A nova gestão da CNA, com intuito de restaurar a liderança frente ao poder político do IPA, busca ampliar a aproximação com a FPA e, ainda em 2016, inspirada no *modus operandi* do IPA, cria o Conselho das Entidades do Setor Agropecuário (Conselho do Agro). “Após alguns anos de competição, a CNA decidiu mudar a estratégia e passou a ser, em 2019, financiadora direta do IPA. Em seguida, costurou internamente a indicação de seu principal assessor ao comando do instituto, o que se realizou em 2021” (POMPEIA, 2022, p. 06).

De acordo com Pompeia (2020) a criação do Conselho do Agro fortalece o terceiro padrão de representatividade do agronegócio inaugurado pelo IPA, ou seja, adquire maior sofisticação e complexidade a ação política do *partido do agronegócio*, tendo como características principais “a intersetorialidade, a abrangência privado-estatal, a multilateralidade, a elevada institucionalização, e a sistematicidade nas interações” (Ibidem, p.01). Assim como o IPA, o Conselho do Agro organiza os

²⁹ Com o objetivo de respaldar o segundo mandato de Dilma Rousseff, crescentemente antagonizado por núcleos da concertação, a então ministra fez uso de sua autoridade sobre a CNA – como presidente licenciada – para tentar administrar os protestos de agentes patronais em relação ao governo federal. Paralelamente, procurando disputar a liderança da representação no campo do agronegócio, Abreu decidiu criar um órgão composto por representações da agricultura patronal e indústrias, o Fórum das Entidades Representativas do Agronegócio (FERAB) (POMPEIA, 2020, p. 05).

debates com a [...] proposta de foco em temas transversais e evitação de assuntos específicos de cada cadeia produtiva (Ibidem, p. 10).

Em sua pesquisa de campo no Congresso Nacional, Pompeia identificou que a racionalização de tratamento dos temas amplos e estratégicos para o setor (entre eles a tributação, questão ambiental, direitos territoriais indígenas e quilombolas e reforma agrária), a exemplo do resultado satisfatório que o IPA alcançou nos embates do Código Florestal, afirma-se como característica fundamental da ação política IPA/FPA e Conselho do Agro/CNA, funcionando como dispositivo de aproximação política das diferentes frações do agronegócio, administração dos conflitos intraclasse e fundamentalmente promoção e preservação de uma visão triunfalista do agronegócio.

Ou seja, o IPA, no interior de seu ambiente diverso de interesses pelos diferentes aparelhos privados de hegemonia que o integram, amplia sua convergência, principalmente nos temas estratégicos, apesar dos desencontros em dimensões que envolvem, por exemplo, o tema da democracia. Diante ao aprofundamento autocrático do governo Bolsonaro em setembro de 2021, frações do agronegócio vinculadas ao setor agroindustrial, lançam um manifesto³⁰, articulado pela ABAG e assinado por ABIOVE, ABISOLO, ABRAPALMA, Croplife Brasil, IBÁ e o SINDIVEG, criticando o intento antidemocrático orquestrado pelo Bolsonaro. Entretanto, sem a adesão da SNA e da CNA o que suscita que entre suas lideranças possuem forças que apoiaram o intento de ruptura em setembro de 2021, enquanto a ABAG seguiu em aberta oposição. Por outro lado, setores vinculados a APROSOJA aderiram à convocatória dos atos golpistas de setembro de 2021. Coincidentemente, em setembro de 2021 a APROSOJA promoveu a ruptura com a ABAG, acusando que a ABAG estava impondo obrigações que extrapolam o estabelecido pelo Código Florestal e de difamar o setor no exterior³¹

Ou seja, diante das divergências e disputas das diferentes frações pela liderança da concertação política do agronegócio³², aqui tratada como *partido do*

³⁰ Disponível em: <https://abag.com.br/agronegocio-faz-manifesto-pela-democracia/>

³¹ Disponível em: [Aprosoja rompe com Abag: 'Estão difamando a imagem do agro' \(canalrural.com.br\)](https://canalrural.com.br/aprosoja-rompe-com-abag-estao-difamando-a-imagem-do-agro/)

³² Pompeia (2020) para atribuir maior inteligibilidade a nova conformação de ação política e operacionalizar a análise empreendida sobre ela, utiliza o conceito de concertação política do agronegócio. “O sentido de concertação aqui adotado tem conexão tanto com características etimológicas do termo, quanto com sua mobilização na literatura científica. Em latim, *concertatio* – e as demais palavras da mesma família – referia-se a ocasiões nas quais adversários debatiam e disputavam posições entre si (Tachard, 1687, p. 274). Nas acepções contemporâneas, em línguas como francês, inglês e português, o termo foi paulatinamente inflexionado, passando a remeter a circunstâncias de cooperação e consultas voltadas à produção de acordos. Aceitando, provisoriamente, entendimento que sintetize os sentidos descritos acima, tem-se a concertação como situação na qual agentes em oposição procuram racionalizar suas diferenças com vistas a encontrar consensos (POMPEIA, 2020, p.02)

agronegócio e neste contexto, sob uma proeminente atuação do IPA, para tornar suas estratégias bem sucedidas, opera dispositivos³³ de racionalização das relações e promoção da convergência política que perpassam pelo “[...] (1) o agenciamento da categoria agronegócio; (2) a ênfase em temas políticos amplos; (3) o protocolo de administração de conflitos nos bastidores; e (4) o estabelecimento de hierarquias e divisão de funções” (POMPEIA, 2020, p. 07).

Por meio de dispositivos de convergência mobilizados nesses diversos níveis da **concertação política do agronegócio**, os agentes ampliam a racionalização de suas diferenças, competições e conflitos com o propósito de negociar acordos que facilitem, de um lado, a agregação de representatividade, recursos financeiros e saberes técnicos, e, de outro, a atuação política conjunta em relação à opinião pública e ao Estado (Ibidem, p. 02).

Para isso, sua estratégia de atuação, conforme destaca o estudo de Pompeia, ocorre em três principais níveis de interações, sendo: (1) entre entidades, na conformação de núcleos intersetoriais ampliados, como o Instituto Pensar Agropecuária (IPA) e o bloco Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil/Conselho das Entidades do Setor Agropecuário (CNA/Conselho do Agro); (2) entre essas nucleações amplas; e (3) entre tais núcleos e determinados agentes do Estado, a exemplo da Frente Parlamentar Mista da Agropecuária (FPA) e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) (POMPEIA, 2020).

Entre as ações políticas mais recentes que as frações do agronegócio convergem para promoção de seus interesses privados, está a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investiga o MST visando criminalizar a luta pela Reforma Agrária e ofuscar os crimes cometidos pelo agronegócio. As ações da CPI têm sido financiadas e instrumentalizadas politicamente pelo Instituto Pensar Agropecuária (IPA) na conformação com a FPA e em conluio com as associações e entidades que dela fazem parte. Entre as ações da ofensiva em prol da CPI contra o MST, em abril de 2023 a FPA e o IPA financiaram uma campanha³⁴ midiática no Facebook e Instagram a fim de emplacar um ambiente favorável pela instalação da CPI.

³³ Para maior detalhamento de cada dimensão dos dispositivos de racionalização do tratamento das relações do agronegócio, ver Pompeia (2020).

³⁴ Para saber mais: [Frente Agropecuária paga campanha contra MST nas redes \(apublica.org\)](https://apublica.org/pt-br/noticias/2023/04/frente-agropecuaria-paga-campanha-contramst-nas-redes)

Essa capacidade de administrar os conflitos intraclasse e de ação política do IPA no âmbito da racionalização das relações entre as frações do agronegócio, tem assimilado outras entidades com uma ampliação significativa, entre 2019 e 2022, segundo dados da investigação realizada pelo De Olho nos Ruralistas (2022) 10 novas associações passaram a integrar e financiar o IPA, além da CNA,

[...] a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), principal articuladora do impeachment da presidente Dilma Rousseff, em 2016; a Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), com mais de 1,6 mil fabricantes afiliadas e presidida por um empresário do setor de maquinário agrícola; a Associação Brasileira da Indústria de Alimentos (Abia), que congrega mais de 37 mil empresas do ramo alimentício, incluindo gigantes do varejo como Nestlé, Danone, Mondeléz, Pepsico e Coca-Cola (DE OLHO NOS RURALISTAS, 2022, p. n/p).

Entre associados de todas as entidades financiadoras evidenciadas, soma-se 1.078 empresas e mais de 69 mil associados individuais, abrangendo sojicultores, pecuaristas, usineiros e algodoeiros. Necessário considerar que a influência política do lobby do agronegócio não é liderado pelas empresas brasileiras, as corporações multinacionais como a suíça Cargil, as estadunidenses Archer Daniels Midland (ADM) e Bunge, a sino-suíça Syngenta e a alemã Bayer, entre outras do setor alimentício, concentram o poder e influência, tanto por estarem filiadas simultaneamente em mais de 3 associações financiadoras do IPA, ou seja, contribuem financeiramente por meio de diferentes entidades setoriais, como no caso da Cargil que tem participação na Abag, Abiove, Abia e ABPA, exercendo um maior peso político ao influenciarem desde distintas frentes (DE OLHO NOS RURALISTAS, 2022).

Figura 1: Entidades que financiam o Instituto Pensar (IPA)



Fonte: De Olho nos Ruralistas (2022)

A conformação do IPA na interface com a FPA, sua sistemática, capacidade de direção, de assimilar aliados, aglutinar forças e de articulação com os poderes Judiciários e Executivo, o torna o aparelho privado de hegemonia principal do partido do agronegócio na atualidade. Sendo a CNA/Conselho do Agro um segundo agente dominante no campo do agronegócio. Ainda no âmbito da representação é válido ressaltar a incidência política retomada pela UDR, mesmo que com decisões políticas contraditórias as frações dominantes do agronegócio (POMPEIA, 2020).

Com a chegada da extrema-direita no Governo Federal, em 2019, as afinidades extremistas, entre o presidente Jair Bolsonaro e Luiz Antônio Nabhan Garcia, “[...] garantiu inédito destaque a esse líder da UDR, atribuindo influência para uma entidade de representação monosssetorial que há muito se havia enfraquecido no âmbito do agronegócio” (POMPEIA, 2020, p. 07). Diante da possibilidade de Nabhan Garcia assumir o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), as entidades presentes no IPA e a direção da FPA reagiram para evitá-la, indicando a deputada Tereza Cristina (Democratas, Mato Grosso do Sul) e presidenta da FPA para assumir o ministério (Ibidem). “Ao mesmo tempo, esses agentes inseriram a UDR subalternamente no referido ministério, nos temas fundiários sobre os quais essa organização coincide politicamente com os núcleos dominantes da concertação” (Ibidem, p. 12).

Ressalta-se também, particularmente atuando na frente estratégica da agenda ambiental, a Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura (Coalizão)³⁵, uma agremiação conformada por 346 organizações e caracterizada por uma composição intersetorial, integram ONGs ambientalistas, bancos, empresas e associações industriais e do agronegócio. Embora, atuem com uma certa independência em relação aos aparelhos privados de hegemonia do agronegócio, inclusive defendendo a demarcação de terras indígenas como forma de conter o desmatamento ilegal, entre seus financiadores encontram-se grandes corporações da indústria agroquímica como a Bayer e a Basf e é liderada pela Abag desde 2015. Entre os objetivos da Coalizão está a “[...] promoção da sinergia entre as agendas de proteção, conservação, uso sustentável das florestas naturais e plantadas, agropecuária e adaptação às mudanças climáticas” (COALIZÃO, 2023, n/p), contribuindo com a ambientalização ou esverdeamento do discurso do agronegócio com intuito de associar a imagem do agro sustentável.

Um momento de incidência política da Coalizão foi mediante os riscos e tensões para extinção do Ministério do Meio Ambiente (MMA) por meio das frações negacionistas e extremistas do agronegócio vinculadas ao eixo Bolsonaro e UDR. Ocasão em que “[...] a Coalizão criticou publicamente a proposta de extinção ministerial e continuou a enfatizar a importância das negociações climáticas” (POMPEIA, 2021, p. 127), agindo em consonância com frações do agronegócio responsáveis por atividades industriais e terciárias em razão dos riscos estratégicos com a pauta ambiental (Ibidem).

A indicação do ministro com a não extinção do MMA, “[...] atendeu principalmente ao núcleo conservador de agentes que controla o bloco CNA/Conselho do Agro [...] Não por acaso, o ministro então escolhido para o MMA, Ricardo Salles” (Ibidem, p. 127), o qual

[...] havia atuado como diretor jurídico da Sociedade Rural Brasileira (SRB) – organização tradicional de São Paulo afiliada tanto ao Instituto quanto ao Conselho do Agro. Paralelamente, a relação dele com o campo do agronegócio também se materializava na posição de conselheiro que detinha no Cosag/Fiesp, fórum liderado por interesses das usinas de cana-de-açúcar (POMPEIA, 2020a). Em entrevistas, líderes empresariais apontaram ao autor que a escolha do presidente eleito para o MMA foi cancelada por Tereza Cristina, que interage

³⁵ Site da Coalizão <https://www.coalizaobr.com.br/home/index.php/sobre-a-coalizaao/quem-somos>

sistematicamente com o IPA, a FPA e a CNA. (POMPEIA, 2021, p.127).

Com isso a fração CNA/Conselho do Agro sobressaiu-se e fortaleceu-se no interior do IPA. Salles entre janeiro de 2019 e junho de 2021, “[...] apresentou relações diretas com o IPA mais frequentes que Nabhan Garcia. Além disso, Salles também operava em articulação com outros agentes econômicos, como mineradoras, madeireiras, construtoras, petrolíferas e montadoras automobilísticas” (Ibidem, p. 132). O que justifica a defesa de sua indicação e a prática política de Salles fundada no negacionismo climático, geradora de tensões entre as frações do agronegócio, que culminou na desfiliação de entidades da Coalizão, como a Sociedade Rural Brasileira (SRB), União das Indústrias de Cana-de-açúcar (Única) e a Associação Brasileira de Criadores de Zebu (ABCZ) por discordarem das críticas externadas pela Abag ao Governo Federal e as próprias posições da Coalizão na agenda ambiental. Sobre este ocorrido, Marcello Brito (Ex-Presidente da Abag) em entrevista ao Valor Econômico, diz que “[...] o setor poderia sofrer retaliações ante o aumento do desmatamento e a retórica agressiva do presidente contra ambientalistas e líderes europeus” (VALOR, 2019, n/p). Ou seja, a Abag com sua visão mais pragmática-reformista em relação às questões climáticas estava preocupada em administrar as implicações no mercado internacional para o agronegócio, principal tensão que posteriormente desdobrou na exoneração de Salles enquanto ministro no dia 23 de junho de 2021.

Entre as entidades representativas do agronegócio que integram o IPA é adequado destacar o papel da Abag enquanto precursora do partido do agronegócio. A Abag possui sua inserção em distintas entidades, é financiadora do IPA, integra oficialmente o Conselho do Agro, lidera a Coalizão e participa no Cosag (POMPEIA, 2020, p. 12). Ou seja, estrategicamente a Abag participa em diferentes nucleações do partido do agronegócio, com níveis distintos de influência e fortalecendo o terceiro padrão de representatividade do agronegócio na promoção de consensos entre as frações do agronegócio e fortalecer o projeto político do setor.

A intrincada rede de relações e atuação do partido do agronegócio por meio do terceiro padrão de representatividade tem fortalecido a articulação política, de pautas e estratégias do setor, ampliando sua capacidade de construir consensos entre os dois blocos dominantes do agronegócio - IPA/FPA e CNA/Conselho Agro, para ampliar inserção de seus interesses na sociedade política, de modo que personificam

seus interesses privados com intuito de universalizar por meio do Estado enquanto um projeto político de interesse comum da sociedade.

Entender como se dá sua representação no interior da heterogeneidade do agronegócio e seu processo de institucionalização e organização, contribuirá para identificarmos como atuam e influenciam na agenda educacional do país. Deste modo, com o objetivo de seguir compreendendo a complexa atuação do partido do agronegócio na sociedade civil e na sociedade política, buscaremos analisar na sessão seguinte as principais contradições do agronegócio para o projeto de país.

2.3 Agronegócio e suas contradições

*[...] Vocês que exterminam peixes, caracóis
Sapos e pássaros e abelhas do seu nicho
E que rebaixam planta, bicho e outros entes
E acham pobre, preto e índio tudo chucro
Por que dispensam tal desprezo a um vivente?
Por que só prezam e só pensam no seu lucro?
Eu vejo a liberdade dada aos que se põem
Além da lei, na lista do trabalho escravo
E a anistia concedida aos que destroem
O verde, a vida, sem morrer com um centavo
Com dor eu vejo cenas de horror tão fortes
Tal como eu vejo com amor a fonte linda
E além do monte um pôr do sol, porque
Por sorte vocês não destruíram o horizonte ainda [...]*

Os processos econômicos e sociais oriundos do modelo da agricultura capitalista, do agronegócio carregam uma série de contradições e malefícios para o bem-estar da vida humana e da natureza. Essas contradições são permanentemente ocultadas, maquiadas e mistificadas pela continuidade do “culto apologético do agronegócio” por meio do discurso ideológico promovido pela imprensa e grande mídia com intuito de construir e manter a hegemonia do agronegócio. Evidenciaremos a seguir algumas contradições fruto da dinâmica do agronegócio, expressão do domínio do capital sobre a agricultura e a natureza (MST, 2020).

Uma primeira contradição a ser considerada é a total dependência desse modelo de agricultura industrial aos “[...] insumos industrializados, padronizados e sob controle oligopólico, como fertilizantes químicos e derivados do petróleo, que tem limites físicos naturais, de escassez de reservas mundiais de petróleo, potássio, calcário e fósforo” (MST, 2020, p. 16). O que torna a expansão limitada a médio prazo,

tornando custos acima do valor real, por exemplo, o Brasil depende de importações acima de 20 milhões de toneladas por ano, a custos e distâncias progressivamente maiores (ibidem).

Conectado a essa dependência do agronegócio brasileiro ao pacote de insumo dos grandes oligopólios estrangeiros, se evidencia uma segunda contradição referente a necessidade da elevação contínua do uso de agrotóxicos³⁶ que esse modelo de agricultura tem, “[...] como forma de poupar mão-de-obra e de produzir em monocultivo de larga escala” (ibidem, p.17). Fator que amplia a presença de alimentos envenenados nocivos à saúde humana e que desequilibra a natureza com a eliminação da biodiversidade pelos agrotóxicos (ibidem).

Cabe destacarmos a especificidade que assume a geração de capital na agricultura, além do alicerce típico da indústria, por meio do trabalho assalariado, e logo a extração da mais-valia (BOMBARDI, 2010). No entanto, o meio específico de apropriação de capital na agricultura ocorre indiretamente pela vinculação das grandes indústrias agroquímicas na agricultura, o que permite a submissão da produção agrícola à indústria. Portanto, “a reprodução do capitalismo no campo se dá através da subordinação da renda da terra (seja ela camponesa ou não) ao capital. Esta apropriação da renda da terra é realizada quando se utiliza um insumo industrializado para produzir” (BOMBARDI, 2010, p. 03).

Destarte, pela padronização do modelo agrícola do agronegócio, baseado em produções de commodities em larga escala, mecanizada, com automação do trabalho e dispensando ao máximo o uso do trabalho humano, se revela a produção do capital, ainda com o “[...] advento dos transgênicos, esta subordinação fica “selada” em todas as suas pontas. Desde as sementes, passando pelos fertilizantes e chegando, finalmente, ao veneno “adequado” à semente comprada” (BOMBARDI, 2010, p. 03).

A forma de produção de capital na agricultura, sustenta o aumento sem precedentes do consumo de agrotóxicos nos últimos anos, em 2009, o Brasil ocupou o primeiro lugar no ranking mundial (BOMBARDI, 2010). O que representa uma média de consumo, por cada brasileiro, de 7,3 litros de agrotóxicos (veneno) por ano,

³⁶ O estímulo aos agrotóxicos data de 1965, quando foi criado o Sistema Nacional de Crédito Rural, que vinculava à concessão de crédito agrícola à obrigatoriedade da compra de insumos agrícolas químicos pelos agricultores. Já no início dos anos 1970, o Banco do Brasil tornou obrigatório o direcionamento de 15% do valor dos empréstimos de custeio para a aquisição de agrotóxicos. Enquanto, em 1975, foi a vez do Programa Nacional de Defensivos Agrícolas financiar a criação de empresas nacionais e a implementação de subsidiárias de corporações transnacionais de agrotóxicos e fertilizantes.

segundo dados da Campanha Permanente Contra o Uso de Agrotóxicos e pela Vida (2016). Na região Oeste do Paraná, este índice sobe para 12 litros ao ano por habitante (GT agrotóxicos/ 10^a regional de saúde)³⁷. Além do Brasil, assumir nos últimos 13 anos o ranking mundial em consumo de agrotóxicos, correspondendo em 2018 ao faturamento de 10,8 bilhões de dólares, elevados em 2021 para 14,2 bilhões de dólares faturados (SINDIVEG, 2023), pela indústria de agrotóxicos no Brasil, também ocupa a liderança de maior comprador de pesticidas altamente perigosos (HHPs)³⁸(GONZALEZ, 2020).

O custo dos lucros do capital estrangeiro do setor agroquímico oligopolizada em seis grandes marcas: 1) Syngenta (Suíça); 2) Dupont (Estados Unidos); 3) Dow Chemical (Estados Unidos); 4) Bayer (Alemanha), Novartis (Suíça); 5) Basf (Alemanha); e 6) Milenia (Holanda/Israel), impacta diretamente na elevação de intoxicações e mortes no Brasil (BOMBARDI, 2010). Entre os anos de 2007 e 2014 foram registradas 34.147 notificações de intoxicação por agrotóxicos (ABRASCO, 2015), sendo que, no período de 2001 a 2010, os agrotóxicos e as intoxicações foram responsáveis por 6.616 mortes no Brasil³⁹, estudo mais recente aponta que entre 2008 e 2017 os agrotóxicos são responsáveis por matar 7.267 pessoas no Brasil (GUIMARÃES, 2019). Em 2019, as intoxicações por agrotóxicos registradas foram de 8.412, sendo que entre 2010 e 2019, adquiriu um aumento de 109% nos registros de intoxicação por agrotóxicos, com 9.806 registros de crianças de 0 a 14 anos entre os anos de 2010 e 2021, destas, 91 morreram intoxicadas (DATASUS *apud* Campanha Contra os Agrotóxicos, 2023).

A tendência do agravamento e elevação dos dados de intoxicações e mortes por agrotóxicos é uma realidade, enquanto se constata a ampliação da liberação de agrotóxicos e componentes agroquímicos para uso na agricultura, sendo que apenas nos dois primeiros anos o Governo Jair Messias Bolsonaro (2019-2020) concedeu liberação de 967 substâncias químicas para agricultura (LUIG et al. 2020). Das 493 substâncias químicas e orgânicas aprovadas em 2020, 25 delas são consideradas de moderadamente a extremamente tóxicas para a saúde humana pela Anvisa, sendo

³⁷ Extraído da Carta pelo fim do Programa Agrinho nas Escolas Públicas do Paraná

³⁸ Categorização das Nações Unidas para agrotóxicos que contêm ingredientes ativos com toxicidade extremamente aguda, por persistirem no meio ambiente e em organismos, e com efeitos negativos crônicos na saúde humana e no meio ambiente, mesmo sob níveis de exposição muito baixos (GONZALES,2020).

³⁹ (Fonte: SINITOX, FIOCRUZ e MINISTERIO DA SAÚDE).

251 consideradas como produtos muito ou altamente perigosos para o meio ambiente (Ibidem). Dezenas desses agrotóxicos são banidos na União Europeia (EU), 44% das substâncias⁴⁰ registradas no Brasil são proibidas na EU devido seu alto índice de perigo para saúde humana (Ibidem). Até novembro de 2022, totalizaram 2.007 novos agrotóxicos registrados no governo Bolsonaro (CAMPANHA CONTRA OS AGROTÓXICOS, 2023). Destes agrotóxicos, 20% são considerados extremamente tóxicos, altamente tóxicos ou medianamente tóxicos para a saúde humana e 30% deles são proibidos na União Europeia (ibidem).

A ampliação do consumo e ampla liberação dos agrotóxicos no Brasil possuem relação direta com a política de incentivo a agrotóxicos existente, isso ocorre por meio da redução ou mesmo eliminação de diferentes impostos, como o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), Contribuições Sociais (Cofins e PIN/PASEP) e o imposto de importações (ABRASCO, 2020). Como o Decreto n.º 7.660/11 que isenta de IPI diversos agrotóxicos e o Convênio 100/97 do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) que reduz em 60% a base de cálculo do ICMS nas saídas interestaduais dos agrotóxicos, além de possibilitar que os estados reduzam a base de cálculo do ICMS, que incide sobre os produtos em até 60% nas operações internas.

O caso do convênio do Confaz é um dos exemplos de isenções fiscais que se perpetuam, renovando-se praticamente de forma automática, sendo renovado desde que foi promulgado em 1997, pelo menos por 17 vezes (ABRASCO, 2020). Essa política econômica de promoção aos agrotóxicos usurpa o cofre público em aproximadamente R\$ 10 bilhões em impostos federais e estaduais em 2017, sendo os estados, quem mais deixou de arrecadar (Ibidem). Os agrotóxicos recebem “incentivos fiscais que chegam a US\$ 3 bilhões ao ano [mais de R\$ 15 bilhões]. Nos anos 1960 o Brasil gastava aproximadamente US\$ 40 milhões por ano com a importação de agrotóxicos. Em 2020, o gasto estimado é superior a US\$ 7,2 bilhões” (JURA, 2022, p.67).

É indispensável considerar os impactos dos agrotóxicos na saúde da população e no meio ambiente, ao relacionar as externalidades geradas pelos agrotóxicos em

⁴⁰ “Produtos considerados cancerígenos, como o paraquat, da Syngenta (nome comercial Gramoxone 200) e o glifosato, da Monsanto/Bayer. O paraquat – proibido em mais de 50 países e em todo território europeu desde 2007, inclusive em seu país de origem, a Suíça – é um agrotóxico associado não só a casos de câncer, mas também ao mal de Parkinson, fibrose pulmonar e danos genéticos, sendo um dos agentes químicos mais vendidos no Brasil” (FREDERICO, 2019).

termos ambientais e de saúde pública, constaremos que o prejuízo econômico e o custo social para o Estado brasileiro são maiores e mais agressivos. Afinal, do ponto de vista da saúde pública, as pessoas adoecidas pelo contato com os agrotóxicos serão tratadas pelo Sistema Único de Saúde (SUS) (SANTOS, BITTENCOURT & BURITY, 2020).

De acordo com Abrasco (2020), estudos realizados nos Estados Unidos da América (EUA) com intuito de mensurar o custo social gerado pelo uso de agrotóxico, apontam que os custos no âmbito da saúde com o tratamento de problemas agudos e crônicos (incluindo cânceres) dizem respeito a “[...] 1,3 bilhões de dólares anuais, ao passo que danos ambientais e os custos com regulação dos agrotóxicos totalizariam US\$4,2 e US\$ 3 bilhões, respectivamente, a preços de 2013” (Ibidem, p. 03). Devemos considerar a existência de instituições altamente atuantes para a proteção e fiscalização ambiental e sanitária nos EUA, com isso, tendo em vista que o consumo de agrotóxicos no Brasil é superior ao dos EUA que são autorizadas utilização de substâncias químicas altamente perigosa para saúde humana e o meio ambiente, o valor do “custo social agrotóxico” no Brasil pode ser considerado muito mais elevado que 1,3 bilhões anuais, agravado pelo alto índice de mortes por intoxicações (Ibidem).

Ou seja, os cofres públicos ao beneficiarem os grandes latifundiários e conglomerados da indústria química de agrotóxico no Brasil, além de serem assaltados por não recolher impostos dos agrotóxicos, desembolsam para tratar e reparar os danos sociais, ambientais e à saúde, originado pelo agenciamento do agrotóxico realizado pelo Estado brasileiro. Considerando o exercício orçamentário de 2017, “há casos alarmantes, em que a renúncia fiscal com o ICMS sobre agrotóxicos representa 66,4% do orçamento na função saúde, como no caso do Mato Grosso, seguido de Mato Grosso do Sul (39,3%), Tocantins (27,9%), Bahia (28,1%) e Goiás (23,6%)” (ABRASCO, 2020, p.07).

Em decorrência dos prejuízos econômicos, sociais, ambientais e à saúde originada pela política de indução e estímulo aos agrotóxicos do Estado brasileiro, o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) em 2016 problematiza por meio da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5553, as cláusulas 1º e 3º do Convênio n.º 100/97 da Confaz e o Decreto 7.660/2011 que ao longo de 23 atuam inconstitucionalmente assegurando redução e isenção tributária ao mercado de agrotóxicos (TERRA DE DIREITOS, 2020).

Diferentemente do que argumentam os intelectuais orgânicos do agronegócio brasileiro na busca por sustentar a isenção de impostos, sobre um possível aumento no preço dos alimentos caso ocorra o fim da desoneração fiscal, o ministro e relator Edson Fachin da ADI 5553, Edson Fachin em seu voto salienta que o maior porcentual do uso de agrotóxicos está centrado na produção de *commodities*, “[...] cujo preço é determinado pelo mercado mundial. Em 2014, a soja representava 49% do uso dos produtos no Brasil; a cana, 10,1%; o milho, 9,5%; e o algodão, 9,1%, o que soma 77,7%” (FACHIN, 2020, p. 16).

Com isso, Fachin (2020) observa que a incidência tributária do ICMS e IPI aos agrotóxicos não implicam automaticamente a redução do preço dos alimentos ao consumidor, “[...] há uma série de fatores do mercado internacional que determinam sua cotação”, segundo ele “[...] bastaria, para atender à essencialidade, que o benefício incidisse sobre o produto final, de modo, portanto, a alcançar o seu efetivo destinatário, o consumidor, independente do uso de agrotóxicos na cadeia produtiva” (Ibidem, p.16).

Além da análise tributária, Fachin (2020) argumenta acerca dos danos ambientais e para saúde humana que os agrotóxicos representam, nesses termos, “para que haja concessão de qualquer incentivo, os benefícios devem ser voltados a práticas consideradas menos poluentes e mais benéficas à fauna, à flora e a toda a coletividade” (Ibidem, p. 20). Portanto, o “[...] uso de produtos nocivos ao meio ambiente ameaça não somente animais e plantas, mas com eles também a existência humana e, em especial, a das gerações posteriores, o que reforça a responsabilidade da coletividade e do Estado de proteger a natureza” (Ibidem, p. 20). Diante do exposto, Fachin (2020, p. 33) reconhece “[...] a inconstitucionalidade das cláusulas primeira, inciso I e II, e terceira, em relação a estes incisos referidos, do Convênio n.º 100/1997, com efeitos *ex nunc*, e da fixação da alíquota zero aos agrotóxicos indicados na Tabela do IPI [...]”.

Outra contradição oriunda do agronegócio é “[...] o aumento da compra de terras pelas empresas estrangeiras e sobretudo de fundos de investimentos de capital financeiro e sua desnacionalização de forma incontrolável traz contradições na soberania política dos países” (MST, 2020, p. 17).

O processo de estrangeirização de terras também é um dos responsáveis pela alta concentração da estrutura fundiária brasileira, com intuito de “[...] registrar as transações comerciais por corporações transnacionais para a produção de

commodities e/ou minerais” (FERNANDES, 2016, p. 03). Trata-se de empresas transnacionais e nacionais de capital estrangeiro do agronegócio da América, da Europa e da Ásia que controlam terras brasileiras, como a Monsanto, Cargill, Multigrain, Raizen, Bahia Specialty Celulose, Stora Enso, dentre outras (FERNANDES, 2016).

Segundo, “[...] dados disponíveis na plataforma LandMatrix que acompanha as transações de terra mundo afora, o Brasil é o terceiro maior alvo de investimentos externos em terras e o oitavo que mais tem adquirido terras fora de seu território” (JURA, 2022, p.10), conforme expressa o quadro:

Quadro 4 - Investimentos estrangeiros em terras no Brasil e de capitais brasileiros em terras no exterior

	Países Investidores		Países Alvo	
	País	Área (ha)	País	Área (ha)
1	China	7.502.079	Rússia	11.374.926
2	Rússia	6.305.709	Papua Nova Guiné	3.914.114
3	EUA	6.246.778	Brasil	3.442.613
4	Malásia	4.347.456	Ucrânia	3.287.215
5	Japão	3.567.397	Indonésia	3.216.438
6	Suíça	3.073.850	Sudão do Sul	2.542.292
7	Chipre	2.437.152	Moçambique	2.215.268
8	Brasil	2.406.329	Argentina	1.767.976
9	Emirados Árabes	2.388.715	Guiana	1.375.001
10	Cingapura	2.376.131	Libéria	1.343.889

Fonte: JURA (2022).

Em suma, os dados sobre a estrutura fundiária brasileira apontam para três processos concomitantes: (1) o aumento da concentração fundiária; (2) o avanço do agronegócio sobre as terras públicas e comunitárias, seja por meio da grilagem de terras ou de alterações legais que colocam essas terras no mercado e as franqueiam para o capital; (3) a ampliação da aquisição de terras por empresas, fundos de investimentos, etc., estrangeiros e o avanço do agronegócio brasileiro sobre o território de outros países na AL e África.

Não é por casualidade que se recolocou, no Congresso Nacional, em 2016, a discussão sobre o Projeto de Lei n.º 4059/2012 que objetiva anular as restrições que impedem a titularidade das terras brasileiras para estrangeiros, assim como a Medida Provisória 759/2016 que integra as ações com objetivo de desnacionalizar a riqueza natural, terra, água, Minério e Biodiversidades. Em outras palavras, significa atender

aos interesses da bancada ruralista na desnacionalização do território brasileiro e a comercialização da soberania nacional (SAMPAIO, 2016).

O processo de estrangeirização e de concentração das terras é um dos pilares dos conflitos e da violência no campo, por isso, é indispensável observar a relação existente entre a violência, a estrangeirização e a concentração da propriedade privada da terra no Brasil (DATA LUTA, 2014). A crescente concentração da terra revela a ampliação da intensificação da violência, apenas em 2015, “os assassinatos foram 50 ante os 36 casos de 2014, portanto, aumento de 39%” (CPT, 2015, p. 33), em 2016 registra-se o maior índice de ocorrências de conflitos por terra nos últimos 32 anos (CPT, 2016). “Foram contabilizados 1.079 conflitos, uma média de 2,9 registros por dia. Os assassinatos tiveram um aumento de 22% em comparação com o ano de 2015 e é o maior número de casos desde 2003” (CPT, 2016, n/p).

Em 2019 o número de conflitos⁴¹ no campo brasileiro ascendeu para 1903 ocorrências, sendo 1311 conflitos relacionados com a terra, 502 pela água e 90 vinculados a questões trabalhistas, destes conflitos, o número de assassinatos chegou a 32 (CPT, 2020). O ano de 2020,⁴² sob a omissão e conivência do Estado Brasileiro governado por Jair Messias Bolsonaro, registrou o maior número de ocorrências de conflitos no campo já registrados desde 1985, foram 1.576 conflitos por terra, representando um aumento de 25% em relação aos registros de 2019 e 57,6% sobre o observado em 2018. Em 2022, os casos de conflitos ascenderam drasticamente para 2.018, envolvendo 909,4 mil pessoas e mais de 80 milhões de hectares em disputa no território nacional, representando uma ampliação de 10,39% em relação a 2021, que totalizou 1.828 casos (LUCENA, 2023). De acordo a CPT, três práticas de violência caracterizam a ampliação de conflitos no campo em 2022, as disputas envolvendo a Amazônia Legal, os casos de trabalho análogo à escravidão e o aumento da contaminação por agrotóxicos (LUCENA, 2023)

Tais assassinatos e conflitos agrários são oriundos das ações de arbitrariedade e violência dos grandes latifundiários e do agronegócio, pois, enquanto a burguesia busca defender a propriedade privada da terra, constitui, também, para esses fins, a “[...] formação de aliança com a classe latifundiária e agricultura capitalista, realizando transações que geram conflito e violência contra camponeses, indígenas e

⁴¹ Sendo registrado 2.054 conflitos no campo, que envolvem disputas por terra, água e trabalhistas. Trata-se de um aumento de 8% em relação ao à 2019 (1.903).

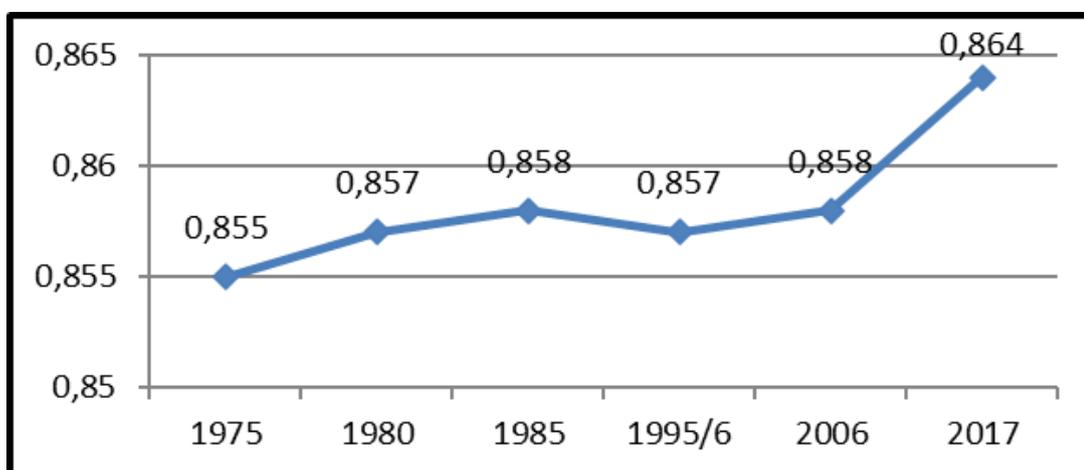
⁴²

comunidades tradicionais, seja expropriando seus territórios, seja assassinando lideranças” (DATA LUTA, 2014, p. 04).

As ações de violência contra os povos do campo, das águas e das florestas exercida pelos grupos econômicos sob os interesses privados dos latifundiários e do agro-hidro-minero-negócio, tem sido naturalizado pelo Sistema de Justiça por meio da prática de impunidade em relação aos crimes ambientais, a perseguição, criminalização e assassinato dos povos do campo. Uma ilustração da impunidade, são os dados das pessoas executadas em conflitos por terra, água e trabalho no Brasil, de 1938 casos entre os anos 1985 e 2018, 1789 desses casos (92%) não houve qualquer responsável julgado ou preso (CPT, 2020). Como diz a Dra. Debora Duprat, ao tratar dos dados reunidos no Relatório de conflitos da CPT de 2020, que os mesmos “[...] permitem concluir por uma espécie de associação, ainda que tácita, entre sistema de Justiça, forças policiais e poder econômico” (CPT, 2020, p. 198).

A violência pode ser observada pela concentração de terras existente no Brasil, dados do Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, revelam que 50% dos estabelecimentos agropecuários no Brasil possuem menos de 10 hectares e ocupam apenas 2,3% da área total. Por outro lado, 1% dos estabelecimentos rurais (46.911) têm área acima de 1 mil hectares cada, e ocupam 47,6% das terras. A continuidade da concentração de terras promovida com a atuação do agronegócio faz do Brasil um dos países com maior concentração de terras no mundo. A expressão desta concentração pode ser visualizada no progressivo aumento do índice de Gini.

Figura 2 – Índice de Gini – censos Agropecuários – Brasil – 1975 – 2017

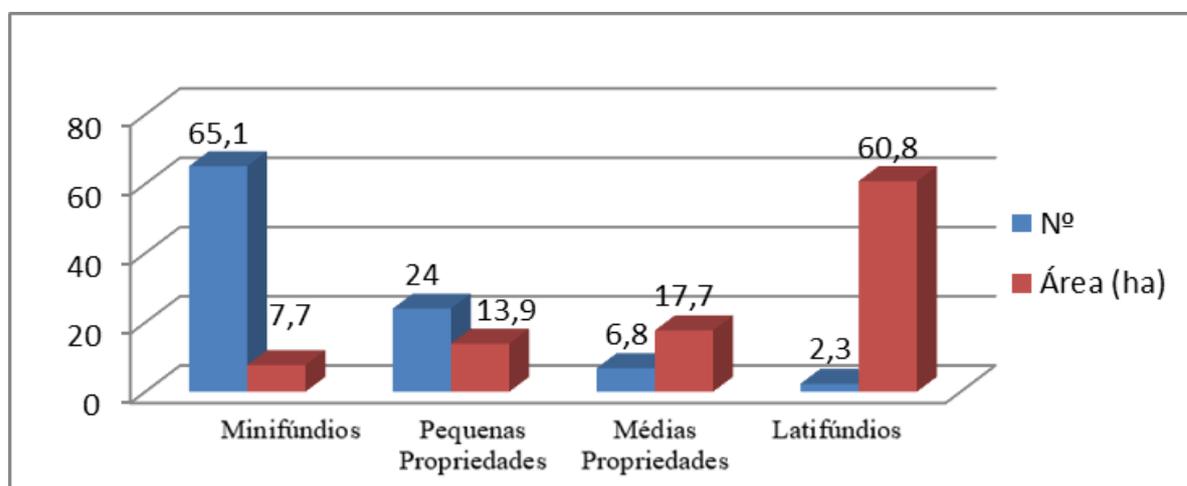


Fonte: Jura (2023).

Tendo em vista que, quanto maior a aproximação de 1, maior é o nível de concentração da terra e de desigualdade, evidencia que desde a década de 1970 a concentração fundiária no Brasil segue acima de 0,85 e obteve maior elevação nos dois últimos Censos, atingindo 0,86.

A violenta concentração fundiária pode ser ilustrada também pelos dados do Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra), os dados de 2018, revelam que apenas 2,3% de latifúndios possuem o controle de 60,8% das terras, conforme ilustrado na figura 3.

Figura 3 - Estrutura Fundiária – Brasil – 2018



Fonte: Jura (2023, p. 3).

Em consequência do processo de concentração de terras, constante e forçosamente, a população do campo migra para a cidade, ampliando a concentração demográfica. “Em 1950, por exemplo, 63,8% da população residia no meio rural. Em 1970, houve uma inversão desse quadro, com a população passando a ser majoritariamente urbana. Em 1980, “[...] na área rural representavam apenas 32,3% da população total” (DIEESE, 2014, p. 02). Dados do IBGE/Censos Demográficos apontam que a população rural no Brasil, em 2010, representava 15,6% da população total do país, aproximadamente 29,65 milhões de pessoas, o que representa uma redução de 6,059 milhões de pessoas em relação ao ano de 1991. Em decorrência da crescente concentração fundiária, outra dimensão e consequência inerente à ofensiva do agronegócio no campo brasileiro é o fechamento de escolas no campo, no ano de 2003 haviam 103.328 escolas na área rural, com aproximadamente 8

milhões de matrículas na Educação Básica; em 2013, existia 70.816 escolas, com 5,9 milhões de matrículas; em 2018, 56.954 escolas, com cerca de 5,5 milhões de matrículas; em 2019, 55.345 escolas, com cerca de 5 milhões de matrículas – ou seja, de 2002 a 2019, foram fechadas 48% das escolas em áreas rurais (SAPELLI & SANTOS, 2023).

Essa contradição no mundo do trabalho do campo, proveniente da lógica do agronegócio de redução da população do campo, logo, a redução do trabalho humano no campo, vem ocorrendo em decorrência da combinação entre concentração de terra, concentração produtiva, padrão tecnológico e organização do trabalho empregado na reestruturação produtiva do campo com a incorporação da microeletrônica⁴³ na agricultura, desde o início dos anos 2000 (KUENZER e OLIVEIRA, 2016).

Para exemplificar, no caso dos grãos, ampliou-se a produção de soja, de milho e de trigo por meio da tecnologia empregada, ao passo que eliminou significativamente o uso do trabalho humano que passou a ser ocupado pelo trabalho morto. Primeiramente, no melhoramento das sementes, alterando da “[...] tecnologia do híbrido para o transgênico e os novos equipamentos e implementos utilizados (com base microeletrônica), permitiram que se vendam/contém as sementes por unidade, não mais por volume” (KUENZER e OLIVEIRA, 2016, p. 288).

Ou seja, os monocultivos voltados para a exportação e a produção de combustível tem uma menor utilização de mão de obra e ocupam áreas agricultáveis em larga escala no Brasil, como a cana-de-açúcar, que ocupa 9.970 milhões de hectares e a soja, que ocupa 39 milhões de hectares (IBGE, 2021). Sendo menor ainda a ocupação de mão de obra na pecuária (pastagens) e na silvicultura (matas e exploração florestal e da madeira), apenas o plantio de pinus e de eucalipto voltados à exploração da madeira ocupou, em 2020, uma área de 9,23 milhões de hectares (IBGE, 2020).

O avanço dos monocultivos repercutem nos dados sobre pessoal ocupado na agropecuária, impactando na redução do trabalho agrícola e na superexploração dos

⁴³ Compreendemos que o agravante estruturante não está concentrado na incorporação da tecnologia na agricultura, mas sim na propriedade privada da tecnologia, dos meios de produção e no seu uso indevido sobre a natureza para produzir em larga escala as commodities, beneficiando 1% dos proprietários rurais na medida em que restringe a dinâmica ocupacional e torna precário o vínculo dos poucos trabalhadores incorporados pelo agronegócio.

que seguem trabalhando no campo. Estudo realizado por Zanella⁴⁴ (2008) demonstra que, entre os anos de 1970 e 2004, reduziu-se, no estado de São Paulo, aproximadamente 700 mil postos de trabalho com a expansão de cultivos destinados à exportação e à produção de combustível. Sendo que culturas com menor incorporação de mão de obra representem, aproximadamente, 80% do total da área utilizada pela agropecuária no Brasil (KUENZER e OLIVEIRA, 2016, p. 292).

Para ilustrar essa redução do trabalho humano no campo, observamos que o número de estabelecimentos agropecuários, ao longo das últimas décadas, mantém-se em torno dos cinco milhões, embora não signifique a manutenção dos postos de trabalho, os quais reduziram drasticamente. A média de ocupados por estabelecimento caiu de 3,2 pessoas, em 2006, para 3,0 pessoas, em 2017 (IBGE, 2017). “Após ter aumentado de 20,3 milhões em 1975 para 23,4 milhões em 1985, o Povoal Ocupado na Agropecuária reduziu-se desde então em todos os Censos Agropecuários, atingindo o menor patamar no Censo de 2017, com apenas 15 milhões” (JURA, 2023, p.51).

Os dados ainda revelam que o predomínio pela geração da maior parte das ocupações na agricultura brasileira está concentrada na agricultura familiar e camponesa. Em 2006 a participação da agricultura familiar e camponesa na geração de postos de trabalho no campo foi de 77,3%, contra 22,7% da agricultura patronal (JURA, 2023). Em 2017 a participação da agricultura familiar e camponesa caiu para 72,9%, “[...] enquanto a participação da agricultura patronal aumentou para 27,1%, ainda assim, a agricultura familiar e camponesa responde por quase $\frac{3}{4}$ dos postos de trabalho gerados no campo brasileiro” (JURA, 2023, p. 52).

A constante elevação da capitalização do meio rural promovida essencialmente pelo capital internacional, ao promover o aumento da concentração de terras, implicou a diminuição do número de empregadores no meio rural, de 559 mil, em 2004, para 267 mil, em 2013 (-52,2%) (Ibidem, p.08). Assim como o número de assalariados com ou sem a carteira de trabalho assinada obteve uma queda de 18,2%, ou seja, passou de 4,9 milhões, em 2004, para 4,0 milhões, em 2013. Não obstante, os trabalhadores por conta própria reduziram em 16,1%, passando de 4,7 milhões para 3,9 milhões de ocupados em 2013 (Ibidem).

⁴⁴ <http://www.unesp.br/aci/jornal/234/campo.php>

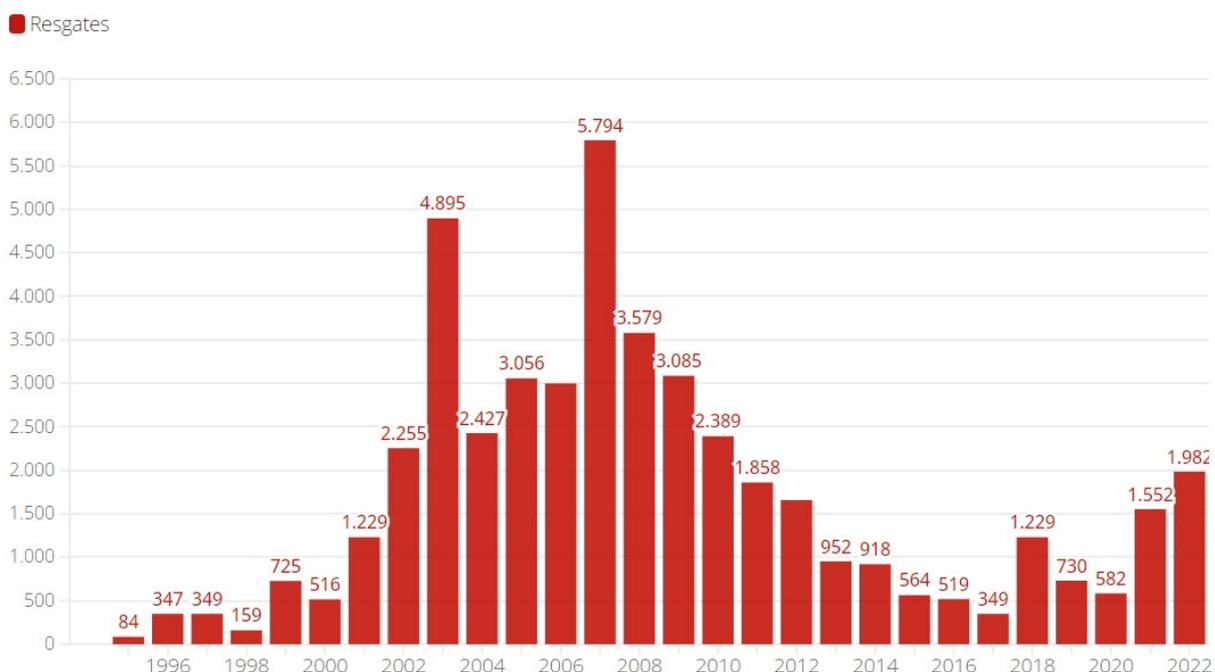
É importante destacar que, dos 4,0 milhões de trabalhadores assalariados do Brasil, em 2013, os quais representam 1/3 da população rural “[...] a maioria (59,4% ou 2,4 milhões) encontrava-se como empregado sem carteira de trabalho assinada, e 40,6% (1,6 milhão) como empregados com carteira de trabalho assinada” (DIEESE, 2014, p. 10). Ainda de acordo aos dados Pnad 2013, os trabalhadores rurais sem carteira assinada são remunerados em média com até um salário-mínimo.

Essa expressão da desigualdade impõem para milhões de seres humanos, por não terem outras opções de vínculo, se inserem em formas de trabalho demasiadamente precarizadas e caracterizados pela negação do acesso aos direitos trabalhistas para se dedicar as atividades produtivas no campo, ficando suscetíveis a condições desumanas. A exemplificar a existência, ainda na atualidade, do trabalho escravo, haja vista que, somente entre 1995 e 2014, foram resgatados 46.588 trabalhadores em condição de trabalho escravo, essencialmente em atividades econômicas vinculadas às lavouras, ao reflorestamento, à pecuária, ao carvão vegetal, ao extrativismo, à cana-de-açúcar e ao desmatamento, sendo que 44% desse total são oriundos do meio rural (DIEESE, 2014).

Com a ampliação da fiscalização, em dados recentes levantados pela Divisão de Fiscalização para Erradicação do Trabalho Escravo (Detrae), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), demonstram que apenas de janeiro a março de 2023, 837 pessoas foram resgatadas em situação de trabalho análogo a escravidão na zona rural.

Dados do relatório da Comissão Pastoral da Terra sobre os conflitos no campo Brasil, demonstram que em 2022, os resgatados estavam escravizados principalmente em monoculturas, totalizando 62% dos resgatados neste setor do agronegócio, na “[...] cana 62% (MG, GO e MS); outras lavouras temporárias (com destaque para a soja em GO, MA, MT, PI e RO, e o alho em MG e no RS); lavouras permanentes (com destaque para as colheitas de café em MG e de maçã em SC e RS)” (CPT, 2023, n/p). Sendo nos “[...] monocultivos de árvores (GO, MA, SP e MS). [...] os casos na pecuária, os números não mentem: é o agro quem mais escraviza no Brasil. Em 2021 não havia sido diferente: 90% das pessoas foram escravizadas em atividades rurais, e 64% em monoculturas” (CPT, 2023, n/p).

Figura 4- Números de resgates de trabalhadores em condição análoga à escravidão no campo



Fonte: Radar SIT – Ministério do Trabalho e Emprego (TEM) *apud* G1

O agronegócio é um motor da violação aos direitos humanos e exploração do trabalho no Brasil, sendo maioria na nova “lista suja”⁴⁵ do trabalho escravo do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). As mudanças realizadas pelo agronegócio no campo representam a ampliação da desigualdade socioeconômica no campo e da violência, enquanto seu desenvolvimento é alicerçado no trabalho assalariado, sob o domínio de grandes corporações e na produção de *commodities* em larga escala que forçosamente amplia a concentração fundiária. Submete a população do campo e da cidade a uma superexploração, seja pelas condições de trabalho submetidos, as extensas jornadas de trabalho ou pela baixa remuneração recebida e a violência do alimento envenenado.

Para defender seus interesses políticos e econômicos, as instituições patronais do agronegócio, são representadas pela conhecida Bancada Ruralista, que independentemente de partido político trabalha pela defesa do patronato rural, permitindo a “[...] inserção de parlamentares ruralistas nas distintas redes de sociabilidade política, econômica, religiosa, cultural e social existente no Congresso Nacional quanto fora dele [...]” (BRUNO, LACERDA & CARNEIRO, 2012, p.526). Além

⁴⁵ A lista suja de empregadores foi criada pela portaria interministerial 4, de 11 de maio de 2016. Disponível em: [cadastro_de_empregadores.pdf \(www.gov.br\)](http://www.gov.br/cadastro_de_empregadores.pdf). Acesso em 5 de abril de 2023.

de atuarem como intelectuais orgânicos do agronegócio para construir uma concepção de mundo fundada no poder patronal ruralista, atuam essencialmente para tornar a qualquer custo bem-sucedida à agenda política e os interesses privados do agronegócio (Ibidem). No ano de 2023, a bancada ruralista (Frente Parlamentar Agropecuária - FPA), conta com 300 parlamentares signatários e 47 senadores ruralistas. Por sua vez, a Bancada Ruralista é sustentada por empresas multinacionais, incluindo a alemã Bayer, a Souza Cruz, a Philip Morris, corporações como Nestlé, Aurora e Danone, da Viva Lácteos; e o Grupo André Maggi, entre outras, conforme ilustração abaixo:

Figura 5: Financiadores do lobby do agronegócio com a Bancada Ruralista



Fonte: De olho nos ruralistas (2019)

Ou seja, os parlamentares reunidos na bancada ruralista buscam converter os interesses privados das grandes empresas e corporações multinacionais do agronegócio em vontade coletiva na sociedade brasileira. São enérgicos lobbies de multinacionais, que interpelam os parlamentares, com intuito de legislarem em prol de facilitar e beneficiar política e economicamente a agenda agronegócio. Conforme elucida o Deputado Nilson Leitão a véspera de assumir a presidência da FPA em fevereiro de 2017: “São essas entidades que nos fortalecem ao trazer seus pleitos, suas reivindicações, suas preocupações e nos apresentar suas bandeiras para que possamos defendê-las no Congresso Nacional” (FPA, 2017: nota à imprensa). (POMPEIA, 2018, p.288). Não faltam exemplos para ilustrar essa prática de aparelhamento da política pública para promover o ambiente dos negócios do agronegócio.

O aparelhamento do Estado pelos interesses privados do agronegócio se manifesta de distintas formas, seja pelas leis de flexibilização do cumprimento da função socioambiental, da ocupação da terra, da liberação de agrotóxicos, subnotificação de trabalho escravo, do Decreto 10.592/2020⁴⁶ que fomenta a ampla privatização de terras públicas federais de forma subsidiada pelo Estado, entre outras. Vale destacar uma forte expressão da prática do agronegócio de aparelhar e subordinar o Estado aos seus interesses, anunciada pelo então Ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles, em reunião ministerial realizada no dia 22 de abril de 2020, ocasião que afirma que o governo deveria aproveitar a “[...] tranquilidade no aspecto de cobertura de imprensa, porque só fala de COVID e ir passando a boiada e mudando todo o regramento e simplificando normas” (G1, 2020, n/p). Compreende-se por “passando a boiada” a ação de flexibilizar a legislação ambiental, mesmo que isso ocorra no campo, na ilegalidade e da injustiça social e ambiental, mas que facilite o campo de atuação do agronegócio e de grileiros-desmatadores, garimpeiros e madeireiros.

Ao tratar do fortalecimento da Bancada Ruralista, Alentejano (2020) destaca que isso implica na ampliação da capacidade do agronegócio em pressionar por políticas públicas que favoreçam os interesses privados do setor,

[...] mas vai muito além disso, pois trata-se de um segmento com nítidas e crescentes articulações com outras bancadas que se

fortaleceram nos últimos anos, como a evangélica e a armamentista, conformando o que vem sendo denominado bancada BBB – do boi, da bíblia e da bala, ao que alguns acrescentaram outro B, o dos bancos, indicando a associação dos interesses da oligarquia financeira, com os setores mais retrógrados da sociedade brasileira (ALENTEJANO, 2020, p. 364).

Ou seja, historicamente a FPA trabalha em prol de uma agenda fundamentalmente conservadora e pela defesa da propriedade privada, tendo por desdobramentos da agenda política, temas como: a questão da desoneração fiscal, políticas públicas de financiamento rural, flexibilização das leis trabalhistas e ambientais (aprovação do Código Florestal), inviabilização da reforma agrária, da demarcação de terras indígenas e quilombolas, a renegociação das dívidas do agronegócio, flexibilização do uso de agrotóxicos e uma grande investida no âmbito educacional.

Válido rememorar o projeto de lei do ex-ministro da agricultura Blairo Maggi, autor do projeto que alterou a Lei dos agrotóxicos por uma “Lei de Defensivos Fitossanitários”, na busca por deixar mais amena a nomenclatura e modificar o conteúdo da lei para permitir registro de venenos proibidos como teratogênicos, carcinogênicos, mutagênicos. Que inclusive contou com a efetiva participação da Deputada Federal Tereza Cristina (DEM-MS), ex-Ministra da Agricultura e ex-presidenta da bancada ruralista, presidindo a Comissão Especial da Câmara dos Deputados que aprovou o Projeto de Lei 6.299/2002, famosa “PL do Veneno” (DULCI & TUBINO, 2020). A deputada também foi relatora da Medida Provisória que constituiu o Refis do Funrural, medida que refinanciou e anistiou dívidas dos fazendeiros com o Fundo de Apoio ao Trabalhador Rural, aprovada em 2018; assim como, uma das autoras do pedido da criação da CPI da Funai/Incra e sub-relatora para a questão indígena da mesma CPI (Ibidem).

Trata-se de uma coalizão que possui a prerrogativa de conduzir a política pública voltada para o setor agrário, é uma “concertação política do agronegócio” (POMPEIA, 2018). De acordo, com Pompeia (2018) a concertação política do agronegócio é caracterizada pela “[...] composição intersetorial de caráter político entre representações da agricultura e de segmentos conectados a ela que, alicerçada na categoria agribusiness/agronegócio, atua de forma multilateral, coordenada, institucionalizada e sistemática” (Ibidem, p. 44). Atuando em prol de “convencer a

opinião pública a valorizá-la e pressionar o Estado a inseri-la como elemento estratégico no planejamento governamental (Ibidem).

agronegócio, por meio de seus aparelhos privados de hegemonia, constitui um ambiente de “concertação política” e atua como um partido político no sentido atribuído por Gramsci, enquanto um organismo “[...] na qual se aglomeram germes de vontade coletiva que tendem a se tornar universais e totais” (GRAMSCI, 1986 p. 15), nesse caso, exercendo na sociedade civil o papel de difundir e organizar a hegemonia do agronegócio. Os bancos, usinas, indústrias, meios de comunicação, cooperativas, consultorias, associações agropecuárias que integram o partido do agronegócio, se constituem como aparelhos privados de hegemonia para inserção de seus interesses privados na sociedade civil e assegurando seus intelectuais orgânicos que atuam no Estado. Entre os aparelhos privados de hegemonia, a conformação IPA e FPA adquire uma maior proeminência pela capacidade de construção de convergência política e de racionalização de posicionamentos entre as frações do agronegócio, ou seja, dado a sua capacidade de direção e representatividade da agenda política-ideológica do setor e sua ampla inserção no Estado ampliado.

Diante desse panorama, afirmamos que é inconcebível tratar das práticas do agronegócio dissociando as categorias, propriedade privada da terra, concentração, violência e precarização do trabalho, as quais se movimentam no interior do confronto entre os projetos de agricultura e de sociedade e como veremos a seguir no projeto de educação.

2.4 A violência comunicacional na persuasão e conformação da sociedade

*Seu avião derrama a chuva de veneno
Na plantação e causa a náusea violenta
E a intoxicação né adultos e pequenos
Na mãe que contamina o filho que amamenta
Provoca aborto e suicídio o inseticida
Mas na mansão o fato não sensibiliza
Vocês já não tão nem aí com aquelas vidas
Vejam como é que o ogrobis desumaniza
Desmata Minas, a Amazônia, Mato Grosso
Infecta solo, rio, ar, lençol freático
Consome, mais do que qualquer outro negócio
Um quatrilhão de litros d'água, o que é dramático
Por tanto mal, do qual vocês não se redimem
Por tal excesso que só leva à escassez*

*Por essa seca, essa crise, esse crime
 Não há maiores responsáveis que vocês
 Eu vejo o campo de vocês ficar infértil
 Num tempo um tanto longe ainda, mas não muito
 E eu vejo a terra de vocês restar estéril
 Num tempo cada vez mais perto, e lhes pergunto
 O que será que os seus filhos acharão
 De vocês diante de um legado tão nefasto?*

Para sustentar a lógica predatória do agronegócio ao meio ambiente e a vida humana, social e natural, a atuação na dimensão ideológica do agronegócio se faz estruturante como forma de persuasão e conformação da sociedade. As campanhas publicitárias, veiculadas por canais de comunicação, assumiram um papel fundamental na difusão do uso de agrotóxicos na agricultura brasileira. A Associação Nacional de Defensivos Agrícolas (ANDEF)⁴⁷ representante da indústria química dos agrotóxicos, exerceu um papel fundamental no construto discursivo-ideológico com campanhas publicitárias na década 1980 que objetivaram “[...] recuperar a imagem dos agrotóxicos, abalada pelas sistemáticas denúncias de contaminações dos rios e alimentos, intoxicação e morte de agricultores” (FERRARI, 1985, p.65).

Desde sua fundação em 1974, a associação tinha como missão articular e fortalecer a imagem do setor de fitossanitários no Brasil perante os consumidores e os órgãos reguladores (GUIMARÃES, 2009; MOREAU, 2015). Com as críticas oriundas do movimento ambientalista e o surgimento das Leis Estaduais dos Agrotóxicos, sendo a primeira originada no Rio Grande do Sul com a Lei Estadual n.º 7.747/1982, Paraná (Lei n.º 7.827/1983), Santa Catarina (Lei n.º 6.452/1984), Minas Gerais (Lei n.º 4.002/1984), São Paulo (Lei n.º 4.002/84) entre outras (FRANCO, 2014). A ANDEF intensifica sua designação de defesa do setor agroquímico com uma jornada judicial iniciada em março de 1983, pugnando pela inconstitucionalidade da Lei Estadual do Rio Grande do Sul por meio do Supremo Tribunal Federal (FRANCO, 2014; MOREAU, 2015).

De acordo com Franco (2014, p. 44-45) a “tese central do pleito da ANDEF foi, portanto, a de incompetência dos Estados em legislar e fiscalizar questões sobre agrotóxicos, cujo atributo seria exclusivo da União”. Constituindo uma grande disputa

⁴⁷ Desde 1992 denominada como Associação Nacional de Defesa Vegetal (ANDEF), de acordo com Franco (2013) a alteração se deu em razão de alcançar uma melhor designação aos propósitos da associação. Tendo em vista que internacionalmente a expressão utilizada é "Plant Protection" ou "Crop Protection" foi então julgado conveniente alterar a razão social para Associação Nacional de Defesa Vegetal" (FRANCO, 2013, p. 115).

judicial que apenas em 1985 obteve uma decisão⁴⁸ do STF instituindo a inconstitucionalidade parcial da Lei de Agrotóxicos do RS, “[...] os dispositivos mais importantes haviam caído, pois o Estado não poderia denominar tais produtos como agrotóxicos, nem realizar o registro e cadastramento de produtos, nem estabelecer normas e critérios para classificação toxicológica” (FRANCO, 2014, p.50). Permanecendo como atribuição do estado controlar a venda dos agrotóxicos por meio de receituário agrônomo (Ibidem).

Entre as tensões geradas pela tentativa de deslegitimar as leis estaduais de agrotóxico, é válido salientar a tentativa de suborno realizada em 1984 por um executivo da ANDEF ao chefe do gabinete da Secretaria de Agricultura do Paraná para que a Lei Estadual do Paraná não fosse executada (FRANCO, 2014). Franco (2014) e Moreau (2015) demonstram a existência de enérgicos lobbies de multinacionais, que interpelam os parlamentares, com intuito de facilitar a circulação e aprovação de agrotóxicos no Brasil, desde a década de 1980.

As Leis Estaduais de Agrotóxicos e os pleitos jurídicos orquestrados pelo setor agroquímico com intuito de adquirirem segurança jurídica, ainda enquanto se julgava a constitucionalidade no STF, inseriram na agenda federal o tema do controle dos agrotóxicos que culminaram na discussão, formulação e promulgação da Lei de Agrotóxicos n.º7.802/1989⁴⁹ (FRANCO, 2014). Franco (2014) considera que a organização e experiência gaúcha na formulação e defesa de sua Lei Estadual de Agrotóxico, influenciou nacionalmente um movimento sanitário-ambiental, entre 1985 e 1989, que contribuiu para impulsionar a legislação federal.

Com a Lei n° 7.802/1989 normatizou maior rigor na concessão de registro dos agroquímicos. “Inclusive, alguns pontos anteriormente declarados inconstitucionais pelo STF nas antigas leis estaduais – como a própria denominação “agrotóxicos” – acabaram consagrados na nova legislação e no texto constitucional” (MOREAU, 2015, p. 72).

Combinado às disputas judiciais, o setor agroquímico na tentativa de defender o uso dos agrotóxicos na agricultura e ocultar sua nocividade para vida humana e

⁴⁸ Decisão da Representação de inconstitucionalidade da Lei Estadual n. 7.747, de 22 de dezembro de 1982, em conjunto com os Decretos ns. 30.787, de 22/7/1982 e 30.811, de 23/8/82, todos do Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em: <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=263926>

⁴⁹ Para maior detalhamento das tensões entre 1985 e 1989 acerca da formulação da Lei de Agrotóxicos, consultar Franco (2014) entre as páginas 54 – 75.

natural desenvolve uma ampla campanha publicitária para deslegitimar as leis ante a sociedade e conseqüentemente seu convencimento (FERRARI, 1985; MOREAU, 2015).

Entre os instrumentos publicitários utilizados pela ANDEF, foi construído o boletim informativo denominado de “Defesa Vegetal” que buscava demonstrar “[...] que as leis estaduais seriam incoerentes por implicarem em duplicidade em relação à legislação federal, criando sérios embaraços às empresas e, por conseguinte, ameaçando a produção agrícola nacional [...]” (FERRARI, 1985, p.66). A tese de defesa utilizada pela ANDEF nos boletins reunia argumentos que buscavam sustentar a ideia de inconstitucionalidade aos danos que o sistema de controle do comércio e uso dos agrotóxicos traria para a agricultura (MOREAU, 2015; FERRARI, 1985).

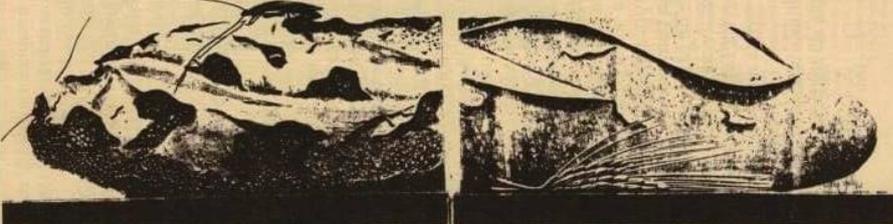
Segundo Ferrari (1985), Franco (2014) e Moreau (2015) intensifica-se a partir de 1985, o construto discursivo-ideológico de defesa dos agrotóxicos, utilizando de revistas de grande circulação, como a Revista Veja e a Revista Senhor, que difundiam conteúdos que responsabilizavam o usuário pelos problemas decorrentes do uso dos agrotóxicos e que o uso adequado poderia evitar danos à saúde humana e natural, assim como recorriam a “[...] argumentos voltados ao convencimento da necessidade e da urgência na adoção do uso desses produtos” (MOREAU, 2015, p.53) .

Uma das formas de convencimento acerca da necessidade de utilização dos agrotóxicos está vinculada à retórica do combate à fome, na edição de 03 de abril de 1985 da Revista Veja, recorrem a uma apelativa imagem de um pão tendo seu lado esquerdo consumido por baratas e o lado direito intacto, associando que para “reduzir a fome o homem usará recursos orgânicos, biológicos e químicos, e quaisquer outros que possibilitem afastar esse fantasma”, e simplesmente aludem que o uso do “defensivo agrícola” magicamente resolverá o problema da fome “defensivo: se souber usar não vai intoxicar, o que temos de conseguir mesmo é o pão para todos”, conforme consta no texto abaixo da imagem.

Figura 6: Propaganda da ANDEF veiculada na Revista Veja

Revista VEJA 03/04/85

Num país carente de alimentos, dá para perder até 50% da produção?



A mais cruel das verdades ainda é a fome no mundo e, principalmente nos países em desenvolvimento. Como então produzir alimento em quantidade e qualidade suficientes para uma população mundial que cresce à razão de 200.000 pessoas por dia? Agricultura ainda é uma atividade de alto risco. Variações climáticas, pragas de pragas, doenças e ervas daninhas liquidam plantações se não forem tratadas adequadamente.

Mas para resolver tudo isso, é só o defensivo agrícola? Claro que não. Ele é uma das alternativas já comprovadas como eficientes. Para reduzir a fome, o homem usará recursos orgânicos, biológicos e químicos, e quaisquer outros que possibilitem afastar esse fantasma. O manejo integrado de pragas já é uma solução sábia: combina o defensivo com organismos naturais que permitem o equilíbrio da natureza.

Defensivo: se souber usar não vai intoxicar. O que temos de conseguir mesmo, é o pólo para todos.



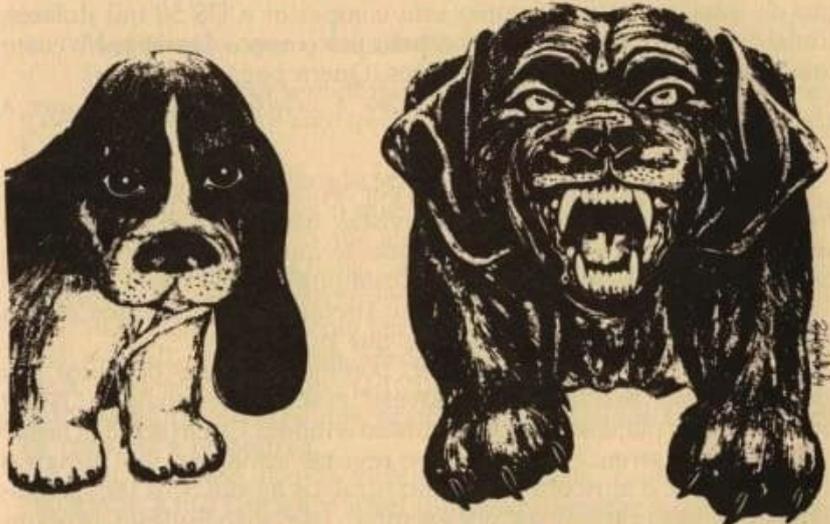
ANDEF
A DEFESA VEREAL COM RESPONSABILIDADE
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS
Estabelecida em 1970
Rua Capelinha, Avenida Brasil, 276 - 12º - CEP: 04643 - São Paulo - SP

Fonte: Pinheiro, Youssef e Luz (1998, p. 39)

Na imagem a seguir veiculada pela Revista Veja na edição de 30 de janeiro de 1985, associa os agrotóxicos a figura salvacionista e heroína de ampliação da “produtividade de alimentos”, desde que o usuário realize a aplicação correta. “Ser herói ou vilão é uma consequência que depende de nós mesmos. Bem utilizados, os defensivos são os maiores aliados dos agricultores e da população para se obter alimentos em quantidade e qualidade”. Ao passo que responsabiliza o agricultor, promove positivamente a indústria de agrotóxicos como herói.

Figura 7: Propaganda da ANDEF veiculada na Revista Veja

Defensivo Agrícola.



Herói ou Vilão?

O objetivo maior dos defensivos agrícolas é o de colaborar no aumento da produção de alimentos, principalmente em países como o Brasil, onde a carência é muito grande. Ser herói ou vilão é uma consequência que depende de nós mesmos. Bem utilizados, os defensivos são os maiores aliados dos agricultores e da população para se obter alimentos em quantidade e qualidade. Quando mal utilizados eles prestam um desserviço e tornam-se até perigosos. O treinamento intensivo do uso adequado dos defensivos está sendo levado a todos os agricultores.

O maior amigo do homem, o cachorro, foi o próprio homem quem o educou e o transformou em seu maior aliado. Da mesma forma será com os defensivos. Cabe ao homem usá-lo adequadamente para usufruir de todos os seus benefícios com total segurança.




ANDEF
 A DEFESA VEGETAL COM RESPONSABILIDADE
 ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS
 Escreva-nos:
 Rua Capitão Antonio Rosa, 376 - 13° CEP: 01443 - São Paulo

Revista VEJA 30/01/85

Fonte: Pinheiro, Youssef e Luz (1998, p. 13)

Na imagem veiculada pela Revista Senhor em 29 de maio de 1985, podemos identificar outra peça do discurso publicitário e ideológico da ANDEF que apela a imagem de uma mulher com duas crianças em situação de insegurança alimentar e um cenário de seca e improdutividade, novamente associando a lógica do uso adequado dos agrotóxicos, a responsabilização do agricultor, a ampliação da produtividade, o uso no combate à fome⁵⁰ e a intimidação para responsabilidade de

⁵⁰ Moreau (2015, p.62) ao analisar as estratégias de comunicação da ANDEF, destaca que “essa lógica do combate à fome como um problema emergencial global a ser resolvido por meio da ampliação da oferta de alimentos com a difusão de técnicas agrícolas mais eficientes constituiu-se no fundamento ideológico para a difusão da Revolução Verde – dos EUA para os países do Terceiro Mundo – contexto da Guerra Fria”.

diferentes setores da sociedade, como a imprensa, os técnicos e agrônomos e as autoridades.

Figura 8: Propaganda da ANDEF veiculada na Revista SENHOR

Revista SENHOR (semanal) 29/05/85



Defensivo. Uma ajuda no combate à fome.

Imaginar que o Defensivo Agrícola seja um mal, é saber pouco sobre sua inestimável utilidade. A indústria de defensivos, no mundo inteiro, tem por objetivo maior, produzir mais e melhores alimentos. A necessidade do uso adequado e aplicação disciplinada é uma responsabilidade da sociedade como um todo. Cabe à indústria a produção de defensivos mais seguros e eficientes. Aos agricultores o uso adequado desses produtos. À imprensa a informação idônea e responsável. Aos técnicos e agrônomos a assistência técnica e o treinamento intensivo aos agricultores. As autoridades a fiscalização e a punição aos infratores.

Aos legisladores, a normatização séria e rigorosa do setor. No fundo, temos de matar mesmo a fome, as doenças e proporcionar uma vida mais longa e saudável à humanidade. É isso que é responsabilidade de todos nós.




ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS
A DEFESA VEGETAL COM RESPONSABILIDADE
Escreva-nos:
Rua Capitão Antonio Rosa, 376 - 13' - CEP: 01443 - São Paulo

Fonte: Pinheiro, Youssef e Luz (1998, p. 146).

As peças publicitárias da ANDEF além de utilizar de um construto discursivo-ideológico que isenta o setor agroquímico de qualquer responsabilidade concernente ao uso dos agrotóxicos, ainda mistifica violentamente uma imagem de elevação dos benefícios para a sociedade com o seu uso.

De acordo com Moreau (2015) a ANDEF ao definir essas peças publicitárias objetivou alcançar os interesses empresariais com a promoção dos agrotóxicos, adotando uma estratégia de harmonização que constituiu “[...] um cenário de

consenso e aceitação dos diversos atores, por meio da construção de um pano de fundo com motivos socialmente aceitáveis e racionais - como é o caso da fome” (Idem, p. 63). Caracterizando o uso de uma manipulação hábil de informações negativas evitando a responsabilidade da ANDEF, ao passo que expressa maximização de benefícios e redução de culpa (Ibidem).

Moreau (2015), Pompeia (2018) e Chã (2018) evidenciaram que conforme as contradições oriundas da natureza das práticas do agronegócio ocupavam visibilidade na esfera pública, as campanhas publicitárias sofriam novas imagens, roupagens e conotações para preservarem o prestígio na sociedade. Com isso, busca-se tanto minimizar as evidências dos efeitos danosos dos agrotóxicos a saúde humana e ambiental, quanto para enfrentarem publicamente temas condizentes aos impactos das práticas do agronegócio na sociedade, como a questão ambiental, a questão agrária, o trabalho escravo, a promoção da desigualdade social, o desemprego, entre outros. (POMPEIA, 2018).

Uma mudança estruturante ocorre entre o final da década de 2000 e início da década seguinte, em que segundo Pompeia (2018) objetiva-se, por meio da estratégia publicitária, modificar a categoria agronegócio priorizando o agenciamento na esfera pública, do termo “agro”, sem “negócio” (Ibidem). Essa mudança, de acordo com Pompeia (2018) se dá em face das diversas entidades do agronegócio avaliarem a existência de um desgaste e descrédito na esfera pública acerca do termo agronegócio devido às contradições vinculadas a sua imagem e prática. Imagem essa que “[...] tinha ficado em situação ainda pior com a intensificação das tramitações de mudanças do Código Florestal e as correspondentes críticas que as acompanharam” (Ibidem, p.273). “Por essa razão, [segundo Roberto Rodrigues] dever--se--ia começar a trabalhar com outro termo [...]. Chegou--se a enfatizar a ideia de “cadeia produtiva”, mas prevaleceu o artifício de tirar “negócio” da categoria, deixando somente “agro”” (Ibidem, p.271).

Como parte dessa estratégia de comunicação e campanha de valorização da imagem do agronegócio que objetiva “[...] reposicionar a imagem do agro nacional na sociedade brasileira [...]” (SOU AGRO, 2011), veiculando por rádio, televisão, internet e outdoors mensagens educativas sobre o agronegócio por todo Brasil (TAGUCHI, 2011). Foi lançada em julho de 2011, a campanha publicitária “Sou Agro”, fruto da concertação política do agronegócio (POMPEIA, 2018) (corporações e organizações da sociedade civil, nacionais e transnacionais). Em que, de acordo, com um dos

idealizadores da campanha, o ex-ministro da Agricultura Roberto Rodrigues: “Trata-se de um movimento inédito. Nunca todos os setores se uniram e trabalharam de forma coordenada na promoção de sua imagem de forma estruturada e sinérgica” (SOU AGRO, 2011, n/p).

O campanha "Sou Agro"⁵¹ tem apoio político, financeiro e institucional das seguintes entidades de representação: Associação Brasileira do Agronegócio (Abag), Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef), Associação dos Produtores de Soja e Milho do Estado de Mato Grosso (Aprosoja), Associação Brasileira de Celulose e Papel (Bracelpa), Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (Abrapa), União da Indústria de Cana de Açúcar (Unica), Organização das Cooperativas do Brasil (OCB), Associação Brasileira dos Criadores de Zebu (ABCZ), Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Sindicato Nacional das Indústrias de Alimentos Animais (Sindirações) e Instituto Nacional de Embalagens Vazias (Inpev), assim como, as empresas Bunge, Cargill, Vale Fertilizantes, Monsanto, Nestlé e as entidades voltadas para marketing, consultoria e gestão Accenture Consultoria de Gestão, ABMR&A e Valley. (BRUNO, 2014; SOU AGRO, 2011; POMPEIA, 2018). Ainda em 2011, estas empresas e entidades doaram quantias que somaram R\$ 13 milhões para o campanha Sou Agro (SOU AGRO, 2011).

Conforme elucidada, Adalgiso Telles - Diretor corporativo da Bunge, "Tudo é agro. Não existe nenhum cidadão que não tenha uma ligação com o agronegócio, que começa com o lençol da cama que dorme, os alimentos, o combustível que faz o veículo se movimentar" (SOU AGRO, 2011, n/p). Bruno (2012) e Moreau (2015) salientam que o enquadramento utilizado pela campanha “Sou Agro”⁵² aposta na universalização do agronegócio por meio da concepção do agro a todos os agentes da sociedade, especialmente os consumidores, mobilizando ideias comuns com intuito de alcançar cada indivíduo em seus respectivos contextos particulares. Para isso recorrem ao uso de atribuir novos sentidos ao termo agro (neologismos) como, “agroestudante”, a “agromãe”, o “agrochef”, o “agrotaxista”, o “agroator”, “agrocidadão”, “agrogente”, “agrofamília”, o “agrobrasileiro”, que se senta diariamente

⁵¹ Maior detalhamento do Movimento “Sou Agro” ver Bruno (2012) e Pompeia (2018).

⁵² Segundo o jornal "Brasil de Fato", a campanha saiu do ar porque não deixava claro quem era o anunciante. “O deputado federal Ivan Valente (Psol) entrou com uma representação ética junto ao Conar (Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária), pedindo ao órgão que emita liminar para suspender a campanha “Sou Agro”. Segundo o deputado, ao contrário do que prevêem as normas do Código Brasileiro de Autorregulamentação Publicitária, o material não deixa claro quem é o anunciante da campanha" (BRUNO, 2012,p. 1).

à mesa para fazer suas refeições, o “agroprodutor”, que desde a pré-história leva o alimento até à mesa do ser humano (BRUNO, 2012). Assim como, a investida em associar o “agro” a dimensões que afetaram a imagem do “agronegócio” na esfera pública, como “[...] “agroambiente” (replicando as contestações de sua sustentabilidade ambiental) e “agroinclusão” (respondendo às críticas sobre promoção de desigualdade social e desemprego) (NOVA/SB, 2011)” (POMPEIA, 2018, p. 274).

Combinada a universalização do “agro” utilizaram de atores globais como Lima Duarte e Giovanna Antonelli que por meio de expressões ufanistas, como forma de apelar a sociedade na busca de conseguir aliados e constituir uma falsa imagem da importância do agronegócio para a população, eliminando os aspectos negativos associados ao agro ao passo que assimilam pela identificação e responsabilização as distintas cadeias do agronegócio (MOREAU, 2015; POMPEIA, 2018). A Campanha Sou Agro além de buscar essa valorização da imagem do agronegócio, procurou apoiar o *lobby* para alteração do Código do Florestal que no seu período de veiculação da campanha, já estava aprovado pela Câmara dos deputados, mas estava em debate no Senado (BRUNO, 2014; POMPEIA, 2018).

Em 2012, foi lançada a Campanha *Time Agro Brasil* com objetivo, segundo a Confederação Nacional da Agricultura (CNA), de “[...] consolidar a imagem do agronegócio sustentável brasileiro no País e no exterior” (POMPEIA, 2018, p.276). O mote da campanha foi a associação do Brasil campeão no futebol, a alegria de ver o Brasil campeão no campo da agricultura, conforme Edson Arantes do Nascimento – o Pelé, enaltece no primeiro momento do vídeo⁵³ da campanha (CNA, 2012). Num segundo momento, uma agricultura fala que “[...] hoje o pequeno agricultor está em campo com muita informação, treinamento e tecnologia” (Ibidem). Também, participa do vídeo a Senadora Kátia Abreu – Presidenta da CNA expressando que “Somos milhões de produtores que suam a camisa todos os dias para fornecer o melhor alimento a todos os brasileiros”, reiterada essa fala inseqüênciaia por Pelé anunciando que, comida boa, saudável e barata” (Ibidem). Num determinado momento entram dois agricultores que expressam “E não é só comida não, é biocombustível renovável e até a camisa que a gente veste” (Ibidem).

Ao final participam os ex-ministros da Agricultura Alysson Paolinelli e Roberto Rodrigues, o primeiro dizendo “somos campeões em produção” e o segundo “e em

⁵³ Vídeo da Campanha Time Agro Brasil, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=J1GkJuDak8c>

preservação ambiental”, sublinhada por Pelé ao final do vídeo com a fala “[...] “O time agro Brasil faz bonito lá fora e aqui dentro também. Comida boa, saudável e barata. Time agro Brasil, o campeão na produção e na preservação” (CNA, 2012).

Pompeia (2018) ao analisar essa peça publicitária da Campanha Time Agro Brasil⁵⁴, destaca a tentativa de conformar uma visão da agricultura brasileira com destaque mundial, mas buscando “[...] desconstruir a crítica de que a agricultura patronal teria contribuições relevantes somente no comércio internacional” (Ibidem, p.277). A conotação dada aos termos “melhor alimento” e “comida saudável” objetivou responder às críticas sobre o uso excessivo de agrotóxicos (Ibidem). Assim como, buscaram reforçar “[...] o argumento político da concertação de que a “agricultura familiar” estaria inserida no “agro”” (Ibidem, p. 276) representada pela fala da agricultura, inclusive incluindo outros setores ao “time agro” ao destacarem que não era “só comida não”, mas o “biocombustível renovável e a camisa” (CNA, 2012).

Todos os personagens desse vídeo estão vestidos com camisa da seleção brasileira, tendo o fundo musical composto por uma adaptação da música “Pra Frente Brasil”⁵⁵ que ecoa ao final do vídeo com o refrão adaptado: “Todos juntos, vamos, pra frente Brasil, Brasil, pra ser campeão” (CNA, 2012).

Como parte dessa expressão ideológica, violenta e atual do partido do agronegócio em conluio com a Rede Globo, em 2016 é lançada a Campanha *Agro – a indústria riqueza do Brasil*. A campanha produzida pela Globo com intuito de valorização do agronegócio foi ofertada a patrocinadores, “a JBS – primeiramente anunciando a Seara e, posteriormente, a Friboi – e a Ford foram as empresas que decidiram custear a campanha, elogiada no Congresso da Abag em 2017 (VALOR ECONÔMICO, 08/08/2017)” (POMPEIA, 2018, p.303).

O mote principal da campanha consiste em três enquadramentos que sempre finalizam os vídeos, aludindo “Agro é Tech, Agro é Pop, Agro é tudo”. Veiculada diariamente pela Rede Globo durante a programação da emissora, de junho de 2016 a junho de 2021, foram 124 peças⁵⁶ lançadas de forma quinzenal, cada uma das peças

⁵⁴ A *Time Agro Brasil* foi prestigiada, em diferentes momentos, por Dilma Rousseff e seu vice, Michel Temer. Em julho de 2012, Temer esteve no lançamento da campanha; em maio de 2013, Dilma recebeu uma homenagem na *Exposição Internacional de Gado Zebu* (Expozebu) por meio de Pelé, que estava dando início à segunda fase da campanha (POMPEIA, 2018, p.278. Grifos do original).

⁵⁵ Música de Miguel Gustavo, utilizada no regime ditatorial, para instrumentalizar a ufanía durante a Copa do Mundo de 1970 (POMPEIA, 2018, p. 277).

⁵⁶ O conjunto das peças publicitárias da Campanha Agro: a indústria riqueza do Brasil podem ser localizadas em: <https://g1.globo.com/economia/agronegocios/agro-a-industria-riqueza-do-brasil/playlist/videos-agro-a-industria-riqueza-do-brasil.ghtml>

com duração de 50 segundos ou 1 minuto, sendo as de 1 minuto com os últimos 10 segundos dedicados aos patrocinadores da campanha (Seara - Grupo JBS e Ford) (SANTOS, SILVA e MACIEL, 2019).

Em palestra proferida pelo diretor de marketing da TV Globo, Roberto Schmidt, durante a Global Agribusiness Fórum, realizada no final de março de 2017, em São Paulo. Schmidt, salienta que a construção da campanha objetiva construir empatia e confiança com a população em geral. “Queremos mostrar que a riqueza gerada pelo agronegócio movimenta os outros setores da economia [...] a ideia é fazer com que o brasileiro tenha orgulho do agro”. Explicitado esse objetivo desde a primeira peça intitulada “Descubra onde está a riqueza do agronegócio brasileiro” circulada a partir de junho de 2016, que anuncia que o “agro” “Tá na roupa, na no carro, tá na lata, tá no passo, tá na massa, tá na feira” (G1, 2017).

Por isso, o uso do slogan “Agro é Tech, Agro é Pop, Agro é tudo”, simboliza para o público alvo, o primeiro enquadramento que existe muita “[...] tecnologia no “agronegócio”; a do segundo, tentar mostrar que ele atingiria todos os brasileiros; a do terceiro, promover a concepção de que o “agronegócio” estaria em “tudo”, como na comida, na roupa e no combustível (SCHMIDT, 2017) (POMPEIA, 2018, p. 303).

Assim como a campanha “Sou Agro” objetivou abranger o conjunto dos cidadãos brasileiros com o prefixo “agro”, a campanha “Agro – a indústria riqueza do Brasil”, assume um enquadramento totalizante que, além de incluir os diferentes sujeitos e atividades agrícolas por meio do termo “agro” convertido em substantivo para distintos adjetivos empregados, engloba amplamente setores da sociedade.

Melo e Medeiros (2020) ao analisarem a campanha, demonstram que a utilização do termo “agro” integra uma estratégia de anulação da conflitualidade. “O universalismo do termo [agro], acaba, através do silenciamento de discursos concorrentes, provocando uma anulação discursiva da conflitualidade no campo em seus mais diversos aspectos” (Ibidem, p. 05). Por exemplo, quando em uma das peças anuncia que o “Orgânico é agro”, a “[...] discursividade é utilizada como meio de anular os conflitos existentes entre o próprio agronegócio e a agricultura sustentável” (Ibidem, p. 06). A afirmação em outra peça que a “Madeira é agro” ao enaltecer a exploração econômica da exportação de madeira e sua utilidade enquanto matéria-prima de diferentes produtos, revoga a responsabilidade do agronegócio na destruição dos bens da natureza e camufla os malefícios que a monocultura de eucalipto “[...] provoca pelo uso excessivo de fertilizantes, poluição do

solo, elevada emissão de Gases do Efeito Estufa (GEE), impulso à alta concentração de terras, e problemas que afetam as comunidades que vivem no entorno destas áreas” (Ibidem, p. 07).

Ao passo que diversas das peças publicitárias negligenciam e naturalizam graves problemáticas sócio-históricas oriundas da própria natureza das ações do agronegócio, consistem também em ressaltar a relevância da produção agrícola e seu impacto no consumo e na economia brasileira, “[...] enfatizando a quantidade de empregos em determinada atividade agrícola, como também o valor que cada produção movimenta na economia” (SANTOS, SILVA e MACIEL, 2019, p.56).

Conforme expõe a peça publicada em 15 de dezembro de 2017, “[...] o agro é a soma dos trabalhos dos 34 milhões de pessoas que trabalham na produção do campo [...]”. Acontece que o último censo agropecuário demonstra que o pessoal ocupado nos estabelecimentos que não se identificam com a agricultura familiar é de 4. 989 566, representando apenas 33% da força de trabalho no campo, sendo na agricultura familiar 10 115 559 (67% dos trabalhadores/as do campo) (IBGE, 2017).

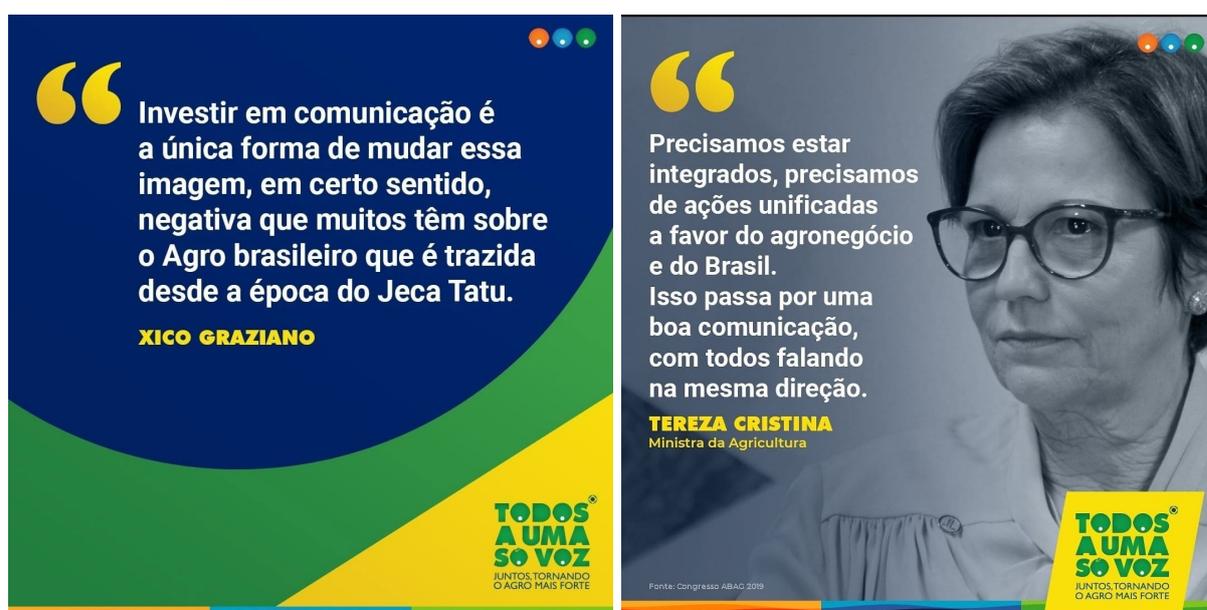
Ou seja, além de uma violenta distorção da realidade sobre os impactos sociais e ambientais, as peças publicitárias manipulam os dados da empregabilidade para demonstrar que o agronegócio é o maior empregador no campo. Essa manipulação dos dados também ocorre ao longo das peças com a questão da segurança alimentar no país que é atrelada a responsabilidade do agronegócio, contrariando os dados oficiais que demonstram a agricultura familiar como responsável por 70% da produção de alimentos que chega na mesa da população brasileira. O agronegócio ao sequestrar a imagem da agricultura familiar com o discurso que “Agro é tudo”, “[...] conseguem aproveitar-se do prestígio social dessa categoria para avançar ações políticas que frequentemente são prejudiciais à maioria dos produtores [da agricultura familiar] não patronais [...]” (POMPEIA, 2020, p. 218).

Recentemente, com a mesma finalidade de consolidar uma ampla campanha publicitária de valorização do agronegócio, entidades patronais e representantes de diferentes setores do agronegócio, no dia 23 de fevereiro de 2021, lançaram o Movimento “Todos a Uma Só Voz”, objetivando unificar toda a cadeia produtiva do agronegócio na mesma plataforma de comunicação para adquirir empatia da sociedade brasileira pelo setor. De acordo com Ricardo Nicodemos - diretor da RV Mondel e vice-presidente executivo da Associação Brasileira de Marketing Rural e Agronegócio (ABMRA): “A falta de uma comunicação única, de referência, faz com

que as *fake news* ganhem maior destaque do que a realidade, que corresponde a um setor que emprega, produz e ajuda a alimentar o mundo” (TODOS A UMA SÓ VOZ, 2021). Ressalta Nicodemos que o “Todos a Uma Só Voz” foi construído justamente “[...] para conectar o brasileiro ao agro a fim de gerar conhecimento, engajamento e admiração” (Ibidem).

O objetivo da campanha pode ser constatado também na fala do Xico Graziano⁵⁷ e da Ministra da Agricultura Tereza Cristina, que expressam a necessidade de construir uma imagem unificada do agronegócio para a sociedade, eliminando a associação do agro a suas próprias práticas que impactam violentamente na natureza e na vida humana.

Figura 9 e 10: Propaganda “Todos a uma só voz” – Xico Graziano e Tereza Cristina.



Fonte: Instagram Sou Agro (2021)

O “Todos a uma só voz” assume uma postura de convocar e clamar as diversas frações do agronegócio para se unificarem e unificar o construto discursivo-ideológico da narrativa para a sociedade do setor, conforme externa o documento⁵⁸ da campanha “Manifesto à união do agro”,

[...] Que as nossas crianças aprendam desde cedo que o Agro é a maior riqueza do Brasil e cultivem a empatia e a admiração pelos produtores rurais. [...] Divulguemos que o Agro é um campo de

⁵⁷ Francisco Graziano Neto, agrônomo, ex-deputado federal pelo PSDB, ex-secretário de Meio Ambiente do Estado de São Paulo e chefiou o gabinete de Fernando Henrique Cardoso – FHC (1995-2002), destacando-se como um dos principais intelectuais conservadores do governo.

⁵⁸ Disponível em: [TUV_MANIFESTO.pdf \(todosaumasovoz.com.br\)](https://www.todosaumasovoz.com.br/TUV_MANIFESTO.pdf) Acesso em: 10 de dezembro de 2021.

oportunidades, que gera emprego para quem quer trabalhar e negócios para quem quer empreender. Que tenhamos o cuidado e a responsabilidade de não compartilharmos informações que possam ser equivocadas ou que não sejam de fontes confiáveis, não dando combustível e nem lastro para fake news. Que unamos toda a cadeia produtiva sob uma única narrativa e, assim, mostremos à população que o Agro pode tornar a nossa vida melhor e a economia mais circular.

Segundo o site “Todos a Uma Só Voz” a RV Mondel é a criadora do projeto, tendo a ABAG como mentora e patrocínio da CropLife Brasil. Contando com apoio institucional de uma ampla rede de entidades, empresas, instituições e veículos de comunicação:

Quadro 5 – Apoio Institucional Campanha “Todos a Uma Só Voz”

APOIO INSTITUCIONAL
ABAG – Associação Brasileira do Agronegócio
ABCC - Associação Brasileira de Criadores de Camarão
ABCB - Associação Brasileira de Criadores de Búfalos
Abiec - Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes
Abiarroz – Associação Brasileira da Indústria do Arroz
Abisolo - Associação Brasileira das Indústrias de Tecnologia em Nutrição Vegetal
Abitrigo - Associação Brasileira da Indústria do Trigo
ABMRA - Associação Brasileira de Marketing Rural e Agro
ABPA - Associação Brasileira de Proteína Animal
ABRAFRUTAS - Associação Brasileira dos Produtores Exportadores de Frutas e Derivados
ABRALEITE - Associação Brasileira dos Produtores de Leite
ABRASEL - Associação Brasileira de Bares e Restaurantes
AGRITECH UFLA - Centro de Estudos em Mercado e Tecnologias no Agronegócio
AGROLIGADAS
Agroline: Produtos Veterinários, Rurais e Agropecuários
Agroreset
AIPC - Associação Nacional Das Indústrias Processadoras De Cacau.
AMA BRASIL - Associação dos Misturadores de Adubo do Brasil
ANDA - Associação Nacional para Difusão de Adubos
ANDAV - Associação Nacional dos Distribuidores de Insumos Agrícolas e Veterinários
APROSOJA RO - ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE SOJA E MILHO DO ESTADO DE RONDÔNIA
ASBRAM – Associação Brasileira das Indústrias de Suplementos Minerais
CAPITALISMO CONSCIENTE BRASIL
CECAFE – Conselho dos Exportadores de Café do Brasil
CESB - Comitê Estratégico Soja Brasil
Centro de Estágios - PPM Human Resources LTDA Cia de Estágios
CICARNE – Centro de Inteligência de carne Bovina
Congresso Nacional das Mulheres do Agronegócio
CLB - CropLife Brasil
ESALQ – USP - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz
DONME - De olho no material Escolar
PECEGE
YAMI - Youth agribusiness movement international -
FENEP – Federação Nacional das Escolas Particulares
SAE Brasil -
IBÁ – Industria Brasileira de Árvores

SINDAN - Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Saúde Animal
Ibrahort – Instituto Brasileiro de Horticultura
Sindirações - Sindicato Nacional da Indústria de Alimentação Animal
Liga do Agro
Sistema OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras
Comitê Agronegócio – Grupo Mulheres do Brasil
SNA - Sociedade Nacional de Agricultura
PARCEIROS
ATTUALE Comunicação
Coelho e Morello Advogados Associados
Rcom Line Eventos Digitais
Agência Lamarca
RV MONDEL -
Trahlalah Produtora
VEÍCULOS DE COMUNICAÇÃO
Balde Branco
GestAgro 360º Portal de notícias do Agro
Revista Cultivar
Canal Rural
Norte Agropecuário
Revista Rural
Clima Tempo StormGeo Company
Mab Mundo Agro Brasil
Terra Viva
Conexão Safra
Novo Rural
DBO Informações e negócios da pecuária
Editora Gazeta
Revista Attalea Agronegócios

Fonte: Organizado pelo autor a partir de website Todos Uma Só Voz

O lançamento, contou com a moderação da jornalista na REDD Intelligence, Alessandra Mello e teve os seguintes participantes: o Presidente da ABMRA, Jorge Espanha; o Presidente da ABAG, Marcello Brito; o Coordenador Acadêmico da Fecap – Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado e da Audencia Nantes França/Brasil, José Luiz Tejon; o Diretor da RV Mondel, Ricardo Nicodemos; o Secretário de Pesquisa e Desenvolvimento da Embrapa, Bruno Brasil; o professor titular e vice-chefe do Departamento de Economia e Administração da Esalq/USP, Eduardo Spers; o Presidente da CropLife Brasil, Christian Lohbauer; a Diretora da Agroline, Luciana Ribeiro; a produtora, sócia-diretora da Fazenda Orvalho das Flores, ex-presidente do NFA (Núcleo Feminino do Agronegócio), Carmem Perez; a produtora, líder do Comitê de Agronegócio do Grupo Mulheres do Brasil, Mariselma Ferreira; a jornalista Vera Ondeí, da DBO Editores Associados, e o Presidente da Fenep – Federação Nacional das Escolas Particulares, Ademar Batista Pereira.

Entre os participantes destaca-se a presença da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), uma empresa pública de pesquisa vinculada ao

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil e do Departamento de Economia e Administração da Esalq/USP, evidenciando a disposição de promoção e viabilidade dos interesses privados do agronegócio com aparelhamento de estrutura pública.

De acordo ao manifesto intitulado “À união do agro”, o “todos a uma só voz” tem o intuito de proporcionar “Que as nossas crianças aprendam desde cedo que o Agro é a maior riqueza do Brasil e cultivem a empatia e a admiração pelos produtores rurais [pelo agronegócio]”. Para isso promovem conteúdos e campanhas direcionadas para o público escolar na rede privada e pública, conforme analisaremos nos próximos capítulos desta tese.

Durante o lançamento, o coordenador da campanha, Ricardo Nicodemos, destaca entre as parcerias estabelecidas com a sociedade civil, valoriza o apoio institucional da Fenep, afirmando: “Fechamos uma parceria com a Federação das Escolas Particulares (Fenep) que dará acesso a 40 mil estabelecimentos de educação, que congregam mais de 15 milhões de alunos [...]” (CANAL RURAL, 2021, n/p)⁵⁹. Expressando a possibilidade de alcançar uma abrangência considerável no ambiente escolar e um impacto significativo na formação de milhões de crianças e adolescentes com uma visão distorcida no que diz respeito a historicidade da agricultura brasileira, conflitos no campo, questão ambiental e causas e efeitos dos agroquímicos entre outras dimensões estruturais, mas principalmente assimilando persuasivamente milhares de crianças e adolescentes a uma visão romantizada e ufanista do agronegócio.

Para atingir estes objetivos com o público escolar, tem produzido materiais com histórias infantis, como o *storytelling* “O Reino de Agrus”⁶⁰ dividido em dois capítulos disponíveis nos formatos de audiobook e de livro e a “Cartilha ABC do Agro”⁶¹, apresenta-se como uma forma do agronegócio construir seus “contos de fadas” para combater aquilo que o setor acusa ser fantasia sobre o agronegócio nos livros didáticos, assim como, produzem subsídios com temas estratégicos para os professores utilizarem no planejamento das aulas, entre eles “O agro para estudantes: 10 temas para tornar o ensino mais atrativo”⁶².

⁵⁹ Disponível em: [Todos a Uma Só Voz quer levar informações sobre o agro à sociedade \(canalrural.com.br\)](https://canalrural.com.br)

⁶⁰ Disponível em: [Todos a uma só voz! \(todosaumasovoz.com.br\)](https://todosaumasovoz.com.br)

⁶¹ Disponível em: [CARTILHA ABC DO AGRO 10.pdf \(todosaumasovoz.com.br\)](https://todosaumasovoz.com.br)

⁶² Disponível em: [TUV_COMPENDIO_10_TEMAS_L.pdf \(todosaumasovoz.com.br\)](https://todosaumasovoz.com.br)

Essa frente de trabalho da campanha atua organicamente vinculada a estratégia da campanha “De olho no material escolar”, apoiam-se mutuamente para o objetivo da campanha “Todos A Uma Só Voz” de “[...] incentivar os estudantes a conhecerem o Agro, ensinar o quão valoroso é o trabalho aplicado no campo e estimular a empatia dos alunos pelos produtores.” Ajudar “[...] educadores a contar mais sobre o Agro e despertarão o interesse dos alunos, crianças e jovens por esse importante setor.

Outra grande frente de atuação da campanha “Todos a uma só voz” está na produção de conteúdo para ser veiculado por meio das redes sociais específicas da campanha e de parceiros (YouTube⁶³, Instagram⁶⁴, Facebook⁶⁵ e Twitter⁶⁶) e canais de comunicação como rádio e televisão dos diversos apoiadores. Acreditamos que o “todos a uma só voz” representa um novo esforço de reposicionamento do agronegócio com uma unidade mais abrangente que as campanhas publicitárias anteriores. Predominantemente, os conteúdos produzidos incorporam o mesmo enquadramento das campanhas “Sou agro” e “Agro: a indústria riqueza do Brasil” incluindo os diferentes segmentos da agricultura vinculado ao setor do “agro”, com intuito de distorcer a realidade, anular conflitos sociais e ambientais, sequestrar pautas contraditórias ao agro e manipular dados ligados a empregabilidade e produção de alimentos, conforme expressam as falas de efeito produzidas pela campanha na busca de construir uma narrativa “positiva” do Agronegócio.

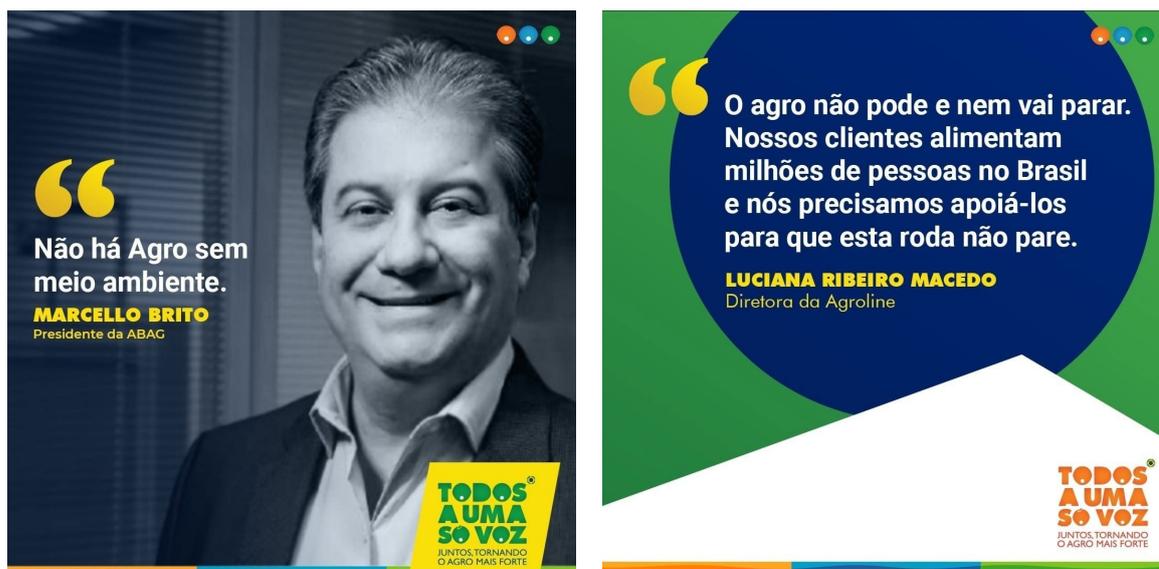
Figura 11 e12: Propaganda “Todos a uma só voz” – Marcelo Britto e Luciana Macedo

⁶³ <https://www.youtube.com/channel/UCdh-AgkoAcquPEhhgBrEOVA/videos>

⁶⁴ <https://www.instagram.com/todosaumasovoz/?hl=pt-br>

⁶⁵ <https://www.facebook.com/todosaumasovoz/>

⁶⁶ <https://twitter.com/NorteAgroTO>



Fonte: Instagram oficial da Campanha “Todos a uma só voz” (2021)

Uma síntese dessa investida de desvinculação do agronegócio da sua face anti-ambiental é a matéria a serviço da campanha produzida pela Revista Veja na Edição 2723⁶⁷ de 3 de fevereiro de 2021, cujo objetivo foi demonstrar uma face “sustentável” do Agro para dissociar sua agenda da imagem negativa do Governo Bolsonaro em relação ao meio ambiente, conforme expressa a própria matéria:

[...] reafirme-se, o governo Bolsonaro tem culpa no cartório. Em sua sanha populista, o presidente falou em “fazer uma limpa” nos institutos de conservação Ibama e no ICMBio, criticou o Fundo Amazônia, criado em 2008 para apoiar iniciativas de combate ao desmatamento da floresta brasileira, e ameaçou deixar o Acordo de Paris, que visa a reduzir as emissões de gases do efeito estufa. Seu subordinado, o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, falou, em reunião a portas fechadas, em “passar a boiada”, querendo dizer que o governo deveria aliviar as regras ambientais que regem o agronegócio (VEJA, 2021).

Essa investida, certamente vinculada ao lobby verde do agronegócio, foi encomendada pelas frações do setor que possuem uma postura política em relação à agenda ambiental de caráter pragmático-reformista, conforme categorizado por Bassi (2022) por meio de sua investigação acerca do esverdeamento do agronegócio. Bassi afirma que esta fração conduzida pela Abag, Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS) e a Indústria Brasileira de Árvores (IBÁ) lidera o debate climático do setor, simultaneamente, defendendo políticas setoriais e linhas de financiamento nacional e internacional à transição sustentável, tais como

⁶⁷ Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/a-nova-geracao-de-fazendeiros-que-da-exemplo-em-respeito-ao-meio-ambiente/>

Pagamento de Serviços Ambientais, emissão de títulos verdes e créditos de carbono. “Apoia políticas de combate ao desmatamento ilegal, em oposição ao “desmatamento zero” e o reforço da legislação ambiental, mobilizando-se contra projetos de lei que ferem o código florestal” (Ibidem, p.10).

Ainda se aproxima desta visão ambiental do agronegócio a fração do agronegócio liderada pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e Sociedade Rural Brasileira (SRB) com participação da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove), Associação Brasileira dos Produtores de algodão (Abrapa), Croplife Brasil e a Associação Nacional dos Exportadores de Sucos Cítricos (CitrusBR) que de acordo com Bassi (2022) assumem uma postura pragmática-ideológica unificando a defesa intransigente do agronegócio com temas da agenda ambiental, embora tenha uma visão semelhante ao da fração liderada pela Abag, atuam diretamente em pautas de desmonte de direitos socioambientais como o conhecido pacote dos Projetos de Leis da Grilagem, possuindo em seu construto discursivo-ideológico um conteúdo profundamente ufanista e ideológico, “[...] reforçando a obrigação dos países europeus financiarem programas ambientais, a denúncia pública a críticos do agronegócio e a mobilização intensiva contra medidas que possam prejudicar mercados ou subsídios aplicados ao setor” (Ibidem, p.11).

Essa visão distancia-se da fração do agronegócio de caráter negacionista-ideológico (BASSI, 2022), liderado pela Associação Brasileira dos Produtores de Soja (APROSOJA) e Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne (ABIEC), fração esta vinculada à agenda bolsonarista, negadora dos altos índices de desmatamento ou os atribui a ONGs estrangeiras ambientalistas. “Além da ausência de diálogo com setores da sociedade civil, buscam ratificar a própria visão patrocinando estudos de viés negacionista em relação a mudança climática, reforçando velhos chavões desenvolvimentistas sobre o poder da agropecuária brasileira” (Ibidem, p. 12).

A fração negacionista-ideológica, por meio da APROSOJA tem atuado no Senado incisivamente pela aprovação dos PLs da Grilagem, do marco temporal em terras indígenas e do PL do Licenciamento (BASSI, 2022), adquirindo um ponto de encontro com a fração pragmática-ideológica no que diz respeito à promoção da PLs da Grilagem. Assim como se destaca nesta fração “[...] o discurso anti-ambientalista da ABIEC, que considera que a pressão de “oportunistas do ambientalismo radical”

sobre a pecuária exportado seria a responsável por levar à ilegalidade e ao desmatamento” (Ibidem, p.13).

Ou seja, a matéria veiculada pela Veja exemplifica o uso dos dispositivos utilizados pelo agronegócio para administrar os conflitos e diferenças entre as frações do agronegócio perante a sociedade, a fim de não amenizar ou eliminar prejuízos à imagem do agronegócio e principalmente ao ambiente dos negócios, aí a estratégia desvinculação entre agronegócio e Bolsonaro pelo conteúdo da Veja, embora frações do agronegócio consistem em uma das principais bases de sustentação do governo Bolsonaro.

Com intuito de massificar e ampliar alcance do conteúdo produzido pela Veja, a campanha veiculou em fevereiro de 2021 no Instagram oficial que a Veja “[...] mostrou que, além de tudo, o Agro brasileiro é responsável, sustentável e preserva o meio ambiente” (TODOS UMA SÓ VOZ, 2021) e expressam cinco aprendizados extraídos da matéria, conforme podemos identificar nas imagens abaixo:

Figura 13: 5 aprendizados do Agro com a Revista Veja – todos a uma só voz



Fonte: Instagram oficial da Campanha “Todos a uma só voz” (2021).

As campanhas publicitárias do agronegócio foram adquirindo maior complexidade e abrangência ao longo do tempo, nas peças publicitárias

desenvolvidas pela ANDEF nos idos da década de 1980 se o objetivo primeiro em restaurar a imagem e difundir o uso de agrotóxicos persuadindo a sociedade em prol de seu uso, logo aceitação do projeto de agricultura do mercado e a própria Revolução Verde. As campanhas que foram se fazendo presentes, posteriormente, como a *Sou Agro*, a *Time Agro Brasil*, *Agro – a indústria riqueza do Brasil* e a *Todos a uma só voz*, passaram a adquirir maior coesão e unidade entre as diferentes entidades e setores de classe vinculados ao Agronegócio Brasileiro (Cooperativas, Indústrias Fornecedoras de Insumos, Bens e Serviços, Veículos de Comunicação, Agências de Propaganda, Empresas de Pesquisa e Empresas de Consultoria do Agronegócio) ampliando a estratégia de valorização e promoção do agronegócio. Principalmente, difundindo para sociedade brasileira uma visão romantizada da violenta agenda política do agronegócio contra o ser humano e a natureza.

Esse processo de espetacularização da imagem do agronegócio por meio dos instrumentos culturais é investigado por Chã (2016, p.16), a qual evidencia a “[...] crescente aposta do setor [agronegócio] na ampliação da sua atuação para outros aparelhos privados de hegemonia, como as escolas e o marketing cultural”. Chã demonstra que as relações entre agronegócio e a indústria cultural integra uma estratégia de propagandear o setor, utilizando da cultura e da arte por meio de “[...] ações de “massificação” da arte erudita, os projetos de cinema itinerante, as oficinas artísticas, os prêmios das empresas às artes, além das festas do setor e o patrocínio à grande festa do carnaval” (Idibem, p.17–18) como meio de sua autolegitimação, o que

[...] tem mostrado que o processo de expansão do agronegócio que ameaça a agricultura camponesa e as comunidades tradicionais, implica também uma territorialização da indústria cultural no meio rural que passa a ocupar um espaço central na vida dessas populações, cumprindo muitas vezes um importante papel de desmobilização e perda de identidade com a vida no campo (CHÃ, 2016, p. 16).

Ou seja, o construto discursivo-ideológico que integra as distintas formas de publicidade e do *marketing cultural*, conforme vimos nas peças publicitárias e os conteúdos veiculados pelas diferentes mídias sociais, além de buscar anular a abordagem dos conflitos e malefícios oriundos da prática do agronegócio para seus projetos de leis serem socialmente aceitos, eliminando o espaço para contestações ao assumir um discurso que marca incisivamente a dominação do setor (MELO E MEDEIROS, 2020), agem na anulação da identidade do modo de vida dos povos

camponeses e na edificação do agronegócio enquanto força social e produtiva hegemônica.

Os aparelhos privados de hegemonia do agronegócio exercem no campo publicitário e cultural um importante papel enquanto instrumento do partido político do agronegócio para a concretização de seus interesses privados enquanto uma vontade coletiva, convertê-los em universais (GRAMSCI, 1986). Ou seja, faz parte de uma estratégia maior do agronegócio de construção da hegemonia por meio da conquista de diferentes posições na sociedade, por meio da persuasão e conformação da sociedade para a legitimação do agronegócio como organizador coletivo, político-intelectual e do consenso (GRAMSCI, 2001).

Concordamos com Bruno (2012) ao analisar a campanha/movimento “Sou Agro” que o agronegócio ao passo que conformou uma nova identidade - “agro”, ampliando a institucionalização de seus interesses e o fortalecimento da rede de interdependência existente entre os setores patronais do agronegócio e suas elites, fortalece as relações de poder.

Por outro lado, os esforços de valorização da imagem do “agro”, por ser “[...] conformado e orientado por normas, valores e interesses patronais que reproduzem um conjunto de práticas associadas à depredação do meio ambiente, ao uso do trabalho degradante, à violência, à intolerância [...]” (BRUNO, 2012, p. 23), logo, preserva a verdadeira face da sua natureza que contraria e inviabiliza políticas vinculadas à preservação do meio ambiente, ao respeito da diversidade de sujeitos e culturas presente no campo.

O processo de promoção do ideário do agronegócio compõe uma das formas de violência exercida pelo agronegócio, pois, ao buscar hegemonizar seu projeto político de classe, desempenha a coerção e o consenso violentando a população com distorções acerca dos reais efeitos e causas do agronegócio ao ser humano e à natureza. Conforme veremos nos próximos capítulos, existe uma transposição da estratégia de enquadramento utilizada nas campanhas publicitárias para os Programas Educacionais do Agronegócio como parte da ampla e complexa rede de campanha de valorização da imagem do “agro”.

3. EDUCAÇÃO EMPRESARIAL NO BRASIL E AGRONEGÓCIO NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Abordamos elementos da gestação da Reforma Empresarial da Educação, desde a década de 1990 e como oferece o propício ambiente para as entidades empresariais-filantrópicas e a porta de entrada para os Programas Educacionais do Agronegócio. Identificamos, o que compreendemos como os principais Programas Educacionais do Agronegócio, buscando identificar a abrangência territorial, forma de atuação e como as entidades representativas do agronegócio usurpam os espaços públicos escolares, utilizando da mesma estratégia de enquadramento das campanhas publicitárias para converterem em ambiente de difusão ideológica (JUNQUEIRA, 2018), valorização da autoimagem (LAMOSA, 2014) internalização das contradições de classe (MEZAROBBA, 2018), nesse caso principalmente as geradas pelo próprio agronegócio e de reposicionamento da força social e produtiva do agronegócio (CORDEIRO, 2022).

3.1 A lógica empresarial da educação e o partido do agronegócio na escola

Conforme vimos anteriormente, a Pedagogia do Capital, por meio das orientações do Banco Mundial, incidiu incisivamente nas reformas para estruturar e adequar a educação à função de reprodução por diferentes vias e mecanismos, com intuito de reproduzir sob múltiplas formas e dimensões a divisão do trabalho que sustenta e impera na sociedade capitalista.

Esse movimento integrou/integra a redefinição do papel do Estado com intuito de superar a crise de diminuição da taxa de lucro do Capital por meio de estratégias fundadas pela política neoliberal, a globalização, a reestruturação produtiva e a Terceira Via (PERONI, 2012). Consagrando no Brasil, desde a reforma gerencial dos anos 1990, uma lógica empresarial compreendida como parte da atividade administrativa do setor público que incidiu em ajustes no sistema educacional brasileiro para atender os desígnios da reestruturação produtiva.

Aprofunda no Brasil uma lógica educacional subordinada às necessidades elencadas pelo mercado de trabalho e o grande capital, propiciando maior abertura para as entidades filantrópicas-empresariais atuarem na educação pública, amparadas por meio da Lei n.º 11.079/2004 das Parcerias Público-Privadas (PPP's)

e a lógica da publicização. Instituído a responsabilidade pela execução das políticas sociais para a sociedade civil, seja pela privatização (mercado) ou pelo terceiro setor. Com a lógica da ilusória diminuição do papel estatal e da ampliação de participação da sociedade civil nas questões sociais, a vinculação orgânica entre o GIFE e Instituto Ethos fortaleceu, no ano 2000, as ações de responsabilidade social dos empresários brasileiros enquanto estratégia de manutenção da hegemonia burguesa (SOUZA, 2017).

Constituiu-se o ambiente adequado para entrada da “nova direita” (CASIMIRO, 2018) no setor público por meio de projetos sociais, culturais, educacionais e ambientais alicerçados pelo discurso da minimização dos danos que ocasionam na natureza com a exploração dos bens naturais. O que constitui para a Pedagogia do Capital um privilegiado ambiente político-pedagógico de dominação burguesa (NEVES, 2005).

Do ponto de vista econômico, a nova direita, por meio de suas instituições, fundações e organizações empresariais, absorve e subsumi atribuições e funções do aparelho estatal e serviços públicos, ao passo que são beneficiadas por meio de isenção de tributos aos estados, recebimento de incentivos fiscais e acesso a fundos públicos, combinando a melhoria da imagem de seus serviços e mercadorias internacionalmente, tendo em vista a suposta contribuição com o desenvolvimento sustentável. No âmbito ideológico, a responsabilidade social contribui para naturalização e produção do consenso acerca dos pressupostos capitalistas, principalmente via a difusão de valores e propaganda impregnada nos pacotes formativos nas diferentes áreas de atuação. Fundamentalmente na educação e escolas públicas aparelham as práticas curriculares em prol da universalização dos interesses da burguesia.

Os programas e projetos de responsabilidade social, ocultos pela roupagem da “sustentabilidade”, “empreendedorismo”, “cidadania” entre outros temas que mistificam a preocupação com o futuro da humanidade “[...] buscam a produtividade, a eficiência, a flexibilização do trabalho, a competição e a adaptação ao sistema de desenvolvimento capitalista enquanto estratégia de controle, evitando assim as relações de conflitos” (PEREIRA, 2015, p. 54).

Portanto, a responsabilidade social integra a estratégia das políticas neoliberais de dimensionar as políticas sociais para o terceiro setor e o setor privado para reposicionar seus interesses econômicos e ideológicos.

Arce (2001) ao caracterizar a política educacional neoliberal pela centralização e a descentralização, demonstra que a descentralização é justamente esse processo de inserção da escola no mercado competitivo e lucrativo, concebida como uma empresa educacional a ser assumida por alguma entidade filantrópica-empresarial via política de publicização ou PPP's (ibidem). Como a atuação da Fundação Lemann com suas empresas associadas que gerenciam administrativa, política e pedagogicamente 30 mil escolas da rede pública de ensino em 20 estados brasileiros por meio dos projetos “Parceria pela Alfabetização em Regime de Colaboração”, “Programa Formar” e o “Educar pra Valer (EpV)” atingindo aproximadamente 216 mil docentes e 3 milhões de estudantes⁶⁸.

Já no âmbito da centralização, caracteriza-se pela definição do governo dos “sistemas nacionais de avaliação, promover reformas educacionais, estabelecer parâmetros de um Currículo Nacional e estabelecer estratégias de formação de professores centralizadas nacionalmente” (ARCE, 2001, p. 258-259).

Portanto, o eixo da centralização resume-se ao exercício do Estado, organizar o ambiente dos negócios, do controle ideológico e imprimir na prática curricular a lógica mercadológica que pode ser traduzida via a implementação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (1997), o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) (1990) e na atualidade aprofundado pela Base Nacional Comum Curricular (2017) e no Novo Ensino Médio (2018). Por essa via transfere-se para a educação as práticas da produtividade empresarial por meio do conceito de “qualidade total”, figurando as seguintes características na educação: ranqueamento das instituições; competição entre instituições e entre docentes; política meritocrática; formação voltada para o mercado (competências e habilidades); educadores competentes, competitivos, produtivos; avaliação em larga escala; racionalidade financeira (metas, resultados); gestão gerencial (racionalidade, eficiência, produtividade); centralização do controle e padronização do currículo; censura; expropriação do trabalho vivo dos docentes (inserção de plataformas de aprendizagem digital) (FREITAS, 2018).

Essa transposição das práticas de produtividade empresarial integra um processo de naturalizar um trabalho educativo que, “[...] em conjunto com a transferência da responsabilidade dos direitos sociais para o setor privado, criou as

⁶⁸ Disponível em: [Fundação Lemann - Aprendizagem \(fundacaolemann.org.br\)](https://fundacaolemann.org.br) Acesso em: 23 de janeiro de 2023.

bases para que a relação mercantil e produtiva deixe de ser um simulacro e a subsunção da educação ao capital se dê completamente”. (CATINI, 2019, p. 35).

Combinado ao processo de conversão da educação em mercadoria, de um lado, os neoliberais atuam para “[...] eliminar da escola práticas que se propõem transgressoras, que questionam o pensamento hegemônico e procuram construir alternativas à lógica do capital” (PERONI, CAETANO E LIMA, 2017, p. 423), por outro lado, atuam os neoconservadores com pautas como a do “Escola Sem Partido” e o “De Olho no Material Escolar” promovendo a “[...] censura como forma de garantir a moralidade e a tradição e impedir que os professores subvertam aos valores morais tradicionais”(Ibidem), ao passo que esses processos ampliam significativamente a violência cultural (FREITAS, 2018).

Associadamente à construção dos caminhos da privatização, a reforma empresarial da educação exerce outro objetivo de caráter ideológico ao subordinar a escola às formas de gestão empresarial, passando a controlar o conteúdo do processo educativo via a padronização por meio da BNCC (FREITAS, 2018).

Ao controle da gestão via privatização (por terceirização e/ou vouchers), complementado com o controle do processo pedagógico (por meio de uma base nacional comum curricular [BNCC] e sua irmã gêmea, a avaliação censitária [Saeb], inserida em políticas de responsabilização), somam-se: a) o controle das agências formadoras do magistério, via base nacional da formação de professores, e b) o controle da própria organização da instrução, por meio de materiais didáticos e plataformas de aprendizagem interativas. (FREITAS, 2018, p. 104).

Esse direcionamento da lógica empresarial de educação sequestra a finalidade da educação pública para atender os objetivos ideológicos do setor privado representado pela “nova direita”. Paulatinamente o processo de privatização da escola vai se fazendo presente introduzindo “[...] formas de gestão empresariais e verticalizadas, ensina nossos jovens a praticar o individualismo e a competição, reforçando na sociedade formas de organização limitadas e injustas” (FREITAS, 2018, p.128). Ou seja, a gestão empresarial da educação pública, a um só tempo, aprofunda o ambiente dos negócios com a venda de pacotes didáticos e da privatização, controla ideologicamente o conteúdo escolar, tutela a formação da juventude e constitui critérios para a reorganização da divisão e das relações de trabalho (CATINI, 2019).

As corporações e fundações privadas do empresariado vinculadas a diferentes setores da sociedade (bancário, agrário, industrial e comercial), buscam consolidar

sua hegemonia política, seus representantes e intelectuais atuam deliberadamente no aparato estatal para disputar os rumos da política educacional, inculcando e ventilando seus interesses privados como se fossem do conjunto da sociedade. Aparelham e contam com apoio do Ministério da Educação, desde o financiamento de suas ações até a abertura das Escolas para desenvolverem seus projetos, tornando-se mais presentes as práticas privatistas, corporativistas e mercantilistas. “Aos poucos, o controle público das instituições é substituído pelo controle de grupos econômicos privados e seus interesses particulares (Ravitch, 2013; Bastos, 2018)” (FREITAS, 2018, p. 126).

Conforme evidenciamos na seção anterior, o agronegócio, entre suas estratégias de construção da hegemonia, por meio de uma “concertação política” (POMPEIA, 2018) constitui instrumentos para persuadir e construir consenso na sociedade para seu programa político, torna-se bem-sucedido ideológica e economicamente na manutenção e construção da hegemonia. Essa atuação enquanto partido político se reproduz no âmbito educacional, a partir da ocupação de espaços pelos intelectuais orgânicos do agronegócio no Legislativo, Executivo e Judiciário para ampliar sua ingerência nas políticas de modo a ampliar o favorecimento do setor, assim como legitimar a forma de adentrar à escola pública seu conteúdo político-ideológico como parte da construção do consenso e de sua hegemonia política na sociedade.

Integram essa ampla estratégia de promoção do agronegócio, os programas educacionais que acometem a escola pública para aparelhar e controlar o conteúdo a ser ensinado para fins de tornar o ambiente escolar refém ideológico do agronegócio e conseqüentemente de reprodução do capital. Essa pretensão pode ser averiguada na explicação de Eduardo Daher⁶⁹, na ocasião em que ocupava o cargo de presidente da Associação Nacional de Defesa Vegetal (ANDEF): “O agronegócio está no DNA dos brasileiros, mas ainda é pouco discutido nas escolas. Buscando disseminar conhecimento sobre ciência e sustentabilidade no agronegócio, a ANDEF faz um trabalho junto aos estudantes em todo o país, da pré-escola ao MBA” (TUBINO, 2015, n/p).

⁶⁹ Atualmente Eduardo Daher exerce o cargo de Diretor Executivo da Associação Brasileira do Agronegócio (Abag), tendo assumido em março de 2020, depois de mais de 15 anos, como gestor administrativo-financeiro e operacional de entidades ligadas ao Agronegócio, como a Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef) e da Associação Nacional para Difusão de Adubos (Anda).

Conforme analisaremos, os objetivos pretendidos com as campanhas publicitárias de valorização do agronegócio abordadas anteriormente, são transpostas para o contexto da escolarização em diferentes níveis de formação. Assumindo por meio do material didático e formação de professores o mesmo enquadramento discursivo-ideológico, construindo uma cortina de fumaça com intuito de anular a abordagem dos malefícios ocasionados para a sociedade pelo agronegócio. Para isso, os programas educacionais do agronegócio, com a roupagem de projetos socioambientais e sustentados pela ideologia da “responsabilidade social”, recorrem ao uso de temas como a produção de alimentos saudáveis, sustentabilidade e a proteção do meio ambiente (TUBINO, 2015).

Vemos a seguir, um mapeamento de 11⁷⁰ programa/projetos educacionais do agronegócio que consideramos de maior expressão e abrangência que objetivam inculcar ideologicamente os interesses privados de suas entidades de classe. Não objetivamos realizar um diagnóstico minucioso de cada programa/projeto, mas buscar extrair elementos da *forma e conteúdo* e do *modo operandi*, evidenciar a abrangência no território nacional, público que alcança, foco, objetivo e a quais aparelhos privados de hegemonia do agronegócio estão vinculados.

⁷⁰ Identificamos pela pesquisa a existência de outros programas que desenvolvem ações educacionais nas escolas, em nossa avaliação ações mais pontuais no contexto da educação escolar, sendo que a maior incidência encontra-se com ações educativas nas comunidades e bairros em que as empresas estão presentes, fundações e institutos, muitos vinculados ao agronegócio. Para um maior levantamento de atuação das empresas transnacionais, por meio das suas fundações e institutos ver Mezarobba (2017).

PROJETO/ PROGRAMA	OBJETIVOS	ABRANGÊNCIA (PÚBLICO ATINGIDO) E PERÍODO DE EXECUÇÃO	EMPRESAS/ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS	MATERIAL FORNECIDO	FILIAÇÕES A ENTIDADES REPRESENTATIVAS DO AGRONEGÓCIO
Projeto Escola no Campo	<p>O Projeto Escola no Campo, patrocinado pela Empresa Amiga da Criança Syngenta, tem o objetivo de oferecer práticas educativas que promovam a conscientização sobre educação ambiental, agricultura sustentável e direitos das crianças e adolescentes no contexto rural.</p> <p>No Escola no Campo, as crianças são estimuladas a transmitir o que aprendem na escola para suas famílias e para a sociedade em que vivem. Dessa forma, o Projeto também assume papel importante na conscientização dos adultos sobre os conceitos de garantia de direitos de crianças e adolescentes e de agricultura sustentável “[...] sensibilizar os estudantes de Ensino Fundamental da</p>	<p>Desde sua criação em 1991 a 2018, mais de 106.600 alunos de escolas públicas, de 13 estados (BA, CE, ES, GO, MG, MS, MT, PA, PR, RS, SC, SP e TO).</p> <p>Até o ano de 2014, atingiu mais de 400 mil alunos de escolas públicas de Ensino Fundamental na zona rural.</p> <p>Sendo que nos 10 anos (2009–2019) de atuação do projeto com a Fundação Abrinq, mais de 130 mil crianças e adolescentes participaram do “Escola no Campo”.⁷¹ Apenas em 2019, atingiu 14.934 crianças, 439 escolas, 1.088 kits distribuídos, 194 professores em 155 municípios distribuídos em 13 estados.</p> <p>- Em 2020, o projeto sofreu uma queda na participação, possivelmente em razão da pandemia, envolvendo 44 municípios de oito estados: Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, Paraná, Piauí, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo, atingindo 4.999 crianças e adolescentes, 372 kits distribuídos e 149 escolas envolvidas.</p>	<p>Realizado por Syngenta</p> <p>Em parceria com Fundação Abrinq e Save the Children e apoio das Secretarias Municipais de Educação e Cooperativas</p>	<p>kits com o material de apoio didático, que inclui: livro do professor e livro do estudante (ambos abordando com destaque a questão da alimentação, sua produção, cultivo e modernização da lavoura), CD com quatro vídeos, guia para as famílias, gibi “Era uma vez no campo” e jogo do meio ambiente.</p> <p>Entre os temas destacados no site está o “Uso Correto e Seguro de Agrotóxicos”, que visa informar os “[...] estudantes das técnicas corretas de aplicação do produto e promover a conscientização das crianças, principalmente os filhos de agricultores, quanto aos riscos decorrentes do uso incorreto, suas</p>	<p>Abrasem – Associação Brasileira de Sementes e Mudas</p> <p>Abag — Associação Brasileira do Agronegócio</p> <p>Croplife Brasil</p> <p>Instituto Pensar Agro (IPA)</p>

⁷¹ Disponível em: [relatorio-anual-FADC-2019.pdf](#)

	necessidade de preservar os recursos naturais, promover a segurança no uso de agrotóxicos e estimular a produção de alimentos saudáveis” (COTRIJAL, 2021, n/p).			conseqüências para o aplicador e mesmo o consumidor de produtos agrícolas” (COTRIJAL, 2021, n/p).	
Projeto AGORA	Ampliar o entendimento da população sobre a indústria da cana-de-açúcar e seus impactos sociais e ambientais positivos.	Desenvolvido entre 2009 e 2013, cessou para reformulação da estratégia do projeto; - em 2012 atingiu 900 mil estudantes e 40 mil profissionais da educação, em 10 estados (SP, RJ, PR, MG, MT, MS, GO, AL, PE, PB e do DF) ; - em 2013 a ação atingiu mais de 1.400 escolas públicas em 105 municípios de 9 estados (AL, GO, SP, MT, MS, MG PB, PR, PE), envolvendo 4.000 professores, dos quais 608 receberam treinamento presencial. Alcançou 253 mil estudantes dos 8º e 9º ano do EF ⁷² ; Até 2014, atingiram 4 milhões de estudantes nos principais estados brasileiros produtores de etanol, açúcar e bioeletricidade. ⁷³	Idealizado e realizado pela União da Indústria da Cana-de-Açúcar (Única) e desenvolvido em parceria com as empresas BASF, Bayer, Dedini, FMC, Monsanto e Syngenta, e as patronais vinculadas a indústrias sucroalcooleiras e bioeletricidade de São Paulo, Paraná, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais, Pernambuco, Paraíba, Alagoas, Maranhão e Pará, a Organização dos Plantadores de Cana-de-Açúcar da Região Centro-Sul do Brasil (Orplana) e o Centro Nacional das Indústrias do Setor Sucreenergético e	Material impresso - o caderno do professor e cartilha para estudantes; Cartilhas: 1) Estudo Municípios Canavieiros – Bioeletricidade”; 2) “Desafio Energia + Limpa”. Com premiação a partir de desafios e concursos.	União da Indústria da Cana-de-Açúcar (Única) Instituto Pensar Agro (IPA)

⁷² [Internautas multiplicam ação educacional do Projeto Agora em 2013 - UNICA](#) e [relatorio-anual-de-atividades-do-projeto-agora-2013.pdf \(unica.com.br\)](#)

⁷³ Disponível em: [Para professores, Projeto AGORA leva mais dinamismo às salas - UNICA](#)

			Biocombustíveis (CEISE-Br) e capitais financeiros como o Banco Itaú. Secretarias municipais de educação.		
Projeto Comunidade Educativa	Capacitados nos princípios e competências do voluntariado, nossos colaboradores tornam-se agentes de promoção de valores como a importância da leitura, da educação, da arte e da cultura; a cidadania participativa; o respeito ao outro; o acolhimento da diversidade; e a consciência ambiental	Criado em 2002, nos anos iniciais do ensino fundamental das escolas públicas nos municípios de 10 estados Bahia, Minas Gerais, Mato Grosso, Pernambuco, Piauí, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Tocantins, atendendo aproximadamente 40 escolas, totalizando 10.254 alunos, 584 professores e 650 colaboradores voluntários. Prioriza a atuação nas comunidades do entorno das unidades de negócio das empresas mantenedoras.	Bunge Brasil Secretarias Municipais de Educação	kit Pé de Livro Comunidade Educativa”, composto por livros de literatura infanto-juvenil, tapete, almofadas e um painel em formato de árvore – instalado em escolas e espaços comunitários com o objetivo de promover novas oportunidades de leitura”	Abia – Associação Brasileira da Indústria de Alimentos de Abiove - Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais Unica - União Da Indústria de Cana-de-Açúcar (via BP Bunge) Instituto Pensar Agro (IPA)
Programa Agronegócio na Escola	Apresentar os conceitos fundamentais do agronegócio, a interdependência campo-cidade, a dimensão e a importância do setor para a economia e o desenvolvimento sustentável do Brasil; Aproximar a sociedade do cotidiano das atividades agropecuárias e agroindustriais; Conscientizar sobre a necessidade de	Desde sua criação em 2001, atingiu 256.214 Alunos, 3.611 Professores, 181 municípios e 745 escolas, contando com aporte de 10 Diretorias Regionais de Ensino da macrorregião de Ribeirão Preto (Araraquara, Barretos, Franca, Jaboticabal, Pirassununga, São Carlos, São Joaquim da Barra, Sertãozinho, Taquaritinga e Ribeirão Preto) Foram 2299 visitas de estudantes e 150 professores ao Agrishow e empresas do agronegócio ⁷⁴ .	Realizado pela Abag em parceria com a Secretaria do Estado da Educação de São Paulo e secretarias municipais e empresas associadas da Abag.	Cartilha intitulada Agronegócio: sua vida depende dele ou Programa Educacional “Agronegócio na Escola”, mais dois filmes de divulgação. Premiação para estudante, professor e escola.	Abag - Associação Brasileira do Agronegócio Instituto Pensar Agro (IPA)

⁷⁴ Disponível em: [Programa Educacional "Agronegócio na Escola" - ABAG-RP \(abagrp.org.br\)](http://abagrp.org.br)

	<p>proteção, conservação e preservação ambiental; e do manejo adequado dos recursos naturais; Mostrar a importância do associativismo e do cooperativismo; Estimular o relacionamento das escolas com a comunidade do entorno; Ampliar o conhecimento sobre as oportunidades profissionais que o agro oferece; Incentivar o desenvolvimento de competências e habilidades: escrita, leitura, manifestações artísticas e outras; Contribuir para a diminuição da evasão escolar; Promover a autoestima, a cidadania e as relações interpessoais.</p>	<p>Com a atuação remota iniciada em 2021, ampliaram o alcance por meio para 20 estados.</p>			
Programa Agrinho	<p>Levar informações sobre saúde e segurança pessoal e ambiental, principalmente às crianças do meio rural, o Programa se consolida como instrumento eficiente na operacionalização de temáticas de relevância social da</p>	<p>- Implementado em 1996 no PR; - 24 milhões de materiais foram distribuídos desde a criação; - 5,3 mil eventos realizados em todo o Estado para capacitar 285 mil professores na modalidade presencial; - 33 mil professores foram capacitados na modalidade Ensino à Distância (EAD); - 7.003 trabalhos inscritos na edição 2018 do Concurso Agrinho.</p>	<p>Concebido e realizado pela Federação da Agricultura do Paraná (FAEP/PR) e Serviço Nacional de Aprendizagem Rural/PR (SENAR/PR), Multiplicado em outros estados pela Faeg/Senar-GO, Famasul/Senar-MS,</p>	<p>Cartilhas Coleção Agrinho para estudantes: 1) Brincando com o Agrinho; 2) Agrinho em cenas cotidianas; 3) Descobrimo o mundo; 4) Investigando o ciclo das águas; e 5,6,7,8 e</p>	<p>Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)</p>

	<p>contemporaneidade dentro dos currículos escolares⁷⁵</p>	<p>- Apenas no PR, anualmente, o programa envolve a participação de aproximadamente 800 mil crianças e mais de 50 mil professores. - tem ações em 9 estados MS, MT RO, ES, GO, RS, CE, ES, PR. Em 2007, no MT 380 mil estudantes da Educação Infantil e Ensino Fundamental, além de 21.527 professores, 1.500 escolas públicas estaduais e municipais de 102 municípios participaram do Agrinho⁷⁶, Entre 2002 e 2017, no Ceará foram impactados 2,5 milhões de alunos, 110.997 professores em 17.663 escolas da zona rural⁷⁷.</p>	<p>Faec/Senar-CE, Farsul/Senar-RS, Faerr/Senar-RO, Faes/Senar-ES. Famato/Senar-MT</p> <p>No PR tem como parceiros as prefeituras municipais, o Governo do Estado do Paraná, mediante as Secretarias de Estado da Educação e do Esporte, da Agricultura e do Abastecimento, da Justiça, Família e Trabalho e do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo, Instituto Ambiental do Paraná; Tribunal da Justiça do Paraná; Ministério Público do Estado do Paraná; Receita Federal; Banco do Brasil; Itaipu Binacional; Dow AgroSciences (SCHWINDEN, 2013, p. 54).</p>	<p>9) Ciência, inovação e ética.⁷⁸</p> <p>Materiais didáticos p/ professores - Metodologias para a construção do conhecimento: da concepção à prática; Produção do conhecimento em rede; Redes e conexões do ser sustentável; Redes e conexões na produção do conhecimento; e Tecnologias digitais para a produção do conhecimento no ciberespaço); Vídeos de campanhas realizadas Agrinho contra dengue e Agro pela água; Tem Concurso de redação e desenho com premiação</p>	
--	---	---	--	---	--

⁷⁵ Disponível em: [Agrinho | Sistema FAEP/SENAR-PR](#)

⁷⁶ Disponível em: [Programa do Senar-MT premia melhores trabalhos de estudantes e professores - SEFAZ - Raíz](#)

⁷⁷ Disponível em: [Agrinho: 15 anos | Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil \(CNA\) \(cnabrasil.org.br\)](#)

⁷⁸ Disponível em: [Agrinho | Sistema FAEP/SENAR-PR](#)

Andefino na Escola	Ensinar, de forma lúdica, a importância da agricultura para o país. E, de certa forma, incentivar a garotada a trabalhar em prol do agro brasileiro	O projeto possui pouca informação disponível. Em seu lançamento realizado em fevereiro de 2014, havia um planejamento de atingir 50 escolas em Campinas e Região, impactando aproximadamente 700 estudantes. ⁷⁹ Em 2014, a ANDEF firmou um convênio com as secretarias de Agricultura e Educação do Estado de São Paulo para distribuir a cartilha em 3.800 escolas (TUBINO, 2015; MOREAU, 2015) e com a UNESCO, objetivando entregar o material as escolas credenciadas ao PEA-UNESCO (MOREAU, 2015).	Realizado por Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef). Apoio Secretaria Municipal de Educação de Campinas (SP)	kit escolar composto por: gibi "A Granja Kids turma do Dadico" ⁸⁰ , CD e DVD "Proteger a Plantação", cartilha Pequenas histórias de plantar e de colher, passatempo e lápis de cor. Visita do Andefino, e de uma contadora de histórias que aborda a origem da agricultura, importância de cuidar da plantação e quais são as profissões que existem no campo. Tem concurso e premiação	Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef).
Dupont na Escola	Levar a mensagem do uso correto e seguro dos defensivos agrícolas para os agricultores, por meio de seus filhos, estudantes das escolas rurais e é parte do programa Segurança e Saúde no Campo, implementado anualmente pela DuPont	Criado em 2006, faz parte da plataforma Segurança e Saúde no Campo, o programa travestido de um caráter socioambiental da DuPont que concentra 5 projetos focados no uso correto e seguro de defensivos agrícolas (agrotóxicos) e na preservação do meio ambiente, sendo eles: DuPont na Escola, DuPont Mulheres no Campo, DuPont Natureza, DuPont Universidade e Uso Correto e Seguro. Cada programa visa	Realizado por Dupont Em parceria com Fundação Raizen, Secretarias Municipais de Educação. Cooperativa Castrolanda (PR) ⁸⁶	Kit sala de aula contempla: vídeos didáticos e diversão educativa, com jogos e passatempos da revista Meu Herói, o Agricultor," Desenho animado "Meu Herói, o Agricultor" ⁸⁷ . Os estudantes são desafiados a realizarem	

⁷⁹ Disponível em: [ANDEFedu lança o projeto "Andefino na Escola" | Notícia | Alfapress Comunicações](#)

⁸⁰ O gibi "A Granja Kids : turma do Dadico" é patrocinada pela ANDEF, John Deere, Jacto, Pioner, Semeato, Associação Brasileira de Brangus e Kepler Weber, tem sua primeira edição publicada em abril de 2013, desde então circula encartada a Revista "A Granja" e integra programas educacionais das entidades patronais juntamente as escolas. Os personagens do gibi expressam um modelo de agricultura sustentável de alimentos baseada em insumos, máquinas e equipamentos de alta tecnologia (MOREAU, 2015). Disponível em: [Revista A Granja - Atuante, Atualizada, Agrícola | Edição: 772 - Imprensa \(edcentaurus.com.br\)](#)

⁸⁶ Disponível em: [DUPONT ESCOLA NO PARANÁ | AgroNovas](#)

⁸⁷ Disponível em: [\(641\) DuPont - Desenho Animado Meu Herói, o Agricultor - YouTube](#)

		<p>um público-alvo, abrangendo agricultores (as), professoras (es), estudantes, ONGs, prefeituras e as comunidades. Utilizam de materiais didáticos, atividades pedagógicas, treinamentos de segurança, palestras de interesse geral e eventos. Os materiais didáticos com linguagem fácil e simples, objetivam promover às “boas” práticas agrícolas. De acordo com a DuPont, os 5 projetos atingiram mais de 1,3 milhão de pessoas até 2017, distribuídas nas principais regiões agrícolas do Brasil (AGROLINK, 2017) ⁸¹.</p> <p>Desenvolve ações em 6 estados: Goiás , Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, São Paulo, Rio Grande do Sul e Paraná. Entre 2008 e 2014, 45 mil estudantes, de 450 escolas de todo o Brasil, foram beneficiados pelo projeto DuPont na Escola⁸². Em 2014, no município de Constantina (RS) 130 alunos do 4º e 5º ano⁸³. Em 2015, no município de Lençóis Paulista (SP) envolveu 800 alunos de 4º e 5º ano⁸⁴; Entre 2007 e 2017 a parceria do projeto com a ASCANA, atingiu 11.380 crianças em Lençóis Paulista, Macatuba e Pederneiras em SP⁸⁵.</p>		<p>textos e desenhos vinculados aos temas, tendo como referência a máxima “Meu herói, o agricultor”. Os autores dos trabalhos selecionados recebem uma bicicleta de premiação e a escola recebe um notebook.</p>	
--	--	--	--	--	--

⁸¹ Disponível em: [Começa o Programa DuPont Segurança e Saúde no Campo da safra de verão 2015-16 \(agrolink.com.br\)](http://agrolink.com.br)

⁸² Disponível em: [DuPont Escola premia aluno e instituição de ensino de São João da Pont | Cana Online](http://canaonline.com.br)

⁸³ Disponível em: [Notícias: 3ª edição do Projeto DuPont Escola foi realizada em Constantina \(cotrisal.com.br\)](http://cotrisal.com.br)

⁸⁴ Disponível em: [Prefeitura Municipal de Lençóis Paulista \(lencoispaulista.sp.gov.br\)](http://lencoispaulista.sp.gov.br)

⁸⁵ Disponível em: [231.pdf \(ascana.com.br\)](http://ascana.com.br)

Corteva Escola	Promover a valorização do estilo de vida agrícola e o papel do agricultor na produção de alimentos e na alimentação segura.	Não localizamos precisamente o início de suas atividades, tendo em vista que a Corteva era uma Divisão Agrícola da Dowdupont e desenvolviam de forma integrada o Dupont na Escola e alguns municípios o Corteva. Com a independência adquirida pela empresa potencializam a partir de 2018 ações enquanto Corteva Escola. Em 2018, participaram 1.255 crianças dos quintos anos de 26 escolas municipais de Pederneiras, Macatuba e Lençóis Paulista no estado de SP. Em 2019, atendeu 25 escolas e cerca de 1.300 crianças nos municípios de Macatuba e Lençóis Paulista; Em Pirajuba (MG) 150 crianças; Durante os meses de outubro e novembro de 2021, atuaram em 24 escolas, de 17 cidades dos estados de São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, Goiás e Minas Gerais, atingindo 1700 estudantes ⁸⁸ Com ações, desde 2019, em dezenas de escolas de municípios do Rio Grande do Sul nas áreas de abrangências das cooperativas parceiras. Até 2022, atingiram 80 mil alunos ⁸⁹ .	Realizado por Corteva AgroSciences em parceria com Cooperativa dos Plantadores de Cana do Estado de São Paulo (Coplacana), Associação dos Plantadores de Cana do Alto Tietê (ASCANA), Associação dos Fornecedores de Cana da Região de Campo Florido (Canacampo), Empresa Cassul Distribuidora de Produtos Agropecuários, Cotrifred (RS), Cotricampo (RS), Cotrirosa (RS) e Secretarias Municipais de Educação	Utiliza do mesmo kit de materiais do Dupont na Escola e a metodologia de formação e premiação das redações e desenhos.	Abag - Associação Brasileira do Agronegócio Abrasem - Associação Brasileira de Sementes E Mudanças Abia - Associação Brasileira da Indústria de Alimentos Croplife Brasil
Programa Despertar	Promover a educação voltada para a responsabilidade social, a qual deve alavancar mudança de valores,	Realizado desde 2005 com estudantes da educação infantil e ensino fundamental. Em 2019, o Programa Despertar envolveu 72 municípios da Bahia e 1086 escolas do campo. O Despertar promoveu a educação	Realizado por SENAR – BA em parceria com Prefeituras e Sindicatos Rurais	Cartilha Agente Despertar Com premiação nas categorias desenho, produção textual,	SENAR - BA

⁸⁸ Disponível em: [Corteva conscientiza alunos de escolas rurais sobre o trabalho realizado pelos agricultores | Corteva Agriscience](#)

⁸⁹ Disponível em: [Corteva Na Escola - YouTube](#)

	aliada à postura cidadã e socioambiental.	continuada para 7.258 professores, atendeu diretamente 110.877 alunos. Em 2020 atendeu 70 municípios, 1107 escolas, 6.792 professores e 107.523 alunos. ⁹⁰ Desde 2015, o programa atingi mais de 100 mil estudantes por ano.		produção de vídeo, experiência pedagógica do professor e portfólio do coordenador municipal ⁹¹	
Programa Meio Ambiente na Escola ⁹²	Uma iniciativa integrada de organizações civis, setor público e privado para um novo modelo local de gestão dos resíduos sólidos. Nele, o descarte correto do óleo de cozinha usado se dá pela conscientização ambiental dentro das escolas, onde os processos educativos acontecem mais fortemente. Os alunos tornam-se agentes de mobilização de sua comunidade, influenciando os pais para a reciclagem e meio ambiente (PMANE, 2022).	Criado em 2011, atua em 11 municípios do estado de São Paulo Carapicuíba, Cotia, Embu das Artes, Ibiúna, Itapeverica da Serra, Itapevi, Jandira, Mairinque, Mongaguá, Peruíbe, Praia Grande, Santos, São Roque, Valinhos e São Vicente), atingindo 150 mil crianças e adolescentes de 400 escolas.	Realizado pela Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove) via Programa Óleo Sustentável ⁹³ por meio do Instituto Auá e o Preserva Ambiental; Apoio do Sindicato da Indústria de Óleos Vegetais e seus Derivados do Estado de São Paulo (Sindoleo). Financiadores: a Cargill (marca Lisa), a ADM do Brasil (marcas Concórdia e Corcovado e linha Vitaliv), a LDC (marca Vila Velha) e a Imcopa (Marca Leve) ⁹⁴	Histórias em quadrinhos da capitã recicla – edições do 1 ao 4; Com premiação por escola Formação com enfoque nos temas de interesse do Programa Meio Ambiente nas Escolas, destinado a diretores, coordenadores e professores das escolas que fazem parte do PMANE	Abiove - Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais

⁹⁰ Disponível em: [Programa DESPERTAR | SENAR \(sistemafaeb.org.br\)](http://Programa%20DESPERTAR%20|%20SENAR%20(sistemafaeb.org.br))

⁹¹ Para maiores informações do Programa Despertar ver Ribeiro (2018).

⁹² Disponível em: [Quem Somos - Meio Ambiente nas Escolas](http://Quem%20Somos%20-%20Meio%20Ambiente%20nas%20Escolas)

⁹³ Disponível em: [Óleo Sustentável \(oleosustentavel.org.br\)](http://Óleo%20Sustentável%20(oleosustentavel.org.br))

⁹⁴ Disponível em: [Programa Meio Ambiente nas Escolas \(oleosustentavel.org.br\)](http://Programa%20Meio%20Ambiente%20nas%20Escolas%20(oleosustentavel.org.br)) e [Nossa história - Meio Ambiente nas Escolas](http://Nossa%20história%20-%20Meio%20Ambiente%20nas%20Escolas)

Programa Novos Rurais	<p>Focado na Agricultura Familiar tem por objetivo fomentar a permanência no campo; apoiar novos negócios; promover a geração de renda; incentivar a diversificação no meio rural.</p>	<p>Iniciado em 2012, foi implantado nos estados do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina pela aliança com a Associação Regional das Casas Familiares Rurais do Sul do Brasil (Arcafar-Sul), instituição que congrega 70 Casas Familiares Rurais (CFRs) na região Sul. Através da Pedagogia da Alternância, as CFRs oferecem ensino Fundamental e Médio, em 2013 expandiu para os estados do Rio de Janeiro, Pernambuco e Ceará passando a abranger ações em 6 estados, com uma média 360 estudantes até o ano de 2017. Em 2018, deixa de ofertar em PE e CE e em 2019 a oferta fica restrita aos estados do Sul, principalmente em parceria com a Associação Regional das Casa Familiares Rurais do Sul do Brasil – ARCAFAR – Sul, abrangendo 11 casa familiares, 1 Escola Técnica Estadual de Canguçu, 1 Instituto Federal catarinense e 1 Colégio Estadual Professor Lysímaco Ferreira da Costa (PR). Nos 7 anos de atuação atingiram aproximadamente 4 mil estudantes. Nos 5 primeiros anos, investiram 3 milhões de reais para formar mais de dois mil jovens e apoiar cerca de 800 projetos, agrícolas e não-agrícolas, alcançando 100 municípios.⁹⁵</p>	<p>Realizado pelo Instituto Souza Cruz</p> <p>Parcerias: Associação Regional das Casas Familiares Rurais do Sul do Brasil Instituto Federal Catarinense de Rio do Sul Governos do estado do Paraná</p>		Instituto Souza Cruz
------------------------------	--	---	---	--	----------------------

Fonte: Organizado pelo autor.

⁹⁵ Dados extraídos de [Instituto BAT Brasil - Relatório de Atividades \(institutosouzacruz.org.br\)](http://institutosouzacruz.org.br)

A partir do levantamento dos 11 programas/projetos do agronegócio na escola é possível tecer, mesmo que de forma panorâmica, algumas problematizações e compreensões acerca do modo de atuação por meio da investigação realizada.

Uma primeira constatação a ser feita diz respeito à territorialização dos 11 programas/projetos. Embora, consideramos que seja um levantamento parcial, é possível afirmar que está em curso um amplo processo educativo de aparelhamento das escolas públicas e de formação em massa a favor dos interesses privados do agronegócio. Realizado desde programas mais focalizados em regiões de um determinado estado, como ações de maior abrangência contemplando diferentes estados e regiões do país.

Das ações mais focalizadas, consideramos o “Agronegócio na Escola” da Abag que atua na grande região de Ribeirão Preto e no seu entorno; o “Programa Despertar” do SENAR-BA que atua exclusivamente na Bahia e o “Meio Ambiente na Escola” da ABIOVE. O fato de serem localizados em regiões de um estado ou restritos a um estado, não significa inferiorização do impacto educativo e de incidência nos espaços públicos, até mesmo porque, os três programas somados, em 2019, impactaram aproximadamente 130 mil estudantes em 270 municípios de dois estados, superior ao estado de Goiás em número de municípios, sendo uma média de 1, 5 milhões de estudantes ao longo da existência dos três programas. No perfil de atuação e relação política das ações com os governos municipais e estaduais e as escolas, os organizadores e articuladores estão centralizados na associação ou instituição, ou seja, o “Agronegócio na Escola”, a Abag possui um “braço pedagógico” (LAMOSA, 2018) próprio, o “Despertar” por meio do SENAR-BA, e o “Meio Ambiente na Escola” com o Instituto Auá e o Preserva Ambiental.

Diferentemente da forma de organização e territorialização das ações propostas pelas empresas e corporações multinacionais, como o “Escola do Campo” da Syngenta, o “Comunidade Educativa” da Bunge, o “Dupont na Escola” da Dupont, e o “Corteva na Escola” da Corteva AgroSciences. Estes projetos/programas possuem como seus principais mobilizadores e articuladores as cooperativas, portanto, ampliam a abrangência para diferentes regionais do mesmo estado e em diferentes estados por meio das cooperativas de diferentes setores vinculadas às empresas e corporações, irradiam os projetos nos municípios que se encontram no raio de atuação das diferentes cooperativas, sendo elas as organizadoras e articuladoras diretas, principalmente com as secretarias municipais, núcleos/delegacias de ensino regionais

e as escolas. Inclusive, realizando a entrega do material didático diretamente na escola, conforme ocorre na grande região de Cascavel, no Paraná, por meio da Coopavel com o projeto da Syngenta⁹⁶.

Estes programas/projetos, estão presentes em 14 estados, sendo que em alguns estados como Santa Catarina, São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Bahia há dois ou três destes projetos, nos estados do Rio Grande do Sul, Paraná e Goiás, há a presença dos 4 projetos. O Projeto Agora, presente em 10 estados, possui o mesmo perfil de relação política com escolas e municípios, via as cooperativas vinculadas a ÚNICA. Pelo levantamento parcial realizado, estimamos que 5 projetos juntos ao longo da existência impactaram educativamente 5 milhões de estudantes.

Um terceiro perfil que gostaríamos de destacar da forma de territorialização e do modo de estabelecer e construir o ambiente de atuação é do Programa Agrinho. Embora nosso levantamento mais avançado do Agrinho esteja centrado no Paraná, portanto será o fundamento de nossa constatação, o Agrinho está presente em 8 estados⁹⁷, entretanto sua maior sistemática encontra-se no estado em que teve sua origem, o Paraná. Desde 2004, o programa atinge os 399 municípios do Paraná (SENAR-PR, 2011), em 2019 envolveu 1,5 milhões de estudantes da educação infantil, do ensino fundamental e da educação especial, sua territorialização se dá na relação direta do SENAR-PR com as secretarias municipais, e principalmente com a Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED-PR), sendo incumbência das secretarias fazer chegar até as escolas. Em nosso entendimento, o que distingue o *modus operandi* do Programa Agrinho em relação aos outros programas/projetos é a abrangência de 100% do território paranaense e sua forma de submeter a estrutura pública, fundamentalmente da SEED para promoção do programa.

Conforme, identificamos em Despacho do Protocolo n.º 16.855.412-5, em resposta a solicitação de informações realizada pela Articulação Paranaense por Uma Educação do Campo, das Águas e das Florestas(APEC) por meio do ofício no dia 27 de agosto de 2020, que entre as atribuições da SEED estabelecidas no Termo de Cooperação Técnica, está a designação de “[...] um técnico de seu quadro funcional, vinculado ao DDC/DPEB, para coordenar e acompanhar pedagogicamente, em nome

⁹⁶ Registro de diário de campo durante reunião no dia 15 de abril de 2019.

⁹⁷ Durante levantamento identificamos que o Senar do Rio Grande do Norte passará a ofertar.

da SEED, as ações desenvolvidas em parceria com SENAR/FAEP/SEED/SEAB/SEDEST/SEJU” (SEED, 2020, n/p).

Neste sentido, evidencia Campanha (2021) que dos 32 Núcleos Regionais de Educação do Paraná (NRE), 10⁹⁸ possuem um técnico-pedagógico responsável pela descentralização do programa, incluindo orientação e distribuição do material. Estes NRE's estão estrategicamente distribuídos em todas as macrorregiões do Paraná, em grandes e médias cidades, possibilitando territorialmente o alcance a todos os municípios menores (Ibidem). Ou seja, a distribuição do material não depende de cooperativas ou sindicato patronal, ocorre via o sistema de malote dos NREs/SEED ou retirado pessoalmente pelos gestores nos NRE's ou distribuídos *in loco* nas escolas e/ou reuniões pedagógicas. O que fica evidente no referido despacho entre as atribuições que cabe a SEED: “Criar as condições necessárias, em ação conjunta com os Núcleos Regionais de Educação, para permitir o acesso das escolas estaduais ao PROGRAMA” (SEED, 2020, n/p).

Uma segunda constatação a ser feita a partir do levantamento no quadro X é o uso comum de personagens infantis nos materiais da maioria dos programas/projetos. No principal programa do SENAR o personagem infantil é o “Agrinho”, o personagem Andefino no Programa da Andef, o Capitã Recicla no programa vinculado à Abiove, a “turma do Dadico” do gibi “A granja Kids” patrocinado por uma coalizão⁹⁹ da indústria agroquímica e utilizado por diferentes projetos, o “Meu Herói, o agricultor” e o “Super Master” da Dupont e Corteva, entre outros.

Em pesquisa realizada por Daiane Cristine de Souza Moureau, em que investiga as estratégias de comunicação da indústria de agrotóxicos no Brasil, ao analisar materiais do Programa da Andef afirma que o Andefino “[...] personifica a atividade de extensão/educação, aproximando-se emocionalmente dos receptores e oferecendo sua imagem para dar segurança ao uso de agrotóxicos” (MOUREAU, p.94, 2015). Ou seja, o Andefino um “sujeito-modelo” – técnica e cientificamente enquanto agrônomo com seu discurso politicamente correto, cria mecanismos de identificação com os seus receptores, aproxima-se emocionalmente e adquire confiabilidade para transmitir seus valores e induzir a vontade do público-alvo – as crianças (MOUREAU, 2015).

⁹⁸ São os NRE's com técnicos responsáveis pelo Programa Agrinho: Mandaguaçu, Umuarama, Londrina, Campo Mourão, Matelândia, Pato Branco, Guarapuava, Irati, Ponta Grossa e Curitiba (CAMPANHA, 2021).

⁹⁹ ANDEF, John Deere, Jacto, Pioner, Semeato, Associação Brasileira de Brangus e Kepler Weber

Deste modo, os personagens infantis e mascotes buscam aproximar o produto/indústria agroquímica do receptor por meio de uma figura lúdica. “Não é mais o fabricante distante com suas peças publicitárias, mas uma figura lúdica que se aproxima e interage” (MOUREAU, p. 94, 2015). “Aqui a personagem rouba a cena e falseia o real emissor, quem fala é a pessoa crível que testemunha e garante, e não mais o racional e distante fabricante” (TRINDADE & PEREZ, p. 28, 2009)¹⁰⁰.

Figura 14: Personagens infantis dos programas da indústria de agrotóxicos



Fonte: organizado pelo autor a partir dos websites

A estratégia comum no uso dos personagens possui o objetivo de tornar o conteúdo veiculado simpático e aceitável a visão dos estudantes e professores, de acordo com Moureau (2015) é uma estratégia para compartilhar e transmitir valores do personagem que assume a interlocução, de forma associada a promoção do discurso, produto e ideia a que se refere. Os personagens por meio de sua simpatia expressam o modelo do agronegócio como heroico, sustentável e salvacionista da humanidade. Conforme evidenciam em seus objetivos, de diferentes formas anunciam a compatibilidade entre agrotóxico, comida saudável, cuidado com a natureza e a vida humana. Minimizando e ocultando os riscos e ameaças das substâncias tóxicas para o ser humano e o meio ambiente.

¹⁰⁰ <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbpg/article/view/78839/75467>

O levantamento evidencia que outra estratégia comum utilizada pelos programas e projetos do agronegócio na educação básica, são as premiações. As premiações ocorrem a partir dos concursos de redação, desenhos e frases, sendo os estudantes premiados, desde bicicletas, notebook, tablets entre outros. E alguns programas, como no Agronegócio na Escola e o Programa Agrinho, realizam a premiação de professores e escolas que assumem maior destaque. De acordo com Lamosa (2014) a premiação integra uma política de cooptação dos professores, iniciada e associada com a formação continuada dos professores, desenvolvida neste caso pela Abag.

Um dos processos mais avançados no âmbito da formação é o programa da Abag, os espaços e tempos da formação são variados e recorrem a distintos recursos, envolvendo palestras com empresários do agronegócio, atividades e visitas *in loco* as empresas do agronegócio, recebimento de cartilhas e vídeos e premiação para os docentes que conseguem envolver maior número de alunos e que tem redações e trabalhos premiados nos concursos promovidos pelo agronegócio (LAMOSA, 2014).

Os concursos estão fundados numa lógica meritocrática, competitiva e individualista, reforçam na sociedade formas de organização injustas, contrariando e destoando de valores e práticas cooperadas que deveriam ser promovidas pelas escolas. O concurso e a premiação assumem um triplo objetivo para os programas e projetos, primeiramente torna atrativo, seduz e coopta professores e estudantes para aderirem às ações do projeto, a partir dos resultados do concurso e todo aparato cerimonialista são produzidos conteúdos de divulgação, mobilização e propaganda. Os cerimoniais de entrega nos diferentes projetos contam com presença de autoridades do poder público municipal e estadual. Conforme podemos ver na imagem a seguir o Governador do Paraná, Carlos Massa Ratinho Junior e o presidente da Faep, Ágide Meneguette durante cerimonial¹⁰¹ de premiação do Programa Agrinho em 2019.

¹⁰¹ Disponível em: <https://www.paginarural.com.br/noticia/274053/estado-e-faep-renovam-parceria-para-o-agrinho>

Figura 15:15 Governador do Paraná, Carlos Massa Ratinho Junior e o presidente da Faep, Ágide Meneguette durante cerimonial premiação do Agrinho – 2019



Fonte: Página Rural, 2019.

No cerimonial¹⁰² de premiação do Projeto Escola do Campo, da Syngenta, realizado em novembro de 2022 na Aercol, em Cafelândia - Paraná, com a participação da Diretoria Executiva da Copacol, representante da Syngenta e das secretarias de Educação dos municípios de Cafelândia, Nova Aurora, Iracema do Oeste, Jesuítas, Tupãssi, Formosa do Oeste, Quarto Centenário, Goioerê, Rancho Alegre D'oeste e Moreira Sales

Figura 16: Cerimonial de premiação Projeto Escola do Campo – Syngenta



Fonte: Copacol (2022).

¹⁰² Disponível em: <https://www.copacol.com.br/agronegocio/noticia/5044/copacol-e-syngenta-premiam-alunos-destaques-da-escola-no-campo>

Ou seja, os concursos têm a função de propagandear para a sociedade a ação que as empresas do agronegócio desenvolvem, retroalimentando o vínculo dos professores, escolas e redes municipais ao projeto e mobilizando um novo público participante para próximas edições a partir da divulgação e sedução com os prêmios e supostos resultados. Ainda, cabe destacar que o ambiente dos concursos, externam o conflito de interesses entre o público e o privado gerados pela presença dos programas/projetos nas escolas, colocando a serviço dos interesses privados do agronegócio o ambiente escolar e os funcionários públicos, o que implica em prejuízos formativos para o interesse coletivo.

A lógica de inserção dos projetos/programas do agronegócio nas escolas, submete e subordina os professores e o aparato público para serem os agentes promotores dos interesses empresariais, redefinindo o âmbito escolar público com o sequestro da autonomia diante do interesse privado e mercadológico do agronegócio. Lamosa (2014) e Mezarobba (2018) comprovam por meio de suas pesquisas que a precarização do trabalho docente e as condições de infraestrutura das escolas públicas e cortes de investimentos, facilitam a inserção das empresas nas escolas, por significar aporte financeiro e estrutural às escolas, seja via as premiações, a visibilidade, materiais entre outros. Por outro lado, as empresas são beneficiadas pela consolidação de um amplo campo de publicidade e construção de consenso em torno da promoção do agronegócio.

Não são projetos isolados, possuem uma unidade no objetivo de valorização e promoção do agronegócio. Podemos afirmar que os projetos educacionais do agronegócio incorporam, o objetivo perseguido pelas corporações da indústria agroquímica, desde a década de 1980, com as campanhas publicitárias designadas a restaurar a imagem da agricultura capitalista, hoje reconhecida como agronegócio, mediante as nefastas consequências para a vida humana e ambiental que o uso de agrotóxicos ocasiona, assim como, intentam distorcer e ocultar outras contradições oriundas da natureza do agronegócio.

Embora com uma panorâmica visão e considerando apenas uma fração dos projetos do agronegócio na educação básica, podemos reafirmar a existência de um amplo processo de usurpação e instrumentalização das escolas públicas pelas entidades e empresas do agronegócio, facilitadas e em conluio com as secretarias municipais e estaduais. São milhões de crianças e jovens diretamente impactadas e

“doutrinadas” por conteúdos isentos de cientificidade para promover e enaltecer os interesses privados do agronegócio e milhares de comunidades impactadas indiretamente na abrangência territorial destas escolas. Estes projetos/programas, sonégam conhecimento aos estudantes e dificultam a interpretação dos fenômenos e contradições concretas oriundas do agronegócio no território em que estão inseridos.

As entidades do patronato rural atuam coordenadamente para promover a valorização e o ideário do agronegócio, consolidando uma abrangente estratégia de Guerra de Posição (GRAMSCI, 2001) via seus intelectuais orgânicos coletivos para construção da hegemonia do agronegócio e classe, que atuam permanentemente como construtores, organizadores e persuasores para conquistarem posições na sociedade civil para oferecerem a direção política e ideológica e adquirir consenso, também, desde a educação pública conforme veremos a seguir.

3.2 A ideologia do agronegócio na educação básica

A invasão dos programas educacionais do agronegócio na educação básica pública ocorre com a participação ativa das secretarias municipais e estaduais de educação via as políticas neoliberais de mercantilização da educação que propiciam a entrada das entidades representativas do agronegócio que usurpam os espaços públicos, e convertem em ambiente de manutenção e construção da hegemonia burguesa, mais especificamente desde o projeto do agronegócio.

Logo, o conceito de ideologia ao qual nos referimos no presente estudo e os programas educacionais do agronegócio desempenham, diz respeito ao conjunto de ideias que exerce a [...] função de evitar que os indivíduos aprofundem a compreensão das condições históricas em que elas foram elaboradas” (KONDER, 2020, p. 155). Chauí (1980), em sua formulação sobre ideologia, caracteriza precisamente que para ela ser eficiente “[...] precisa recusar o não-saber que habita a experiência, ter a habilidade para assegurar uma posição graças à qual possa neutralizar a história, abolir as diferenças, ocultar as contradições e desarmar toda tentativa de interrogação” (CHAUÍ, 1980, p. 05).

Ou seja, os intelectuais orgânicos que dirigem os aparelhos privados de hegemonia do agronegócio não podem recusar o conhecimento que possuem acerca da destruição dos ecossistemas e dos prejuízos que causam à terra e a vida humana, animal e vegetal, desempenhada por seu modelo agrícola para garantir o lucro. É

justamente o domínio das determinações dessa experiência que permite formular uma ideologia para ofuscar, escamotear e naturalizar as contradições sociais camuflando o real (CHAUÍ, 1980). Enquanto, meio de “[...] dominação de classe e uma das formas da luta de classes. A ideologia é um dos meios usados pelos dominantes para exercer a dominação, fazendo com que esta não seja percebida como tal pelos dominados” (CHAUÍ, 1980, p.33).

Pesquisas desenvolvidas por Victor Hugo Junqueira (2014), Rodrigo Lamosa (2014), Verinha Bortoluzzi Pereira (2015), Gilson Mezarobba (2015) e Rosângela Cristina Rosinski Lima (2020), demonstraram, a partir de suas análises, que ao longo de três décadas, o agronegócio, por meio de seus setores representativos (associações e entidades de classe, empresas, sindicatos patronais) incidem e penetram nas escolas públicas do Brasil, utilizando de um conjunto de programas e projetos como instrumento ideológicos de persuasão e consenso para promover a valorização da imagem do agronegócio.

O agronegócio, por meio das escolas, somado às iniciativas empreendidas pelas campanhas publicitárias na mídia rural e empresarial, busca exercer a [...] capacidade de produzir um imaginário coletivo em cujo interior os indivíduos possam localizar-se, identificar-se e, pelo autorreconhecimento assim obtido, legitimar involuntariamente a divisão social [as contradições do agronegócio]” (CHAUÍ, 2016, p. 245). Chauí (2016) enfatiza que é justamente nessa capacidade que consiste a pujança da ideologia, incidindo no silenciamento, neste caso, da gênese das contradições do agronegócio, intermediado por um construto discursivo-ideológico, um sistema de “[...] representações e de normas que fixam e prescrevem de antemão o que se deve e como se deve pensar, agir e sentir” (ibidem), impondo a universalização dos interesses particulares do setor, por meio da interiorização do imaginário como algo coletivo e comum (Ibidem).

É possível identificar esse objetivo do agronegócio, em entrevista concedida ao Estadão pelo ex-presidente da Andef e atual presidente da CropLife Brasil, Christian Lohbauer, em outubro de 2019, quando a Andef e outras associações representantes dos segmentos de defensivos químicos e biológicos, pesquisa, desenvolvimento e inovação em sementes, biotecnologia e agricultura digital realizam fusão e cria a CropLife Brasil. Nessa ocasião, anuncia que a primeira meta dessa nova entidade no Brasil era mudar a maneira da comunicação institucional do setor: "A gente sabe que está perdendo a guerra no mundo da comunicação. O consumidor hoje é mais jovem,

urbano, diversificado e, por isso, precisamos mudar o discurso" (ESTADÃO, 2019, n/p), afirmou. Sendo a segunda meta a de promover boas práticas de uso de insumos no campo. "Pretendemos criar e desenvolver um projeto nacional de treinamento e educação de produtor, crianças e até nos centros urbanos. Para isso, esperamos ter parceiros como distribuidores de insumos, o Senar (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural) e o endosso do Ministério da Agricultura"(Ibidem).

Esse exercício de produção do consenso e de difusão ideológica foi revelado pela pesquisa desenvolvida por Mezarobba (2018) ao investigar a relação entre a educação pública e as fundações e instituições privadas. Denuncia o autor, a existência de um padrão de práticas imperialistas na forma em que os programas e as práticas educativas estão estruturados para a educação pública, objetivando propagandear seus produtos, despolitizar as relações sociais e a difundir uma cultura fundada no livre mercado. Destaca que "[...] a presença das empresas no âmbito escolar representa um apoio financeiro, para as empresas, esta "filantropia", representa, publicidade e criação de consenso em torno do uso de seus produtos" (Ibidem, p. 217).

Lamosa (2014), ao examinar como a Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG) articulou a formação de seus intelectuais orgânicos ao projeto de hegemonia, a partir das instituições públicas de educação, aponta que a "[...] política de premiação de professores e alunos é a principal estratégia de convencimento e mobilização junto ao projeto de difusão da ideologia do "agronegócio" (Ibidem, p. 37). Os desdobramentos propiciados pelos concursos de redação, desenhos e frases, tanto pela capacitação dos docentes quanto nas etapas com os alunos, é o ambiente promotor de propagação de uma imagem do agronegócio "[...] associada a "sustentabilidade", "modernidade", "responsabilidade social" e "segurança alimentar" (Ibidem, p.38).

O alcance do conteúdo produzido pelos concursos, em forma de publicidade, é massificado por meio da organização de jornais, páginas eletrônicas, programas de rádios e a realização de feiras, atingindo a população na região em que as escolas encontram-se situadas (Ibidem). Junqueira (2014) destaca que a ABAG prescinde de um conjunto de instrumentos de persuasão ideológica que compõem a Campanha de Valorização Institucional da Imagem do Agronegócio para educar o conjunto da população, as "[...] inserções publicitárias nas principais redes de televisão na região,

pelo prêmio ABAG/RP de Jornalismo, pelas publicações do Informativo AGROnegócio e pelo Programa Agronegócio na Escola”. (Ibidem, p.123).

A campanha assume uma estrutura de convencimento por meio da difusão ideológica, tendo como princípio a supervalorização do agronegócio e a desqualificação de setores com visões oponentes (BRUNO, 2009), “[...] é recorrente no interior das matérias relacionadas ao programa ou vinculadas a ela. Assim, qualquer modelo de desenvolvimento contrário ao agronegócio é atacado como retrógrado, prejudicial aos interesses do país ou ideológico (JUNQUEIRA, p.129).

No que diz respeito à entrada do Programa Educacional Agronegócio na Escola no interior das instituições públicas de ensino, segundo Lamosa (2014) ocorre mediante a dobradinha entre *consenso* e *coerção*. Demonstra que a atuação da ABAG nas escolas e, logo, o êxito na valorização da imagem do agronegócio por meio do Programa, depende da assimilação do trabalho docente; por isso, lançam mão de um conjunto diverso de instrumentos de cooptação (Ibidem). Ressalva Lamosa que por este fator, os professores são destinados a capacitações que corroboram no processo de convencimento complementado pela premiação, assim como se destina um atrativo material de apoio para ser trabalhado com os alunos (Ibidem).

A criação da ABAG teve como objetivo consolidar uma opinião pública positiva do agronegócio, conforme a fala do presidente nacional da entidade, o ex-ministro da Agricultura Roberto Rodrigues diz que: “sem uma imagem positiva, não há políticas positivas” (ABAG/RP, n.º 2, 2001, p. 4). O programa Agronegócio na Escola incorpora essa pretensão para dentro do espaço escolar público, mesmo que necessite distorcer a realidade. Por esse fator, que consideram as capacitações do professores um momento central para o sucesso do programa (JUNQUEIRA, 2014).

Roberto Rodrigues, em palestra proferida na abertura do programa Agronegócio na Escola em 2006, expressa essa compreensão ao salientar que é, “[...] preciso educar a sociedade para que ela compreenda a importância da agricultura [...], de tal forma que ela pressione por políticas públicas que valorizem [...] cada vez mais gente tem que ser atraída para a beleza do agronegócio [...]” (ABAG/RP, n.º 59, 2006, p. 3).

O construto discursivo-ideológico que pretende vender a imagem da “beleza do agronegócio” anunciada por Rodrigues, tem como tática o silenciamento dos “[...] sentidos indesejáveis, que possam inscrever rachaduras e equívocos no lugar dessa suposta pujança” (ROMÃO, 2006, p. 12). Essa finalidade fica evidente nas

abordagens construídas tanto nas campanhas publicitárias que vislumbramos anteriormente, como nos materiais didáticos distribuído aos estudantes pelos projetos educacionais do agronegócio.

O gibi “A Granja Kids: turma do Dadico”, patrocinada pela ANDEF, John Deere, Jacto, Pionner, Semeato, Associação Brasileira de Brangus e Kepler Weber, tem sua primeira edição publicada em abril de 2013, desde então circula encartada na Revista “A Granja” e integra programas educacionais das entidades patronais juntamente às escolas. Os personagens do gibi expressam um modelo de agricultura sustentável de alimentos baseada em insumos, máquinas e equipamentos de alta tecnologia (MOREAU, 2015).

Em entrevista concedida ao AgroMulher, Cida Muniz - gerente de publicidade da Editora Centaurus e editora das revistas “A Granja e “Granja Kids” apresenta que “o projeto visa levar para a criança do agro informações sobre as diversas atividades agropecuárias e aquilo que as envolve”. Segundo a editora já abordaram temas concernentes à proteção de meio ambiente, a preservação da fauna; a importância de se manter distância com relação a embalagens e veículos que transportam produtos como defensivos, o uso dos equipamentos de proteção individual. Salienta que a revista procura

[...] mudar o comportamento do adulto através da criança, porque a criança observa, entende e quando assimila tenta passar a mensagem e quando na escola tiver alguma questão em que o agro seja colocado de forma inadequada, a criança possa ter argumentos a respeito daquilo para poder criar um contraponto porque hoje a criança só absorve as informações, ela não recebe de nenhuma fonte confiável informações sérias e importantes sobre o que acontece no agro (AGROMULHER, n/p, 2018).

A finalidade ideológica de convencimento das crianças para se tornarem mensageiros do agronegócio, comparece de diferentes formas nos objetivos dos projetos e programas, ou seja, ao invés de enquanto tarefa educativa escolar proporcionar a ampliação da visão de mundo, logo, de expandir a capacidade de discernimento das crianças, desenvolvem um intencional processo de violência por meio da ocultação das práticas predatórias e destrutivas do agronegócio com a promoção de sua romantização.

Vejamos como isso aparece na fala do Eng^o. Agrônomo Heleno¹⁰³ vinculado ao Projeto Dupont na Escola: “O método de ensino e a linguagem utilizada, desperta o

¹⁰³ Disponível em: [Notícias: 3ª edição do Projeto DuPont Escola foi realizada em Constantina \(cotrisal.com.br\)](http://Noticias:3ª%20edição%20do%20Projeto%20DuPont%20Escola%20foi%20realizada%20em%20Constantina%20(cotrisal.com.br))

interesse dos alunos pelo tema, transformando cada criança um agente multiplicador da nossa mensagem” (DUPONT, 2022). Já a psicóloga da Cotrisal, Alexandra Salton Castoldi afirmou que o principal objetivo da Cooperativa por meio do projeto é plantar uma sementinha para colher em longo prazo. “Somos parceiros de projetos sociais que envolvem o futuro das comunidades em busca do bem comum. As crianças tem potencial de persuasão junto a seus pais e exigem sempre o melhor para suas famílias” (Ibidem).

Segundo Donizeti Vilhena, gerente de segurança de produtos e meio ambiente da Dupont na América Latina, o projeto tem o intuito de “[...] levar a mensagem do uso correto e seguro dos defensivos agrícolas para os agricultores, por meio de seus filhos, estudantes das escolas rurais e é parte do programa Segurança e Saúde no Campo, implementado anualmente pela DuPont” (JORNALCANA, 2007).¹⁰⁴

Na lógica dos projetos e programas, o trabalho com as crianças possui uma finalidade bem definida que é de convertê-las em mensageiros, defensores e propagandistas do agronegócio, pois acreditam que por meio dela podem gerar a conscientização dos adultos, isso pode ser identificado também no CD e DVD "Proteger a Plantação" que compõe o kit de materiais. As mídias possuem uma canção infantil que fala do “[...] combate às pragas e da produção de alimentos. Tem como refrão: "Sou o Andefino, o seu amigo. Vou te ensinar a cuidar da plantação. O mundo agro é tão bonito e protegê-lo é a nossa missão" (ANDEF, 2014c) (MOREAU, 2015, p.93).

Integrada às iniciativas do “Andefino na Escola”, a cartilha intitulada “Pequenas histórias de plantar e colher”, da jornalista Ruth Bellinghini. Trata da “[...] saga do agronegócio no Brasil[...]. É uma cartilha com a visão da agricultura que as corporações divulgam pelo planeta afora [...] um histórico sobre domesticação de plantas, muitas coisas sobre as terríveis pragas e ervas daninhas”. (TUBINO, 2015, n/p). Em 2014, a ANDEF firmou um convênio com as secretarias de Agricultura e Educação para distribuir a cartilha em 3.800 escolas no estado de São Paulo (TUBINO, 2015; MOREAU, 2015) e com a UNESCO, objetivando entregar o material as escolas credenciadas ao PEA-UNESCO (MOREAU, 2015).

¹⁰⁴ Disponível em: [“DuPont na Escola” é finalista em premiação da indústria de defesa vegetal \(jornalcana.com.br\)](http://jornalcana.com.br)

Vejamos como a distorção e ocultação da realidade comparece na cartilha denominada “Pequenas histórias de plantar e colher”¹⁰⁵ distribuída pelo Projeto “Andef na Escola”, fruto da parceria da jornalista Ruth Bellinghini e a ANDEF.

A cartilha contribui para negligenciar os malefícios ambientais e sociais ocasionados pelo uso intensivo de agrotóxicos, ao mencionar que o século XX “[...] foi o século da química e, por volta de 1940, começaram a aparecer os primeiros pesticidas sintéticos [...] em 1945, empresas passaram a oferecer DDT aos agricultores. “Famoso inseticida descoberto durante a guerra agora disponível para civis” (BELLINGHINI, 2013, p. 43). Continua abordando que em “[...] junho de 1962, uma norte-americana chamada Rachel Carson publicou um livro, intitulado “Primavera Silenciosa”, no qual revelava que os pesticidas estavam não apenas matando insetos, mas também envenenando o meio ambiente” (Ibidem, p.44). Fator que segundo a Bellinghini (2013) alarmou perigo ao ponto que “[...] muita gente começou a desconfiar de quase tudo o que vem da química e da indústria” (Ibidem).

O problema é que conclui essa seção da história, mistificando que: “De lá para cá, muita coisa mudou. Os produtos [agrotóxicos] agora são mais controlados e seguros, e os agricultores têm meios de obter informações sobre quanto, quando e como aplicá-los. Isso inclui o uso de equipamentos de proteção e o descarte correto das embalagens. (Ibidem). Sendo que no mesmo ano da publicação do livro em tela, o Brasil consumiu um bilhão de litros de agrotóxicos, equivalente a uma cota per capita de 5 litros por habitante (ECODEBATE, 2014). E de acordo com pesquisadores da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT) no município de Lucas do Rio de Verde, por meio de pesquisa desenvolvida, a partir de 62 amostras do leite materno de mães que pariram entre 2007 e 2010, demonstra que os agrotóxicos estão presentes em todas as amostras, destaca-se:

[...] além do Endosulfan, outros dois venenos ainda não banidos, o Deltametrina, com 37%, e o DDE, versão modificada do potente DDT, com 100% dos casos. Em Lucas do Rio Verde, aparecem ainda pelo menos outros três produtos banidos, o Paraquat, que provocou um surto de intoxicação aguda em crianças e idosos na cidade, em 2007, o Metamidofóis, e o Glifosato, este, presente em 70 das 79 amostras de sangue e urina de professores da área rural junto com outro veneno ainda não proibido, o Piretroides (ECODEBATE, 2014, n/p)¹⁰⁶.

¹⁰⁵ Disponível em:

http://www.andefedu.hospedagemdesites.ws/uploads/img/livro/arquivo/plantar_colher06mar.pdf

¹⁰⁶Veneno à nossa mesa: Brasil consome 14 agrotóxicos proibidos na União Europeia e Estados Unidos

Ou seja, “os produtos [agrotóxicos] não são mais controlados e seguros” conforme afirma a cartilha. Da mesma forma, segundo Mezarobba (2015, p.292) a cartilha do Projeto Escola no Campo promove a naturalização da utilização dos agrotóxicos “[...] como algo que está no nosso dia a dia, igualando aos diferentes produtos químicos consumidos nos lares, pode mostrar as crianças que não são perigosos, pois um xarope, por exemplo, quando bebido, não faz mal, pelo contrário acaba com a tosse.” De acordo ao projeto da Syngenta “como qualquer produto químico, os agrotóxicos, se forem usados de forma errada, podem comprometer a saúde das pessoas e provocar desequilíbrio no meio ambiente (AYMONE, apud MEZAROBBA, 2015, 292).

Ao longo da cartilha “Pequenas histórias de plantar e colher” a romantização da saga do agronegócio, oculta a responsabilidade dos mesmos na geração de doenças por intoxicações agudas como vômitos, náuseas, dor de cabeça, tonteados, desorientação, agitação, dormências, irritação da pele, contrações musculares, hemorragias, convulsões, coma, morte ou por intoxicações crônicas com alterações no sistema de defesa, câncer, doenças do sangue, neurológicas e psiquiátricas, entre outras (SILVA, 2006).

Em outra seção da cartilha intitulada “Transgênicos: a biotecnologia entra em cena” anuncia que os alimentos transgênicos são seguros (TUBINO, 2015), afirmando que “[...] a FAO e as academias de ciências afirmam que esses são os alimentos mais testados e seguros que a humanidade já produziu” (Ibidem, p.53).

Em análise realizada por Mezarobba (2015) aos 18 capítulos da cartilha “Educação do Campo” que integra o Projeto da Syngenta “Escola do Campo”, evidencia a existência de “[...] um direcionamento dos conteúdos para justificar a importância da transgenia e dos agrotóxicos, pois os temas que se mostravam como alternativos a utilização dos produtos da empresa foram quase ignorados ou tratados de modo mínimo” (Ibidem, p.298). Concluindo o autor que a cartilha “não passa de um comercial empresarial em um local público, especificamente, em uma escola a qual deveria estar minimamente preocupada com os conteúdos científicos” (Ibidem).

Um conceito muito presente no construto discursivo-ideológico do material didático dos projetos socioambientais do agronegócio é o de “sustentabilidade”, com

intuito de ofuscar os reais interesses e exercer a assimilação da sociedade ao projeto de classe do agronegócio. De acordo com Mezarobba (2015,p. 270) a sustentabilidade na cartilha assume um cunho utilitarista e mercadológico, “[...] é bastante ambíguo, mostra uma visão conveniente aos interesses dos agrupamentos econômicos que defendem o projeto”, assumindo um caráter ideológico com intuito de universalizar os interesses privados da empresa como sendo do Estado e da sociedade em geral. Em outras palavras, a sustentabilidade presente na cartilha “Educação do Campo”, adota a preocupação imperialista na “[...] manutenção dos recursos necessários para atender às necessidades da produção e do consumo em larga escala, propagado pelo modelo neoliberal” (Ibidem, 271).

Observa Lamosa (2014), que diferente de outros projetos empresariais, o “Agronegócio na Escola” oferece aos professores (as) um grau relativo de autonomia, em cada edição o programa apresenta um novo tema a ser trabalhado em que os professores (as) realizam projetos que devem ser inscritos, expressando uma ilusória e aparente autonomia pedagógica do professor. Caracterizando o que Lamosa denominou enquanto um processo de “hegemonia às avessas”, tendo em vista que no programa da ABAG o poder dominante consente a direção dos projetos produzidos pelas escolas e seus profissionais, condicionando-os ao compromisso com a valorização da imagem do agronegócio (Ibidem), assumindo um conteúdo ideológico por meio do método de inscrição que assimila trabalhadores(as) da educação, combinada à lógica da premiação.

A engenharia de convencimento da ABAG para a entrada na escola pública baseia-se numa ilusória e aparente manutenção da autonomia do trabalho docente, adensada por uma política de premiações que oferece prestígio a quem participa, ao mesmo tempo, em que retira dos professores o controle sobre a produção do conhecimento, insere no interior de uma instituição pública, como é a escola, programas com base no direito privado, produzindo uma contradição que retira da mesma qualquer possibilidade de cumprimento de sua função social (LAMOSA, 2014, p. 261).

A análise desenvolvida por, Lamosa (2014) demonstra que o Programa Agronegócio na Escola imprime um violento processo de desinstitucionalização da escola pública, enquanto seu projeto político pedagógico passa a sofrer mediações de interesses privados do agronegócio guiados pela lógica competitiva, mercantil e corporativista, convertendo o espaço escolar em aparelho privado de hegemonia das empresas do agronegócio e do capital. Combinado à subordinação dos professores à

condição de entregadores do conhecimento, tendo em vista que no conjunto dos programas cabe a reprodução de apostilas, formulados por agentes externos à escola, eliminando o espaço criativo e criador de pesquisa, planejamento, elaboração e produção.

Deste modo, o agronegócio por meio dos supostos projetos de responsabilidade social interfere nas práticas curriculares das escolas com conteúdos voltados à promoção de seus interesses, institucionalizando-os como oficial a sua visão da agricultura. Para Romão (2009, p. 13) a “[...] ocupação desse espaço imaginário da escola pública desdobra mais um capítulo do discurso dominante [...] visto que a naturalização de um único modo de dizer da agricultura é perniciosa”.

A investida na sistemática ocupação da escola pública pelo agronegócio é concebida como parte da estratégia de disseminação da cultura dominante com a imposição de uma visão de campo e sociedade condizente aos interesses econômicos de seu grupo social. Destacando novamente a gravidade e a relevância na reprodução da ideologia dominante do agronegócio que a escola pode desempenhar, por carregar em si o caráter de saber universalmente válido e institucionalizado (JUNQUEIRA, 2014).

Os projetos do agronegócio, travestidos de um caráter socioambiental, são manifestações dos organismos privados da sociedade civil vinculados ao patronato rural, contribuindo para a hegemonia da classe dominante, objetivando internalizar na consciência dos sujeitos envolvidos (desde a menor idade) direta ou indiretamente, “[...] a sua importância para a sociedade, garantindo a reprodução das relações de produção e, conseqüentemente, assegurando o apoio (presente e futuro) da sociedade para as reivindicações por políticas estatais direcionadas e em benefício exclusivo do setor” (Ibidem, p.194). O Partido do Agronegócio, por meio do seu construto ideológico presente nas abordagens das cartilhas, utiliza de uma lógica dissimulada e de ocultação das contradições do setor. Os conteúdos das cartilhas trabalham com a lógica de exclusão e inserção – exclusão de acontecimentos, dados e conhecimentos históricos que conflitam com seus interesses e inserção de informações apócrifas que buscam tornar sua narrativa socialmente aceitável em detrimento da ciência.

Para isso, os materiais aqui abordados assumem um caráter apologético do agronegócio, com intuito de afirmar uma versão positiva do agronegócio para a sociedade, afirma sua ideologia como única e inquestionável em relação às visões

que abordam as reais mazelas produzidas historicamente por esse modelo agrícola. Objetivando consolidar ações políticas-pedagógicas de valorização da imagem do agronegócio com conteúdo ideológico, simbólico-cultural, “[...] mas também produtivas, pois interferem na realidade concreta por meio da reversão ou interdição política de direitos, quando não da imposição de retrocessos e derrotas [...] respondendo às novas dinâmicas do mundo trabalho” (CORDEIRO, 2022).

Caracterizando-se como um violento processo orquestrado pelo agronegócio de usurpação do caráter público da escola que incorpora o mesmo enquadramento das campanhas publicitárias que distorcem a realidade e induz o público a uma visão fantasiosa para atingir os fins ideológicos de autoafirmação do agronegócio enquanto força social e produtiva na busca por manter e consolidar sua hegemonia.

3.3. O Programa Agrinho no PR: um assalto à Educação Pública

Entre os projetos e programas do agronegócio na Educação Básica identificados nessa tese, consideramos que o Projeto Escola no Campo (1991), da Syngenta e o Programa Agrinho (1996), do SENAR, são os pioneiros nesta metodologia de trabalho alinhada aos interesses das entidades patronais rurais e a indústria de agrotóxicos. Deste modo, elencamos como prioridade de nossa abordagem nessa sessão o Programa Agrinho, dada sua capilaridade no território nacional, a ingerência que identificamos no âmbito da Rede Estadual de Ensino do Paraná e sua presença em todos os 399 municípios do estado do Paraná, fator pelo qual nos dedicaremos a este recorte territorial do programa.

No Paraná, a maior expressão das ações educacionais do agronegócio é o Programa Agrinho. Caracterizado como um Programa de Responsabilidade Social do Sistema FAEP (entidade de direito privado e paraestatal financiada pelas entidades patronais rurais), criado no ano de 1995 e implantado a partir do ano de 1996 pela Federação da Agricultura do Paraná (FAEP/PR) e Serviço Nacional de Aprendizagem Rural/PR (SENAR/PR), inicialmente, tendo como principal parceria empresa fabricante de agrotóxicos como a Zêneca Brasil LTDA. Reconhecido e autointitulado pelo Senar-PR como maior programa de responsabilidade social do Sistema FAEP, expandiu sua abrangência e metodologia de trabalho para o Distrito Federal (2002) e 8 estados - Ceará (2002), Rio Grande do Sul (2003), Mato Grosso (2004), Espírito Santo (2005), Bahia (2007) Goiás (2008), Mato Grosso do Sul (2016)

e Rondônia (2019). Tornando-o presente em todas as grandes regiões e em estados estratégicos no campo do agronegócio.

A principal idealizadora do Programa Agrinho, não por coincidência, é Patrícia Lupion Torres, filha do latifundiário e ex-deputado Abelardo Lupion. Em 1995, segundo Patrícia Lupion Torres, o objetivo de origem do programa era “[...] sensibilizar a comunidade escolar para as questões ambientais visando à formação das crianças e adolescentes como cidadãos participativos, reflexivos, autônomos e conhecedores de seus direitos e deveres” (TORRES, 2013, p.127). Para isso, adotaram “[...] as temáticas relativas ao meio ambiente para desencadear as atividades iniciais, para atender a recomendação explícita da Agenda 21 [recém-lançada na conferência Rio-92, ocorrida no Rio de Janeiro, Brasil, em 1992]¹⁰⁷ de desenvolver programas de Educação Ambiental”. Sendo em 1996, com intuito de ampliar os temas a serem abordados, adota-se o conjunto dos temas transversais presentes nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN’s) e a sua perspectiva de interdisciplinaridade.

A formulação do Programa Agrinho está intimamente atrelada aos preceitos neoliberais da mercantilização do trabalho e da educação, inserindo-se no contexto dos ajustes e os desígnios da reestruturação produtiva e as novas demandas do capital para a educação nos anos de 1990, tanto em termos de concepção do papel da educação, quanto na forma da oferta com as parcerias público-privado (PEREIRA, 2014). Ou seja, a origem do Programa Agrinho está no contexto das orientações do Banco Mundial que designaram ajustes educacionais na perspectiva da funcionalidade do sistema e das exigências da nova ordem do capital marcada pela Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada em Jomtien, Tailândia, em março de 1990.

O Brasil, enquanto signatário, assumiu em Jomtien, o compromisso com a universalização da educação básica de qualidade, incidindo na formulação dos Planos Decenais de Educação, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB n.º

¹⁰⁷ A Agenda 21 é um documento assinado por 179 países durante a "Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento" ou "ECO-92", realizada na cidade do Rio de Janeiro, em janeiro de 1992. O seu principal objetivo é criar soluções para os problemas socioambientais mundiais, baseando-se no seguinte pensamento: “pensar globalmente, agir localmente”. Agenda 21 Brasileira é um instrumento de planejamento participativo para o desenvolvimento sustentável do país, resultado de uma vasta consulta à população brasileira. Foi coordenado pela Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e Agenda 21 (CPDS); construído a partir das diretrizes da Agenda 21 Global, e entregue à sociedade, por fim, em 2002 Disponível em: <https://antigo.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-brasileira.html> Acesso em: 10 de janeiro de 2021.

9394/1996) e dos PCN's. Nesse contexto, o Banco Mundial passa a regradar à educação pública, com a elaboração de documentos setoriais, definindo conceitualmente e introduzindo nos países, medidas voltadas a redução do papel estatal. Essas medidas passaram a fortalecer o setor privado, instituindo parcerias público-privado e fomentando à institucionalização da indústria na educação (PERONI, 2012; SILVA, 2002). Desdobra-se um processo de transferência de atribuições, outrora exclusivas do Estado, que foram dimensionadas ao setor privado sob a ótica da responsabilidade social, com base na suposta amenização dos problemas sociais vinculados principalmente ao meio ambiente.

Nesse ensejo o Programa Agrinho foi criado e organizado com intuito de implementar as orientações do capitalismo globalizado e manutenção do modelo de desenvolvimento capitalista liberal (BORGES, 2003), no contexto da crise do capital. Portanto, não se trata de meramente criar estratégias para “[...] desenvolver habilidades, competências e domínio da ciência, mas também de produzir nos sujeitos o convencimento sobre as possibilidades de desenvolvimento e sucesso no interior do capitalismo, como modo de organização social possível de ser humanizado (SAPELLI, 2013, p. 267). Ou seja, diante da degradação ambiental, do aumento da pobreza, do desemprego e violência causados pela “[...] acumulação interminável de poder político que tem sempre de acompanhar a acumulação interminável do capital.” (HARVEY, 2003, p. 75) são desenvolvidas estratégias para o convencimento, a busca do consenso com os expropriados.

Essa perspectiva de construir o consenso acerca da ilusória humanização das mazelas do capitalismo, pode ser identificada no Boletim Informativo n.º 866¹⁰⁸, de 30 de maio a 5 de junho de 2005, em que situam o objetivo do Programa Agrinho, dizendo: “Criado pelo Senar Paraná em 1995, o Agrinho foi concebido para ensinar crianças a evitarem intoxicação com agrotóxicos e a contaminação do meio ambiente, com ênfase na proibição legal de menores de idade manusearem os agroquímicos” (FAEP, 2005, p. s/p).

Na sua fase inicial, o Programa Agrinho foi justificado pelos seus mentores por meio da necessidade de combater o alto índice de intoxicações por agrotóxicos no PR, tendo por referência os dados dos anos de 1993 (1,045 casos e 96 mortes) e 1994 (956 casos e 103 óbitos) (FAEP, 2005). Segundo o SENAR/FAEP (2005) o

¹⁰⁸ <http://www.faep.com.br/boletim/bi866/bi866pag09.htm>

Programa Agrinho foi concebido para ensinar as crianças a evitarem intoxicação com agrotóxicos e a contaminação do meio ambiente, ou seja, o Agrinho origina-se para oferecer resposta ao “problema dos agrotóxicos”.

Se o objetivo do Agrinho era mitigar os danos humanos e ambientais ocasionado pelo uso indiscriminado de agrotóxicos, podemos dizer que o Programa contribuiu às avessas, pois o Paraná lidera o ranqueamento de internações e óbitos por intoxicação com agrotóxico, segundo dados do DataSus (2019). Os dados demonstram que a cada 10 horas, um caso de intoxicação por agrotóxico agrícola é registrado no Paraná, respondendo por 15% do total registrado no país na última década.

Se a gênese do Agrinho está na tentativa de mitigação do problema social, sanitário e ambiental produzido pelo próprio setor agroquímico responsável pelo seu patrocínio, sem dúvidas o Engenheiro Agrônomo Sebastião Pinheiro, tem razão ao tratar do Agrinho, observando que: “A indústria está preparando seu mercado futuro, treinando as crianças para aceitarem os agrotóxicos. É treinamento disfarçado em política pública de proteção” (ARL, 2011, p. 4).

Conforme o SENAR/FAEP, no primeiro ano do programa foram desenvolvidas ações em cinco municípios piloto (Araucária, Contenda, Mandaguaçu, Palotina e Santa Terezinha do Itaipu) [...]estratégicos para o setor econômico agropecuarista voltado ao agronegócio no estado do Paraná”. (CAMPANHA, 2022, p. 65), tendo em vista a referência produtiva com diferentes culturas vinculadas ao agronegócio. Durante o projeto-piloto, as escolas foram orientadas a desenvolverem uma pesquisa envolvendo os estudantes e agricultores sobre o manuseio, a aplicação, a proteção individual e a destinação das embalagens de agrotóxicos. Podemos dizer que durante os primeiros 15 anos do Agrinho no Paraná, a primeira e principal lição do programa era a tríplice lavagem das embalagens de agrotóxicos.

Na revista¹⁰⁹ comemorativa dos 15 anos do Programa Agrinho, depoimentos de estudantes demonstram e confirmam esse “aprendizado”, um dos finalistas no concurso de redação de 1996, expressa que “Mesmo sendo muito novo, tinha oito anos, consegui mudar alguns hábitos do meu pai. Antes ele só queimava as embalagens de veneno, com o Agrinho ele aprendeu a fazer a tríplice lavagem e a armazená-las”(AGRINHO, 2010, p.16).

¹⁰⁹ A revista produzida pela Comunicação Social do Sistema FAEP, distribuída na festa de premiação faz o registro da história de 15 anos do Programa Agrinho.

Figura 17: Capa da Revista comemorativa dos 15 anos e do Boletim Informativo do Sistema FAEP.



Fonte: FAEP (2010)

No Paraná o Programa Agrinho conta com uma ampla rede de parcerias composta por instituições e órgãos públicos e empresas de direito privado vinculadas à indústria do agrotóxico, sendo o Governo do Estado do Paraná, mediante a Secretaria da Agricultura e do Abastecimento; Secretaria da Educação; Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos; Secretaria da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos; Prefeituras Municipais, por intermédio das secretarias municipais de educação; Instituto Ambiental do Paraná; Tribunal da Justiça do Paraná; Ministério Público do Estado do Paraná; Receita Federal; Ministério Público do Trabalho; Tribunal Regional do Trabalho; Banco do Brasil; Itaipu Binacional; Dow AgroSciences, Associação Nacional de Defesa Vegetal – ANDEF, Jacto Agriculture, Milenia Agro Ciências S. A., Novartis, Du Pont, Bayer, Hokko Chemical, Associação Brasileira dos Defensivos Agrícolas - Aenda (SCHWINDEN, 2013, p. 54).

O Programa Agrinho ao longo de seus 28 anos de existência tem se consolidado por meio de um conjunto de ações educacionais na Educação Pública do Paraná por meio de parcerias celebradas com o Governo do Estado do Paraná e Prefeituras para formação de direções escolares, coordenadores e orientadores

pedagógicos, professores e desenvolvimento de projetos com estudantes da Educação Infantil ao Ensino Médio.

Ao completar seus 23 anos de trabalho no Paraná, o Programa Agrinho havia atingido: a) 24 milhões de materiais distribuídos aos alunos; b) 5,3 mil eventos realizados em todo o Estado para capacitar 285 mil professores na modalidade presencial; c) 33 mil professores foram capacitados na modalidade Ensino à Distância (EAD); d) 7.003 trabalhos inscritos na edição 2018 do Concurso Agrinho. Posteriormente a triagem, 5.301 trabalhos foram aceitos; e) sendo 800 mil alunos e 50 mil professores, das redes pública e privada, em todo o Estado, são envolvidos anualmente no Programa Agrinho (FAEP/SENAR-PR, 2022).

Para garantir tal capilaridade territorial nos 399 municípios do estado do Paraná e com grande alcance nas redes municipais e estadual, o Programa Agrinho se estrutura com distintos braços do setor privado e do funcionalismo público, desde as cooperativas do agronegócio, Sistema Faep e o SENAR, às Secretarias de Estado do Paraná e Secretarias Municipais de Educação.

Mas quem paga tudo isso? Em 2004, a Folha do Meio¹¹⁰, ao realizar essa pergunta, referindo-se ao Agrinho, veiculou que conforme anunciado por Patrícia Lupion Torres,

[...] o custo total do programa é de R\$ 2,4 milhões. Metade do custo do Agrinho é financiado pelas indústrias fabricantes de agrotóxicos: Bayer, Novartis, Dow AgroScience, Jacto, Milenia, Du Pont, Hokko, e pela entidade que reúne todas elas, a Associação Nacional de Defesa Vegetal, Andef. A outra **metade é dinheiro público**, do Senar. **Sem contar a rede pública de ensino, que é disponibilizada para o trabalho**, e mais funcionários da Secretaria de Agricultura e da Secretaria do Meio Ambiente. (FOLHA DO MEIO, 2004, s/p. grifos nossos).

Embora muito ofuscados e ocultados os custos que ficam atribuídos ao Governo do Paraná, é possível identificar por meio da estruturação organizacional e participação dos servidores públicos na implementação do Agrinho, por meio do termo de cooperação técnica e o ofício n.º 0363/GS/SENAR-PR, de 24 de setembro de 2019, o qual destinou-se ao Governo do Estado do Paraná com intuito de solicitar a renovação do termo de cooperação técnica para execução do Programa Agrinho entre as Secretarias de Estado da Educação (SEED), Agricultura e do Abastecimento

¹¹⁰ Disponível em: <https://folhadomeio.com.br/2004/04/agr101/>

(SEAB), Desenvolvimento Sustentável e do Turismo (SEDEST) e da Justiça, Família e Trabalho (SEJUF) por mais 4 anos a partir de 2019 (SENAR, 2019).

No ofício explicitam-se as atribuições de cada uma das partes envolvidas, conforme quadro a seguir:

Quadro 6 – Atribuições Programa Agrinho – Governo do Estado do Paraná e SENAR-PR

COOPERANTES DO PROGRAMA	ATRIBUIÇÕES
SENAR-PR	<p>a) Realizar a capacitação de professores (presencial e à distância que atuarão nas ações do programa Agrinho; b) Fornecer os materiais didáticos necessários para a execução do programa na escola; c) Supervisionar e controlar a execução do Programa; d) Compor banca examinadora dos trabalhos enviados para concorrer a premiação; e) Designar um técnico para coordenar o Programa; f) Prestar à SEDEST, SEED, SEAB, SEJUF e à FAEP, quando solicitado, quaisquer esclarecimentos sobre as ações relacionadas ao Programa; g) Identificar os parceiros do Programa em todos os materiais didáticos a serem elaborados; h) responsabilizar-se com as despesas decorrentes dos deslocamentos, hospedagem, alimentação dos alunos, pais, professores e diretores selecionados nos concursos, bem como dos prêmios a serem oferecidos.</p>
FAEP	<p>a) Apoiar o SENAR-PR na execução e desenvolvimento do Programa Agrinho; b) Acompanhar a execução do Programa; c) Indicar um representante para compor a banca avaliadora dos trabalhos enviados para concorrer a premiação.</p>
SEDEST	<p>a) Cooperar com SENAR-PR na execução e desenvolvimento do Programa; b) Acompanhar a execução do Programa; c) Indicar um representante para compor a banca avaliadora dos trabalhos enviados para concorrer a premiação.</p>
SEED	<p>a) Acompanhar a execução do Programa nas modalidades presencial e à distância; b) Validar o certificado oferecido na modalidade presencial e a distância afim do mesmo ser utilizado pelo professor em sua promoção de plano de carreira; c) Divulgar o Programa junto aos Núcleos Regionais de Educação; d) Acompanhar e avaliar as ações desenvolvidas pelo SENAR-PR, durante a implementação do Programa; e) Criar as condições necessárias, em ação conjunta com os Núcleos Regionais de Educação para emitir o acesso das estaduais ao Programa; f) Divulgar em toda a rede Pública Estadual de Ensino, o Programa e a parceria estabelecida; g) Indicar um representante para compor a banca avaliadora dos trabalhos enviados para concorrer a premiação; h) Designar um técnico de seu quadro funcional, vinculado ao DEB e a DPPE, para coordenar e acompanhar, em nome da SEED, as ações desenvolvidas em parceria com a SEAB, SEMA, SEJU, FAEP e SENAR - PR;</p>
SEAB	<p>a) Cooperar com SENAR-PR na execução e desenvolvimento do Programa; b) Acompanhar a execução do Programa; c) Divulgar o Programa junto aos municípios, por meio das suas ações programáticas já estabelecidas; d) Indicar um representante para compor a banca avaliadora dos trabalhos enviados para concorrer a premiação; e) Providenciar, as suas expensas, publicação de extrato deste documento no Diário Oficial do Estado, no prazo e na forma determinada pelo art. 61, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/93, combinado com o art. 33, inciso 11 e parágrafo segundo do Decreto n.º 93.872/66; f) Designar, por meio de resolução, em até 10 (dez) dias da publicação do presente instrumento, um técnico do seu quadro funcional para acompanhar, em nome da SEAB, as ações desenvolvidas em parceria com a SEED, SEMA, SEJU, FAEP e o SENAR - PR;</p> <p>Parágrafo único: Por parte da SEAB, o servidor a ser designado ficará responsável pelo acompanhamento das ações relacionadas ao ajuste.</p>

SEJUF	a) Cooperar com SENAR-PR na execução e desenvolvimento do Programa; b) Acompanhar a execução do Programa; c) Divulgar o Programa junto aos municípios, por meio das suas ações programáticas já estabelecidas; d) Indicar um representante para a compor a banca avaliadora dos trabalhos
-------	---

Fonte: Organizado pelo autor a partir de Paraná (2019).

Vejamos que entre as atribuições das quatro secretarias de estado do Paraná, não prevê repasse financeiro direto para o desenvolvimento do programa, conforme conta no termo de cooperação e no ofício. “Não haverá transferência de recursos entre os Cooperantes, sendo a contrapartida do Estado do Paraná exclusivamente econômica nos termos das atribuições acima elencadas” (PARANÁ, 2022, s/p). Ou seja, indiretamente, existe uma grande contrapartida dos cofres públicos para subsidiar e assegurar a implementação de um programa de interesse privado que contraria a lógica da Educação Pública. Essa contrapartida se materializa na atuação de servidores públicos da SEED e da SEAB para divulgar e acompanhar as ações do programa, ainda envolve outros 4 servidores para participarem das bancas examinadoras do Programa. Embora não conste diretamente no termo de cooperação, 10 Núcleos Regionais de Educação também designam responsáveis técnicos para acompanhar o programa (CAMPANHA, 2021).

Em 2021, o Programa Agrinho ampliou seu alcance e reestruturou sua dinâmica organizacional para realização do concurso de redação, a formação continuada dos professores e a descentralização de conteúdo com uso dos recursos e canais de comunicação da rede estadual do Paraná. Com as aulas remotas devido ao isolamento social para combater a pandemia da Covid-19, de acordo com Campanha (2021) ampliou suas frentes de atuação, com novos materiais, cursos para educadores em formato Ead. O tradicional concurso de redação foi “[...] adaptado aos tempos e espaços pandêmicos também foi feito de forma virtual, o demonstra a característica primordial do PA: a capacidade de transformar-se para permanecer em operação” (Ibidem, p.88).

As formações continuadas que ocorriam durante alguns anos de forma centralizada em Curitiba, a partir de 2016 passaram a ocorrer descentralizada, organizada pelo recorte territorial dos Núcleos Regionais de Educação, fator que ampliou aproximação direta com os professores. Em 2021, adaptando-se aos tempos remotos do isolamento social, este formato é substituído por formações virtuais via a plataforma YouTube. Até aqui tudo bem, entretanto as formações promovidas pelo

Agrinho ocorreram pelo Canal do Professor da Rede Estadual de Ensino do Paraná, um canal institucional mantido pelo Governo do Estado do Paraná via SEED-PR.

Figura 18: Canal do Professor Paraná



Fonte: Canal Youtube SEED-PR (2021)

Além do uso da estrutura institucional da SEED-PR, a divulgação e mobilização dos professores para participarem ocorreu por meio de diferentes canais de comunicação institucional da SEED-PR, entre eles, os Núcleos Regionais de Educação, destinaram e-mails para todos os Colégios Estaduais e estes para todas as professoras e professores vinculados a unidade.

Figura 19: E-mail do NRE sobre Agrinho para direções escolares

De: Chefia [REDACTED]

Date: sex., 18 de jun. de 2021 às 14:29

Subject: Seminário de formação para professores - Senar-Agrinho

Prezados(as) Diretores(as), boa tarde!

Segue, abaixo, informações da DEDUC/SEED:

A partir da terça-feira (22/06) mais de 30 palestrantes – brasileiros e estrangeiros –, vão debater e apresentar temas atuais e importantes para o desenvolvimento de ações pedagógicas em sala de aula, especialmente neste momento de pandemia, durante o 3º Seminário de Formação de Professores Agrinho. Este ano, o evento será realizado de forma online, pelo Canal do Professor, no Youtube. Serão três dias de transmissões, terminando na quinta-feira (24).|

Programação

Terça-feira (22) - das 19h às 20h30

Quarta-feira (23) - das 9h às 11h, das 14h às 15h30 e das 16h às 17h30

Quinta-feira (24) - das 9h às 11h, das 14h às 15h30 e das 16h às 17h30

[Confira aqui a programação completa.](#)

A certificação terá carga horária de 40h e acontecerá via Plataforma Agrinho. Solicitamos a divulgação aos professores da rede e lembramos que não haverá dispensa de aulas.

Atenciosamente,

[REDACTED]

Coordenadora da Educação Básica



Chefia do Núcleo Regional da Educação - [REDACTED]

Fone: ([REDACTED])

Fonte: SEED-PR (2021)

O seminário foi organizado em 7 encontros¹¹¹ de aproximadamente 2 horas de duração, durante os dias 22 a 24 de junho de 2021, entre os participantes da mesa de

¹¹¹ Disponível em: [\(2075\) 3º Seminário de Formação de Professores do Programa Agrinho - 22 a 24 de junho de 2021 - YouTube](#)

abertura, contou com Renato Feder (então Secretário de Educação) e o Presidente da FAEP/SENAR Ágide Meneguette, o principal padrinho do Agrinho.

Figura 20: Abertura Formação de Professores Agrinho



3º Seminário de Formação de Professores Agrinho

O Seminário acontecerá nos dias 22, 23 e 24 de junho de 2021 de forma online, via Canal do professor. Este seminário contará com a participação de especialistas brasileiros e estrangeiros, os quais apresentarão seus artigos com temas atuais e importantes para o desenvolvimento de ações pedagógicas em sala de aula neste momento de pandemia.

22/06 - Abertura **19:00 - 20:30**

SISTEMA FAEP/SENAR - BOAS VINDAS DO PRESIDENTE

Ágide Meneguette
Graduado em Agronomia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Produtor rural e presidente do Sistema FAEP/SENAR.

SEED - BOAS VINDAS DO SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO

Renato Feder
Graduado em Administração pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). É secretário da Educação do Paraná, onde comanda a Educação para mais de 1,07 milhão de alunos e gerencia mais de 100 mil servidores. Na Educação Pública atuou também como assessor especial da Secretaria de Estado de São Paulo.

O ENSINO HÍBRIDO COMO "A BOLA DA VEZ". VAMOS REDESENHAR NOSSAS SALAS DE AULA?

Edméa Santos
Pedagoga pela UCSAL, mestre e doutora em Educação pela UFBA. Pós-doutora em e-learning e EAD pela UAB-PT, onde colabora esporadicamente no MPEL - Mestrado em Pedagogia do e-Learning.

CIÊNCIA, INOVAÇÃO E ÉTICA – TECENDO REDES E CONEXÕES PARA A SUSTENTABILIDADE

Cleverson Vitório Andreoli
Engenheiro Agrônomo (Universidade Federal do Paraná 1980), Mestre em Ciências do Solo (Universidade Federal do Paraná 1989) e Doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento (Universidade Federal do Paraná 1999).



Fonte: SEED-PR (2021)

Entre outras formas de aparelhamento da estrutura pública por meio do Programa Agrinho, está a conversão dos concursos de redação do Agrinho em Redação Paraná – Agrinho 2022 com orientação de obrigatoriedade (camuflada) de participação para toda Rede Estadual. De acordo um abaixo assinado organizado por professores, intitulado “Não a utilização obrigatória da plataforma “Redação Paraná”, a SEED imprimiu de forma velada a obrigatoriedade em participar da Redação Paraná. “Chantageando com a seguinte situação: O número de produção de textos na plataforma redação Paraná, será requisito de conceito avaliativo dos diretores e diretoras das escolas do Paraná. Se não atingirem as metas podem ser penalizados”. Embora, não conste no edital este critério, apenas constando no item 3.2 do edital, uma especificidade em relação ao número de redações concluídas pelos estudantes

do docente. O professor participará do concurso se 30% ou mais de seus estudantes tiverem concluído as redações.

A divulgação do Concurso de Redação Paraná – Agrinho 2022, foi realizada por todos os canais de comunicação da SEED-PR, incluindo o envio de e-mails para escolas e professores com o edital, cronograma e cards de divulgação para redes sociais, induzindo a participação via a premiação do celular para o estudante e professor ganhador.

Imagens: Redação Paraná – Agrinho 2022



Fonte: Paraná (2022)

O *modus operandi* do Programa Agrinho, imprimi um violento processo de desinstitucionalização das instituições públicas que participam da implementação do Programa, haja vista que existe uma contradição e conflito de interesses em decorrência da introdução de entidades do agronegócio com interesses privados na Educação Pública e, por outro lado, colocando a aparelhagem do Estado a serviço privado. Lamosa (2014) na análise do Programa da ABAG “Agronegócio na Escola”, afirma a existência de uma retirada da autonomia e as funções garantidas constitucionalmente das instituições públicas que se replica no caso do Agrinho e de outros projetos educacionais do Agronegócio. A inserção da escola pública e do trabalho docente no projeto de hegemonia do agronegócio, “[...] tem sérias consequências para ambos. As escolas públicas vêm sofrendo um processo de desinstitucionalização, defrontando-se com a contradição de ter no interior destas

instituições públicas interesses de entidades baseadas no direito privado” (LAMOSA, 2014, p. 23).

As premiações dos concursos do Programa são um grande motivador e mobilizador para participação dos estudantes, professores e escolas, os financiadores proporcionam prêmios no âmbito estadual para Concurso de Desenho; Concurso de Redação; Concurso de Experiência Pedagógica; Concurso Relato Escola Agrinho; Concurso Relato do Núcleo Regional de Educação; Concurso Relatório Município Agrinho.

Arl (2011) ao problematizar a existência do Programa Agrinho nas escolas públicas, anuncia que ele parte da lógica da sociedade da disputa do individualismo e do consumo ilimitado, apregoando o exercício da competitividade por meio dos concursos e premiações. “Esta mesma estratégia foi utilizada para a implantação desse modelo industrial agroquímico. Essa condição está na contramão da proposta da cooperação, tão necessária no atual contexto (ARL, 2011, s/p).

Com prêmios de alto valor (carros, televisores, e outros...), será que a motivação para o trabalho é pela sedução de prêmios ou pela consciência da importância da educação ambiental? Os prêmios estão dissociados com os objetivos da educação ambiental: carros poluem; televisores levam ao consumo; microondas consomem energia. (ARL, 2011, s/p).

Embora não seja nosso objetivo analisar o material didático do programa Agrinho, apresentamos um quadro parcial¹¹² de artigos presentes em revistas científicas e acadêmicas indexadas, livros e em anais de eventos que analisam o material do Agrinho e posteriormente abordamos três excertos dos materiais da Coleção em vigência no ano de 2014, os quais expressam uma determinada visão da Revolução Verde, da transgenia, de resíduos do campo e dos agrotóxicos.

Quadro 7 – Levantamento parcial artigos sobre materiais do Programa Agrinho

ARTIGO/AUTOR/REVISTA	ABORDAGEM
Educação alimentar para sistemas agroalimentares locais no contexto da alimentação escolar Rozane Marcia Triches, Cristiane Perondi, Aline Luiza Fuhr Revista Faz Ciência, no ano de 2015 pela UNIOESTE – Campus de Francisco Beltrão/ PR	Objetivo da pesquisa foi averiguar se na escola são contempladas as orientações em tratar de temas que abordem a agricultura familiar e os sistemas agroalimentares, conforme disposto nas diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Como resultado, as pesquisadoras constataram que as atividades desenvolvidas na escola, não dialogam com o proposto pelo PNAE e com a Política de

¹¹² Não se trata de um estado da arte completo acerca do Programa Agrinho, ver Campanha (2021)

	<p>Segurança Alimentar e Nutricional e valorização da cultura alimentar, pois o material utilizado na escola para abordar essa política é o Agrinho que, segundo as autoras, tem uma visão contrária à soberania e segurança alimentar. As autoras, por meio de entrevistas realizadas com as professoras da escola estudada, concluíram que há programas como o PNAE de valorização de soberania alimentar e nutricional na escola, porém, há poucos recursos informativos para manutenção e valorização deles, ao considerar a origem dos alimentos e a produção local até chegar ao destino que é a mesa.</p> <p>As autoras apontam uma contradição tendo como referência os materiais que chegam na escola para se trabalhar de forma educativa esta temática. Os materiais que chegam fornecidos pelo governo são os do Programa Agrinho, que abordam essa temática tendo como referência o capitalismo e o agronegócio, não condizendo com a política de segurança alimentar e impondo através de seus materiais uma falsa realidade.</p>
<p>A importância da educação ambiental no processo de defesa do patrimônio natural e cultural: o caso de Pirai da Serra – Paraná (2013)</p> <p>Edina Schimanski, Jasmine Cardozo Moreira e Paulo Rogério Moro</p> <p>Revista de Sociologia da Universidade de Minho Portugal</p>	<p>O trabalho tece uma crítica aos materiais do Programa Agrinho. A que, segundo os autores, abordam a questão ambiental de forma conteudista e conservadora nas escolas do município, pois está voltado ao agronegócio, visto que essa área do referido município é considerado nos Campos Gerais uma região de conservação ambiental no estado do Paraná. O objetivo do trabalho foi considerar a importância do desenvolvimento de propostas de Educação Ambiental que considerem a defesa do patrimônio cultural e natural deste território, ao contrário do que fazem os materiais do PA que vão contra essa lógica.</p> <p>A metodologia utilizada partiu de uma coleta de dados de um questionário aplicado aos professores das escolas estudadas a fim de mapear as práticas pedagógicas com relação à educação ambiental. Os autores partem de um estudo de caso feito em escolas municipais e estaduais do município de Ponta Grossa, nas quais conseguiram desenvolver uma cartilha de educação ambiental que considerasse as relações sociais diversas no campo, a partir de valores étnicos, sociais e culturais.</p> <p>Mesmo havendo o interesse de professores e da equipe pedagógica em trabalhar com EA com uma metodologia emancipatória, eles encontram desafios tendo em vista os materiais didáticos que chegam à escola e que não contemplam a realidade local, subvertendo a lógica de um ensino emancipador e crítico, pois estão atrelados aos interesses do capitalismo.</p>
<p>Os avanços de uma educação empresarial para o campo brasileiro: uma proposta inicial de reflexão sobre a atuação do serviço nacional de aprendizagem rural (2017)</p>	<p>Contextualiza a organização e estrutura do Senar e suas ações no interior dos estados brasileiros e as estratégias utilizadas pela entidade para a manutenção da hegemonia</p>

<p>Ingrid da Silva Linhares</p> <p>Anais do Colóquio Internacional Marx e o Marxismo pela UFF (Universidade Federal Fluminense) na Revista Marx e Marxismo</p>	<p>mediante uma pedagogia ligada à política do agronegócio que está subjacente ao Programa Agrinho, indicando que seus intelectuais orgânicos propagam ideologias que atendem aos interesses da hegemonia dominante.</p>
<p>Reflexão sobre a interferência do mercado no processo educativo das escolas públicas: Uma Perspectiva Gramsciana</p> <p>Gilberto Mezarobba (2012)</p> <p>Anais do Programa de Desenvolvimento Educacional - PDE16</p>	<p>O autor faz uma análise sobre o papel da escola e do Estado através das contribuições de Gramsci e da inserção de produtos didáticos nas escolas a partir da década de 1990. O trabalho conclui que o setor educacional e a educação devem ser entendidos a partir de seus interlocutores e fez uma reflexão sobre o modelo de educação que está sendo realizado, visto que muitas empresas tendem a investir na educação, porém, articulados ao interesse próprio da empresa. O Programa Agrinho é um exemplo emblemático que por meio de sua forma, estrutura metodológica e pedagógica fortalece um ensino direcionado à positivação do agronegócio.</p>
<p>Ideologia e Educação: Para a Crítica do Programa Agrinho (2017)</p> <p>Rafael Rossi e Icléia Albuquerque de Vargas</p> <p>Revista NERA UNESP/Presidente Prudente/SP</p>	<p>Sistematiza a origem e a função social do termo ideologia e a orientação deste conceito empregado no material didático do Programa Agrinho no estado do Mato Grosso do Sul. Se faz necessário a compreensão do termo para que se possa contextualizar o conteúdo exposto no referido material, distribuído nas escolas que serve ao modo de produção capitalista.</p> <p>Conclui o trabalho afirmando que o Agrinho é “[...] uma expressão ideológica da ideologia capitalista dominante” (ROSSI, 2017, p. 222). Portanto, para o mesmo e diante de suas bases epistemológicas, a ideologia cumpre uma função social de suma importância em uma sociedade de classes e sem o entendimento e compreensão do seu papel, a classe dominante, de diferentes formas, vai se articulando para sempre manter-se no controle.</p>
<p>Nas sombras dos girassóis: projetos e materiais didático-pedagógicos nas escolas públicas localizadas no campo</p> <p>Rosangela Cristina Rosinski Lima</p> <p>Livro Escola pública, Educação do Campo e projeto político-pedagógico. Curitiba: UTP, 2018. (Org. SOUZA, Maria Antônia de) p. 81-99.</p>	<p>Nesse estudo, prioriza-se trazer à discussão, um dos projetos e materiais didático-pedagógicos que chegam às escolas públicas localizadas no campo impostos na realidade estudada que se refere à região metropolitana de Curitiba. Destacando-se os materiais do “Programa Agrinho” por se constatar ser um dos mais presentes nas escolas, sendo, portanto, aos que se dará ênfase neste trabalho. Os “projetos” que chegam às escolas públicas localizadas no campo, como no caso do “Programa Agrinho” trazem uma concepção político-pedagógica que reflete a visão do empresariado vinculado a um projeto conservador de sociedade, que visa mascarar as desigualdades sociais, apresentando as comunidades do campo como algo bucólico e ajustado a um sistema “idealizado”.</p>
<p>Educação E Escola No/Do Campo No Município De Rio Branco Do Sul</p>	<p>O texto apresenta caracterização do município de Rio Branco do Sul no que tange à realidade</p>

<p>Janete Rocha Gonçalves</p> <p>Livro Escola pública, Educação do Campo e projeto político-pedagógico. Curitiba: UTP, 2018. (Org. SOUZA, Maria Antônia de) p. 81-99.</p>	<p>do campo e as escolas públicas municipais. Traz indicações dos desafios a serem enfrentados em relação às escolas localizadas no campo no município. Entre eles aborda a entrada do Programa Agrinho no município.</p>
<p>As cartilhas do agronegócio nas Escolas do Campo: a pedagogia do capital do livro Escola do Campo e textos: propostas e práticas.</p> <p>Marlene Sapelli</p> <p>Livro Escola do campo e textos: propostas e práticas. Ijuí: Unijuí, 2016. p. 263-283. v. 1.</p>	<p>Analisa os materiais do Programa Agrinho. Conclui que atende as exigências na perspectiva dos empresários, explicita a presença da pedagogia do capital e a parceria público-privada firmada para implementá-la nas escolas públicas. Anuncia que as matérias são parte da estratégia das diferentes classes ao formular diferentes propostas de educação, entendendo a educação escolar como espaço de disputa social e de projetos.</p>
<p>A primeira lição de casa do agrinho: lavar corretamente as embalagens de agrotóxicos</p> <p>Ainda Franco de Lima</p> <p>Livro Educação e meio ambiente: reflexões multidisciplinares. Silva, A.C. Silva, J. L. Castanheira, K. N (Orgs.) 1.ed. Frutal: Editora Ferial, 2020.</p>	<p>Analisa como o Programa Agrinho, de cunho de Educação Ambiental, alicerça-se nos pressupostos da indústria agroquímica.</p>

Fonte: Organizado pelo autor a partir de Campanha (2021), Souza (2018) e Sapelli (2016).

Os trabalhos coadunam que os materiais disponibilizados pelo Programa Agrinho, às vezes como principal referência de Educação Ambiental, são incoerentes e contraditórios com uma perspectiva de construir um projeto de agricultura e sociedade comprometido politicamente, ecologicamente, cultural e ambientalmente com a soberania alimentar e a vida humana e natural, tendo em vista que apregoam, expressam e propagam conteúdos voltados à positivação da agenda do agronegócio e pela manutenção dos interesses econômicos do capitalismo, subvertendo a lógica de um ensino plural, emancipador e crítico.

Os três excertos que elencamos a seguir reafirmam a linha de análise dos artigos. Ao abordar a história da agricultura, Agrinho (2014) apresenta uma linha do tempo, ao tratar da Revolução Verde, enfatiza que ficou “[...] marcada pela disseminação de tecnologias agrícolas baseadas em melhoramentos genéticos, técnicas de cultivo e compostos químicos. Aumento importante da produção agrícola em países subdesenvolvidos como a Índia e o Brasil (ibidem, p. 24). Na sequência, ao remeter ao final do século XX e o início do século XXI, demarca pelo “avanço das pesquisas no campo do melhoramento genético das espécies vegetais e animais. Desenvolvimento de plantas transgênicas. Percepção dos riscos associados ao uso de defensivos agrícolas (AGRINHO, 2014, p.26).

O material se limita a tentativa de ressignificar a Revolução Verde, edificando um construto discursivo-ideológico que o romantiza, não aborda as consequências sociais e ambientais da modernização conservadora com o pacote tecnológico. Mesmo que, podemos considerar que contribuiu na elevação da capacidade de produção, fundamentalmente em decorrência da expansão da área cultivada, “[...] causou grande degradação ambiental, contaminação do meio, dos alimentos e das pessoas, aumentou os custos de produção a níveis insuportáveis, resultando em grande êxodo rural, concentração de renda e das terras, e conseqüente exclusão social” (ARL, 2011, s/p).

Da mesma forma, ao tratar das pesquisas em prol do melhoramento genético e os riscos com o uso dos agrotóxicos, limita-se a superficialidade e naturaliza seu uso como se não houvesse uma alternativa, não apresenta dados ou sequer problematiza sua gravidade e riscos ou até mesmo as inconsistências das informações acerca dos transgênicos. Conforme análise de Arl (2011, s/p),

Não questiona o uso de agrotóxicos e nem discute a superação dos mesmos, e sim direciona os esforços em torno do “como usá-los corretamente”, por exemplo: ao transmitir orientações sobre a tríplice lavagem e destino das embalagens de agrotóxicos, evidencia o perigo dos agrotóxicos, mas limita as preocupações à sobra que ficou na embalagem. E o agrotóxico que é jogado sobre os alimentos, no solo, na água? Se até o resíduo é tão preocupante, onde estão as propostas, os programas e recursos para a superação dos agrotóxicos?

Coadunam com essa análise e problematização do Agrinho, as reflexões tecidas por Sapelli (2016) ao enfatizar e destacar os danos ao trabalho educativo com as abordagens do Agrinho ao banalizar a utilização de agrotóxicos na lavoura, ou seja, “a preocupação não [está] com o não uso dos agrotóxicos, mas com a busca de paliativos para as consequências do seu uso” (SAPELLI, 2016, p. 268).

No ano 2000, o médico e deputado federal Dr. Rosinha, em entrevista a Rede de Saúde do Trabalhador na América Latina e Caribe, ironicamente externou que: “[...], na verdade, o Agrinho é um sucesso; um evento de capacitação de futuros usuários de agrotóxicos. Se não fosse assim, se fosse um programa voltado para o meio ambiente, Agrinho orientaria para uma alternativa, uma agricultura ecológica e não o uso de venenos” (LUZ, 2000, s/p). Na mesma ocasião, a promotora ambiental do Estado do Paraná, Cynthia Maria de Almeida Pierri, apresentou em relatório datado

de maio de 1999, que “[...] o título da cartilha: Agrinho em defesa da natureza, dá uma ideia errada sobre o seu conteúdo. Na verdade, o texto é favorável ao uso de agrotóxicos. Eles mencionam que os agrotóxicos são a única forma de controle, quando não é [...]” (LUZ, 2000, s/p).

No caderno 8 do programa, reafirma essa concepção ao tratar do tema resíduos do campo e agrotóxicos, simplesmente observa que “O grande desafio é destinar corretamente as embalagens vazias dos agrotóxicos. O correto é lavá-las três vezes e devolvê-las para os fabricantes, depositando-as nos postos de coleta indicados na nota fiscal” (AGRINHO, 2014, p.19).

Ou seja, depois de 20 anos do início do Programa Agrinho a tríplice lavagem comparece como uma abordagem neste material publicado em 2014, evidenciando o uso de agrotóxicos como algo inevitável e naturalizando os danos ocasionados à sociedade pelo seu uso indiscriminado, mistificando a possibilidade do uso racional de agrotóxicos, em harmonia com o meio ambiente e com a vida humana. De acordo com Arl (2011) o programa Agrinho nega e omite determinados conhecimentos e dados “[...] porque entram em conflito com os interesses de seus verdadeiros protagonistas, e até apresenta outros consequentes e efetivos, mas recorta-os para ajustar à sua verdadeira intenção subjetiva e até mesmo objetiva [...]” (ARL, 2011, p. 4).

Sapelli (2016) ressalta a adoção do empreendedorismo na lógica do desenvolvimento sustentável que está presente no Programa Agrinho, a autora observa que a “[...] perspectiva do empreendedorismo oculta a irracionalidade do capitalismo, pois sugere que as soluções para a exclusão ou para a destruição do meio ambiente se encontram no âmbito pessoal e podem ser produzidas pela criatividade individual” (SAPELLI, 2016, p. 271). O que ocasiona séria implicação quando essa perspectiva educacional, insere-se nas escolas públicas, converte-se em pedagogia do capital, mais especificamente neste caso em Pedagogia do Agronegócio.

Utilizam de um conjunto de projetos educacionais travestidos de um caráter socioambiental, mas que assumem objetivos bem definidos enquanto instrumentos ideológicos de persuasão e convencimento como parte da estratégia da manutenção e construção da hegemonia do agronegócio, convertendo a escola em ambiente de negócios, subsumido pela promoção dos interesses de classe do agronegócio.

Lima (2018) ressalta que a inserção do Programa Agrinho se dá pela ausência de outras referências de materiais sobre Educação Ambiental e pelo potencial que adquire quando chegam as escolas via as prefeituras e secretarias municipais de educação. Constata também, “[...] que os materiais chegam às escolas e são por vezes utilizados sem a clareza do que representam. Quem os utiliza, os profissionais docentes e as equipes pedagógicas recebem os materiais prontos para distribuição e trabalho com os alunos” (LIMA, 2018, p. 93)

O Agrinho é pioneiro na forma e no conteúdo de estruturar o assalto das escolas públicas com a roupagem da educação ambiental atrelada a *Pedagogia do Agronegócio*, foi e tem sido referência para outros programas empresariais do setor. Na análise de Campanha (2021) afirma que dos programas educacionais desenvolvidos pelo SENAR “[...] nenhum teve uma durabilidade tão grande como o PA com ¼ de século de existência e atuando em um processo de territorialização crescente nas escolas de outros estados e do Paraná, neste último de forma ininterrupta” (ibidem, p. 43).

Isso pode ser constatado também na fala¹¹³ do Engenheiro-agrônomo e guru do agronegócio Xico Graziano¹¹⁴, segundo ele o agronegócio encontra-se em meio a um dilema que é: “Conduzir a agenda da sustentabilidade ou ser engolido por ela? Precisa liderar o debate sobre o meio ambiente para promover as mudanças necessárias nesta nova fase do desenvolvimento, acabando com a ideia de que produzir e preservar são ações inconciliáveis” (FAEP, 2017, s/p). Na sequência, ao dizer que “[...] o agro não vai avançar se cada um remar para um lado [...]” e que para avançar necessita formar as novas gerações, complementa: “Nossa grande tarefa é abrir a porta para os jovens. O Programa Agrinho, do SENAR-PR, é um bom exemplo para isso. Sou um apaixonado pelo Agrinho” (Ibidem). Graziano é um dos padrinhos da nova ação política do agronegócio na educação que analisaremos a seguir, sua fala demonstra evidências da inspiração e acúmulo que programas das entidades patronais e empresas do agronegócio ofereceram para a constituir a incidência do “Movimento de Olho no Material Escolar”.

¹¹³ Durante ciclo de palestras promovido pela CBN Londrina, com apoio do Sistema FAEP/SENAR-PR, com o tema “Sustentabilidade no Agronegócio” – Dia 7 de agosto, em Curitiba. Disponível em: [Agronegócio e a agenda da sustentabilidade | Sistema FAEP/SENAR-PR](#)

¹¹⁴ Ex-secretário do Estado de São Paulo (nas pastas de Agricultura e Meio Ambiente).

O Agrinho pela sua capilaridade territorial e sistemática exerce um importante papel na formação escolar para o avanço do capitalismo no campo, na produção de valores e de convencimento de milhares de crianças, jovens e adultos acerca da viabilidade de conciliar, o inconciliável, a preservação da natureza, a vida humana saudável e o uso de agrotóxicos. A interferência do Programa Agrinho no conteúdo escolar, escancara contradições e conflitos no âmbito da relação público-privado que atravessam a nova ofensiva do agronegócio na educação, conforme analisaremos no próximo capítulo.

4. A NOVA OFENSIVA IDEOLÓGICA DO AGRONEGÓCIO NA EDUCAÇÃO BÁSICA

*[...] Vocês que fazem das fazendas, hoje
 Um grande deserto verde só de soja, de cana ou de pasto?
 Pelos milhares que ontem foram e amanhã serão
 Mortos pelo grão-negócio de vocês
 Pelos milhares dessas vítimas de câncer
 De fome e sede, e fogo e bala, e de AVCs
 Saibam vocês, que ganham com um negócio desse
 Muitos milhões, enquanto perdem sua alma
 Que eu me alegraria, se afinal, morresse
 Esse sistema que nos causa tanto trauma
 Eu me alegraria, se afinal, morresse
 Esse sistema que nos causa tanto trauma
 Eu me alegraria, oh
 Esse sistema que nos causa tanto trauma
 Ó donos, do agrobis, ó reis do agronegócio
 Ó produtores de alimento com veneno.*

Compositores: Carlos Renno / Chico Cesar

O presente capítulo aborda a natureza e a origem da nova ofensiva do agronegócio à educação básica por meio da campanha denominada “De olho no material escolar”. Consideramos que os projetos do agronegócio travestidos de socioambientais propiciaram que em 2020, as entidades de classe do agronegócio iniciassem um reposicionamento em abrangência nacional por meio da campanha autointitulado “mães do agro”, posteriormente convertido, em “De olho no material escolar (DONME)”. Analisamos as articulações e agendas políticas realizadas entre as interlocutoras do movimento e as entidades rurais patronais, empresas do agronegócio e parlamentares da Bancada Ruralista que apoiam, sustentam e constituem o ambiente no interior do Governo Federal para pressionarem alterações na política educacional no âmbito da concepção e do currículo das escolas por meio da problematização do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Trata-se de disputar ideologicamente o sentido da escola pública e os corações e mentes de trabalhadores e trabalhadoras da educação, principalmente das novas gerações, para adquirir maioria na sociedade e ampliar aliados para assumir suas posições na direção político-intelectual e do consenso. Objetivamos tratar dos possíveis impactos dessa nova ofensiva no caráter público da escola e na sua função social com a socialização do conhecimento, assim como na formação dos estudantes e as implicações no papel e formação do magistério. Por último, identificamos e analisamos experiências em

contraponto ao agronegócio que objetivam construir a hegemonia da classe trabalhadora e oferecem sólidas pistas, tendo por referência a luta pela Agroecologia e a Educação do Campo para constituir o plano de resistência e luta da educação pública de gestão estatal e socialmente referenciada no projeto popular para o Brasil.

4.1. Mitos do agronegócio: a Campanha “De olho no material escolar”

Recentemente, mais precisamente no início do ano de 2020, um conjunto de mulheres vinculadas ao agronegócio mobilizam-se para problematizar os conteúdos abordados nos livros didáticos que evidenciam as consequências do agronegócio para a vida humana e natural, como forma de avançar na ofensiva à escola pública, reposicionando sua incidência e o seu papel, reorganizando e ampliando a abrangência das estratégias para a manutenção e consolidação da hegemonia na sociedade (MAGALHÃES, 2021).

Essa nova mobilização do agronegócio tem sua origem em 2020, com a carta apresentada ao Colégio particular da rede Anglo no município de Barretos, no estado de São Paulo, articulada pela Letícia Zamperlini Jacintho¹¹⁵, produtora rural, sócia e ex-diretora administrativa da ZJ Investimentos (Empresa do Agronegócio), vice-presidente do NFA (Núcleo Feminino do Agronegócio), membro do Cosag (Conselho Superior do Agronegócio).

A carta¹¹⁶ datada de 29 de setembro de 2020, supostamente assinada por mães e pais de alunos destinada ao Colégio Anglo, anuncia ter por objetivo “expressar nossa insatisfação quanto ao material utilizado em sala de aula. [...] garantir que seus filhos não sejam expostos a posições ideológicas e políticas imiscuídas no programa educacional”. Afirmam que “[...] o material Anglo reduz a agropecuária, que é um importante pilar econômico e social de nossa região, ao papel de vilão nacional” (DONME, 2020, n/p). Ao longo da carta apresentam diferentes exemplos que sob a ótica de Jacintho e da carta constroem uma imagem negativa do agronegócio associando-o a temas como “trabalho escravo”, “desmatamento”, ‘ocupação de terras

¹¹⁵ Graduada em Administração de Empresas pela Fundação Armando Alvares Penteado (FAAP). Trabalhou no mercado financeiro, no Banco Credit Agricole, como Analista de Crédito e Comercial na área de Corporate Finance. E no Banco BBM, na área de Captação e Fundos. Sócia do ZJ Investimentos, empresa do Agronegócio, com investimentos na produção de grãos e cana-de-açúcar, onde atuou 14 anos como diretora administrativo-financeira, até a sua fusão em 2020.

¹¹⁶ Carta Barretos, de 29 de setembro de 2020 - <https://srb.org.br/wp-content/uploads/2020/11/Material-Didatico-Anglo-Geral-com-fotos-12020.09.08.docx.pdf>

indígenas” e “êxodo rural”, assim como com a distorção sobre os “defensivos agrícolas”.

Ao final da carta, prescrevem quatro pontos que sintetizam a manifestação, entre eles destacamos os três primeiros:

1. Nosso total desacordo com o material Anglo, solicitando à escola a revisão ou substituição do material.
2. Solicitamos ainda que, enquanto essa troca não é efetivada, referidos conteúdos sejam desconsiderados, e seja apresentada a verdade aos alunos. Trazendo sempre o contraponto e incentivo a se orgulhar da sua região, do trabalho de seus pais e, principalmente, da capacidade de seu país, pois temos orgulho em prover a sociedade de forma sustentável com alimentos, fibras, energia e diversas matérias-primas para diversos segmentos industriais, como a área médica.
3. Sugerimos que sejam oferecidas informações atuais sobre a agropecuária aos professores, com visitas, conversas e apresentações, as quais certamente podemos ajudar e organizar.

Concluem a carta com o apelo protecionista ao agronegócio, anunciando que “devemos nos orgulhar dessas marcas, não incentivar as crianças a repudiá-las. Infelizmente, há quem enxergue a agropecuária brasileira por lentes sujas, antigas e tendenciosas, que remontam ao período colonial” (DONME, 2020, n/p)

A partir dessa manifestação, no interior dos espaços do agronegócio a iniciativa adquiriu visibilidade e passaram a aglutinar outras mães e pais da própria região de Barretos em São Paulo e entidades patronais rurais, objetivando reivindicar a revisão dos materiais didáticos que segundo esse agrupamento de mães trataram sobre a realidade do campo brasileiro com “mentiras” (BRASIL DE FATO, 2021). Segundo Jacintho (2021)¹¹⁷ com a dinâmica do trabalho e ensino remoto ampliou o acompanhamento das atividades escolares (por meio dos livros didáticos e assistindo aulas online) desenvolvidas por seus filhos e filhas, o que gerou incomodo com o conteúdo dos livros, apostilas e abordagem de alguns professores em relação ao agronegócio. O contexto da pandemia permitiu ampliar a comunicação e aglutinar outras mães e pais de distintas regiões que demonstravam pelas redes sociais a mesma insatisfação com as abordagens dos materiais didáticos, tendo em 2021 participação ativa de representantes de 11 estados (JACINTHO, 2021). Conforme foram se articulando, passaram a angariar maior apoio das lideranças do agronegócio,

¹¹⁷ <https://grupopublico.com.br/a-leticia-zamperlini-esta-de-olho-no-material-escolar/>

entidades patronais rurais, gestores educacionais e parlamentares da Frente Parlamentar Agropecuária (FPA).

Essa movimentação deu origem em 2020, na campanha intitulada “De olho no material escolar” cujo objetivo é pressionar escolas e editoras “[...] a alterar os materiais didáticos e o próprio Ministério da Educação a rever orientações curriculares, de modo que materiais didáticos e currículos passassem a expressar o que dizem ser a visão correta sobre o agronegócio brasileiro” (GEOAGRÁRIA e GTAGRÁRIA, 2021, p. 1)¹¹⁸.

Conforme a pesquisa realizada pelos grupos de pesquisa GeoAgrária – Grupo de Estudos, Pesquisas e Extensão em Geografia Agrária da FFP/UERJ e GTAgrária – Grupo de Trabalho sobre Assuntos Agrários da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seções Rio de Janeiro e Niterói, entre os principais aliados deste grupo de mães na crítica aos materiais didáticos está o ex-deputado Xico Graziano (PSDB), que tem escrito artigos, promovido transmissões e divulgado uma série de vídeos “afirmando que livros didáticos e apostilas propagam uma “imagem negativa e preconceituosa do agronegócio sem embasamento científico”” (GEOAGRÁRIA e GTAGRÁRIA, 2021, p. 1).

Inicialmente, as mulheres lideranças do “De Olho no Material Escolar”, buscaram manter uma suposta neutralidade em relação à vinculação existente com as entidades representativas do agronegócio, mas um olhar atento para as funções que ocupam em conselhos, empresas e entidades associadas ao agronegócio evidencia que a origem do DONME não teve nada de espontaneidade e consiste numa deliberada ofensiva aos princípios da educação brasileira. Neste quadro buscamos mapear a coordenação do DONME, a função, formação e a atuação profissional que exerce.

Quadro 8 – Mapeamento Coordenação DONME

Nome	Função Donme	Formação	Atuação Profissional
Leticia Zamperlini Jacintho	Presidente E Fundadora	Graduada Em Administração De Empresas Pela Fundação Armando Alvares Penteado (Faap); Cursou Em 2019 O Programa De Desenvolvimento De	Pecuarista e administradora, atua no Mercado Financeiro, no Banco Credit Agricole, Analista de Crédito e Comercial na Área de Corporate Finance. E o Banco Bbm, na Área De Captação E Fundos. Integrou a

¹¹⁸ A NOVA OFENSIVA DO AGRONEGÓCIO SOBRE A EDUCAÇÃO – GEOAGRÁRIA E GTAGRÁRIA. <https://www.agb.org.br/a-nova-ofensiva-do-agronegocio-sobre-a-educacao-geoagraria-e-gtagraria/>

		Conselheiros De Administração Da Fundação Dom Cabral	lista Forbes das 100 Mulheres Poderosas do Agro. Sócia do Zj Investimentos, Empresa do Agronegócio; Vice-Presidente do Nfa (Núcleo Feminino do Agronegócio); Membro do Cosag (Conselho Superior Do Agronegócio)
Andreia Bernabé	Vice-Presidente	Graduação Em Química Pela Universidade De Franca; Especialista Em Celulose E Papel., Universidade Federal De Viçosa, Ufv; Gestão Empresarial E Consultoria Em Agronegócio. , Centro De Ensino Superior De Rondonópolis, Cesur, Brasil.	Secretaria Executiva Na Associação Dos Produtores De Sementes De Mato Grosso - Aprosmat
Ana Silvia Blanco Araújo	Diretoria Financeira	NÃO IDENTIFICADO	NÃO IDENTIFICADO
Vanessa Ortolan	Diretoria Administrativa	Graduação em Administração pela Faculdade De Sinop.	Atou como faturista da Fiagril (2012-2014); assistente Administrativa na Amaggi Exportação e Importação (2012); Assistente administrativa da Fazenda Santa Ignês de 2009 a 2012.
Helen Jacintho	Diretoria De Comunicação	Engenheira De Alimentos	Produtora Rural Na Fazenda Continental / Colunista De Agronegócios Revista Forbes Brasil / Conselheiro Cosag/ Fiesp Conselho Superior Do Agronegócio / Co-Fundadora Associação De Olho No Material Escolar
Renato Previdel	Conselho Fiscal	NÃO IDENTIFICADO	Sócio Proprietário Na Fisorch Contabilidade E Recursos Humanos
Maria Alice Barcellos	Conselho Fiscal	Formada Em Administração Pela Espm-Sp E Mba Em Pessoas E Liderança Pela Fgv.	Diretora Administrativa Agrobarcellos. Empreendedora, Experiência Em Gestão De Pessoas E Liderança No Agronegócio.
Evelize Souza	Conselho Fiscal	NÃO IDENTIFICADO	NÃO IDENTIFICADO
Roberto Rodrigues	Conselho Consultivo	Engenheiro Agrônomo, Coordenador Do Centro De Agronegócio Na Escola De Economia De São Paulo, Da Fundação Getulio Vargas (Fgv Eesp) E Embaixador Especial Da Fao Para As Cooperativas. Participa De Inúmeros Conselhos Empresariais, Institucionais E Acadêmicos.	Foi Professor Do Departamento De Economia Rural Da Unesp – Jaboticabal. Foi O Primeiro Titular Da Cátedra De Agronegócios Da Esalq Usp. Foi Presidente Do Lide Agronegócios, Do Conselho Superior Do Agronegócio Da Fiesp - Cosag, Da Organização Das Cooperativas Brasileiras - Ocb, Da Sociedade Rural Brasileira – Srb, Da Associação Brasileira Do Agronegócio - Abag, Da Academia Nacional De Agricultura Da Sna E Da Aliança Cooperativa Internacional - Aci. Foi Secretário De Agricultura Do Estado De São

			Pauto (1993/1994) E Ministro Da Agricultura, Pecuária E Abastecimento (2003/2006).
João Henrique Hummel Vieira	Conselho Consultivo	Engenharia Agrônômica Pela Unb	Diretor Executivo Na Action Relações Governamentais Elaboração De Estratégias Junto Ao Legislativo E Executivo, Prioritariamente Na Estruturação E Estratégias De Organização De Frentes Parlamentares. Diretor Executivo Instituto Pensar Agro Mar De 2008 - Jun De 2021 · 13 Anos 4 Mesesmar De 2008 - Jun De 2021 · 13 Anos 4 Meses Coordenação Das Atividades Técnicas, Administrativas E De Estratégias Políticas. Acompanhamentos Das Atividades Do Congresso Nacional E Do Poder Executivo Federal Nos Relacionados Com A Cadeias Produtivas Do Agronegócio.
Ilona Becskehaz	Conselho Consultivo		Foi Diretora Executiva Fundação Lemann Jan De 2002 - Dez De 2011; Editora Blog Exequi - Excelência E Equidade; Ex-Secretária de Educação Básica Do MEC Em 2020 Gov.Bolsonaro.
Christian Lohbauer	Conselho Consultivo	Mestre E Doutor Em Ciência Política Pela Universidade De São Paulo (Usp)	Presidente Executivo Croplife Brasil; Foi Diretor De Assuntos Corporativos Da Bayer; Presidiu Associação Nacional Dos Exportadores De Sucos Cítricos; Foi Diretor Executivo Da Abpa - Associação Brasileira De Proteína Animal; Foi Candidato A Vice-Presidente Em 2018 Na Chapa João Amoêdo Partido Novo 30
Fernando Sampaio	Conselho Consultivo	NÃO IDENTIFICADO	NÃO IDENTIFICADO

Fonte: Organizado pelo autor.

Os vínculos profissionais e de atuação da coordenação revelam muito das articulações e expansão que ao longo dos últimos dois anos o DONME tem adquirido, sendo muitos membros de espaços estratégicos e aparelhos privados de hegemonia do agronegócio.

Como parte do processo de consolidação desta ofensiva do agronegócio, no dia 3 de outubro de 2020, Xico Graziano grava um vídeo intitulado de “Agromitos na escola”¹¹⁹ tecendo críticas ao coerente e legítimo conteúdo dos livros didáticos da

¹¹⁹ https://www.youtube.com/watch?v=Lw_bU0PIRwA

Rede Anglo, que associa o agronegócio ao desmatamento, queimadas e impactos dos agrotóxicos entre outras mazelas sociais originadas na prática do agronegócio. Ao final do vídeo, Graziano convoca os produtores rurais, fazendeiros, fazendeiras, mulheres e jovens para combaterem “[...] a principal origem dos mitos no banco [escolas] de nossas crianças [...] unir e lutar contra essa deformação, **estão doutrinando nossas crianças com as mazelas do campo** e precisamos reagir contra isso” (GRAZIANO, 2020, n/p. Grifos nossos)¹²⁰.

A fala de Graziano (2020) demonstra o reconhecimento das “mazelas do campo” ocasionadas pelo agronegócio, e é justamente por dominar e conhecer a destruição e prejuízos que causam aos ecossistemas e a vida humana, animal e vegetal desempenhada por seu modelo agrícola que permite formular um conteúdo ideológico na tentativa de criminalizar a verdade, ofuscar e naturalizar as mazelas

Em resposta ao vídeo de Xico Graziano, o Sistema Anglo de Ensino, no dia 04 de outubro de 2020, publica um comunicado¹²¹ salientando que os materiais didáticos utilizados estão em consonância com “[...] às orientações curriculares do Ministério da Educação (Base Nacional Comum Curricular e Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental), de forma totalmente apartidária e com todo o rigor técnico-pedagógico [...]” (ANGLO, 2020, p.1). Salientam que os conteúdos tratados no vídeo integram a coleção do 3º e do 5º ano do Ensino Fundamental, que apresentam um percurso “[...] bem estruturado para os estudos de Geografia e História, abordando questões ambientais, sociais e econômicas. [...] fundamentamos tudo o que consta no material em fatos comprovados por fontes científicas, acadêmicas e governamentais” (ANGLO, 2020, p.1). Anexam ao comunicado notas técnicas que fundamentam científica e juridicamente, com a devida citação das fontes sobre as indevidas e distorcidas contestações de Graziano.

Em continuidade à saga de defesa do agronegócio, Xico Graziano publica um artigo em 07 de outubro de 2020, no site Poder 360, intitulado “Educação no Brasil precisa respeitar o agro”, no primeiro parágrafo, fazendo alusão à “Campanha de olho no Material Escolar”, anuncia que “Finalmente conseguimos colocar em xeque 1 terrível problema do nosso ensino fundamental: o viés contra o agro. Chega de

¹²⁰ GRAZIANO, Xico. Educação no Brasil precisa respeita o agro. Poder360. Publicado em 07.out.2020 <https://www.poder360.com.br/opiniao/educacao/educacao-no-brasil-precisa-respeitar-o-agro-diz-xico-graziano/>

¹²¹ ANGLO. Comunicado. Publicado em 04 de outubro de 2020. Disponível em: https://static.poder360.com.br/2020/10/10-05.10_Esclarecimento_Anglo.pdf Acesso em 10 de janeiro de 2021.

doutrinar nossas crianças com ideologia antiga” (GRAZIANO, 2020, n/p). Segundo Graziano (2020) a partir da análise dos materiais didáticos da Rede Anglo e de dezenas de materiais que passou a receber de outras redes de ensino, foi possível constatar que os materiais “[...] promovem verdadeira doutrinação esquerdista contra o agro na sala de aula. Apavoram nossas crianças com histórias de escravidão, violência indígena, afronta à natureza, agrotóxicos. Tratam o produtor rural brasileiro como BANDIDO” (GRAZIANO, 2020, n/p). Finaliza o artigo expressando que,

Os colégios, particulares ou públicos, “precisam se livrar dessa maledicência que contamina suas apostilas e despreza a importância da agropecuária na construção da pátria e no futuro sustentável do Brasil. É necessário garantir que nas escolas prevaleça o conhecimento correto, isento. Nem mais, nem menos, simplesmente a boa informação, histórica e atual (GRAZIANO, 2020, n/p).

A proposição de Graziano de que “prevaleça o conhecimento correto”, significa negar a realidade, a ciência e a história para silenciar quaisquer conhecimentos que permitem revelar as contradições e implicações econômicas, sociais e ambientais oriundas do agronegócio.

Procurado pela campanha “De olho no material escolar”, o Deputado Federal Jerônimo Göergen do Partido Progressistas (RS) e integrante da Bancada Ruralista, passa a atuar ativamente em prol da agenda do DONME, formalizou em 13 de outubro de 2020, uma ação direcionada ao Ministro da Educação Milton Ribeiro, requerendo revisão dos livros didáticos, tendo por base as denúncias da campanha juntamente a Xico Graziano (GÖERGEN, 2020, n/p)¹²². Segundo Jerônimo “O material didático contém uma série de dados sem embasamento científico e que formam juízo de valor contra a agricultura brasileira e o produtor rural” (GÖERGEN, 2020, n/p).

Vale salientar que no dia 11 de outubro de 2020, Jerônimo esteve numa transmissão intitulada “Agricultura, fatos e mitos”, veiculada pelas suas redes sociais tratando das acusações ao material didático, nessa ocasião observou que tomaria providências por compreender que: “Esse conteúdo que deforma a visão sobre o homem do campo está presente no Material Escolar de várias instituições de ensino.

¹²² GÖERGEN, Jerônimo. DEPUTADO PEDE INFORMAÇÕES AO MEC SOBRE CONTEÚDO IDEOLÓGICO EM APOSTILAS ESCOLARES. Disponível em: <https://jeronimogoergen.com.br/noticias/deputado-pede-informacoes-ao-mec-sobre-conteudo-ideologico-em-apostilas-escolares/>

E o tema ganha em gravidade enquanto serve de referência de ensino para alunos no início de sua formação” (GÖERGEN, 2020, n/p).

No dia 20 de outubro de 2020, em matéria publicado pelo jornal Valor Econômico, a Ministra da Agricultura, Teresa Cristina, afirma que “as crianças brasileiras estão sendo mal-informadas nas escolas sobre a realidade do agronegócio e que existe uma “vontade” de mostrar que o setor é atrasado” (VALOR ECONÔMICO, 2020, n/p). Na matéria a ministra se colocou à disposição de levar o material ao conhecimento do ministro da Educação e agendar uma reunião para tratar do assunto, ainda sugere a realização de palestras nas escolas por representantes do setor para esclarecer a realidade das atividades no campo. Segundo Tereza Cristina, “existe muita desinformação para as crianças. As escolas formam pessoas que serão formadoras de opinião no futuro. Se não estivermos atentos, é complicado consertar a cabeça das crianças [depois]” (VALOR ECONÔMICO, 2020, n/p). Observa também que a “desinformação” cria obstáculos para avançar propostas cruciais para o setor produtivo em Brasília, fazendo menção o conhecido PL do Veneno (Projeto de lei 6299/2002) (VALOR ECONÔMICO, 2020), revelando mais uma vez os reais interesses em camuflar e negar a realidade.

Conforme conta do Instagram da “Campanha de olho no Material Escolar” no dia 21 de outubro de 2020, um conjunto de lideranças da campanha estiveram reunidas com a Bancada ruralista para “[...] expor o tipo de comunicação, reduzindo a agropecuária ao papel de vilão nacional, que temos encontrado no material escolar de nossas crianças” (DONME, 2020, n/p).

Fruto das articulações da campanha junto aos parlamentares da bancada ruralista e a própria ministra da Agricultura e do pedido realizado pelo Deputado Federal Jerônimo, em 02 dezembro de 2020, representantes do movimento e parlamentares da Bancada Ruralista reuniram-se com o ministro da Educação, em audiência virtual, para expor os objetivos da campanha, as reivindicações e propor ações junto ao MEC. “Em vídeo publicado no dia seguinte a essa reunião, a mesma liderança afirma que o agronegócio vai indicar representante para a comissão de avaliação dos livros didáticos do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) do MEC” (GEOAGRÁRIA e GTAGRÁRIA, 2021, p. 1-2).

De acordo com Andrea Bernabé, consultora do Agro e uma das lideranças do “De olho no Material Escolar”, o ministro da Educação “[...] prometeu analisar os

pedidos e deve discutir alterações no Material Escolar em nova reunião, na próxima sexta-feira, 4 [dezembro]” (CANAL RURAL, 2020, n/p).

Ao analisar as publicações e movimento do DONME, identificamos um conjunto de depoimentos de mães produtoras rurais reproduzindo uma retórica unificada da campanha, tanto oralmente quanto escrito, utilizam em diferentes momentos a chamada “vamos despertar o interesse de pais, mães e estudantes pelo agro. Vamos motivar e ajudar os professores a desenvolverem este tema em sala de aula” (DONME, 2021, n/p).

Assim como, constatamos a forte presença de diferentes entidades patronais rurais entre outros aparelhos privados de hegemonia do agronegócio que apoiam e desenvolvem agendas políticas para angariar força na reivindicação de mudanças nos livros didáticos, a partir dos interesses privados e visão distorcida e romantizada do agronegócio. Vale destacar as agendas e apoios obtidos de membros do Conselho Superior do Agronegócio (Cosag), da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), da Sociedade Rural Brasileira (SRB), do Instituto Pensar Agro (IPA), da Superintendência do SENAR – MT, do Movimento todos uma só voz, FGVAgro Centro de Estudos do Agronegócio, Marcos Fava Neves, da Faculdade de Administração da Universidade de São Paulo e da Fundação Getúlio Vargas em São Paulo, Mario Ghio, Diretor Presidente da Plataforma Somos Educação, Canal Terra Viva, a Deputada Federal Aline Sleutjes do PSL (PR) presidenta da comissão de Agricultura da Câmara, Ex-Deputado Federal Aldo Rebelo, e com os ministros Tereza Cristina e Milton Ribeiro, o ex-ministro Ricardo Salles, ex-presidente da UDR e Secretário Especial de Assuntos Fundiários do Governo Bolsonaro Luiz Antonio Nabhan Garcia e Ricardo Nicodemos - diretor da RV Mondel e vice-presidente executivo da Associação Brasileira de Marketing Rural e Agronegócio (ABMRA), entre outros.

Como podemos identificar, o DONME possui um elevado potencial de articulação de diferentes segmentos e frações do agronegócio, tanto na sociedade política quanto na sociedade civil, isso se dá pela orgânica articulação existente e apadrinhamento pelos aparelhos privados de hegemonia do agronegócio, fundamentalmente, pela Frente Parlamentar do Agronegócio (FPA), a qual pavimenta sistematicamente a construção das agendas políticas-institucionais entre o DONME e o Governo Federal. A primeira reunião organizativa do DONME com a FPA, ocorreu em outubro de 2020, na ocasião apresentaram “[...] o tipo de comunicação, reduzindo a agropecuária ao papel de vilão nacional, que temos encontrado no material escolar

das nossas crianças” (DONME, 2020, n/p”). E angariaram o suporte institucional dos parlamentares da frente. Estiveram na reunião pela FPA os parlamentares: o Presidente da FPA Alceu Moreira, Sergio Souza, Neri Geller, Jose Mario Schreiner, José Odair Zonta, Ronaldo Santini, Bebeto, Romario Faria, Arnaldo Jardim, Christiano Áureo e Soraya Thronicke.

Em reunião realizada no dia 07 de outubro de 2021, organizada pela FPA e capitaneada pelas Deputadas Federal Aline Sleutjes (PSL-PR) e Bia Kicis (PL-DF), com o Ministro da Educação Milton Ribeiro e a Ministra da Agricultura Tereza Cristina, também participaram o Deputado Federal Nilton Leitão, Gustavo Carneiro (IPA) e Monica Bergamaschi (CNA) além da equipe executiva do MEC. Na ocasião, o DONME apresentou seus propósitos e obtiveram apoio por parte dos ministérios para concretizar a saga do agronegócio pela atualização do material escolar. A presidenta do DONME, Leticia Jacinto, argumentou na reunião que é necessário mostrar a “[...] nova era, social e tecnológica, o agro moderno, é a semente que ajudará as crianças a serem profissionais atentos às responsabilidades com a preservação do meio ambiente e os impactos sociais e ambientais causados pelos descuidos, provenientes, inclusive, da desinformação” (DONME, 2021, n/p). A Deputada Aline Sleuties, salienta ao defender a missão do DONME que: “Não podemos criar uma nova geração de brasileiros preconceituosos e acusadores, desconhecedores de uma pauta tão significativa para o Brasil e para o mundo”. Entre os encaminhamentos desta agenda, ficou de levarem os objetivos do DONME para debaterem conjuntamente nas Comissões de Educação e da Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados (DONME, 2021).

Outro apoio irrestrito que o DONME recebeu a partir de reunião realizada no dia 6 de abril de 2021, foi do Conselho Superior do Agronegócio (COSAG), órgão técnico estratégico da Fiesp. Participaram da reunião o Presidente do COSAG, Jacyr Costa Filho, Ex-Ministro Roberto Rodrigues, Evaristo Miranda, Professor Menten, General Adalmir Domingos, a FPA, na figura do seu presidente Sérgio Souza e do IPA, Instituto Pensar Agro, Nilton Leitão. Além do incondicional apoio a presidência do DONME foi convidada a integrar o conselho para inserção da agenda política dos materiais didáticos no conselho.

Entre as sinalizações dos resultados obtidos pelo DONME no âmbito de alterações na política do livro didático, está o anúncio realizado pelo Secretário de Educação do Estado de São Paulo, Rossieli Soares da Silva, durante evento de

abertura da safra de cana-de-açúcar 2022/23, organizado pelo DataAgro em Ribeirão Preto e veiculado pelo jornal Valor Econômico, no dia 9 de março de 2022. Segundo o secretário, “a partir de hoje, a secretaria inicia uma parceria para revisar o material e dar um olhar mais justo, que mostra o potencial que o Brasil tem e como o setor conseguiu avançar nos últimos anos. Fora daqui se fala muito mais dos problemas do que dos avanços”¹²³ (VALOR ECONÔMICO, 2022, n/p).

A parceria de revisão do material didático é retomada no dia 28 de abril de 2023, em reunião entre a presidência e membros do conselho consultivo do DONME e o Secretário de Educação do Estado de São Paulo, Renato Feder, na ocasião os dados da pesquisa encomendada pela campanha e desenvolvida pela FIA/USP e o Instituto Totum sobre os livros didáticos são apresentados e passam a trabalhar pelo estabelecimento de uma parceria para elaboração de material didático digital a ser distribuído para toda rede estadual de São Paulo (DONME, 2023).

Figura 21 – Reunião entre coordenação do DONME e Renato Feder (Sec. Educ. Est. de SP)



Fonte: DONME (2023).

Importante colocar em conexão essa embrionária parceria entre DONME e Renato Feder, com o anúncio realizado no dia 1º de agosto pelo então Secretário de Educação do Estado de São Paulo, sobre a não adesão ao Programa Nacional de

¹²³ [Governo paulista revisará conteúdo de material escolar sobre agronegócio | Agronegócios | Valor Econômico \(globo.com\)](https://globo.com)

Livros Didáticos (PNLD) do Ministério da Educação para estudantes de Ensinos Fundamental e Médio da rede estadual, dado o planejamento do governo estadual utilizar material próprio e digital a partir de 2024.

Sem dúvidas se objetiva por essa medida do Governo de São Paulo, privilegiar uma visão unilateral do mundo, alinhada a Reforma Empresarial da Educação e ao agronegócio, a agenda entre o DONME e o Renato Feder nos traz indícios da incidência do agronegócio sob a agenda educacional do estado de São Paulo. Tal medida, fere a Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) no que diz respeito à autonomia e à pluralidade no desenvolvimento da educação.

Para compreendermos melhor a atuação do DONME, é importante identificarmos que em sua estrutura organizacional consiste frentes de trabalho estratégicas responsáveis pela articulação política com distintos segmentos da sociedade política e sociedade civil, constituindo uma espécie de atuação em rede que coloca em conexão diversos aparelhos privados de hegemonia do agronegócio.

Figura 22: Frentes de atuação DONME 2023

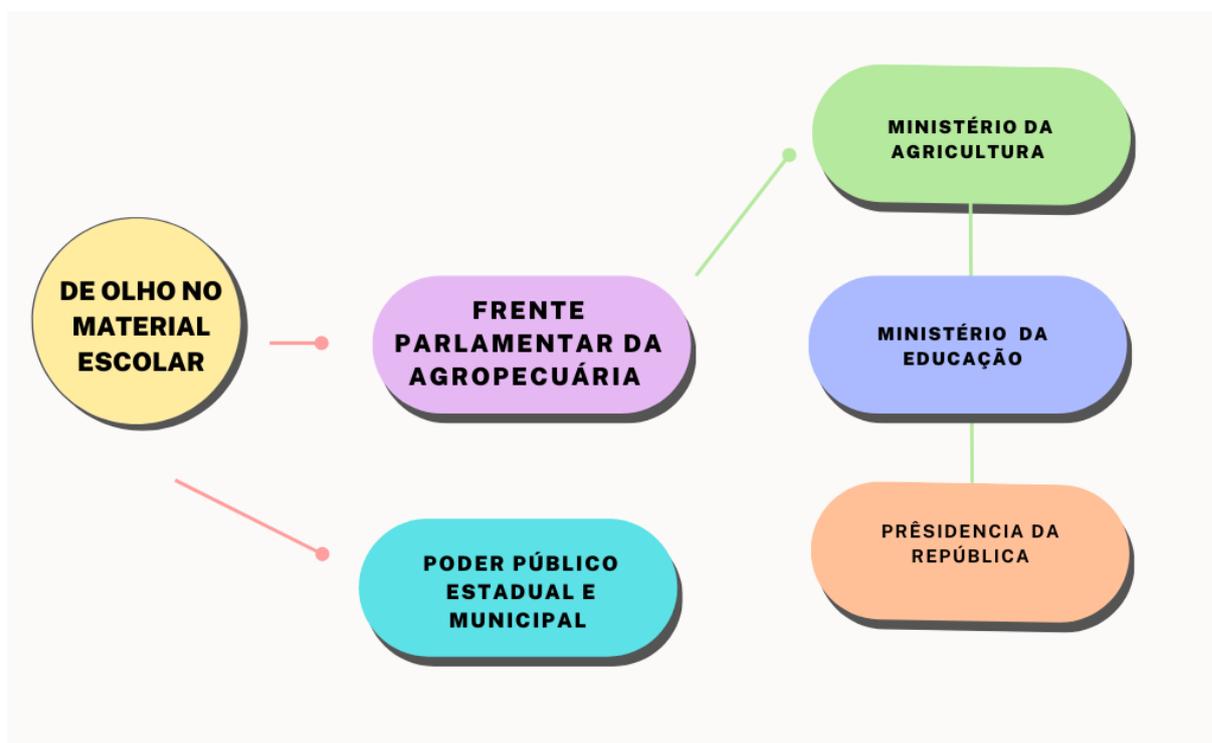


Fonte: Organizado pelo autor.

As Frentes de Atuação do DONME atuam de forma conectadas e em interface, a separação é uma tentativa de avançar na apreensão do *modus operandi*. Por meio de suas diferentes frentes de atuação, o DONME se propõe “[...] a apoiar o setor público, escolas, editoras e autores, contribuindo para uma visão mais científica, baseada em fatos e dados oficiais sobre o agronegócio” (JACINTHO, 2023, n/p).

A Frente de Atuação do DONME que estamos intitulado de Poder Público Federal, Estadual e Municipal consiste nas articulações e relações políticas que o DONME vem construindo para adesão a agenda de combater os conteúdos com abordagens que evidenciam as contradições do agronegócio. O DONME (2023) está presente em 16 estados e 91 cidades, na maioria destes locais constituindo parcerias com secretarias municipais e estaduais de agricultura e de educação, com entrada nas escolas, construindo, visitas das escolas em empresas do agronegócio e eventos. Desta forma, vão pavimentando e concretizando ações e parcerias com espaços públicos que, submetem e subordinam paulatinamente a Educação Pública aos interesses privados do agronegócio.

Figura 23: Atuação DONME na Sociedade Política em 2022



Fonte: Organizado pelo autor.

Consideramos que a FPA é o agente central de catalisação e enraizamento do DONME nas distintas esferas da sociedade política e que mobiliza e agências outros intelectuais orgânicos e aparelhos privados para atuar em prol da agenda política do agronegócio na educação por dentro da sociedade política. A porta de entrada, em nossa análise, ocorre via o Ministério da Agricultura, essencialmente pela atuação da Tereza Cristina, sendo a primeira interlocutora do Governo Bolsonaro a receber o

DONME, acolher a pauta, propagandear a ação na mídia empresarial e rural e construir abertura política, principalmente com o Ministério da Educação.

Pelo rastreamento das ações do DONME que construímos, identificamos a realização de 4 agendas do DONME com os Ministros da Educação do Governo Bolsonaro, sendo 2 com o Milton Ribeiro e 2 com Victor Godoy, sendo 1 destas com a participação de Jair Messias Bolsonaro, realizada em 20 de maio de 2022 (DONME, 2022). Nestas agendas, entre outras, sempre contando com a presença da Ministra Tereza Cristina e parlamentares da FPA.

Em março de 2023, na busca de manter o vínculo e o apoio institucional da FPA, a coordenação do DONME esteve presente no cerimonial de posse do Deputado Federal Pedro Lupion (PP-PR) para presidência da FPA que na nova configuração conta com 300 deputados federais e 44 senadores. Na oportunidade o DONME reapresentou a agenda pela atualização dos livros didáticos com ministros, governadores e parlamentares presentes (DONME, 2023).

A vinculação orgânica entre o DONME e a Bancada Ruralista tem ampliado e a pauta de como o agronegócio tem sido retratado nos livros didáticos, se torna tema estratégico a ser tratado na reunião de planejamento da FPA, realizada no dia 18 de abril de 2023. Durante apresentação do tema na reunião, a presidente do DONME, Letícia Jacintho, destacou que "Trazer esse tema para a FPA é de grande importância, já que é um retrato do setor agropecuário no material escolar. Percebemos que os materiais não retratavam a realidade do setor, além de carecer de dados oficiais acerca do agro brasileiro" (FPA, 2023, n/p). A ingerência na política educacional pretendida pela FPA, pode ser observada na fala do presidente da FPA na Câmara, o Deputado Arnaldo Jardim (CD-SP) ao expressar: "São barbaridades escritas e ditas, seja na rede pública ou na rede privada. É uma decisão da diretoria da FPA apoiar esse trabalho e vamos ajudar no diálogo. Onde nós pudermos, vamos pedir o engajamento desse trabalho e do tema de educação". E continua, Câmara, "[...] o trabalho da associação De Olho no Material Escolar é imprescindível para mudar a forma como agro é apresentado nas escolas" (FPA, 2023, n/p)¹²⁴.

¹²⁴ FPA. Conta do Twitter da frente Parlamentar Agropecuária. Dia 19 de abril de 2023. Disponível em: <https://twitter.com/fpagropecuaria/status/1648366402858897411?s=20> Acesso em: 20 de abril de 2023.

Figura 24 – Reunião de Planejamento FPA com participação presidência DONME



Fonte: FPA (2023).

A Frente de Atuação “Vivenciando a Prática” é uma metodologia que propicia materializar as relações e articulações políticas entre os distintos intelectuais orgânicos, coletivos e individuais que integram editoras, empresas do agronegócio e prefeituras, em seus diferentes níveis de participação, assim como, é o espaço fecundo de assimilação das secretarias de educação municipais e de outras forças, principalmente, de inserção dos estudantes, professores e escolas na agenda educacional do agronegócio. De acordo ao DONME (2022), com o vivenciando a prática,

[...] a gente leva profissionais da educação para conhecer como que funciona uma propriedade agrícola, o sistema de produção de carne, de leite, de cana, de soja, de algodão, enfim, qualquer cultura, são vários projetos, esse ano a gente quer estender bastante a visitação em propriedades rurais e empresas do setor, abrindo as portas para visitas de professores, autores, editores, secretários da Educação e alunos de escolas privadas, municipais e estaduais para que eles possam ter ali uma visão real do que está acontecendo no agronegócio brasileiro. A atividade proporciona uma imersão no mundo do agro de forma livre e agregadora para relacionamento, com o intuito de ampliar o conhecimento sobre a realidade do campo a partir da vivência. Contempla, em diferentes cadeias, todas as etapas, desde a produção até a agroindústria (DONME, 2023, n/p).

O DONME tem investido de forma incisiva nessa metodologia de aproximação das redes municipais de ensino à estratégia política do agronegócio, seu enraizamento se dá, taticamente, por meio das feiras e eventos do agronegócio, irradiando a incidência do DONME em diversos municípios do entorno em que ocorrem os mega eventos do Agronegócio e produzindo conteúdo para publicização e mobilização nas redes sociais e mídia empresarial e rural. Em 2022, o DONME esteve presente em 62 feiras e eventos de exposições do agronegócio, entre outros: Agrishow (SP), IrrigaShow Itaberaba (SP), Expointer (RS), ExpoMara (Maracaju-MS), Expo Sidrolândia (MS), Acri corte (Cuiabá-MT), Megacana Tech Show (MG), Confinar (Campo Grande-MS), Pro Soja São Paulo e Agro Paulista (SP).

Em 2022, foram realizadas 42 atividades do vivenciando a prática, abrangendo 7 estados brasileiros, sendo eles: São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Distrito Federal, Goiás, Rio Grande do Sul e Rondônia. Atingindo aproximadamente 9.000 crianças, jovens e adultos, sendo apenas na 23ª Exposição de Sidrolândia, nos dias 7 e 8 de dezembro de 2022, 4 mil estudantes da rede pública, do 1º ao 9º ano, escolas urbanas, rurais e indígenas de Sidrolândia (MS), fruto da parceria entre Sindicato Rural e Secretarias Municipais de Agricultura e Educação (DONME, 2022). Projetando-se para 2023, impactar 10.000 estudantes, em 10 feiras e 42 vivenciando a prática em propriedades rurais do agronegócio (DONME, 2023). Importante observar que essa metodologia do Vivenciando a Prática em interface com as feiras e eventos do agronegócio, está presente no Programa Educacional Agronegócio na Escola da ABAG, conforme identificado e analisado por Lamosa (2014) integra o ambiente de assimilação, convencimento e sensibilização para adesão ao projeto.

A Frente de Atuação das “Editoras” possui interface com o “vivenciando a prática”, tendo em vista a imersão construída na realidade do agronegócio por meios destas atividades. Um exemplo foi a participação das Editoras Somos Educação, Poliedro, Mackenzie e Alfa Beto de uma atividade na Fundação Shunji Nishimura de Tecnologia da Empresa Jacto que contou com a participação também de professores e diretores de escolas como Belas Artes, LiceuTec, Instituto Imaculada Conceição, Tia Mércia, Universidade Federal do Triângulo Mineiro e integrantes da Secretaria de Educação de Maracaju e de Sidrolândia (DONME, 2022).

Além destas editoras citadas, o DONME possui parceria com as Editoras Sesi e Bernoulli, o marco de constituição desta frente de trabalho de articulação e obtenção de apoio das editoras, ocorreu em reunião realizada em 05 de abril de 2022 na sede

da Fiesp em São Paulo. A reunião foi fruto de uma parceria entre a Embrapa, Fiesp e o DONME e teve a participação de representantes de diferentes segmentos do agronegócio e de editoras do país que representam 96% dos estudantes do ensino fundamental e médio, segundo DONME (2022). Com a palestra intitulada “Cinco décadas de inovação agropecuária no Brasil” ministrada por Celso Moretti – Presidente da Embrapa, cujo objetivo foi apresentar o agronegócio, com supostos dados científicos, às editoras e representantes do setor educacional (DONME, 2022).

Desde então, existe uma grande investida nessa área pelo DONME, principalmente com foco na produção de videoaulas, análises dos livros didáticos, pareceres técnicos referente ao assunto específico do agronegócio e palestras. Essa frente adquire conexão com a Frente de Atuação dos Institutos de Pesquisas e Universidades, entre as parcerias consolidadas com o DONME estão: Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq), a Fundação de Estudos Agrários Luiz de Queiroz (Fealq), a Fundação Instituto de Administração (FIA), Instituto Pensar Agro (IPA), Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (APTA) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), entre outros.

Estes Institutos de Pesquisa vinculados umbilicalmente ao agronegócio são os responsáveis técnicos pela produção de conteúdo, materiais didáticos¹²⁵ e análise dos materiais, buscando homologar uma roupagem de cientificidade nas abordagens que realizam para ocultar as contradições do agronegócio. Conforme externa o Professor Durval Dourado Neto (Ex- Diretor da Esalq/USP): “Esse convênio de cooperação é importante a fim de melhorarmos a imagem do agro no Brasil. A base de todo esse conteúdo a ser produzido é a Ciência, que sempre mostrará os rumos a serem seguidos por uma sociedade justa e sustentável” (DONME, 2022, n/p).

Nessa oportunidade o DONME, a Esalq e a Fealg, fecharam um convênio de cooperação de dois anos para produção de conteúdo e organização de uma biblioteca virtual denominada de AGROTECA¹²⁶, voltada à promoção do agronegócio, a qual foi lançada em 29 de maio de 2023. Em uma breve navegada na Agroteca, ao pesquisar pelo termo “agrotóxicos” ofereceu conteúdos sobre “consumo de defensivos agrícolas por hectare”, “consumo relativo mundial de defensivos químicos”, “desmistificando o

¹²⁵ De acordo com DONME (2023) possuem uma parceria com o Mini Mega Leitor para produção e promoção de 10 Livros Paradidáticos para serem acessados por aproximadamente 800 crianças por meio de assinatura e 10.000 crianças que participarão do vivenciando a prática. Site do Mini Mega Leitor: <https://www.minimegaleitor.com>

¹²⁶ A AGROTECA encontra-se disponível em: [Nova guia \(deolhonomaterialescolar.com.br\)](http://Nova guia (deolhonomaterialescolar.com.br))

uso de defensivos agrícolas no Brasil”, “mitos e verdades sobre defensivos” e uma “cartilha ABC do Agro para crianças”. Embora, não analisado o conteúdo de cada material, os enunciados demonstram que o material segue a lógica de exclusão das reais contradições acerca dos agrotóxicos, de negação do conhecimento e análise científica sobre os impactos nas diferentes formas de vida e inclusão de uma agenda positiva sobre o tema.

Figura 25 – Agroteca – DONME – tela de pesquisa agrotóxico

Cartilha ABC do Agro
Cartilha que descreve inúmeros assuntos do AGRO para crianças: produção de alimentos, roupas, criação de animais, defensivos agrícolas, preservação da...
Agronegócio, Cartilhas
Cartilha Ilustrada

Consumo de defensivos agrícolas por hectare
O Brasil realmente é o maior consumidor mundial de defensivos agrícolas? Este gráfico apresenta dados da FAO que mostra que...
Defensivos Agrícolas, Desmistificando
Gráfico

País	Consumo (kg/ha)
1. HOLANDA	25,8
2. JAPÃO	21,3
3. MÉXICO	20,8
4. FRANÇA	10,0
5. INDONÉSIA	7,0
6. BRASIL	4,2
7. SUÍÇA	4,0
8. SUÍSSA	3,0
9. USA	2,4
10. DINAMARCA	2,0

Consumo relativo mundial de defensivos químicos
O Brasil realmente é o maior consumidor mundial de defensivos agrícolas? Este gráfico apresenta dados da Wageningen University que mostra...
Defensivos Agrícolas, Desmistificando
Imagem

Desmistificando o uso de defensivos agrícolas no Brasil
Você sabia que a temática sobre o uso de defensivos agrícolas, ou também conhecidos como agrotóxicos, é abordada, muitas das...
Consumo, Defensivos Agrícolas, Desmistificando
Revisão bibliográfica

Eficiência da utilização de defensivos agrícolas no Brasil
Você sabe quanto o Brasil produz de alimentos por real investido em defensivos agrícolas? Este é um gráfico com informações...
Defensivos Agrícolas, Desmistificando
Imagem

Emprego de defensivos agrícolas em diferentes países
Todo país consome a mesma quantidade de defensivo agrícola? Qual a relação entre produção de cultura e área cultivada? Para...
Defensivos Agrícolas, Desmistificando
Infográfico

O Brasil é o maior consumidor de agrotóxicos do mundo?
Para essa pergunta, a Syngenta elaborou um vídeo explicativo que retrata o real cenário para esse questionamento: produção, área e...
Defensivos Agrícolas, Desmistificando
Vídeo

O brasileiro ingere 5L de agrotóxico por ano?
Você já deve ter ouvido essa informação: "O brasileiro ingere 5L de agrotóxico por ano!". Mas qual a credibilidade dessa...
Defensivos Agrícolas, Desmistificando
Vídeo

Fonte: Site Agroteca (2023)

A iniciativa mais recente desta coalizão do agronegócio nesta frente de atuação do DONME, é a divulgação dos resultados de uma suposta pesquisa¹²⁷ fruto de um contrato entre o DONME, a FIA/USP e o Instituto Totum. Ao tratar da pesquisa em julho de 2022, o Instituto Totum enfatiza que:

¹²⁷ Foram analisados 94 livros de 10 editoras, participaram da pesquisa 07 especialistas do agronegócio e 5 analistas de tiragem de conteúdo (DONME, 2023).

Para milhões de brasileiros, o agronegócio é gerador de emprego e renda, um importante fornecedor de matérias-primas para o mundo, inclusive ao Brasil, bem como um setor em constante evolução, alinhado com pautas sociais e ambientais. Porém, essa não é a imagem que grande parte da população — especialmente a urbana — enxerga. **A maioria desse problema está na forma que o setor é retratado nas escolas. E o Movimento "De Olho no Material Escolar" surge para mudar isso.** O Instituto Totum faz parte da equipe que compõe esse projeto (INSTITUTO TOTUM, 2022, n/p. Grifos nossos).

Com esse propósito de mudar a visão da sociedade brasileira sobre o agronegócio, os estudos desenvolvidos pela FIA/USP e o Instituto Totum concluem que o agronegócio está majoritariamente associado a destruição ambiental, exploração, doenças, redução da biodiversidade, conflitos, nos livros didáticos da última aquisição realizada pelo MEC por meio do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), segundo o estudo “[...] sendo a absoluta maioria em textos autorais e opinativos, sem embasamento científico”(DONME, 2023, n/p).

Segundo DONME (2023) foram analisados 94 livros didáticos do ensino fundamental e médio, concluindo na suposta pesquisa que 87,8% das menções ao agronegócio nos livros analisados não possuem embasamento científico, 746 citações negativas ao agronegócio e 472 menções positivas, conforme expressa imagem com os principais que identificaram.

Figura 26: Principais temas identificados Pesquisa DONME



Fonte: DONME (2023, p. 18).

Os resultados da pesquisa são questionáveis, tanto pela natureza de origem da sua realização, fator que evidencia a busca deliberada por dados a partir do interesse das empresas e corporações vinculadas ao agronegócio, quanto pela negação de dados científicos oriundos de pesquisas desenvolvidas por Órgãos, Institutos e Universidades Públicas ao longo do tempo. Por exemplo, qual a base científica que a pesquisa contratada pelo DONME utiliza para negar os dados da Anvisa, da Abrasco e do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) que comprovam a associação da ampliação de liberação de agrotóxicos, do consumo, de presença na alimentação com a elevação das taxas de intoxicações e doenças crônicas? Entre as abordagens dos livros didáticos problematizadas e categorizadas pelo DONME de não científica, está a associação entre a ampliação de consumo de agrotóxicos no Brasil e os prejuízos para saúde humana que podem ser ocasionadas, conforme ilustra a imagem:

Figura 27: Estudo DONME - Agrotóxicos nos alimentos



Agrotóxicos nos alimentos

A produção agrícola no Brasil emprega em torno de 500 mil toneladas de agrotóxicos por ano, o que faz do nosso país o maior consumidor dessas substâncias no mundo, em valores absolutos. Em 2019, mais de 2.200 agrotóxicos diferentes eram comercializados no país – muitos dos quais proibidos em diversas partes do mundo –, e o número de produtos liberados vem aumentando a cada ano.

Como medida de auxílio à fiscalização do uso desses produtos e suas consequências para a saúde do consumidor, pesquisadores da Universidade Federal de Goiás (UFG) criaram, em 2019, uma técnica que permite identificar vestígios de agrotóxicos em frutas e legumes.

O trabalho dos pesquisadores focou inicialmente na utilização de determinado fungicida na cultura de maçãs, usado para retardar o apodrecimento dos frutos. Os resultados mostraram que, ao contrário do que o fabricante informa, o enilconazol (princípio ativo desse produto) não se degrada quando exposto à luz. Mais grave ainda: essa substância é capaz de atravessar a casca e penetrar a polpa da fruta. O estudo concluiu que esse agrotóxico é aplicado nas lavouras em concentração muito acima do limite considerado seguro para a saúde humana.

Doenças e o corpo humano

Uma forma de estudar as diferentes doenças que afetam o ser humano é agrupá-las de acordo com os principais sistemas corporais que elas afetam. Conheça alguns exemplos.

Sistema respiratório

As doenças que comumente afetam o sistema respiratório humano são infecções causadas por microrganismos inspirados com o ar, como no caso das gripes e resfriados. No entanto, a poluição do ar e hábitos que não são saudáveis, como o tabagismo, também prejudicam esse sistema.

É muito comum pessoas que vivem em grandes cidades terem problemas de saúde em consequência da má qualidade do ar resultante da presença de diversas fontes de poluição.

O uso de agrotóxicos pode aumentar a produtividade das lavouras, mas muitos são prejudiciais ao ambiente e à saúde humana e de outros seres vivos. As pessoas que os aplicam precisam usar uma série de equipamentos de proteção individual (EPI), para evitar contaminação por essas substâncias. Na fotografia, aplicação de agrotóxico em plantação de cana-de-açúcar. (Planalto, SP, 2016.)

Fonte: DONME (2023, p. 24).

Na perspectiva de oferecer visibilidade à pesquisa e ampliar o repertório midiático do “arcabouço ideológico da cortina de fumaça do agronegócio” em artigo no Jornal O Estado de São Paulo o ex-ministro Roberto Rodrigues, padrinho e membro do DONME ao tratar da pesquisa desenvolvida pela FIA/USP, alega evidências de “[...] componente ideológica contrária ao modelo de desenvolvimento que transformou o Brasil em uma potência agroambiental [...]” (RODRIGUES, 2023, p. B4).

Figura 28: Ensino de qualidade transforma vidas – O Estado de São Paulo



Roberto Rodrigues rrceres75@gmail.com

Ensino de qualidade transforma vidas

Há alguns anos, ouço pais e mães de alunos do fundamental 1 e 2 de bons colégios públicos e privados se queixarem de textos de livros e apostilas escolares que tratam a agropecuária, os produtores rurais e o setor agrícola de forma bastante negativa.

Em muitos casos, parecелhes que tal visão tinha um componente ideológico contrário ao modelo de desenvolvimento que transformou o Brasil numa potência agroambiental, alimentando hoje cerca de 10% da população do planeta com qualidade e ampla aceitação em mais de 190 países.

Isso explicaria os desvios de muitos materiais chamados didáticos que trazem inverdades sobre o setor rural, além de ausência de embasamento científico em conteúdos que podem trazer ao imaginário de crianças uma visão distorcida e negativa sobre ele, e até uma má vontade contra o campo que, no limite, poderia criar uma oposição ao progresso do País.

Há dois anos, surgiu um movimento de mães e pais no interior de São Paulo, arguindo mais objetivamente essa questão. Liderados por uma jovem mãe de Barretos, Leticia Jacintho, o movimento cresceu e se fortaleceu até ser criada uma en-

tidade com profissionais multidisciplinares para coordenar ações concretas: a Associação de Olho no Material Escolar (DONME). Atualmente, está presente em 16 Estados, e vem

Estudo mostrou que, em sua maioria, citações ao agro em livros didáticos são negativas

realizando inúmeras atividades em busca de sensibilização de editoras, Parlamentos, governos, imprensa e sociedade para a valorização do papel do agro

na economia e bem-estar social. Só em 2022, foram realizados 62 eventos educativos em exposições agropecuárias pelo País, com mais de 9 mil alunos sensibilizados. A direção estabeleceu diálogo com o Ministério da Educação e vem trabalhando com abertura por parte das grandes editoras do País.

Para dar suporte a esse trabalho, a DONME contratou um estudo da Fundação Instituto de Administração da USP-FIA, uma instituição de ensino e pesquisa formada por profissionais conceituados que atuam como conselheiros de grandes empresas. Com metodologia científica, foram anali-

sados 94 livros/apostilas de dez editoras usados em colégios, para verificar como o agronegócio é tratado do ponto de vista educacional. Mais de 9 mil páginas foram analisadas e os números são assustadores: 60% das citações sobre o agro são negativas, em muitos casos ofensivas aos produtores rurais. Isso precisa mudar.

A educação de boa qualidade é o único caminho para o desenvolvimento de pessoas. O acesso a conteúdo atualizado e verdadeiro pode transformar o futuro de um país. ●

EX-MINISTRO DA AGRICULTURA E COORDENADOR DO CENTRO DE AGRONEGÓCIOS DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

Fonte: O Estado de São Paulo – 9 de abril de 2023.

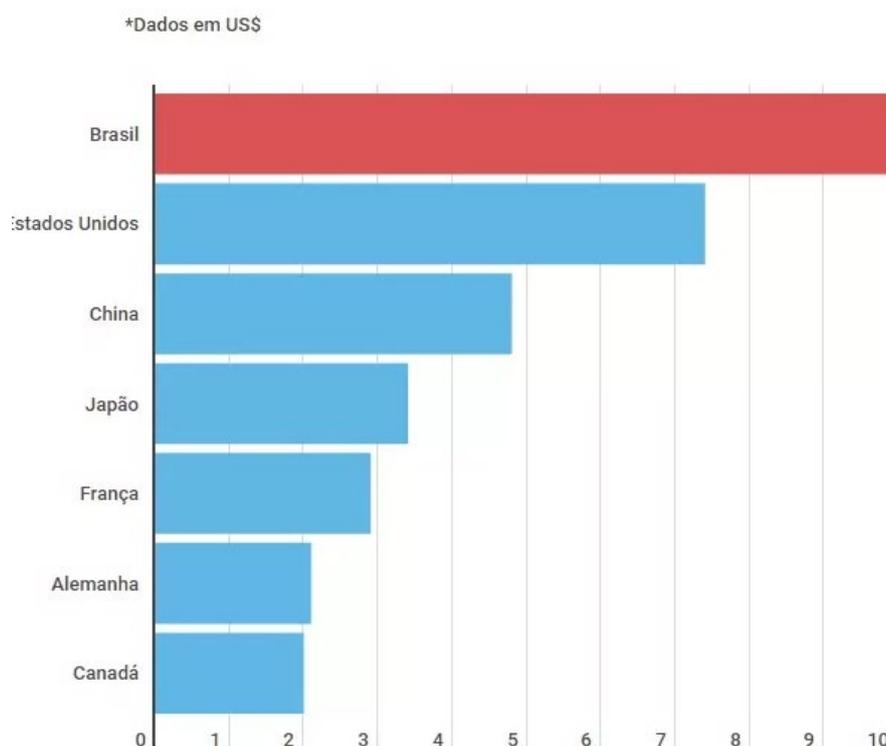
Rodrigues, sendo um dos precursores do agronegócio no Brasil, conforme vimos no segundo capítulo desta tese, tem assumido uma postura leal de defensor da sua atividade econômica, somando-se constantemente na construção panfletária e publicitária do setor, postura essa presente em seu presente artigo para o Jornal O Estado de São Paulo, onde de acordo com ele as abordagens negativas sobre o agronegócio,

[...] explicaria os desvios de muitos materiais chamados didática que trazem inverdades sobre o setor rural, além da ausência de base científica em conteúdo que pode trazer à imaginação das crianças uma visão distorcida e negativa sobre ele, e até uma malícia contra o campo que, na fronteira, poderia criar uma oposição ao progresso do País. (RODRIGUES, 2023, n/p).

Entretanto, não são inverdades sobre o agronegócio os dados do Sinan/DataSUS ao constatar que apenas em 2019 foram 8.412 Intoxicações por agrotóxicos registradas, com uma ampliação de 109% nos registros de intoxicação por agrotóxicos entre 2010 e 2019 e 9.806 registros de intoxicação de crianças de 0 a 14 anos entre 2010 e 2021, destas, 91 morreram intoxicadas (SINAN/DATASUS, 2019). Necessário enfatizar que segundo dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) são registradas 20 mil mortes por ano devido o consumo de agrotóxicos e o Brasil está, desde 2008, disputando/revezando com os EUA a primeira colocação em

termo de volume de agrotóxico consumido (GRIGORI, 2019)¹²⁸. A principal fonte de dados sobre consumo de agrotóxicos é mensurada pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), conforme gráfico a seguir:

Figura 29: Maiores consumidores de agrotóxico



Fonte: FAO/Colsultoria Philips Mcdougall/UNESP/ANDEF apud Grigori (2019).

Esses dados são contestados pela indústria de agrotóxicos e pelos ruralistas que disputam a narrativa de interpretação dos dados (JURA, 2023). “Para isso partem dos dados oficiais disponibilizados (e de estudos cancelados pela FAO) e fazem análises levando em conta a área plantada e o volume agrícola produzido” (JURA, 2023, p. 141). Bombardi (2019) problematiza o cálculo por área produzida/hectare realizado pela FAO, essa análise faz cair o Brasil para sétimo maior consumidor, o que já é um volume grandioso. “Quando se divide o consumo de agrotóxico brasileiro pela área plantada, você dilui esse volume gigantesco. São considerados área

¹²⁸Afinal, o Brasil é o maior consumidor de agrotóxico do mundo? Pedro Grigori, Agência Pública/Repórter Brasil. 25 Jun 2019. Disponível em: <https://revistagalileu.globo.com/Ciencia/Meio-Ambiente/noticia/2019/06/afinal-o-brasil-e-o-maior-consumidor-de-agrotoxico-do-mundo.html>

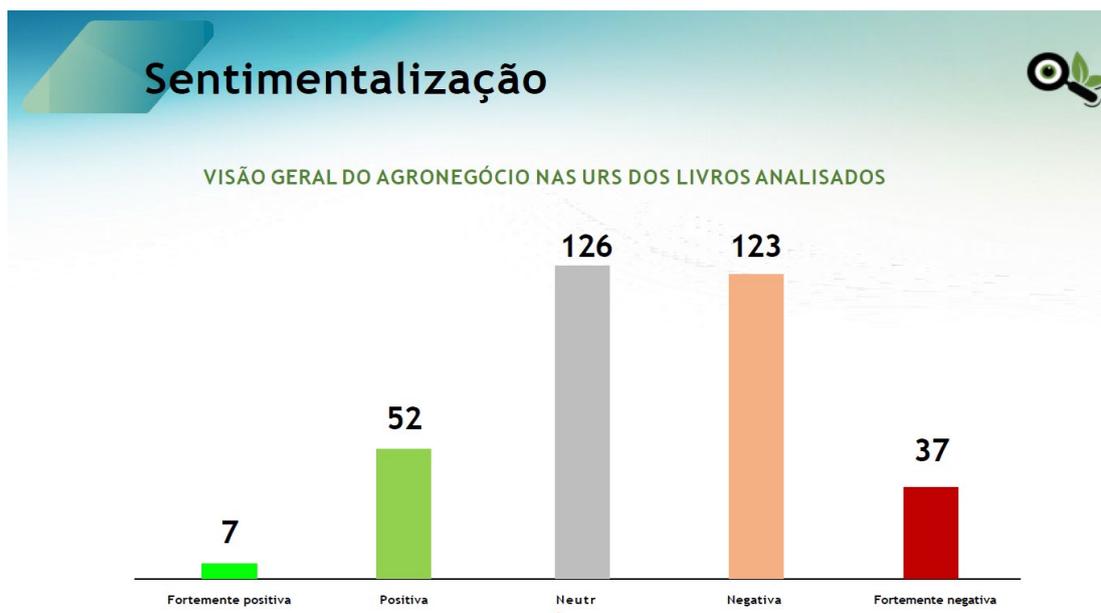
cultivadas regiões como de pasto, que são terras improdutivas. Essa conta faz com que o Brasil fique lá embaixo no ranking” (BOMBARDI apud GREGORI, 2019).

Para além do volume de agrotóxico consumido é necessário considerar os malefícios ocasionados para a vida humana. De acordo ao Instituto Nacional de Câncer (ICA) estudos apontam grupos de agrotóxicos como prováveis e possíveis carcinogênicos (ANVISA, 2018). O ICA apresenta que “[...] a associação entre exposição a agrotóxicos e desenvolvimento de câncer ainda gera polêmicas, mas [...] é importante salientar que estudos vêm mostrando o potencial de desenvolvimento de câncer relacionado a diversos agrotóxicos [...]” (ICA, 2023, n/p).

Portanto, a referida abordagem no livro didático problematizada pelo DONME e FIA/USP por meio da suposta pesquisa, poderia chegar à conclusão acerca da necessidade de ampliar a fundamentação teórica com dados, elemento que pode inclusive compor a estratégia metodológica dos professores com seus estudantes. Mas negar, atribuir que existe um “viés político-ideológico” e que não é uma informação verídica, demonstra mais um dos construtos discursivos-ideológicos apologeticos do agronegócio para mistificar suas contradições.

A pesquisa patrocinada e encomendada pelo DONME categorizou como “sentimentalização” o teor do conteúdo atribuído as Unidades de Registro (URs), abordagens sobre o agronegócio nos livros didáticos, chegando a 345 ligadas ao tema. Os registros estão distribuídos da seguinte maneira: 7 URs classificadas como “fortemente positivas”; 37 URs como “fortemente negativas”; 126 registros atribuídas como “Neutras”; 123 consideradas “Negativas”; e por fim, 52 URs estimadas como positivas na visão do DONME, conforme expressa o gráfico:

Figura 30: Visão geral do Agronegócio nas URS dos livros analisados



Fonte: DONME (2023,p. 19)

Arriscamos cogitar a hipótese por meio do gráfico da pesquisa que consiste nos livros didáticos um determinado equilíbrio nas abordagens oriundo da realidade como ela é, com suas contradições sociais, com sua dinâmica diversa e adversa de ser. Talvez se os livros didáticos fossem ocupados pelo “viés político-ideológico” que a pesquisa anuncia ter, as supostas menções neutras e positivas seriam inferiores, tendo em vista, a fome, a violência, a devastação ambiental, expresso, dentre outros, no uso intensivo de agrotóxicos, de água e na promoção do desmatamento e queimadas.

Com base no conteúdo da pesquisa divulgada e intitulada como “retrato do agronegócio nos livros escolares”, a mídia rural por meio da redação do “Play no Agro” contatou o Ministério da Educação (MEC) para obter esclarecimento sobre os dados, segundo a matéria, em nota o MEC observa a existência de perspectivas e opiniões distintas sobre o agronegócio, o que exige um rigor analítico e crítico

A nota contrapõe as informações apresentadas na pesquisa e alertam para estudos que sejam baseados em fontes confiáveis e que representem diferentes perspectivas sobre o setor, incluindo as questões ambientais, sociais e econômicas. Entretanto, o movimento que pede a revisão dos livros não deu entrada no ministério com nenhum pedido nesse sentido, afirma a assessoria de imprensa do MEC (PLAY NO AGRO, 2023, n/p)¹²⁹.

¹²⁹Play no Agro. Polêmica sobre “retrato do agronegócio no livro didático” é rebatida pelo MEC. por Fabrício Terrezza | abr 12, 2023. Disponível em: <https://playnoagro.com.br/polemica-sobre-retrato-do-agronegocio-no-livro-didatico-e-rebatida-pelo-mec/>

Em face da solicitação, o MEC, ainda, esclareceu sobre os procedimentos que a Secretaria de Educação Básica estabelece para aquisição e difusão dos livros didáticos, contando com participação das universidades públicas na análise de livros didáticos, em cada área do conhecimento, explica que:

Cabe a elas organizar equipes de pareceristas, formadas por docentes da educação básica, com qualificação mínima de mestrado, e pesquisadores e professores universitários, com comprovada experiência acadêmica, didática e pedagógica. Cada obra é avaliada por pelo menos dois pareceristas; caso não haja consenso, ela é submetida a um terceiro. Dependendo dos temas tratados e das especialidades envolvidas, o mesmo livro é submetido a outros pareceristas especialistas em outras áreas do conhecimento com indicação de revisão (PLAY NO AGRO, 2023, n/p).

Diante do conteúdo objetivo da nota do MEC que tivemos acesso e o conteúdo da pesquisa aqui apresentado, podemos concluir que a pesquisa da FIA/USP, assim como a atuação do DONME está inscrita e é continuidade de um processo de dogmatização e espetacularização da imagem do agronegócio, assumindo o mesmo padrão violento das campanhas publicitárias de ocultação das contradições sociais, econômicas e ambientais oriundas do agronegócio para manter sua hegemonia política, obter o consenso por meio da coerção da população com distorções acerca dos reais efeitos e causas do agronegócio ao ser humano e à natureza.

O papel da mídia empresarial e rural, tem sido fundamental para ampliar a adesão e capilaridade do DONME, por isso consideramos como uma das Frentes de Atuação do DONME. O DONME, nos seus 2 anos de existência, tem construído uma conexão estratégica com as principais coalizações que constroem a estratégia de campanha publicitária do agronegócio, essencialmente, a Associação Brasileira de Marketing Rural (ABMR) e a RV Mondel que congregam a ampla gama de associações, sindicatos e veículos de comunicação do agronegócio. De forma integrada são responsáveis pela “Campanha Todos a uma só voz”, a qual o DONME compõe o apoio institucional. A co-fundadora do DONME, Andréia Bernabé, participou do lançamento dos “Todos a uma só voz”, em fevereiro de 2021, representando o “De olho no material escolar”, demonstrando unidade e vinculação orgânica nesse momento de reposicionamento das estratégias políticas e ideológicas de dominação do agronegócio.

A forma de atuação da frente de trabalho da mídia e da comunicação do DONME ocorre em interface e de forma cooperada com as diversas revistas, jornais, podcasts, canais, sites, programas de televisão, rádios e outros meios de mídias do partido do agronegócio ou a ele vinculado. O agronegócio, logo, o DONME valoriza e investe profundamente na imprensa, publicidade e na mídia em geral, o Presidente da CropLife Brasil e um dos conselheiros do DONME, ao representar a campanha durante o Congresso Nacional das Mulheres do Agronegócio em 2022 ao debater o tema da comunicação e falar da importância do DONME, sintetizou o sentido e a importância da revisão dos livros didáticos, dizendo: "Se não trabalharmos na educação, fica mais caro e difícil a comunicação!"

O DONME, incorpora os objetivos no âmbito da comunicação e do *marketing* do agronegócio, trazendo este padrão de publicidade para o âmbito educacional, assumindo uma agenda e um *modus operandi* que objetiva à preservação e o fortalecimento da imagem e hegemonia do agronegócio. Vejamos a seguir como isso se materializa em alguns materiais articulados e organizados pelo DONME.

4.2. O culto apologético do agronegócio pela campanha “De olho no material escolar”

O De olho no material escolar (DONME) integra um amplo processo do agronegócio para vender sua lógica de agricultura à sociedade brasileira, desencadeia-se um movimento de convencimento e construto discursivo-ideológico pelo agronegócio (BEZERRA, 2009), categorizado por Carvalho (2014, p.21) como o “culto apologético do agronegócio (grandes empresas capitalistas) acompanhado da lógica dominante da negação explícita do campesinato”. Materializando uma “[...] sacralização do agronegócio a qualquer custo [...], facilitou, sobretudo, a intencionalidade e indiferença social e ambiental na exploração dos trabalhadores rurais e no uso e degradação dos recursos naturais do país” (Ibidem).

Até aqui podemos concluir que o DONME assume uma intencionalidade política-formativa direcionada às crianças e jovens estudantes com intuito de construir uma visão romantizada do agronegócio, concretizando um processo panfletário de marketing que concebe a escola e os sujeitos que dela fazem parte como meros sujeitos consumidores.

Entre as ações do “De olho no Material Escolar” que está umbilicalmente envolvida enquanto estratégia educativa e de comunicação do agronegócio, junto ao “Todos a uma só voz”, foi a Webnar “O Agro para Estudantes”, divulgada no dia 3 de maio na página oficial do DONME com logo integrado das duas ações/campanhas e expressando: “Estaremos juntos com @todosaumasovoz falando sobre a atualização do material didático e os impactos que ensinar mitos ao invés de fatos tem na formação das nossas crianças!” (DE OLHO NO MATERIAL ESCOLAR, 2021).

Figura 31: Incentivar os estudantes a conhecerem o agro



Fonte: DONME (2021)

A Webnar “O Agro para Estudantes” promovida pelo “Todos a uma só voz” teve como objetivo debater estratégias de comunicar às crianças e aos jovens uma narrativa “positiva, empática e moderna” sobre o agronegócio brasileiro (MAGALHÃES, 2021, n/p). Integrada ao objetivo mais amplo da campanha “Todos a uma só voz” que é de “[...] conectar toda a cadeia produtiva do Agro, criar uma narrativa compreensível por todos (em especial pelas crianças e jovens) e estimular a empatia da população urbana pelo campo e pelos produtores rurais” (GRAZIANO e NEVES, 2021, p. 2).

Durante a Webnar, foi apresentada o Documento “O agro para estudantes: 10 temas para tornar o ensino mais atrativo”¹³⁰, elaborado por Xico Graziano e Marcos Fava Neves, os dez temas visam tornar o Agronegócio “interessante e atraente” para

¹³⁰ GRAZIANO, Xico. NEVES, Fava Marcos. O agro para estudantes: 10 temas para tornar o ensino mais atrativo. Disponível em: [TUV_COMPENDIO_10_TEMAS_L.pdf \(todosaumasovoz.com.br\)](https://www.todosaumasovoz.com.br/TUV_COMPENDIO_10_TEMAS_L.pdf) Acesso em: 10 de junho de 2021.

gerar interesse das crianças e jovens pelo Agro e motivar a admiração e a empatia pelos produtores e pelo trabalho realizado no campo (DE OLHO NO MATERIAL ESCOLAR, 2021; MAGALHÃES, 2021). O evento também contou com a participação da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG/RP), da Federação Nacional das Escolas Privadas (FENEP), da campanha das mães do Agro “De olho no material Escolar” e do BidFood (MAGALHÃES, 2021). Os dez temas apresentados são: 1) Cooperativismo no agro; 2) Aproveitamento de alimentos; 3) Matas ciliares; 4) Bem-estar animal; 5) Novos alimentos; 6) Bioeconomia; 7) Agricultura digital; 8) Melhoramento genético; 9) Agro colaborativo; e 10) Outras atividades relevantes (GRAZIANO e NEVES, 2021).

Cada tema desse mereceria uma problematização, tendo em vista a superficial abordagem e as incoerências no âmbito do tratamento do tema na relação com a prática do agronegócio. Destacaremos apenas dois dos temas para exemplificar o conteúdo discursivo-ideológico que constrói os “esconderijos” do agronegócio. Por exemplo, no tema 2 “aproveitamento de alimentos” dizem que o [...] desperdício de alimentos, suas causas e seu combate, **fazem diferença em um mundo onde milhões ainda passam fome, e se verificam enormes perdas de comida, no transporte da safra, na colheita, nos restaurantes, nas mesas das famílias**” (Ibidem, p.8. Grifos nossos). E por isso justificam que é necessário “engajar os jovens na questão do desperdício de alimentos é uma excelente oportunidade para exercícios, exemplos e sugestões, a começar pelo consumo local” (Ibidem).

O direcionamento para trabalhar esse tema, novamente, elimina conhecimentos e informações que revelam os reais fatores que levam à existência da fome para responsabilizar a população em geral, excluindo a responsabilidade da desigualdade social, da concentração de terras, do modelo de agricultura, do agronegócio que prioriza produzir commodities e não alimentos, a ausência de políticas públicas para combater a fome e o peso da acumulação de capital por meio da exploração da força de trabalho e da natureza. Para excluir a responsabilidade do agronegócio na produção da fome, incluem um componente, atributo individual e ilusório que possui certa simpatia social para tornar a abordagem persuasiva, o “aproveitamento e combate ao desperdício de alimentos”.

No tema 3 as “matas ciliares”, anunciam que a “[...] **preservação das áreas que margeiam os cursos de água, obrigatória com a aplicação do Código Florestal no país, está trazendo um aumento das matas que protegem a biodiversidade**”

(Ibidem, p.9. Grifos nossos). Recomendam aos professores que levem os estudantes “[...] a trabalhos de reconhecimento de matas ciliares no município onde se localizam, detectar aves e mamíferos que voltaram a aparecer no campo, como tucanos e até onças pardas” (Ibidem).

Entre os problemas do direcionamento desse tema encontra-se a falsa informação sobre o “aumento das matas” com a aplicação do Código Florestal, apenas na Amazônia Legal foram desmatadas 3.088km² de janeiro a maio de 2021, conforme boletim do Imazon via Sistema de Alerta do Desmatamento (SAD). Embora, os gurus do agronegócio persistam em negar, existe uma relação orgânica entre o agronegócio, o desmatamento e a contaminação dos rios. A Frente Parlamentar da Agropecuária, possui uma agenda permanente anti-meio ambiente, inclusive com o citado Código Florestal que flexibilizou as leis ambientais reduzindo as Áreas de Preservação Permanente (APPs) que impacta diretamente em processos de purificação da água e proteção do solo, submetendo a iminência de uma crise hídrica, tendo em vista que favorece a “[...] sedimentação e assoreamento dos rios, podendo levar a diminuição do fluxo de água, além do transporte de sedimentos para usinas hidrelétricas, e assoreamento em nascentes” (BIANCHI, 2017, p.4). Assim como, ao tratarem do tema, excluem qualquer possibilidade da real relação existente entre as práticas do agronegócio e as depredações, destruições, desmatamentos, saques e devastações da natureza, fruto da política de promoção dos agrotóxicos e da lógica da monocultura.

Portanto, aquilo que Xico Graziano e Marcos Fava Neves escrevem na introdução do documento, salientando que “[...] trata-se, simplesmente, de contar às crianças a história verdadeira”. E que, “a agropecuária brasileira não precisa de esconderijos. Se existem defeitos, históricos e atuais, que sejam expostos, afinal advém de uma minoria de produtores.” É mais um discurso apologético ao agronegócio, uma mentira, redigem uma versão da história e dos fatos que não condiz com a realidade e que objetiva assimilar, subordinar, alienar e usurpar as mentes e corações das crianças e jovens usando do espaço escolar.

No mesmo evento virtual “O agro para estudantes”, também apresentaram o documento intitulado “O novo Mundo rural e a produção de Alimentos no Brasil (Sugestões de conteúdo e uma nova abordagem para o material didático do ensino

fundamental no país)”¹³¹, elaborado por Xico Graziano e Marcos Fava Neves. Introdutoriamente, o documento tem uma contextualização em que os autores expressam, tratar-se de atender aos anseios das “mães e pais ligados à moderna produção agropecuária, a, geradora de alimentos, bioenergia e matérias primas de origem rural, criada no país, questionando alguns conteúdos do material didático utilizado na sala de aula de seus filhos” (GRAZIANO e NEVES, 2021, p.1). E apresentam 6 objeções comuns concernentes ao modo que os livros e apostilas escolares, segundo eles, tratam do agronegócio “[...] de forma equivocada, deformada e, até mesmo, preconceituosa” (Ibidem).

a) Muitas informações, referenciadas no passado latifundiário da economia rural, são aplicadas ao estudo da realidade atual, quando domina o agro tecnológico, sustentável e responsável, provocando sérios **equivocos de análise da realidade agrária no país**. Ou seja, existe um foco em coisas antigas e ultrapassadas que não pertencem às discussões contemporâneas. b) **Generalizam-se situações particulares para toda a produção de alimentos**, levando à graves erros de interpretação em um país continental, onde as fazendas estão em biomas distintos e em regiões muito díspares. c) Estimula-se uma **falsa dicotomia entre o agronegócio e a agricultura familiar**, como se aquela fosse do “mal” e está fosse do “bem”, quando na verdade se trata de conceitos complementares, um fala sobre a integração no mercado, outro sobre o tamanho da área de produção. A agricultura de pequeno, médio e grande porte, todas elas, fazem parte do agronegócio. Famílias que produzem no campo e negociam na cidade são inerentes ao agronegócio. Existe o agronegócio empresarial e existe o agronegócio familiar. Somente não participa do agronegócio quem produz para subsistência. d) Encontra-se, não raramente, **inconcebível viés político em textos relacionados à reforma agrária, ao trabalho rural e aos povos indígenas, induzindo os alunos a acreditar que os agricultores sejam opressores dos pobres do campo, como se fossem malvados**. A ideologia não deveria fazer parte do ensino infantil e médio, pois deturpa o conhecimento factual. e) Existe **pequeno rigor na argumentação e em fontes de referência sobre assuntos técnicos/agronômicos**, como o controle de pragas, uso do solo e demais práticas necessárias aos modernos processos produtivos da agropecuária. Normalmente quando tratam desse assunto, os textos contêm pouca argumentação científica e conotação quase sempre negativa. f) Há um grande **conjunto de temas que hoje fazem parte da produção de alimentos, do agro em geral, extremamente interessante aos jovens, que não recebem a devida atenção**, como uso de robôs e drones, agricultura digital, agricultura circular (reuso de rejeitos), agricultura colaborativa (modelos cooperativos e outros), nanotecnologia, melhoramento genético de plantas e animais,

¹³¹ GRAZIANO, Xico. NEVES, Fava Marcos. O novo Mundo rural e a produção de Alimentos no Brasil. Disponível em: [Microsoft Word - O NOVO MUNDO RURAL E A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS NO BRASIL Final \(1\).docx \(poder360.com.br\)](#) Acesso em: 10 de maio de 2021.

inovações incríveis que as crianças e os jovens merecem conhecer, pois apontam uma nova jornada do agro tecnológico e sustentável no desenho do futuro. (Ibidem. Grifos nossos).

Com base nessas objeções formuladas pela campanha “De olho no Material Escolar”, apresentam que o objetivo com a publicação é de promover “[...] atualização histórica e o embasamento técnico/científico nos materiais escolares relacionados ao campo e ao agro”. Na sequência realizam uma breve análise da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), destacam algumas habilidades e objetivos das disciplinas de Ciências, Geografia e História que se correlacionam com o campo e agricultura. Continuam no tópico “Sobre a “ideologia” da BNCC”, acusando que a “Base Nacional Comum Curricular (BNCC) fundamenta-se no Plano Nacional de Educação (PNE), elaborado em sintonia com uma visão socialdemocrata, típica do final do século XX, do processo de aprendizado escolar” (Ibidem, p.11).

Segundo os autores, a BNCC carrega características das “[...] políticas públicas estatizantes, onde se atribui ao Estado o papel essencial para corrigir os “defeitos” da sociedade e, assim, assegurar o desenvolvimento pleno” (Ibidem). Para eles a BNCC integra uma ação política “[...] que busca com frequência o controle das forças de mercado, inclusive do mercado educacional, se contrapõe uma visão mais liberal, que propugna a retirada das amarras que impedem o empreendedorismo econômico e social” (Ibidem). Como alternativa, reafirmam a concepção do livre mercado com a ampliação das “[...] iniciativas privadas, desvinculadas da ação pública, no processo de geração de riqueza e do progresso material, humano e social” (Ibidem).

Com base nos princípios do livre mercado enquanto sustentação ideológica da política neoliberal, inclusive que já estão no centro das políticas educacionais da reforma empresarial da educação (FREITAS, 2018) como a BNCC, reivindicam a revisão da BNCC para ampliar o esvaziamento da escola de seu conteúdo artístico, científico, histórico-cultural e tecnológico, a partir do que chamam de “preceitos básicos” da BNCC nas três disciplinas em questão, conforme podemos vislumbrar a seguir:

Em Ciência, é fundamental ensinar **o valor do desenvolvimento tecnológico**, com a melhoria de vida que o conhecimento científico propicia, sem, entretanto, deixar de considerar seus reflexos sobre a sustentabilidade socioambiental. A necessidade de contextualização, expressamente afirmada no ensino de História, exige compreensão sobre a **mudança social**, ou seja, entender como o costume, ou a forma de produção que era normal, ou dominante, em uma época, fica

superada na seguinte. É o caso da agricultura latifundiária do país, **substituída pela agricultura tecnológica**. Localizar o conhecimento no tempo e no espaço, uma obrigação da Geografia, significa reconhecer a diversidade de situações, princípio pedagógico essencial em um país imenso e tão cheio de diversidades como o Brasil. [...] O êxodo rural, acelerados entre os anos de 1950 a 1970, modificou totalmente a sociedade brasileira. **Os produtores rurais também vieram morar no asfalto**. (GRAZIANO e NEVES, 2021, p.12).

Vejamos que o esforço empreendido pelos gurus do agronegócio, diz respeito a eliminar do imaginário social qualquer possibilidade de relação do setor com práticas arcaicas e tradicionais, combinada a exclusão dos malefícios sociais e ambientais para supervalorizar e promover uma suposta concepção de agricultura tecnológica, moderna e responsável pela economia do país, conforme também podemos constatar na seção denominada “Temas tradicionais do Ensino Relacionado à Agropecuária”.

Nessa seção, anunciam que os materiais didáticos produzidos pelos grandes grupos de educação oferecem ênfase aos seguintes temas: “1) Desmatamento; 2) Uso de Agrotóxicos; 3) Produção orgânica de alimentos; 4) Agricultura familiar e agronegócio; 5) Questão Agrária” (Ibidem, p.12). Apresentam na continuidade do documento ponderações sobre cada tema “[...] para a correta apresentação dos temas relevantes ao agro [...] em termos de conteúdo técnico-científico, assegurar que tais assuntos sejam transmitidos aos alunos de forma isenta e em sua plenitude, conforme reza a BNCC”. Ou seja, de modo geral, para os autores, as abordagens realizadas destes temas “[...] às vezes descumpre, as orientações da BNCC, pois apresenta o tema de forma unilateral, como que impondo às crianças uma visão tendenciosa da matéria lecionada” (Ibidem). Quando deveriam “[...] estimular o senso crítico e valorizar a diversidade, contextualizando o conhecimento no tempo e espaço, realiza tão somente uma crítica severa e generalizada da moderna agropecuária brasileira” (Ibidem).

Recorremos à síntese da análise empreendida por Cordeiro (2022) sobre os 5 temas, sintetizado da seguinte maneira:

Quadro 9 - Síntese da análise dos Temas tradicionais do Ensino Relacionado à Agropecuária” para inserção na BNCC

TEMA	ANÁLISE DO TEMA
Desmatamento	Compreendido historicamente como processo civilizatório em benefício da humanidade, seria justificável na atualidade em áreas fronteira agrícola, dentro dos marcos do Código Florestal;
Agrotóxicos/defensivos agrícolas	Apresentados como “medicamentos” para as plantas, com argumentações que buscam refutar ou minimizar seus potenciais perigos;

Produção orgânica de alimentos	Vista como uma reação à quimificação da agricultura, com a contestação da confiabilidade da sua certificação no Brasil e do mito do controle fitossanitário biológico. Questiona-se a veiculação de que estes alimentos seriam mais saudáveis, saborosos e nutritivos e, por fim, há a afirmação que são mais associados a riscos de contaminação por patógenos biológicos e que são viáveis apenas como nichos de mercado, podendo gerar inflação e fome;
Agricultura familiar	Caracterizada como de gestão familiar, independentemente do tamanho, enquanto o agronegócio seria um conceito econômico, que envolveria a geração de valor nas cadeias produtivas da agropecuária. Nota-se a disputa e o deslocamento do seu significado, em um movimento no qual a agricultura familiar, ainda que entendida como parte fundamental do agronegócio, é considerada superestimada no país, refutando-se o “mito” de que abasteceria o mercado interno enquanto o agronegócio estaria voltado à exportação. Por fim, se defende que a expressão do antagonismo entre estes dois polos do “agro” seria de cunho político e moral;
Questão agrária	Apresentada como um assunto delicado e sujeito a manipulações políticas, compreenderia três temáticas principais: a <i>reforma agrária</i> , entendida como enorme no país, apesar de ineficiente; a <i>generalização do trabalho escravo</i> , tratado indevidamente como corriqueiro na agricultura brasileira, em uma deformação da realidade; e os <i>conflitos com indígenas</i> , considerados focalizados e provenientes da retirada voluntária de indígenas de suas terras, que seriam utilizadas produtivamente de boa-fé, defendendo-se que as reservas indígenas possuem um volume imenso no território nacional.

Fonte: Organizado pelo autor a partir de Cordeiro (2022, p. 242. Grifos do original).

Embora, no construto discursivo-ideológico dos autores, os conceitos de conteúdo-técnico-científico, senso crítico, valorização da diversidade, contextualização, entre outros, se fazem presentes na retórica, o que identificamos na pretensa atualização fundamentada em supostos “critérios científicos” e revisão proposta para a BNCC e dos livros didáticos, foi a ausência de fontes científicas ao longo da exposição dos temas e quando presentes são tratadas unilateralmente, ou seja, incidem na negação da ciência com a introdução de uma abordagem acrítica e a-histórica no que diz respeito ao desenvolvimento histórico das relações no campo brasileiro. Com intuito de eliminar o que consideram “inconcebível viés político em textos relacionados à reforma agrária, ao trabalho rural e aos povos indígenas” (Ibidem, p.3). Pois segundo a visão romântica da histórica que pretendem veicular “[...] os três temas – reforma agrária, trabalho escravo e indígenas - são assuntos delicados, complexos, difíceis de compreensão nos bancos escolares do ensino

fundamental. Exigem muita didática, e absoluta isenção, para serem, corretamente, lecionados. (GRAZIANO e NEVES, 2021, p.38-39).

Com intuito de serem bem-sucedidos na reivindicação, a solução que apresentam para apagar dos livros didáticos as verdadeiras determinações sociais e ambientais do agronegócio na sociedade brasileira, são os 10 temas que abordamos anteriormente que integram o documento “O novo mundo rural e a produção de alimentos no Brasil”. Ao apresentarem os dez temas introduzem que pretendem “[...] contribuir para uma modernização dos conteúdos didáticos [...] levando à retirada de alguns mitos que limitam o pleno entendimento das crianças e jovens ao que é a moderna produção agropecuária no Brasil [...]” (Ibidem, p. 42).

O material ao final recomenda que os professores da Educação Básica ampliem a aproximação com as entidades patronais rurais e o empresariado do agronegócio para os estudantes receberem palestras e visitarem as empresas (Ibidem). Apelam que “[...] uma de nossas boas chances para o futuro, é o de ser fornecedor mundial sustentável de alimentos, bioenergia e outros agroprodutos. Crianças e jovens devem conhecer e embarcar nesta causa coletiva, ajudando a promover o desenvolvimento do nosso Brasil naquilo que é a sua vocação (Ibidem, p. 45).

Identificamos por meio da análise dos conteúdos presentes nas transmissões virtuais, redes sociais e documentos que fundamentam a reivindicação das entidades de classe do agronegócio, representada pela campanha “De olho no Material Escolar” que, o agronegócio orquestra uma sistemática articulação e um amplo processo de assalto da autonomia política e pedagógica da educação pública legislada pela Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases nº 9394/96 em que estabelecem que a educação, e logo, o ensino deve ser ministrado tendo por base os princípios da liberdade de aprender, ensinar, pesquisar, divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber, o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas.

Concordamos com Alentejano (2021) e conforme nosso caminho de análise das frentes de Atuação do DONME, reafirmamos que o conjunto das iniciativas e articulações que integram a nova ofensiva do agronegócio à educação básica são orientadas pelas seguintes linhas de ações: 1) Pressionar editoras para que o material didático que chega a escola pública não veicule qualquer conteúdo crítico ao agro; 2)

Que o programa do livro didático seja alterado para que elimine de suas diretrizes qualquer possibilidade de crítica ao agronegócio; 3) Incidência sobre o

próprio processo de reformulação dos parâmetros curriculares nacionais; 4) Incidência na formação de professores para que não desenvolva esse olhar crítico; 5) Denúncia dos professores e professoras que abordam o conteúdo científico.

A prática de motivação para que os estudantes façam a denúncia dos materiais didáticos, constituiu um ambiente de perseguição aos professores, um dos casos ocorridos foi na Escola Estadual Bonifácio Camargo Gomes em Bonito (MS), conforme matéria publicada pelo site “O Joio e o trigo” no dia 13 de dezembro de 2021. Segundo a matéria, uma professora de Geografia teve sua aula gravada por uma aluna ao tratar do tema dos problemas ambientais em sala de aula, a aluna chegou a chamar a polícia militar e o pai denunciou ao prefeito da cidade, sob alegação da estudante ter sido intimidada pela professora que “menosprezou o agronegócio” (O JOIO e o TRIGO, 2021, n/p)¹³².

Nas redes sociais do DONME é corriqueiro presenciar mensagens solicitando que denúncias dos materiais sejam realizadas, como essa a seguir:

Estar atento a educação é nosso dever! Caso no material didático de seu filho você encontre uma mensagem sobre o agro que precisa ser atualizada, nos envie a foto do material, da capa da disciplina e a editora. Esse material é utilizado para compor nossos arquivos e para sensibilizarmos as editoras sobre a importância da atualização do material escolar sobre o tema. Você pode enviar via direct ou para nosso WhatsApp (17) 99226-8000. (DONME, 2021, n/p).

Embora não anuncie diretamente a denúncia aos professores, esse tipo de investida coopera para promoção do ambiente de perseguição dos docentes e do pensamento crítico. Num período crescente do conservadorismo no país, práticas como essa do DONME atuam objetivamente de forma repressiva, interditando a liberdade de cátedra e o pluralismo de ideias por meio da censura e a coerção ao pensamento que desmistificam as contradições do agronegócio.

Ou seja, além do DONME assumir um construto discursivo-ideológico que blinda e promove o agronegócio por meio da educação básica, incorporam uma postura política e práticas ultraconservadoras, autoritárias e fascistas edificadas pelo *Escola Sem Partido* (FRIGOTTO, 2017) e outros movimentos semelhantes como o do *Escola sem ideologia de gênero, a militarização das escolas*, que promovem

¹³² Disponível em: [Professora do Mato Grosso do Sul é coagida por "menosprezar agronegócio" em sala de aula \(ojoioetrigo.com.br\)](https://ojoioetrigo.com.br)

perseguição de professores, denúncia de escolas, pressão a parlamentares e governos para criminalizarem a prática docente.

Cordeiro (2022) ao realizar um inventário inicial da atuação do DONME, analisa e associa sua prática com o *Escola Sem Partido*, demonstrando que embora seja uma iniciativa singular, o DONME apresenta características que integra de forma “[...] similar e peculiar o rol de atuação da organização Escola Sem Partido. Por isso, condiz com a Frente liberal ultraconservadora (LAMOSA, 2018) por sua ênfase argumentativa com base na acusação de doutrinação e seu teor reacionário” (CORDEIRO, 2022, p. 238).

Neste processo, o agronegócio, por meio do DONME, somado aos outros projetos empresariais do agronegócio, está se impondo violentamente como autoridade para direcionar o que deve ser socializado nas escolas públicas e particulares, exercendo uma “hegemonia couraçada de coerção”, conforme vimos em Gramsci (2001), buscando conformar e interiorizar no conjunto da sociedade às formas de *pensar, sentir e agir*, combinada à renovação das “[...] velhas táticas anticomunistas associadas a uma pedagogia hegemonia da burguesia e do agronegócio, que oferece para aqueles que aderem um lugar subalterno e para aqueles que resistem a coerção, a perseguição e a violência” (LAMOSA, 2021, n/p).

Ou seja, a todo custo querem impedir que os conteúdos históricos e científicos revelem sua face e agenda contra o meio ambiente, assim como, conforme constatou o GeoAgrária e o GTAgrária (2021, p.p.4) que abordem sobre “[...] trabalho escravo e superexploração do trabalho, sobre concentração fundiária, da riqueza e da renda, sobre a violência no campo, como se tudo isso fosse coisa do passado e não existisse mais no campo brasileiro, no qual reinaria o agro pop, tech, tudo” (GEOAGRÁRIA, e GTAGRÁRIA, 2021, p.4)

Diferentemente, do que vimos com os programas educacionais do agronegócio analisados por Lamosa (2014), Junqueira (2014), Pereira (2015), Dipieri (2018), Ribeiro (2018), Aquino (2018) e Campanha (2021), estamos diante de uma nova ofensiva de aparelhamento, assalto e usurpação da educação pública, de caráter mais abrangente em razão de seus impactos em escala nacional ao invés de incidências locais e regionais que ocorre com os programas (GEOAGRÁRIA, e GTAGRÁRIA, 2021). Assim como, conforme já elucidado pelo GeoAgrária e o GTAgrária (2021, p.4) também amplia as formas coercitivas via a “[...] incidência sobre a própria política

pública de educação, por meio através da investida sobre a BNCC, o PNLD e a política de formação de professores”.

O acúmulo metodológico na forma de inserção do agronegócio nas escolas públicas por meio dos projetos/programas empresariais localizados, propiciou avançar para uma investida com maior coesão e unidade nacional que se materializa na atuação do DONME, manifestando um avanço qualitativo do agronegócio (CORDEIRO, 2022). Objetivando assaltar o caráter público da escola ao buscar disputar o conteúdo escolar, com a lógica de exclusão e inserção – exclusão de acontecimentos, dados e conhecimentos históricos que conflitam com os interesses do agronegócio e inserção de informações apócrifas que buscam edificar sua narrativa socialmente aceitável em detrimento da ciência.

Embora o DONME incorpore o acúmulo metodológico de projetos/programas como o Agrinho do SENAR e o Agronegócio na Escola da ABAG, seu *modus operandi* assume um aprofundamento com tendências da extrema-direita no que diz respeito a sua prática negacionista, coercitiva e de persuasão que a difere de outros projetos/programas do agronegócio, como o Agrinho que busca acentuar a positividade do ramo e uma falsa harmonia com preceitos sociais e ambientais.

Por meio da análise empreendida sobre a atuação do agronegócio, da sociedade política e sociedade civil, é possível coadunarmos com Cordeiro (2022, p. 367. Grifos da autora) que “[...] a *pedagogia do agronegócio* é uma síntese que reflete a *nova pedagogia da hegemonia, o Estado ampliado e seletivo* (FONTES, 2010), o *capitalismo dependente* e a *própria hegemonia do agronegócio*”.

Ou seja, por Pedagogia do Agronegócio, estamos compreendendo a existência de um complexo e abrangente processo organizativo-político-econômico-pedagógico de atuação dos aparelhos privados de hegemonia do agronegócio (associações e entidades de classe, empresas, sindicatos patronais, institutos de pesquisa, editoras, bancada ruralista, mídia empresarial e rural) para fins de constituírem o consentimento do conjunto da população aos interesses econômicos e político-ideológico. Como vimos, isso ocorre por meio de instrumentos persuasivos e de dominação com intuito de difusão ideológica, valorização da imagem do agronegócio e internalização das contradições de classe, com intuito de ampliar aliados que assumam suas posições na direção político-intelectual e do consenso da sociedade para consolidação da hegemonia do setor.

No âmbito da educação, a nova ofensiva com o DONME, diz respeito a uma expansão e reposicionamento das entidades de classe do agronegócio para manutenção e ampliação de sua hegemonia, disputando ideologicamente o sentido da escola pública e os corações e mentes de trabalhadores e trabalhadoras da educação, mas principalmente das novas gerações para adquirir maioria na sociedade e ampliar aliados para assumir suas posições na direção político-intelectual e do consenso.

4.3. Resistência Ativa ao projeto formativo do agronegócio: iniciativas pela hegemonia da classe trabalhadora

Nesta seção objetivamos afirmar elementos que integram o *pensar* e o *fazer* da Educação do Campo e da Agroecologia como parte da luta por construir uma hegemonia vinculada aos interesses coletivos da classe trabalhadora do campo e da cidade na edificação de um Projeto Popular para o Brasil que construa os caminhos para um processo de refundação nacional que rume para superação da mercantilização da vida, da submissão do Estado ao capital, da capitalização dos bens públicos pela financeirização e pelo esgotamento do capitalismo (PAGOTTO, 2022).

Como forma de resistência à ofensiva do modelo destrutivo do agronegócio e do capital, os povos do campo¹³³, organizados em Movimentos Sociais Populares do Campo – MSP'sdoC¹³⁴, têm confrontado o projeto capitalista para o campo, a partir dos projetos de campo, de lógicas de agricultura, afirmando o campo como espaço de vida e de enfrentamento entre as classes sociais.

Em meio às estratégias de luta, os MSP'sdoC empunham a Educação do Campo - EdoC integrada ao projeto político e social em gestação pela classe trabalhadora organizada, compreendendo que a luta pela terra é ligada à luta por trabalho, educação e outros direitos fundamentais que permitem fazer do campo espaço de criação e de recriação humanas, articulando necessariamente a

¹³³ Por povos do campo brasileiro apontamos, entre outros grupos sociais, os pequenos agricultores, quilombolas, indígenas, pescadores, camponeses, assentados e reassentados, ribeirinhos, povos de florestas, caipiras, lavradores, roceiros, sem-terra, agregados, caboclos, meeiros, bóias-frias (CALDART, 2004).

¹³⁴ Com o termo Movimentos Sociais Populares do Campo – MSP'sdoC compreendemos a atuação de determinados movimentos sociais classistas – neste caso, os dos povos trabalhadores do campo – que se configuram no confronto direto com o capital, rompendo desta forma com uma postura Pós-Moderna, que ao utilizar-se do termo “novos movimentos sociais” deixa de lado a centralidade da luta de classes, e desvincula a luta destes movimentos sociais da perspectiva de um projeto de sociedade contraposto ao da sociedade capitalista”(VERDERIO, 2013, p. 09).

[...] luta pela educação com luta pela terra, pela Reforma Agrária, pelo direito ao trabalho, à cultura, à soberania alimentar, ao território. Por isso, sua relação de origem com os movimentos sociais de trabalhadores. Na lógica de seus sujeitos e suas relações, uma política de Educação do Campo nunca será somente de educação em si mesma e nem de educação escolar, embora se organize em torno dela (CALDART, 2012, p. 263-264).

Afirmamos a existência de [...] uma incompatibilidade de origem entre a agricultura capitalista e a Educação do Campo, exatamente porque a primeira sobrevive da exclusão e morte dos camponeses, que são os sujeitos principais da segunda (CALDART, 2005, p.19). A EdoC assume um caráter classista pelo seu vínculo histórico ao projeto de campo e de sociedade que a luta dos MSP'sdoC edifica cotidianamente. Portanto, distingue-se da acepção de educação rural, e as vertentes pedagógicas, que passam a anunciar simplesmente educação no campo, fortalecendo a visão colonizadora e urbanocêntrica que, historicamente, esteve atrelada às iniciativas educacionais do Estado em conluio com os latifundiários e colonizadores para mistificar a contradição existente desde o âmbito da divisão social do trabalho.

Essa apreensão possibilita reafirmarmos que a Educação do Campo¹³⁵ é fruto das contradições originadas da divisão social no capitalismo, por isso, a EdoC se constitui no bojo da luta de classes, intimamente vinculada ao projeto societário em construção pelos Movimentos Sociais Populares do Campo em articulação com as organizações de trabalhadores da cidade. As raízes da EdoC estão no “embate (de classe) entre projetos de campo e entre lógicas de agricultura que têm implicações no projeto de país e de sociedade e nas concepções de política pública, de educação e de formação humana” (CALDART, 2012, p. 259), ou seja, confronta, por meio da materialidade do trabalho, a lógica da sociedade capitalista desde o projeto de agricultura familiar camponesa.

A luta pela Educação do Campo se pauta conectada à luta pela educação pública de qualidade socialmente referenciada no projeto da classe trabalhadora no campo e na cidade, haja vista que os processos políticos pedagógicos, originados desde a Educação do Campo, não se colocam na dimensão de alimentar a cisão e a dicotomia entre campo-cidade fruto da divisão do trabalho no capitalismo, trata-se,

¹³⁵ Nas duas últimas décadas, o conceito de educação do campo tem sido apropriado pelo empresariado do agronegócio e pelas políticas públicas.

sim, de evidenciar “[...] a especificidade dos processos produtivos e formadores do ser humano que acontecem no campo, compreender como historicamente essa relação foi formatada, exatamente para que se explicitem os termos sociais necessários à superação desta contradição” (CALDART, 2009, p.47).

Necessário compreender a particularidade da luta pela EdoC no interior da luta universal pela educação pública, na sua conexão dialética, logo, unidade contraditória, que também é o campo e sofre mediações específicas dos processos sociais, integrando determinada totalidade social que faz parte do mundo objetivo – modo de produção capitalista (CIAVATTA, 2014). Não se trata de fragmentar ou isolar os processos de luta no âmbito das minorias e de desvincular as lutas da perspectiva de um projeto de sociedade (campo-cidade) em superação à sociedade capitalista, mas sim desde essa particularidade – o campo - enquanto contexto de disputa e tensões entre os diferentes projetos societários, de engendrar processos e enfrentamentos por políticas públicas e reformas por dentro do capitalismo, caminhando para sua ruptura e edificação do socialismo.

Esse acúmulo e compreensão da EdoC, vinculado à construção da hegemonia da classe trabalhadora e a um projeto de desenvolvimento que considera a interdependência campo-cidade, tem sido possível pela luta social empunhada pelos MSP'sdoC, o que permitiu a ampliação de políticas públicas voltadas à Educação do Campo, desde sua gestação no Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária - I ENERA¹³⁶ realizado em Brasília, em 1997, considerado a mola propulsora da constituição de luta social por educação do campo e de formulações para escolarização no campo na perspectiva dos sujeitos do campo de cunho e caráter classista no Brasil (LEITE, 2017).

Naquele contexto histórico, as experiências educativas dos MSP'sdoC, em especial as organizadas nos territórios da Reforma Agrária pelo MST, são consideradas a referência para formulação da EdoC e adquirem um reconhecimento legal a partir da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional - LDB n.º 9394/96 que cunha a possibilidade de formular políticas educacionais desde a especificidade e as características do campo conforme previsto no artigo vinte e oito

¹³⁶ Promovido pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - MST, em parceria com a própria UnB, o Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF, a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura - UNESCO e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB.

(28), tal como seu artigo primeiro (1º) evidencia e reconhece os movimentos sociais enquanto agentes educativos (LEITE, 2017).

Entre as marcas do I ENERA está a criação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), posteriormente instituído no dia 16 de abril de 1998, por meio da Portaria n.º 10, do extinto Ministério Extraordinário da Política Fundiária, sua apresentação à sociedade brasileira ocorreu durante a realização da I Conferência Nacional “Por Uma Educação Básica do Campo”¹³⁷, realizada em Luziânia-GO, no ano de 1998¹³⁸ que também é fruto das articulações políticas dos MSP'sdoC iniciadas no I ENERA.

O PRONERA é uma conquista da luta popular dos povos do campo, das águas e das florestas, é um marco na construção da política pública de Educação do Campo, sendo a primeira ação efetiva do Estado brasileiro em resposta à luta e as reivindicações sociais por uma Educação do Campo, [...] demarca uma nova apreensão acerca da ação governamental na relação direta com as reivindicações sociais.” (VERDÉRIO, 2018, p. 96). O PRONERA germina “[...] das práticas educativas, com essa marca da luta e do sangue dos trabalhadores e trabalhadoras, com especial destaque à memória daqueles que tiveram suas vidas ceifadas no Massacre de Eldorado dos Carajás” (MST, 2023, n/p).

Neste ano de 2023, o PRONERA completou seus 25 anos de existência, em carta comemorativa redigida pelo MST à sociedade brasileira, afirma-se que o programa “[...] é colocado como ferramenta no enfrentamento da matriz produtiva do agronegócio que produz doença, morte e destruição dos seres humanos e da natureza” (MST, 2023, n/p). Essa compreensão do PRONERA como instrumento da luta camponesa, se dá em razão do seu papel vinculado aos desafios e exigências formativas que a luta por Reforma Agrária possui ao longo de sua história. Nesta trajetória formativa, o PRONERA propiciou alfabetização e escolarização de mais de 200¹³⁹ mil jovens e adultos em mais de 500 cursos distribuídos em mais de 70

¹³⁷ A partir da realização da I conferência por meio dos processos de análise e luta ampliou-se da referência “Por uma Educação Básica do Campo” para “Por uma Educação do Campo”, compreendendo que o direito de acesso à educação deve ser desde a Educação Básica à Educação Superior, compreensão marcada no Seminário Nacional “Por Uma Educação do Campo”, em Luziânia-GO, no ano de 2004.

¹³⁸ Realizado em parceria entre MST, UnB, UNICEF, UNESCO e CNBB.

¹³⁹ Dados parciais 1998-2016, demonstram que propiciou acesso e conclusão do ensino superior a 5.347 jovens e adultos, 167.648 educandos da Educação de Jovens e Adultos atendidos, 9.116 educandos formados no Ensino Médio, 1.765 formados em nível de especialização e 1.527 educandos de Residência Agrária Nacional entre (INCRA, 2016).

universidades e campus em todas as regiões do Brasil, tendo por referência e base um projeto de sociedade e matriz formativa em que a valorização do ser humano, da natureza e a produção de alimentos saudáveis estão na centralidade (MST, 2023).

Sapelli & Santos (2023) afirmam que a experiência do Pronera inspirou os MSP'sdoC por meio da Articulação Nacional da Educação do Campo à construírem a inserção da Educação do Campo de forma organizada nas políticas sob a governabilidade do Ministério da Educação, possibilitou a criação de uma Coordenação de Educação do Campo no âmbito da Secretaria de Educação Continuada e Diversidade (Secad), no Ministério da Educação, e da instituição da Comissão Nacional de Educação do Campo, com ampla participação dos sujeitos sociais atuantes na área. Essa estrutura estatal ofereceu condições de sustentar, reorientar as políticas existentes e criar um marco legal para as políticas, sendo consideradas na atualidade pilares do edifício da EdoC no âmbito das políticas públicas, como:

[...] o Projovem Campo Saberes da Terra, Formação Continuada de Educadores das Escolas do Campo (Escola da Terra) e uma das mais importantes políticas estruturantes na formação de educadores. A Licenciatura em Educação do Campo, hoje institucionalizada como curso regular de graduação em 38 instituições de Ensino Superior, já formou mais de 7 mil professores nas mais diversas áreas do conhecimento. As Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (Resolução CEB/CNE /2002), o Decreto da Educação do Campo (Decreto n. 7.352/2010) e a Lei do Pronera (Art. 33 da Lei n. 11.947, de 16 de junho de 2009) constituíram-se marcos normativos no âmbito do ordenamento jurídico do Estado brasileiro. (SAPELLI & SANTOS, 2023, p.109).

Essas políticas são fruto da capacidade de organização, mobilização e unidade construída pela Articulação Nacional da Educação do Campo. Sendo sustentadas e fortalecidas nos últimos 13 anos pelo Fórum Nacional de Educação do Campo (Fonec), que reúne movimentos sociais, sindicais, organizações populares, universidades e educadores do campo. O FONEC tem cumprido um importante papel na articulação do “[...] exercício da análise crítica constante, severa e independente acerca de políticas públicas de Educação do Campo, bem como a correspondente ação política com vistas à implantação, consolidação e elaboração de proposições dessas políticas públicas” (SAPELLI & SANTOS, 2023, p. 109). As bases e os princípios que estruturam as lutas por políticas públicas voltadas para EdoC, podem ser sistematizadas da seguinte maneira:

1) uma concepção de educação antagônica ao capital e seu projeto para o campo; 2) um projeto educativo formulado pela própria classe trabalhadora do campo, das águas e das florestas, organizada e em luta; e 3) uma concepção de política que tem como fundamento o direito à educação e o direito dos povos do campo, das águas e das florestas, compreendendo que essas populações devem exercer esse direito com base na sua própria forma de produção e reprodução da vida. Em suma, um projeto educativo que educa para a emancipação humana e a estruturação de novas formas de aprender e ensinar com base na materialidade da vida, seus desafios e sonhos coletivos. (SAPELLI & SANTOS, 2023, p. 109-110).

No interior das bases e dos princípios da Educação do Campo que esse marco normativo possibilitou fortalecer a associação com a forma que os territórios camponeses estabelecem relação com o conjunto da natureza e a matriz tecnológica da agroecologia. São políticas fruto da luta dos sujeitos coletivos unificados pela construção da agricultura camponesa agroecológica e da Educação do Campo e que ampliam o ambiente de construir uma outra hegemonia comprometida com a defesa dos bens da natureza em detrimento a violenta insanidade do projeto do agronegócio e do capital.

Embora o encontro da Educação do Campo com a Agroecologia tenha ocorrido de forma mais orgânica nos desafios formativos na primeira década dos anos 2000, as organizações sociais que edificam a EdoC, historicamente ao defender o território, defendem os bens comuns da natureza – terra, água, biodiversidade e minérios, afirmando o enfrentamento às estratégias do modelo de agricultura perverso e destrutivo do agronegócio que possui sua matriz na Revolução Verde¹⁴⁰.

De acordo com Guhur e Silva (2022) o movimento de contestação das bases da modernização conservadora da agricultura no Brasil, adquiriu força a partir da década de 1970, por meio “[...] grupos de intelectuais¹⁴¹, profissionais das ciências agrárias – destacando-se a Federação das Associações de Engenheiros Agrônomos (Faeab) –, estudantes de universidades públicas e ambientalistas configurando o “Movimento de Agricultura Alternativa” (Ibidem, p. 63). Na década de 1980, o “[...]

¹⁴⁰ A expressão Revolução Verde foi criada em 1966, em uma conferência em Washington financiado pelo grupo Rockefeller, que tinha um cunho ideológico para acabar com a fome no mundo. O programa tinha objetivo de aumentar a produção agrícola de "alimentos" voltado a pesquisas de sementes modificadas, fertilização e insumos agrícolas. Para saber mais consultar Dicionário da Educação do Campo e o Dicionário de Agroecologia e Educação, ambos publicados pela Editora Expressão Popular.

¹⁴¹ Dentre os pioneiros do pensamento agroecológico brasileiro, podemos citar: Artur Primavesi, Ana Maria Primavesi, José Lutzenberger, Adilson Paschoal, Sebastião Pinheiro e Luiz Carlos Pinheiro Machado (GUHUR e SILVA, 2022).

movimento estudantil também teve papel destacado na organização dos Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa (EBAAs) e Encontros Regionais de Agricultura Alternativa (ERAAs) (Ibidem).

A popularização da utilização do termo agroecologia ocorre a partir dos anos 1980, sob grande influência dos pesquisadores de universidades estadunidenses, Miguel Altieri e de Stephen Gliessman (GUHUR & SILVA, 2022). Por meio de seus trabalhos “[...] passou-se a reconhecer como agroecologia um conjunto de práticas agrícolas tradicionais e formas de organização desenvolvidas por camponeses e povos originários, especialmente na América Latina (Altieri, 1989; Gliessman, 2001)” (Ibidem, p. 63). Outra contribuição fundamental para esse reconhecimento foi dada por Eduardo Sevilla-Guzmán e Manuel Gonzáles de Molina, ambos ligados ao Instituto de Sociologia e Estudos Camponeses (Isec) da Universidade de Andaluzia, Espanha.

Com a expansão de estudos e pesquisas, propiciou, na década de 1990, significativos acúmulos no campo do conhecimento e das práticas [...] dos movimentos de resistência à Revolução Verde, da produção científica e da retomada das práticas e sabedoria tradicionais camponesas e ameríndias, que conduziram, [...] a uma ampliação das dimensões e do conceito de agroecologia” (GUHUR & SILVA, 2022, p. 63).

No caso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, desde sua origem, orienta sua luta e ações tendo por referência três objetivos estratégicos: a luta por terra, pela reforma agrária e pela transformação social (MST, 2014). Pela abrangência de sua luta social, historicamente encontra-se em sua agenda política questões concernentes à função socioambiental da terra, a preservação do meio ambiente, em contraponto às práticas destrutivas do planeta. Tal expressão já estava presente no 1º Encontro Nacional do MST, realizado em 21 de janeiro de 1984, na cidade de Cascavel-PR, ao anunciarem: “Queremos ser produtores de alimentos, de cultura e conhecimentos. E mais do que isso: queremos ser construtores de um país socialmente justo, democrático, com igualdade e com harmonia com a natureza” (MST, 2015, s/p).

Essa visão adquire maior expressão, a partir do ano 2000, com a decisão da inserção da agroecologia no programa político do MST em seu 4º Congresso Nacional, essa inserção é marcada pelo lançamento do documento intitulado “Nossos compromissos com a Terra e com a Vida”, anunciando dez compromissos:

1-Amar e preservar a terra e os seres da Natureza; 2-Aperfeiçoar sempre nossos conhecimentos sobre a Natureza e a agricultura; 3-Produzir alimentos para eliminar a fome na humanidade. Evitar a monocultura e o uso de agrotóxicos; 4- Preservar a mata existente e reflorestar novas áreas; 5-Cuidar das nascentes, rios, açudes e lagos. Lutar contra a privatização da água; 6-Embelezar os assentamentos e comunidades, plantando flores, ervas medicinais, hortaliças, árvores...; 7-Tratar adequadamente o lixo e combater qualquer prática de contaminação e agressão ao meio ambiente; 8-Praticar a solidariedade e revoltar-se contra qualquer injustiça, agressão e exploração praticada contra a pessoa, a comunidade e a Natureza; 9-Lutar contra o latifúndio para que todos possam ter terra, pão, estudo e liberdade; 10-Jamais vender a terra conquistada. A terra é um bem supremo para as gerações futuras (MST, 2015).

Em decorrência dessa decisão e visão, em consonância a algumas práticas agroecológicas em assentamentos da Reforma Agrária, constituem-se ações voltadas à promoção da agroecologia e capacitação/formação técnica de sua militância, em especial a juventude. São criadas escolas, centros de formação e institutos¹⁴² de agroecologia, com ofertas de cursos não formais e formais de educação profissional, na área da produção, por meio de cursos técnicos de nível médio, pós-médio, nível técnico, tecnólogo, especialização e mestrado, de modo que possa formar educadores/as técnicos-militantes da agroecologia, assim como paulatinamente a agroecologia vai se tornando parte orgânica da Educação do Campo.

¹⁴² Na América Latina, por meio dos Movimentos Sociais Camponeses articulados na Cloc-Via Campesina, a partir da exitosa experiência com a Escola Latino-Americana de Agroecologia (ELAA): inaugurada em 2005, no Assentamento Contestado em Lapa, Paraná, Brasil. Instituto Agroecológico Latino-Americano Paulo Freire (Iala Paulo Freire): iniciou suas atividades em 2005, no município de Alberto Arvelo Torrealba, em Barinas, Venezuela, em 30 de janeiro de 2005 foi assinado um protocolo de cooperação durante um ato político realizado no Assentamento Lagoa do Junco, no Município de Tapes-RS, nos marcos do V Fórum Social Mundial. O acordo foi firmado entre a Via Campesina Internacional, Via Campesina Brasil, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Governo da República Bolivariana da Venezuela (Via Campesina, 2005). O protocolo mobilizou a constituição de um conjunto de institutos como parte da estratégia da luta anti-imperilista e de defesa dos territórios, tendo a agroecologia como matriz na reconstrução ecológica da agricultura, conforme segue: Instituto Agroecológico Latino-Americano Guarani (Iala Guarani): os trabalhos de sua construção foram iniciados em 2008, está situado no Departamento Central, no Distrito Nueva Itália, na localidade de Brio Taquara, Paraguai. Instituto Agroecológico Latino-Americano Amazônico (Iala Amazônico): inaugurado em 2009, no assentamento Palmares 2, no município de Parauapebas, Pará, Brasil. Instituto Agroecológico Latino-Americano Mesoamérica (Iala Mesoamérica Ixim Ulew): com início de suas atividades em 2017, está localizado na comunidade de Tierra Blanca, município Santo Tomás, departamento de Chontales, Nicarágua. Instituto Agroecológico Latino-Americano Semeadoras de esperança (Iala Semeadoras de Esperança – só para mulheres): inaugurado em 2013 na localidade de Auquenco, Chépica, Chile. Instituto Agroecológico Latino- -Americano Maria Cano (Iala María Cano): começou sua construção em 2012, foi inaugurado oficialmente em 2017 no município de Viotá Cundina, Colômbia. Instituto Agroecológico Latino-Americano Haiti (Iala Haiti): em processo de construção no Haiti (MASIOLI, CAMPOS e REZENDE, 2022, p. 455).

Compreendendo a formação em Agroecologia como um dos aspectos da luta de classes contra a lógica hegemônica do capital no campo (GONÇALVES et al., 2019).

Neste período o conjunto das organizações da Via Campesina no Brasil estabelecem um calendário permanente de mobilizações, atividades e eventos massivos que resultaram de articulações estaduais, regionais e nacionais dos diversos movimentos e organizações, dentre os quais podemos destacar: o Encontro Nacional de Agroecologia, que resultou na criação da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e a Jornada de Agroecologia no Paraná, desde 2002; a campanha “As sementes são patrimônio da Humanidade” da Via Campesina e o Congresso Brasileiro de Agroecologia (CBA), que deu origem à Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), desde 2003; a Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida, desde 2011; a Feira Nacional da Reforma Agrária, desde 2015 (GUHUR & SILVA, 2022).

Entre os processos supracitados desempenhados pelos MSP'sdoC, destacamos a imprescindibilidade da Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida pela sua atuação na defesa de sistemas alimentares agroecológicos, pela proibição da prática de pulverização aérea no território nacional, pelo banimento de agrotóxicos banidos em outros países do mundo, pelo fim das isenções fiscais dadas aos agrotóxicos, pela criação de zonas livres de agrotóxicos e transgênicos, fortalecimento da reforma agrária, a garantia do acesso à terra, combate ao agronegócio, ao mercado dos agrotóxicos e a instrumentalização do Estado a partir da bancada ruralista (CAMPANHA CONTRA OS AGROTÓXICOS E PELA VIDA, 2023).

O crescimento enquanto força política da agroecologia entre as organizações camponesas por meio da concretude da luta, da prática e do avanço no âmbito da ciência, entre as quais encontra-se o MST, propiciou imprimir acúmulos tanto na concepção, abordagem e prática da agroecologia como na própria análise da atuação do capital no campo. Nos anos 2000, com a materialização da hegemonia, expansão e consolidação do agronegócio no campo brasileiro de forma mais intensa, o debate da questão agrária adquiriu maior complexidade. Por compreendermos, que

Não se trata mais do latifúndio improdutivo, visto pela sociedade brasileira como algo retrógrado, violento e conservador. Agora o inimigo ganhou uma nova dimensão de forças, expresso numa nova aliança de classes, envolvendo a empresa rural capitalista, as empresas transnacionais, blindando o latifúndio improdutivo para sua

futura expansão, plenamente amparadas pelas políticas públicas dos governos. Para uns um novo pacto de economia política no campo, para outros um novo pacto de poder entre as elites, mas que, no fundo, reflete a mesma ideia: o Agronegócio como a expressão desta nova alianças de classes no campo e esta nova força social, vista pela sociedade como moderna, eficiente e produtiva (MARTINS, 2017, p.181).

Diante desta análise, o MST, a partir de seu 6º Congresso Nacional realizado em fevereiro de 2014, ajusta sua estratégia, afirmando a Reforma Agrária Popular como expressão de seu programa político de luta e construção da reforma agrária, resgatando a função social da terra, sustentada na produção de alimentos saudáveis e na recuperação e preservação dos bens da natureza (MARTINS, 2017; CALDART, 2017a).

A complexidade do Programa Agrário do MST (MST, 2015) eleva sua atuação política e exige colocar, em relação dialética, dimensões fundamentais que integram o projeto popular de campo enquanto parte dos processos de luta pela transformação societária (CALDART, 2017a). A concepção de agroecologia para o MST não se restringe às técnicas de cultivo da terra, abrange amplas relações “[...] entre o ser humano e a natureza, que envolve diferentes processos que representam a reapropriação social da natureza, como negação da apropriação privada da natureza realizada pelos capitalistas” (MST, 2015, p. 33).

Implica em um novo modelo de produção e desenvolvimento tecnológico que se fundamente numa relação de co-produção, homem e natureza, na diversificação produtiva capaz de revigorar e promover a biodiversidade e em uma nova compreensão política do convívio e do aproveitamento social da natureza (MST, 2015. p.33).

Em outras palavras, a agroecologia é para o MST a expressão científica e sociocultural do estágio atual de edificação de alternativas à lógica industrial capitalista de agricultura (CALDART, 2019). A agroecologia, enquanto elemento central do projeto societário da classe trabalhadora, é composta por pelo menos duas dimensões complexas e complementares, a produção de alimentos e as relações humanas.

A primeira refere-se à correlação de forças entre os projetos de sociedade, de um lado o negócio da agricultura com a conversão dos alimentos em mercadoria; do outro, a produção de alimentos saudáveis. A produção de alimentos para os povos do campo assume uma dimensão política fundamental e tem sua base na Soberania Alimentar, que coloca em questão o modelo hegemônico de

agricultura dominante e a padronização alimentar imposta à humanidade, o que não condiz com a histórica realidade dos povos e de sua inserção e atuação na agricultura de produção de alimentos saudáveis e da diversidade da cultura alimentar. A segunda dimensão diz respeito a agroecologia como perspectiva de vida e de novas relações humanas, geracionais e de gênero, tendo a centralidade no ser humano e nas condições de vida no campo e na cidade (GONÇALVES et al., 2019, p. 29).

Esta compreensão concebe que a ruptura com a cultura da modernização conservadora da “revolução verde” em forma de agronegócio não será alcançada apenas com a materialização tecnológica da agroecologia, necessariamente passa também pela radical transformação das relações sociais em que os sujeitos geram e compartilham conhecimentos (TARDIN & GUHUR, 2017)¹⁴³. Por essa centralidade que a agroecologia ocupa no programa político de Reforma Agrária Popular e na ação do MST, a conexão entre educação e agroecologia é compreendida enquanto uma das condições para o enraizamento da Reforma Agrária Popular e a própria existência e expansão do território camponês e da participação das novas gerações nas lutas sociais necessárias para que se torne uma alternativa socialmente hegemônica, portanto, um desafio necessário a ser assumido pelos diversos sujeitos coletivos no enfrentamento ao modelo de campo do agronegócio e as relações capitalistas.

A massificação da agricultura camponesa agroecológica (CALDART, 2017) pelas escolas do campo e os diversos processos formativos da Educação do Campo, é compreendido como uma tarefa inadiável e amplia o sentido da existência do processo educativo no meio rural e da própria escola do campo, justamente por serem, Agroecologia e a Educação do Campo, integrantes de um mesmo projeto societário que objetiva constituir a hegemonia alternativa da classe trabalhadora. Esta vinculação, ao mesmo tempo, firma as raízes da Educação do Campo, fortalecendo seu desenvolvimento territorial, e coloca novos desafios para sua construção política, organizativa e pedagógica na atualidade (CALDART, 2019).

A Educação do Campo, com seus processos escolarizados ou não, assume um papel crucial para avançar no desenvolvimento da agroecologia e das forças produtivas da agricultura na direção de um desenvolvimento humano igualitário,

¹⁴³ Agroecologia: uma contribuição camponesa à emancipação humana e à restauração revolucionária da relação metabólica sociedade-natureza* “Análise de práticas contra-hegemônicas na formação dos profissionais de Ciências Agrárias – Reflexões sobre o Programa Residência Agrária”, Volume II. MOLINA, M.C. et al., Orgs. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2017, 476 p. (44-94 p.)

substancial e efetivamente sustentável. O desafio é de construir uma nova cultura, em que a dimensão ecológica da vida seja base do conjunto das dimensões que integram o ser humano e a vida em sociedade. Essa tarefa convoca as diversas frentes formativas e educacionais para um abrangente processo de formação humana, envolvendo a formação (técnica, tecnológica e política), a organização (produtiva, política e social – campo e cidade), e a multiplicação (horizontalização, massificação e verticalização) para a afirmação e articulação de múltiplos sujeitos (ARL, 2017, p. 17).

Em concordância com Caldart (2020) de que o encontro da Educação do Campo e a Agroecologia se dá exatamente pela unidade de concepção firmada, na EdoC, “[...] na conexão *campo – luta por políticas públicas – direitos humanos – concepção de educação*; e na Agroecologia na chave que não desliga o “logos” das práticas materiais (e ancestrais) que lhe puderam gerar, firmando a conexão orgânica entre *prática (ou práxis), ciência e luta*” (CALDART, 2020, p. 05). As reflexões de Caldart, anunciam que o encontro de ambas é próprio da natureza do desenvolvimento histórico, possuem uma origem comum que é fruto das circunstâncias geradas pelas contradições, tensões e violências da lógica perversa e destrutiva do agronegócio e do sistema econômico capitalista à saúde humana, animal e ecológica, fundamentalmente nos territórios camponeses, mas que implica na vida de toda sociedade. Por outro lado, possuem uma unidade nas *finalidades sociais* em elevar a consciência dos sujeitos para compreensão das contradições, e determinações quanto às relações que constituem a realidade (natureza e sociedade) para agir em prol de transformações humanas e societárias capazes de construir a emancipação das formas de exploração do ser humano e da natureza.

[...] contudo não é dado porque as *relações sociais de produção* sob as quais contraditoriamente se realizam põem força na direção contrária: tenta-se “apagar” o campo da EdoC e tenta-se impedir que a educação integre a práxis da Agroecologia porque isto torna as duas mais fortes e conscientes da totalidade social que integram e precisam ajudar a transformar. Contudo, este encontro já se realiza e por isto nos é possível reparar na sua importância vital. A Agroecologia trata de uma *forma de agricultura* ou um *modo de produzir* fundamentado em uma abordagem ecológica e social da relação dos seres humanos com a terra *mater* (totalidade da natureza que integram) e entre si, mediada pelo *trabalho*. Ela põe em cena dois personagens subsumidos pela forma capitalista de ver o mundo: a *natureza* e as *comunidades camponesas*, em forte relação metabólica. Quando se junta com a *luta*

pela terra (reapropriação social dos bens naturais) mostra a radicalidade a ser dada à luta por *igualdade social* na transformação do sistema.

A Agroecologia e a Educação do Campo na perspectiva dos povos do campo são indissociáveis. Esse encontro de dimensões na concretude da vida política nos/dos territórios, na luta pela humanização, defesa dos bens da natureza e a transformação social, amplia o aprendizado coletivo da Educação do Campo, assim como da Agroecologia, de que essa construção ocorre por meio da combinação da *denúncia*, *resistência* e *luta* contra o projeto de educação, de agricultura e de sociedade capitalista, conjugando um caráter propositivo com práticas e ações concretas de como *pensar e fazer* a educação e políticas públicas comprometidas com os povos do campo, das águas e das florestas.

Deste modo, recorreremos e reafirmamos aqui em concordância ao aprendizado coletivo em luta de que a Educação do Campo necessariamente perpassa pela unidade de três momentos/dimensões, distintos, simultâneos e complementares, que a conformam e se constituem como chave de análises de sua concepção e práticas políticas-pedagógicas que coadunam com a perspectiva e concepção da agroecologia enquanto *práticas comunitárias (práxis)*, *ciência e luta*, sendo eles: a negatividade, a positividade e a superação (CALDART, 2008).

No âmbito da *negatividade*, Caldart (2008, p. 75) identifica que a materialização da luta por uma Educação do Campo no Brasil, está no confronto entre as lógicas distintas de organização do campo brasileiro e no enfrentamento às práticas educacionais da Pedagogia do Agronegócio, afirmando a EdoC enquanto *negatividade é*

[...] *denúncia / resistência*, luta contra – Basta! de considerar natural que os sujeitos trabalhadores do campo sejam tratados como inferiores, atrasados, pessoas de segunda categoria; que a situação de miséria seja seu destino, que no campo não tenha escola, que seja preciso sair do campo para frequentar uma escola; que o acesso à educação se restrinja à escola, que o conhecimento produzido pelos camponeses seja desprezado como ignorância...” (CALDART, 2008, p. 75. Grifos do original).

Por outro lado, a EdoC também é *positividade* – “[...] a denúncia não é espera passiva, mas se combina com práticas e propostas concretas do que fazer: a educação, as políticas públicas, a produção, a organização comunitária, a escola” (CALDART, 2008, p. 75). Ou seja, a materialidade das ações dos Movimentos Sociais

Populares do Campo em luta pelo direito dos povos do campo à educação, além de se efetivar pela busca de políticas públicas em prol da garantia do direito constitucional, combinado com o desenvolvimento de práticas educativas que permitem os sujeitos do campo enquanto intelectuais coletivos, orientados pelos seus interesses de classe, conjugarem luta social, formulação e orientação das políticas públicas (VERDERIO, 2013).

A terceira dimensão que estrutura a luta pela EdoC vincula-se à perspectiva de *superação*, compreendida enquanto “[...] *projeto / utopia*: projeção de uma outra concepção de campo, de sociedade, de relação campo e cidade, de educação, de escola. Perspectiva de *transformação social* e de *emancipação humana*.” (CALDART, 2008, p. 75. Grifos do original).

Tendo por referência este marco conceitual da Educação do Campo que integra as práticas comunitária, a ciência, o movimento e a luta social da EdoC, destacamos alguns processos coletivos dos sujeitos organizados nos Movimentos Sociais Populares do Campo que objetivaram colocar em marcha a EdoC na ofensiva direta contra a Pedagogia do Agronegócio e na busca pela edificação da hegemonia da classe trabalhadora e vinculada à perspectiva da Agroecologia.

Nesse movimento de luta pela edificação e massificação da agroecologia nos territórios, conciliada a organização da luta por política pública, o acesso ao orçamento público e a responsabilização do Estado na proteção social e da natureza, algumas conquistas obtidas, embora pontuais, são fundamentais na *luta e construção* da hegemonia da classe trabalhadora, por “[...] evidenciar a elevada capacidade de resposta e de resultados, mediante investimentos proporcionalmente pequenos. [...] impulsionaram a ampliação da produção agroecológica camponesa, em comunidades tradicionais e assentamentos da reforma agrária” (GUHUR & SILVA, 2021, p. 68). Para citar algumas, destacamos:

- Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae)
- Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)
- Política de Educação do Campo
- Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera)
- Plano de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo);

- Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos (Pronara), transformado em projeto de lei como Política Nacional de Redução de Agrotóxicos (Pnara).
- Leis municipais e estaduais de combate e restrição do uso dos agrotóxicos

De acordo com Guhur e Silva (2021) essas iniciativas têm mobilizado e promovido experiências agroecológicas diversificadas e inovadoras em diversos campos: manejos e práticas agroecológicas, pesquisas, formação, educação em agroecologia, “[...] a partir de biomas e culturas locais. Além disso, trouxeram a agroecologia para o centro dos debates sobre alimentação e saúde, que dizem respeito a toda a sociedade, mas especialmente aos trabalhadores urbanos (GUHUR & SILVA, p. 68).

Outra frente de contraponto à Pedagogia do Agronegócio são as produções literárias vinculadas a perspectiva da Agroecologia e da Educação do Campo que os MSP's do C constroem para orientar os processos formativos e que podem ser utilizados nas escolas, sendo alguns produzidos propriamente para o ambiente escolar, seja voltado para formação de educadores ou uso em sala de aula com estudantes.

Sapelli (2016) chama a atenção para as alternativas de materiais que representam o enfrentamento à lógica do agronegócio e do capital e realiza um levantamento inicial, conforme quadro a seguir:

Quadro 10 – Materiais alternativos – Sapelli (2016)

Referência	Quem produziu	Do que trata
HOELLER, S. C.; SILVA, V. da. <i>Transição agroecológica</i> . Matinhos: Editora UFPR Litoral, 2013.	Valdemar Arl – Engenheiro Agrônomo, especialista em Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável e Administração Rural, Mestre em Agroecologia, Doutorando em Agroecologia, consultor autônomo; professor no Curso de Desenvolvimento Rural Sustentável e Agroecologia da UnC/Concórdia; membro fundador da Rede Ecovida de Agroecologia.	História da agricultura, transição agroecológica, solo, biodiversidade, segurança alimentar, organização popular e transformação social.
PINHEIRO, S. <i>Cartilhas dos biocombustíveis</i> . Canoas, RS: Salles, 2007.	Sebastião Pinheiro	Trajetória histórica para se chegar à produção do biocombustível e impactos.
VIA CAMPESINA BRASIL. <i>A natureza do agronegócio no Brasil</i> . Brasília, DF: Via Campesina, 2006.	Via Campesina	História da organização capitalista da agricultura brasileira e a natureza do agronegócio.
XAVIER, L. P. <i>Cartilha horta agroecológica</i> . Laranjeiras do Sul: Techs, 2010. CEAGRO/SETL.	Leonardo Pereira Xavier	História da produção de hortaliças, biodiversidade, solo, adubos orgânicos, plantio.
ZIMMERMANN, C. R.; LIMA, J. R. de. <i>Direito humano à alimentação e terra rural</i> . Curitiba: Comunicare, 2008.	Plataforma Dhesca Brasil, que tem entre suas entidades filiais vários movimentos sociais.	Direito à água, à terra rural, à alimentação.
LISBOA, M.; BARROS, J. N. <i>Direito humano ao meio ambiente</i> . Curitiba: Comunicare, 2008.	Plataforma Dhesca Brasil que tem entre suas entidades filiais vários movimentos sociais.	Meio ambiente e direitos humanos; legislação nacional e internacional sobre proteção do meio ambiente; problemas ambientais.
VIA CAMPESINA. <i>Agroecologia, soberania alimentar e cooperação</i> . 10ª. Jornada de Agroecologia. Caderno de Educação. 2010.	Setores de Educação, de Produção, Cooperação e Meio Ambiente do MST.	Agricultura e técnicas agrícolas; agroecologia e soberania alimentar; cooperação e luta.

DAMBROS, U.; ARL, V. (consultores). <i>Transição agroecológica em sistemas familiares de produção</i> . Construindo desenvolvimento social, econômico e ambiental. Francisco Beltrão, Kaygangue, 2009.	Agência de desenvolvimento Regional do Sudoeste do Paraná em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário e União das Cooperativas da Agricultura Familiar Solidária.	História da agricultura, diversificação da produção, transição agroecológica.
VIA CAMPESINA. <i>Biodiversidade e Reforma Agrária</i> . Curitiba: Popular, 2006.	Vai Campesina	Contexto da agricultura; economia brasileira; governo Lula, agricultura camponesa e reforma agrária no Brasil.
MPA/PR. <i>Energias Renováveis</i> . Possibilidades de Produção e uso nos sistemas camponeses de produção. Laranjeiras do Sul: MPA/PR, 2009.	Movimento dos Pequenos Agricultores	Diferentes tipos de energia, informações gerais e técnicas sobre energias renováveis, seu uso, sua produção e outros.
PRIMAVESI, A. <i>O solo tropical</i> . Casos – perguntando sobre o solo. São Paulo: MST, 2009.	Ana Primavesi/MST	Ecologia e problemas sociais; alimentação, transgênicos, produto orgânico; drenagem, agricultura convencional e orgânica, e outros.
PRIMAVESI, Ana. <i>Cartilha do solo</i> . Como reconhecer e sanar seus problemas.	Ana Primavesi/MST	Como conhecer seu solo e sua saúde; agroecologia; quando as pragas atacam os campos; a agricultura da não violência e outros.
KFFURI, C. W. <i>Caderno das nossas plantas medicinais</i> . Viçosa, MG: Universidade Federal de Viçosa, 2011.	Universidade Federal de Viçosa em parceria com o CNPq.	Colheita, secagem e uso de plantas medicinais.

Fonte: Sapelli (2016, p. 278-279)

Com a mesma perspectiva, Campanha (2022, p. 103) realiza um levantamento parcial de materiais utilizados pelas educadoras e educadores que [...] vem r-existindo no chão de sala, com materiais, ações e práticas voltadas à agroecologia, soberania alimentar, plantio sem a utilização de veneno e a produção da vida, práticas as quais são abase da luta camponesa e para a reforma agrária popular” Entre os materiais a

autora destaca alguns livros da Editora Expressão Popular, como: Agroecologia na Educação Básica: questões propositivas de conteúdo e metodologia (2017); A Convenção dos Ventos – Agroecologia em contos (2017); De Onde vem nossa comida (2016). Também cita as Revistas Sem Terrinha¹⁴⁴ e as Cartilhas das Jornadas de Agroecologia do Paraná¹⁴⁵.

No âmbito de oferecer continuidade, sem a pretensão de um levantamento completo, a esse exercício propositivo de materiais formativos em prol da construção da hegemonia da classe trabalhadora, apresentamos uma relação parcial:

Quadro 11: Materiais pela hegemonia da classe trabalhadora

REFERÊNCIA	QUEM PRODUZIU?	DO QUE TRATA?
Educação Agroecológica: formação de formadores/as na bacia do Rio Doce. Governador Valadares, 2022.	Cooperativa dos Trabalhadores/as da Agricultura Camponesa (COOPERTRAC), MST e Centro de Formação Francisca Veras	Educação do Campo e matrizes educativas; Questão agrária e agroecologia; Práticas educativas nas escolas do campo.
Caderno de Agroecologia n.º 2 – Plano Nacional Plantar Árvores, Produzir Alimentos Saudáveis. São Paulo: SP. 2022	MST	Quatro encontros de estudo e reflexão para entender e enfrentar a crise ambiental, com a promoção da agroecologia e o plantio de árvores.
Agroecologia e Reforma Agrária Popular. Editora Expressão Popular. 2022	Coletivo de autoras e autores vinculados a Jornada de Agroecologia	Os capítulos reúnem temas como a forma de organização, a formação estratégica, as místicas, o trabalho das mulheres camponesas e da juventude, escritos por acadêmicos, entre eles integrantes de movimentos sociais.
Guia Metodológico para Educadores/as das Escolas do Campo. Editora Copiart. 2019.	Projeto Escola da Terra Paraná	Planejamento a partir da realidade; Concepção de Agroecologia; Metodologias e Experiência agroecológicas nas escolas do campo;
Série Caminhos para Transformação da Escola. Editora Expressão Popular. Volumes 1, 2, 3 e 4.	Educadores e educadoras das escolas do campo.	A relação entre trabalho, agroecologia e estudo nas escolas do campo de Educação Básica; socialização de práticas, análises e reflexões político-pedagógicas sobre processos de luta e construção de escolas públicas voltadas às exigências formativas de processos de emancipação social e humana.
Cartilha A cidade e a roça: Semeando Agroecologia ¹⁴⁶ . 2011.	AS-PTA - Agricultura Familiar e Agroecologia	
Boletim da Educação – Número 13. Dezembro de 2015	MST	História da Agricultura; Agroecologia; Soberania Alimentar; Transgênicos; Alimentação Escolar; Segurança Alimentar; Orientações metodológicas

¹⁴⁴ Disponíveis em: [Revista Sem Terrinha - MST](#)

¹⁴⁵ Disponível em: [Cartilha 18ª Jornada de Agroecologia do Paraná : 19ª Jornada de Agroecologia](#)

¹⁴⁶ Disponível em: [A cidade e a roça: Semeando Agroecologia - MST](#)

Alimentação saudável: um direito de todos! Jornada cultural nacional		
Caderno de Educação n.º 2 Agroecologia, Soberania Alimentar e Cooperação ¹⁴⁷ Coleção Sempre é tempo de aprender. Setembro de 2010	MST	Em seus textos, atividades e exercícios, este caderno aborda assuntos que fazem parte do nosso dia a dia e das nossas discussões: Agricultura e técnicas agrícolas; Agroecologia e Soberania Alimentar; Cooperação e luta. Além disso, ao final do caderno vamos encontrar três textos anexos que poderão ser utilizados tanto pelos educadores e educadoras para contribuir no planejamento das aulas, quanto para os educandos e educandas aprimorarem seus estudos.
Dicionário da Educação do Campo. Expressão Popular, 2012.	Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, da Expressão Popular.	São 113 verbetes e envolveu 107 autores em sua produção. Os verbetes selecionados referem-se a conceitos ou categorias que expressam, na perspectiva dos movimentos sociais camponeses e de suas lutas, os fundamentos filosóficos e pedagógicos da Educação do Campo, articulados em torno dos eixos campo, educação, políticas públicas e direitos humanos.
Dicionário de Agroecologia e Educação. Expressão Popular, 2021.	Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, da Expressão Popular e do Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra (MST). Articulando 169 autoras e autores, 68 instituições de ensino e pesquisa estaduais e federais e movimentos sociais populares oriundos de 3 países, Brasil, Guatemala e México.	São 106 verbetes subdivididos em 4 eixos: 1. Educação, saúde, cultura e agroecologia 2. Poder Popular, agroecologia e Estado 3. Agroecologia e bases ecológicas da agricultura 4. Metabolismo socioecológico: questão agrária, sociedade e natureza
Agrofloresta e a prática Agroecológica. Editora Expressão Popular, 2022.	Araê Claudinei Lombardi (Org.)	reúne cinco artigos de sistematização e compartilhamento de experiências concretas populares e estudos sobre as agroflorestas em diferentes territórios camponeses no Brasil, em processos legítimos de luta pela terra. Com linguagem direta e didática, acompanhada de farto material ilustrativo, Agrofloresta e a prática agroecológica dialoga com estudantes, professores e pesquisadores de agronomia, com especialização em agrofloresta e agroecologia, e com os trabalhadores e trabalhadoras rurais, no processo de luta pela reforma agrária

¹⁴⁷ Disponível em: [\(MST\) Caderno de Educação EJA - Agroecologia, Soberania Alimentar e Cooperação - MST](#)

		popular, para a massificação da produção saudável de alimentos.
A Cartilha Agroecológica. Botucatu, SP: Editora Criação, 2005.	Instituto Giramundo Mutuando	História da Agricultura; A Agroecologia; Princípios Básicos da Ecologia; Práticas agroecológicas
Inventário da Realidade e Cartografia Social: possibilidades metodológicas nas escolas do campo ¹⁴⁸ . Guarapuava: Apprehendere, 2022.	Projeto Escola da Terra Paraná	Apresenta os fundamentos e as orientações para a construção do Inventário da Realidade, bem como são relatadas três experiências práticas do trabalho com o Inventário nas escolas do campo como forma de potencializar o vínculo com a agroecologia. A segunda parte apresenta os fundamentos da Cartografia Social Escolar como possibilidade metodológica para o trabalho interdisciplinar.
Caderno Didático de Ciências e Agroecologia: diretrizes e práticas de agricultura ecológica – conteúdo programático do 6 ao 9º ano ¹⁴⁹ . Candói, PR: Unicentro / Prefeitura Municipal de Candói, 2018.	Adilson Vagner de Matos Adriana Cristina Muller Cecília Maria Ghedini Eliane Aparecida do Valle Nunes Thaile Cristina Lopes Vieira	A cartilha reúne diversas práticas e experiências que foram reorganizadas de forma didática no intuito de auxiliar o trabalho docente na disciplina de Ciências no Ensino Fundamental nas Escolas Públicas do Campo, oferecendo indicativos para realizar práticas que contextualizem os conteúdos problematizando a relação entre a ciência e a agricultura.
O sopro da vida. São Paulo: SP. Expressão Popular,	Kamuu Dan	Esta é a história de Win Dan, menino de quatro anos da etnia Wapichana, que vivia no cerrado do Planalto Central do Brasil, e queria salvar as “plantas bebês”, como assim chamava as sementes, que estavam doentes e não germinavam. aproxima as culturas da infância brasileira, seja das etnias indígenas, nas realidades das aldeias sob pressão violenta dos latifundiários, do agronegócio, madeireiros, mineradoras e outros representantes do poder econômico, seja das cidades, em defesa do direito à terra e à alimentação saudável. Um conto mágico e atual contra as sementes transgênicas, pelo direito à infância e à vida.
Cartilha: A luta contra os agrotóxicos: o vilão invisível para o ensino médio ¹⁵⁰	Cristina Santos e Josimere Leandrini PET - Políticas Públicas e Agroecologia. Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS - Campus Laranjeiras do Sul - Paraná	Os Agrotóxicos são divididos entre Agrícolas e Não Agrícolas. Você sabe a diferença? Você sabe o que significa a cor utilizada na rotulagem dos agrotóxicos? Que tal agora conhecer sobre os tipos de agrotóxicos que são utilizados? Você sabia que o Brasil é o maior consumidor de agrotóxicos do mundo? Que tal agora falarmos um

¹⁴⁸ Disponível em: [\(PDF\) Inventário da Realidade e Cartografia Social: possibilidades metodológicas nas escolas do campo \(researchgate.net\)](#)

¹⁴⁹ Disponível em: [caderno5Ciencias-e-Agroecologia.pdf \(unicentro.br\)](#)

¹⁵⁰ Disponível em: [eac29e_7ca82f91823541299ccce57c031a84e3.pdf \(filesusr.com\)](#)

		pouco sobre a realidade em que o Paraná se encontra em relação aos agrotóxicos? Vamos falar sobre a nossa região? Agrotóxicos e a sua saúde; Para onde vão os agrotóxicos; O que podemos fazer para mudar esta realidade? Os requisitos e benefícios da Agroecologia; O que a Agroecologia realmente busca?
PET e você por UM MUNDO MAIS SAUDÁVEL: Cartilha da Agroecologia e contra o uso de Agrotóxicos ¹⁵¹ . Laranjeiras do Sul, 2014.	PET - Políticas Públicas e Agroecologia. Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS - Campus Laranjeiras do Sul - Paraná	O Que é agroecologia? forma de produção; o que é agricultura orgânica; o que são os agrotóxicos; danos à saúde causados pelos agrotóxicos; agrotóxicos e meio ambiente; o que fazer em caso de intoxicação?

Fonte: Organizada pelo autor.

Longe de esgotar com esse parcial levantamento, a produção literária no âmbito da agroecologia e da educação do campo disponíveis, mas corro o risco em cogitar a existência de uma ausência de elaboração no âmbito didático-pedagógico e no campo da literatura para o trabalho em sala de aula com o tema da agroecologia. Embora exista uma vasta produção disponível, principalmente no âmbito da formação de educadores/as, nas bibliotecas digitais dos cursos de Licenciatura em Educação do Campo¹⁵² e Grupos de Pesquisa vinculados a Agroecologia e Educação do Campo e entidades¹⁵³, poucos materiais estão no campo da ludicidade e da literatura infanto-juvenil.

Por meio da pesquisa identificamos a existência de um concurso de desenho vinculado a dimensão agroecológica e em contraponto a visão destrutiva e predadora da Pedagogia do Agronegócio. Motivados pela ação da Campanha Nacional contra o uso de agrotóxicos e pela vida, o Programa de Educação Tutorial (PET) Conexões dos Saberes - Políticas Públicas e agroecologia, em parceria com o Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação em Agroecologia (CEAGRO), iniciam no ano de 2011 um processo de construção do I concurso de desenho para alunos das redes de ensino do território Cantuquiriguaçu do Paraná, lançado no início de 2012 com o tema “Agroecologia ou Agrotóxicos”. Segundo as organizadoras, objetivaram inicialmente “[...] chegar às escolas, entidades públicas e associações, enfim, na população em geral e anunciar/denunciar que no Brasil cada pessoa consome cinco quilos de agrotóxicos por ano”. Sendo no “[...] território da Cantuquiriguaçu, para

¹⁵¹ Disponível em: [eac29e_c971c38cb78f43d7a9a737f5faf38979.pdf \(filesusr.com\)](https://filesusr.com/eac29e_c971c38cb78f43d7a9a737f5faf38979.pdf)

¹⁵² Biblioteca Lecampo – UFPR – Litoral [Licenciatura em Educação do Campo \(ufpr.br\)](http://Licenciatura em Educaçao do Campo (ufpr.br)); Biblioteca Laec – Unicentro [cadernos | Educação do Campo e Indígena \(unicentro.br\)](http://cadernos | Educaçao do Campo e Indigena (unicentro.br))

¹⁵³ [Biblioteca - ABA Agroecologia \(aba-agroecologia.org.br\)](http://Biblioteca - ABA Agroecologia (aba-agroecologia.org.br)); Biblioteca da Questão Agrária - MST

alguns municípios os dados apontam para um consumo de mais de 100 quilos de agrotóxicos por habitante (SINDAG/ADAPAR, 2009)” SANTOS & LEANDRINI, 2014, p. 5).

A partir dos resultados obtidos no âmbito formativo com educadores/as e estudantes, realizam a segunda edição entre os anos de 2013 e 2014 com o tema “Alimento ou Agrotóxicos: o que você come?” Segundo Santos e Leandrini (2014, p. 5) “[...] nos 3 anos de trabalho em torno desse processo de conscientização foram visitados ou contemplados nas ações em torno de 20 municípios, 44 escolas e participaram do concurso 1.101 desenhos”.

Figura 32 e 33: Cartazes dos Concursos de Desenhos contra os agrotóxicos 2012 e 2013.

Concurso de desenho
tema:
Agroecologia é Vida

Os desenhos escolhidos serão expostos durante a Feira de Economia Solidária e Agroecologia (FESA) no dia 20 de outubro de 2012 na Praça Central de Laranjeiras do Sul - PR

II Concurso de desenho
Tema:
ALIMENTOS ou AGROTÓXICOS
O que você come?

Informações: Ceagro / Fone: (42) 3635-4329

Realização:

Informações:
Ceagro Fone:
42 3635
4329

Realização:

Fonte: PET (2012; 2015).

Como forma de oferecer um novo retorno formativo e social às comunidades camponesas, compreenderam a imprescindibilidade de expandir a função social dos desenhos produzidos e “[...] levar às crianças seus desenhos de forma que pudessem ler e se verem nos desenhos, já que fizeram parte neste processo de reflexão-denúncia” (Ibidem, p.6). Com isto, os desenhos adquiriram forma de cartilha infantil, a partir do processo de organização, elaboração e produção realizado pelo PET Conexões saberes - Políticas Públicas e Agroecologia, da UFFS. Intitulada de “A

cartilha da agroecologia e contra o uso de Agrotóxicos: PET e você por um mundo mais Saudável”. Associando os desenhos com produção escrita abordando os seguintes temas: O Que é agroecologia? forma de produção; o que é agricultura orgânica; o que são os agrotóxicos; danos à saúde causados pelos agrotóxicos; agrotóxicos e meio ambiente; o que fazer em caso de intoxicação?

Ao final da cartilha possui um jogo denominado de “trilha”. De forma lúdica trabalha conceitos sobre agricultura, questão ambiental, agroecologia e agrotóxicos. A cada casa, além de realizar a leitura dos conceitos em voz alta, o jogador pode avançar, permanecer na casa ou voltar. O objetivo do jogo, ao chegar no final da trilha e identificar o ganhador, é anunciar a mensagem de que não existe apenas um ganhador, e sim que todos ganharam em conhecimento sobre produção de alimentos saudáveis e alimentação.

Em 2015, o concurso teve sua 3ª edição com o tema “Agrotóxicos por toda parte: o vilão invisível”, com o “[...] objetivo sensibilizar os participantes sobre os malefícios causados pelo uso de agrotóxicos, suas consequências para a saúde humana e no meio ambiente, além dos interesses que movem o seu comércio” (VAZ *et al.*, 2015, p. 1).¹⁵⁴ Envolveu aproximadamente 14.500 estudantes, pedagogos e professores, de 289 escolas de 23 municípios do Território da Cantuquiriguaçu/ PR.

Foram selecionados 50 desenhos da categoria 1 a 5 ano, 100 desenhos do 6 a 9 ano e 50 do ensino médio. Os desenhos selecionados foram submetidos a votação pública. Sendo que os três primeiros colocados em cada categoria foram premiados. Neste ano o PET conseguiu visitar 23 municípios para a divulgação do concurso, o que em outros anos não foi possível. Foram realizadas dez palestras em vários municípios da Cantuquiriguaçu e um total de 1188 desenhos foram recebidos (VAZ *et al.*, 2015, p. 1).

Não tivemos acesso ao tipo de premiação e a abordagem realizada com os estudantes acerca das premiações, entretanto, é válido destacar que estamos diante de um nobre e rico trabalho educativo que ocupa a escola com os princípios ético, político e formativo comprometidos com a vida humana e a biodiversidade. Os desenhos desta terceira edição, também foram transformados em cartilha didática intitulada “A luta contra os agrotóxicos: o vilão invisível”.

¹⁵⁴ VAZ, Jaqueline Martins *et al.* III Concurso de Desenhos “Agrotóxicos por toda parte: O vilão invisível”. In. Anais do VI Seminário De Ensino, Pesquisa E Extensão (Sepe). v. 6 n. 1, 2016.

O concurso, que passou a ter uma dinâmica de realização a cada 2 anos, realizou a 6ª edição no ano de 2022 com o tema “Água X Agrotóxico”, com o objetivo de promover, junto aos alunos da rede pública e particular de ensino, momentos de discussão e reflexão sobre a ameaça que representa o uso de agrotóxicos no campo e na cidade, divulgando a Agroecologia como modelo produtivo.

Em análise dos resultados das duas primeiras edições dos concursos de desenhos, o coletivo de coordenação ressalta a importância do papel dos professores ao “[...] acolheram a proposta e incitaram a discussão em escolas e colégios [...], fazendo acontecer realmente as campanhas de desenho e que proporcionaram aos alunos a discussão acerca de temas e valores até então não questionados [...] (OLIVEIRA *et al.*, 2015, p. 4)¹⁵⁵.

Destacam, que foram inúmeros os desafios para a realização das duas edições do concurso, [...] dentre os principais estão as dificuldades de acesso às escolas, as restrições de recursos financeiros e humanos e a complexidade do tema proposto para trabalho” (Ibidem, p. 4).

Sem dúvidas este processo em prol da luta e construção da hegemonia da classe trabalhadora, é uma experiência a ser tomada como referência e multiplicada nacionalmente nos territórios camponeses e na cidade para avançar na desmistificação da narrativa do agronegócio e evidenciar massivamente os danos e riscos ocasionados à saúde humana e natural pelo modelo destrutivo do agronegócio.

Na linha dos caminhos pela transformação da escola do campo, nas áreas de reforma agrária do Brasil, existe um conjunto de esforços coletivos desafiando-se a ensaiar e construir uma *forma e conteúdo* do trabalho escolar no vínculo orgânico com processos mais avançados da agricultura camponesa de base agroecológica e associativa. Entre elas mencionamos: as Escolas Municipais do Campo localizadas no Extremo Sul da Bahia, que a partir de um trabalho desenvolvido pela Escola Popular de Agroecologia e Agrofloresta Egídio Brunetto, produziram o caderno de educação em agroecologia, “Agroecologia na Educação Básica: Questão Propositiva de Conteúdo e Metodologia” que orienta o trabalho educativo vinculado à agroecologia por meio das diferentes disciplinas e faixas etárias que envolve a educação básica (RIBEIRO *et al.*, 2017); as oito escolas públicas do campo de Ensino Médio nos

¹⁵⁵ OLIVEIRA, Edosn Novak *et al.* A experiência do grupo PET - políticas públicas e agroecologia na campanha contra o uso de agrotóxicos e pela vida. In: Memórias Del V Congreso Latinoamericano De Agroecología. La Plata – Argentina, 2015.

assentamentos do Estado do Ceará (SILVA, 2017); alguns Colégios Estaduais do Campo de Assentamento e as Escolas Itinerantes do Paraná com o projeto político pedagógico por Ciclos de Formação Humana com Complexos de Estudo (LEITE & SAPELLI, 2017).

Essa visão panorâmica dos processos coletivos desencadeados pelos MSP's do C na busca de construir a hegemonia da classe trabalhadora, sustenta-se na denúncia, na luta política e na construção de embriões, desde as práticas coletivas que edificam a agroecologia e a EdoC nos territórios como fundamento da disputa dos rumos da política pública no âmbito dos poderes legislativo, judiciário e executivo.

São processos que paulatinamente edificam um projeto de país pautado pela democracia, pela justiça social e ambiental, fundado na perspectiva de *lutar e construir* a Reforma Agrária Popular enquanto alternativa na democratização do acesso à terra, mas também na afirmação da agroecologia, da produção de alimentos saudáveis, da cooperação, da defesa da terra, das águas e das florestas como bens comuns.

4.3.1. A luta pelo banimento do Agrinho no Paraná

Entre as ações no âmbito da denúncia, Leite (2019)¹⁵⁶ apresenta uma vitória histórica na luta contra o aparelhamento das escolas públicas pelo agronegócio no município de Cascavel, no Paraná, por meio da Deliberação do Conselho Municipal de Educação 01/2019 de 12 de abril de 2019, com base no Parecer CME 12/2019, proibindo a utilização, distribuição, recebimento ou divulgação dos materiais do Programa do Agronegócio Agrinho na rede municipal. A conquista é fruto de um longo período de denúncia pela sociedade civil e de mobilização das entidades que integram a Articulação Paranaense Por Uma Educação do Campo junto a vereadores e parlamentares comprometidos com a Educação Pública.

Na análise dos fatos que desenvolvemos nesta tese, buscando construir uma cronologia das ações pelo fim do Programa Agrinho no Paraná, consideramos que o primeiro ato de denúncia foi realizado por meio da matéria intitulada "Crianças costumavam espalhar agrotóxicos no Paraná" veiculada no dia 25 de maio de 2000,

¹⁵⁶ E-mail enviado pelo autor para rede de contatos nacional da Educação do Campo no dia 20 de abril de 2019, intitulado "LUTA PELO FIM DO PROGRAMA EDUCACIONAL DO AGRONEGÓCIO "AGRINHO" - resultados em Cascavel – PR".

na página “El Mural Del Horror”¹⁵⁷ por Dioclécio Luz, da Rede de Saúde do trabalhador na América Latina e Caribe. No artigo, Luz evidencia a verdadeira lógica do Agrinho ao dizer:

No Estado do Paraná, está se desenvolvendo uma experiência inusitada de propaganda e incentivo ao uso de agrotóxicos. Lá, os professores da rede pública ensinam crianças da zona rural a usar agrotóxicos. Isso acontece numa farsa: aparentemente as crianças estão participando de um programa de educação ambiental onde se aborda a questão da saúde, do meio ambiente e até da cidadania. Na verdade, eles estão sendo doutrinados para no futuro se tornarem consumidores de agrotóxicos. Uma **aliança exótica entre o Governo do Estado do Paraná e as indústrias fabricantes de agrotóxicos garante a doutrinação das crianças**. No ano passado, o “Programa Agrinho”, seu nome oficial, **catequizou** 1.200.000 crianças e adolescentes da rede pública de 310 municípios. Durante 1999, eles aprenderam sobre a “lavagem tripla”, uma forma de tratar embalagens vazias. Desde 1996, quando o programa foi criado, eles aprenderam aspectos do uso de agrotóxicos. Ou seja, não se questiona o uso de agrotóxicos nas plantações, mas sim como utilizá-los. Em 1999 aprenderam a resolver o problema criado pelos fabricantes: **que destino dar aos recipientes**. O tema “Por que fazer uma tríplice lavagem?” Fez parte de um programa que abordou outros temas importantes, como “Adolescência, sexualidade e amor”; “Dentes saudáveis, crianças felizes”; “Praticando a cidadania na escola”; “Saúde na família”, etc. (LUZ, 2000, n/p. Grifos do autor).

Na mesma perspectiva, em 12 de abril de 2004, a Folha Meio veiculou uma matéria intitulada “No Paraná, crianças são usadas para difundir o uso de agrotóxicos”¹⁵⁸

No Paraná se desenvolve uma **experiência incomum de propaganda e estímulo ao uso de agrotóxicos**. Lá os professores da rede pública ensinam crianças do meio rural a usaremos pesticidas. Isto acontece dentro de uma farsa: aparentemente as crianças estão participando de um programa de educação ambiental onde se aborda a questão da saúde, meio ambiente e até cidadania. Mas, na prática, elas estão sendo doutrinadas para no futuro se tornarem consumidoras de agrotóxicos. Uma exótica parceria entre o governo do estado do Paraná e as indústrias fabricantes de agrotóxicos garante a **doutrinação sistemática das crianças** (FOLHA DO MEIO, 2004, n/p. Grifos do autor).

Em 2008, o Ministério Público do Estado do Paraná realiza a abertura do procedimento n.º 1122/08¹⁵⁹ para averiguar a existência de propaganda direta ou

¹⁵⁷ Anexo I - Crianças costumavam espalhar agrotóxicos no Paraná.

¹⁵⁸ Anexo II.

¹⁵⁹ Anexo III - Notificação Recomendatória procedimento n.º 1122/08 - MPT

subliminar da indústria de agrotóxico no material do Programa Agrinho. Em 22 de abril de 2014, este procedimento culmina em uma notificação recomendatória ao Conselho Estadual de Educação do Paraná para adotar medidas imediatas para impedir a participação das escolas, professores e alunos das redes públicas ou privadas de ensino, municipais e estaduais, no Programa Agrinho. quando e sempre que patrocinado pelas indústrias químicas e de agrotóxicos, “[...] tendo em vista a propaganda direta ou subliminar que o patrocínio incute nos alunos e integrantes da comunidade escolar, pois a EDUCAÇÃO DEVE MANTER COMPROMISSO PERMANENTE COM A QUALIDADE DO AMBIENTE E A VIDA DO PLANETA” (MPT, 2014, p.7. Grifos do original). Entre as considerações que sustentam tal decisão, vale destacar a argumentação acerca da existência de [...] conflito aparente entre o interesse do grande empresário rural, representante do agronegócio, em relação às pequenas unidades de produção agrícola baseadas no trabalho familiar, cujos filhos estão nos bancos escolares do Estado [...] (MPT, 2014, p. 5).

Outro destaque na fundamentação da recomendação é à menção a iniciativa da sociedade civil organizada acerca da Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida, ressaltando que seu objetivo é fomentar o debate com a “[...] população sobre a falta de fiscalização, uso, consumo e venda de agrotóxicos, a contaminação dos solos e das águas e denunciar os impactos dos venenos na saúde dos trabalhadores, das comunidades rurais e dos consumidores nas cidades” (MPT, 2014, p. 5).

Em 2011, o Engenheiro Agrônomo e Doutor em Agroecologia, Valdemar Arl com intuito de ajudar na avaliação do programa, elabora o artigo intitulado “É necessário colocar o “Agrinho” na balança” que inclusive ajudou a subsidiar a análise do Ministério Público para elaboração da notificação recomendatória citada anteriormente.

Em agosto de 2013, aproximadamente mil pessoas (educadores e educadoras; educandos, educandas e pais; lideranças e outras pessoas das comunidades); representando aproximadamente 120 municípios, movimentos sociais e sindicais, escolas, universidades, reunidos no Encontro Estadual de Educação do Campo, organizado pela Articulação Paranaense por uma Educação do Campo redigiram a “Carta Manifesto de Candói”¹⁶⁰, entre as denúncias consta: “Exigir o fim do programa

¹⁶⁰ Disponível em: <http://assesoar.org.br/wp-content/uploads/2013/08/Carta-de-Candoi2.pdf>

Agrinho, pois, não atende às necessidades das escolas do campo, bem como, não se relaciona com os sujeitos que vivem nas comunidades camponesas” (APEC, 2013, p. 05).

Em março de 2014, a Procuradoria da Justiça por meio do Protocolo n.º: 92/2014 - manifesta contrariedade à solicitação de formalização do Termo de Cooperação a ser celebrado entre o MP-PR e o SENAR – PR, recomenda ainda, a retirada da logomarca do Ministério Público do Estado do Paraná, do site oficial do Programa Agrinho, onde a instituição aparece como parceira e apoiadora do referido Programa. O protocolo adverte que o programa “[...] incorpora mensagens subjetivas e até mesmo objetivas muito mais voltadas à racionalização do uso de agrotóxicos do que uma efetiva conscientização ecológica para uma perspectiva de superação dos mesmos [...]” (SANTOS, 2014, p. 1). E continua,

Nesta perspectiva, o Programa de Responsabilidade Social Agrinho: - não atende aos interesses sociais e ambientais que o Ministério Público, por meio do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Meio Ambiente enfrenta junto à sociedade; - não retrata e condiz com a realidade vivida pela população escolar do campo, tanto escolas com os professores e alunos; - distancia-se das políticas públicas de educação do campo e das diretrizes previstas na Deliberação No 04 de 12 de novembro de 2013 que trata das Normas Estaduais para a Educação Ambiental no Sistema de Ensino do Paraná, com fundamento na Lei Federal 9.795/99 e Resolução CNE/CP 02/2012 (SANTOS, 2014, p. 2).

Importante salientar que o protocolo, além de sustentar-se no marco legal, respalda-se no texto do Agrônomo Valdemar Arl, na Carta de Candói e na Notificação Recomendatória, evidencia a importância das manifestações da sociedade civil acerca dos impactos negativos do Agrinho ao apregoar a naturalização da lógica do agronegócio destrutiva da natureza e do ser humano.

A partir da Notificação Recomendatória, constitui-se um ambiente de maior problematização nas escolas e municípios, no município de Rio Branco do Sul, segundo Gonçalves (2018) baseado na notificação recomendatória de não uso do Agrinho, o município cessou o contrato com o SENAR acerca da “[...] formação continuada para os professores, coordenadores e diretores numa perspectiva da educação rural, e foi cancelada a utilização do material didático do programa Agrinho.

Esta condição foi possível a partir das discussões realizadas com o coletivo de pesquisadores do NUPECAMP¹⁶¹ (GONÇALVES, 2018, p. 405).

No mês de julho de 2015, a Articulação Paranaense Por Uma Educação do Campo (APEC), publica um Boletim Informativo e aborda o tema na proibição do Programa Agrinho nas Escolas do Campo como forma de motivar a continuidade dos processos de denúncia e resistência à submissão das escolas ao programa do agronegócio, conforme ilustração.

Figura 34: Programa Agrinho nas Escolas do Campo não!

8
Boletim da Articulação Paranaense por uma Educação do Campo

Programa Agrinho nas escolas do campo não!

*Ministério Público do Paraná é contrário
ao Programa que ensina as crianças em escolas
como usar pesticidas no campo.*

O Agrinho é um programa do Sistema FAEP, em parceria com o SENAR-PR, e o governo do Estado do Paraná, mediante as Secretarias de Estado da Educação, da Justiça e da Cidadania, do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, da Agricultura e do Abastecimento e diversas empresas privadas como DawAgroSciences, Du Pont, e por organizações das empresas dos agrotóxicos (Adef e Aenda) todos interessados na difusão do uso dos agrotóxicos.

O Programa Agrinho é travestido de um programa de educação ambiental e ensina as crianças do campo a usarem os pesticidas. Isto acontece dentro de uma farsa: aparentemente as crianças estão participando de um programa de educação ambiental no qual se aborda a questão da saúde, meio ambiente e até cidadania. Na verdade, elas são educadas para consumirem e aplicar os agrotóxicos na agricultura.

Os temas “Por que fazer a triplíce lavagem?” vem embutido num Programa que aborda outros temas de caráter importante, como “Adolescência, sexualidade e amor (saúde jovem)”; “Dentes saudáveis, criança feliz (odontologia preventiva)”; “Praticando a cidadania na escola (cida-



Agrotóxico



é VENENO!

dania); “Saúde na família (saúde)”; “Por que a água é um recurso natural renovável mas limitado (água)?”; “A sobrevivência do homem depende da biodiversidade (biodiversidade)”; “O que você pode fazer para evitar o efeito estufa (clima)”; e “Qual a importância do solo para o equilíbrio ambiental? (solo)”.

Em função dessa problemática, o Ministério Público do Paraná, em abril de 2014, notificou o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, com um parecer contrário à realização desses programas nas escolas públicas do Paraná e fez uma recomendação ao Conselho Estadual de Educação do Paraná para que deliberem medidas imediatas (como aprovação de Resoluções) que impeçam as escolas, professores e estudantes das redes públicas ou privadas de ensino, municipais e estaduais, a participar do Programa Agrinho, justificando que a educação deve manter compromisso permanente com a qualidade do ambiente e a vida do planeta.

Diga não a esse
programa nas
escolas do campo!

Fonte: APEC (2015, p. 8)

Em continuidade aos processos de luta e denúncia contra a incidência do agronegócio na Educação Pública, em 4 de setembro de 2015, educadores,

¹⁶¹ Núcleo de Pesquisa em Educação do Campo, Movimentos Sociais e Práticas Pedagógicas (NUPECAMP)1, da Universidade Tuiuti do Paraná

educadoras e estudantes das Escolas do Campo, durante Encontro Estadual das Educadoras e Educadores das Áreas de Reforma Agrária, realizam marcha e ato¹⁶² político de denúncia com queima simbólica de mais de 2 mil exemplares das cartilhas do Programa Agrinho, em frente ao prédio do Núcleo Regional de Educação de Cascavel (NRE/SEED-PR), em repúdio à submissão das escolas aos interesses dos empresários do agronegócio e pelo fim da manipulação desencadeada pelo Programa Agrinho.

Figura 35: Queima simbólica das cartilhas do Programa Agrinho – 2015.



Fonte: Coletivo de comunicação do encontro (2015).

Figura 36: Marcha pelo fim dos materiais do Agronegócio nas Escolas Públicas



¹⁶² Vídeo do ato político disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=WwTcacw0ih8>

Fonte: Coletivo de comunicação do encontro (2015).

Como síntese política do ato político contra o Programa Agrinho, educadoras e educadores redigem um manifesto/denúncia, intitulado “Carta pelo fim do Programa Agrinho nas Escolas Públicas do Paraná”¹⁶³, onde anunciam que

Em assiduidade aos processos de luta contra este malefício à educação e à sociedade, recorreremos ao Ministério Público do Estado do Paraná e ao Conselho Estadual de Educação – CEE para retomarem os processos iniciados pelo Ministério Público, em abril de 2014, pelo procedimento n.º 1122/08, o qual recomendou ao CEE a criação de medidas que impedissem a submissão dos professores e alunos aos programas desenvolvidos pelo patronato rural representado pela FAEP. Conclamamos a necessidade de uma determinação legal que garanta o fim do Programa Agrinho, por não atender às necessidades das escolas do campo, por não respeitar o caráter da educação pública, a biodiversidade, a vida e promover, paulatinamente, a morte do campo e da cidade. Lutamos por uma educação do campo e pela produção de alimentos saudáveis, e convidamos todos os trabalhadores a apoiar e participar desta luta contra a mercantilização da educação e em defesa da educação pública e da vida (APEC, 2015, p. 2).

A partir do ato político com a queima simbólica das cartilhas do Programa Agrinho, desencadeou-se um processo de coerção aos diretores e diretoras das escolas do campo da região de Cascavel, por parte da chefia do NRE de Cascavel e representante do SENAR-PR, exigindo informações por meio de ligações sobre o ato, como a origem das cartilhas que foram queimadas e responsáveis pela organização do ato, utilizando-se de expressões com ameaças¹⁶⁴.

Com base nos procedimentos do Ministério Público do Paraná e os processos desenvolvidos pelos movimentos, fundamentalmente o ato em Cascavel, o professor e vereador Paulo Porto Borges (PCdoB), incorporou, ainda em setembro de 2015, a reivindicação dos educadores e educadoras do campo em relação ao Agrinho e dedicou-se por meio do poder legislativo a construir caminhos pela proibição do Agrinho na rede municipal. Em 24 de setembro, constituiu-se uma comissão especial para analisar o material do Agrinho, em resposta ao ofício 29/2015 do mesmo mês, do vereador Paulo Porto (PCdoB), que solicitava um posicionamento do Conselho Municipal de Educação (CME) quanto ao material do programa.

¹⁶³ Anexo IV

¹⁶⁴ Registro de diário de campo do dia 25 de setembro de 2015, durante reunião com representantes das escolas do campo da região de Cascavel.

Ressaltamos que as diferentes iniciativas apresentadas até aqui motivaram e subsidiaram muitos processos coletivos localizados. No município de Itapejara d'Oeste, educadores do Colégio Estadual do Campo Carlos Gomes, após participarem da formação do Agrinho no dia 07 de junho de 2016, promovida pelo Núcleo Regional de Educação (NRE) de Pato Branco, decidiram se reunir enquanto comunidade escolar no dia 8 e 9 de junho, analisaram os documentos e denúncias sobre o programa e coletivamente decidiram por não permitir a entrada do Agrinho na Escola, conforme anunciam em carta redigida e direcionada ao NRE de Pato Branco.

Sentimos que as intenções do material a ser trabalhado são veladas e tentam nos iludir, ou omitir as reais determinações quando se trata de degradação ambiental e sustentabilidade. Sendo assim, tendo em vista a incompatibilidade de concepção/ideologia presente no Programa Agrinho e a que estamos buscando junto ao paradigma de Educação do Campo, optamos por não trabalhar o material disponibilizado nas escolas (GOMES, 2016, p. 2).

Assim como identificamos pela pesquisa que em 4 agosto de 2016, no município de Irati, um professor questionou por meio de um requerimento a Escola Estadual Nossa Senhora das Graças, onde sua filha estuda, sobre a utilização das Cartilhas do Programa Agrinho, tornando de conhecimento a recomendação do Ministério Público ao Conselho Estadual. Em resposta, no dia 05 do mesmo mês, a diretora da escola esclarece que participaram do Seminário Agrinho organizado pelo NRE de Irati e que fizeram adesão ao programa, inclusive designando uma professora responsável pelo Agrinho na escola. Contudo, alegou ausência de conhecimento da Notificação Recomendatória do Ministério Público Estadual e concluem. “Desde já, afirmo que mediante o conhecimento das orientações do Ministério Público Estadual [...], a nossa escola não utilizará os materiais, desde o presente momento, e não irá aderir, nos próximos anos, ao Programa Agrinho”.

Retornando aos fatos contra o Agrinho no município de Cascavel, em 19 de abril de 2016, o CME recebeu em plenária o superintendente do Senar, o diretor do Sindicato Rural de Cascavel, assessores técnicos das instituições e assessora pedagógica, que explanaram sobre o Agrinho. Após apresentação do grupo, a Câmara de Legislação e Normas apresentou ao Conselho Pleno um parecer que indicou a proibição da utilização do material do Agrinho nas escolas da rede municipal. No seguinte ano, na sessão do Conselho Municipal de Educação realizada em 21 de fevereiro de 2017, decidem por unanimidade pela proibição do Programa Agrinho nas

Escolas e Centros de Educação Infantil da Rede Pública Municipal de Ensino de Cascavel, conforme expressa o Parecer CME 01/2017. Segundo o parecer, a Rede Municipal de Ensino de Cascavel “[...] tem condição de analisar, organizar e produzir instrumentos adequados e coerentes para garantir educação com qualidade. [...] Agrinho não está em consonância com os pressupostos e objetivos da Rede Pública de Ensino” (CASCAVEL, 2017, p. 2-3). Diante do resultado, o mandato do professor Paulo Porto, a fim de comunicar toda rede municipal sobre a decisão do CME, enviou carta endereçada a todas as escolas da rede municipal e estadual, enquanto presidente da Comissão de Educação na Câmara de Vereadores, reafirmando que “[...] o Agrinho não passava de uma propaganda do veneno travestida de material didático” (PORTO, 2017, n/p). “Pedagogicamente, o programa é uma aberração. Ao afirmar soberanamente um único modelo de agricultura (com uso indiscriminado de venenos), ignora outros modelos realmente sustentáveis, tal como a agricultura orgânica, agroecologia, permacultura, etc.” (PORTO, 2017, n/p)

Em razão do resultado obtido, o sistema FAEP em abril de 2018, passa a exercer coerção ao mandato do vereador Paulo Porto, acusando-o judicialmente de calúnia e difamação ao Programa Agrinho. Depois de uma série de audiências e pressões, em 17 de setembro de 2019 o poder judiciário declarou como extinto o processo. Ao utilizar a tribuna durante sessão ordinária da Câmara Municipal no dia 23 de setembro, Porto externa o valor da conquista contra a poderosa Faep, apresentando duas lições que podem ser extraídas deste processo:

[...] a derrota da Faep não foi vitória apenas deste mandato, mas de esta Casa Legislativa, pois quando um vereador é cerceado em suas posições, o ataque não é apenas ao vereador, mas o ataque é a todo poder legislativo [...] as empresas do veneno e o poder econômico, por mais que queiram e tentem, não podem e não vão restringir o debate político. [...] a verdade é que essa queixa-crime não passava de uma desastrada tentativa da Faep de criminalizar a atividade legislativa, consequentemente, criminalizar a própria democracia representada aqui pelos 21 vereadores eleitos pelo voto popular[...] independente dos desejos da Faep, o Programa Agrinho segue banido em toda a Rede Municipal a partir de orientação do Conselho Municipal de Educação que, assim como este mandato, entende que o Agrinho não tem nada a contribuir com o nosso currículo e muito menos com as nossas crianças. Nossa Rede Municipal segue sendo território livre do Agrinho e dos defensores do veneno em nossa comida. [...] entendo que é hora deste mandato enviar uma nova carta para toda a Rede Pública de Ensino reafirmando a necessidade de combatermos o Projeto Agrinho em todas nossas unidades escolares. (PORTO, 2019, n/p).

A regulamentação do banimento do uso do Programa Agrinho na rede municipal de Ensino de Cascavel é publicada em 12 de abril, por meio do Parecer do CME n.º 12/2019¹⁶⁵ e a Deliberação CME 01/2019¹⁶⁶. Destacamos da decisão:

Constitui claramente em expressão ideológica que apresenta ao agronegócio como o melhor e mais benéfico modelo de desenvolvimento e, deve ser defendido e aceito por todos, contudo devemos considerar e ensinar que existem modelos ecológicos de controle e manejo de pragas que atendem as necessidades e disposições legais, e que não são tão prejudiciais à vida humana (CASCAVEL, 2019, p. 20).

Importante, salientar que além do Programa Agrinho, o parágrafo único do artigo 1º da deliberação é incisivo ao expressar que: “O impedimento apregoado no *caput* deste artigo estende-se a todo e qualquer material, programa ou similar que faça alusão ao conteúdo disposto no material do Programa Agrinho” (CASCAVEL, 2019, p. 1). Ou seja, a luta contra a usurpação e aparelhamento da escola pública pelo Programa Agrinho no município de Cascavel, estende a vitória política e pedagógica contra a Pedagogia do Agronegócio presente na rede municipal de ensino por meio do programa Escola do Campo da Syngenta, entre outros. Nos limites da presente pesquisa, não foi possível averiguar o cumprimento e mecanismos de fiscalização para conduzir a presente decisão.

Pela pesquisa realizada, dentro de seus limites, não identificamos em nenhum outro município do território nacional a regulamentação da proibição do uso de programas do agronegócio nas escolas públicas municipais e estaduais. Em face da nova ofensiva empreendida pelos aparelhos privados do agronegócio, cabe aos Movimentos Sociais Populares do Campo, Grupos de Pesquisa vinculados à Educação do Campo, Sindicatos de Professores/as, mandatos progressistas de vereadores e parlamentares, tomarem como referência esta histórica conquista aqui abordada e desencadear, motivar, mobilizar e formalizar a luta nos distintos rincões do nosso país contra a instrumentalização da educação pública para promoção e difusão do ideário do projeto capitalista de agricultura e de sociedade. Acreditamos que as informações, dados e documentos anexos acerca da trajetória de luta contra este programa do agronegócio no Paraná, em especial os trâmites no município de

¹⁶⁵ Anexo V - Parecer CME n.º 12/2019 – Banimento Agrinho em cascavel - PR

¹⁶⁶ Anexo VI - Deliberação CME n.º 01/2019 – Banimento Agrinho em Cascavel-PR

Cascavel orquestrados a partir do Mandato do Vereador Paulo Porto, podem subsidiar, alimentar, motivar e colocar à frente outros processos de luta pelo fim dos programas do agronegócio na Educação Pública em outros municípios e estados.

As experiências aqui abordadas de luta política contra a incidência da pedagogia do Agronegócio nas escolas públicas, demonstram a necessidade da luta política fundamentada na participação coletiva do conjunto dos trabalhadores da educação com as comunidades escolar, fora da ampla mobilização e participação coletiva da comunidade, dificilmente constituirá pilares de resistência ativa contra a ingerência dos programas/projetos do agronegócio e do capital nas escolas. Enfrentar esta ofensiva da Pedagogia do Agronegócio que se alastra no meio educacional e na sociedade, apresenta-se de forma cada vez mais emergente a busca por processos políticos, organizativos e massivos de luta, articulados, desde os territórios a nível nacional, tendo por referência os espaços organizativos da luta por uma Educação do Campo no Brasil.

5. NOTAS INCONCLUSIVAS PARA CONCLUSÃO

A presente pesquisa dirigiu-se pela problematização de *“Como as entidades patronais rurais e as corporações agroindustriais se articulam para realizar e manter a inserção na política educacional e o aparelhamento da Educação Básica em prol da promoção dos interesses privados do agronegócio?”*

Tendo por base esta questão, empreendemos reflexões e análises, reunimos pesquisas, realizamos coleta de dados e inventariamos ações do agronegócio no âmbito da educação para alcançar nosso objetivo geral *constitui em compreender, problematizar, analisar e refletir sobre a inserção dos aparelhos privados de hegemonia (APH) do agronegócio na Educação Básica, considerando a correlação de forças no campo do agronegócio e seus nexos com governo e Estado para materialização das suas estratégias de dominação de classe.*

Acreditamos que os caminhos metodológicos e investigativos que construímos culminaram em resultados que justificam a presente tese e permitem confirmar nossa hipótese inicial da existência de um reposicionamento das entidades patronais rurais em articulação com empresas do agronegócio e parlamentares da Bancada Ruralista, por meio de uma sistemática agenda política, via a ação política *“De olho no material escolar”* com intuito de avançar na ofensiva à Educação Pública, buscando ampliar sua incidência e o seu papel, reorganizando e ampliando as estratégias via educação, integrando o complexo processo da *Pedagogia do Agronegócio* de coerção e consenso para a manutenção e consolidação da hegemonia na sociedade.

Para isso, buscamos compreender inicialmente, a partir do referencial gramsciano, a concepção de Estado ampliado (GRAMSCI, 2001), demarcando a existência de uma indissociabilidade entre sociedade política (Estado restrito) e sociedade civil, entre política e cultura com a construção da hegemonia. Afirmando que o Estado capitalista, consiste na atuação concomitante, de construir o consenso, de consentimento obtido por meio da ação dos aparelhos de hegemonia da sociedade civil, em sintonia e por meio da ação do próprio Estado restrito, que promove e generaliza o projeto da fração de classe hegemônica em diferentes contextos históricos (MENDONÇA, 2014).

Além de se constituir como exercício de ferramenta metodológica (MENDONÇA, 2014), a apreensão da concepção de Estado Ampliado (GRAMSCI, 2001) propiciou a base teórica-instrumental para pavimentar os caminhos

investigativos para apreender o *modus operandi* do agronegócio na educação por meio da sua atuação na sociedade política e sociedade civil.

Por meio da multiplicidade e diversidade de aparelhos privados, a nova direita no Brasil (CASIMIRO, 2018) tem expandido processos de ampliação do Estado que impossibilita conceber o Estado reduzido as suas estruturas diretamente vinculadas ao poder legislativo, executivo e judiciário. O agronegócio, por meio de suas entidades patronais, associações e institutos na medida que penetram a *ossatura material* do Estado, além de oferecer concretude a ampliação do Estado, assentam e inscrevem sua agenda política na aparelhagem estatal com o objetivo de universalizar e converter seus interesses privados como se fossem do conjunto da sociedade.

Não sem contradições e resistências, esse aparelhamento do Estado brasileiro pelas forças sociais que integram o agronegócio, possibilitou a expansão capitalista no campo brasileiro, resultando em processos de violações de direitos humanos e na violência e genocídio dos trabalhadores/as e comunidades tradicionais. Confirmado, pelo alto índice de conflitos, de intoxicações e mortes por agrotóxicos, de assassinatos de lideranças comunitárias, de submissão ao trabalho análogo à escravidão, de destruição da natureza e de concentração das terras por uma minoria, produto da usurpação e da expropriação dos meios de produção e de reprodução da vida dos camponeses/as.

Estes fatores justificam o agronegócio adentrar a agenda da política educacional, por isso não há como tratar da educação e logo da Educação do Campo, de forma dissociada das relações de trabalho no campo e na cidade, e na necessária interface entre a materialidade que a conforma, neste caso a propriedade privada da terra, a concentração da terra, a violência, a precarização do trabalho e resistência, as quais se movimentam no interior do confronto direto entre os projetos de agricultura e de sociedade.

Com o avanço do neoliberalismo com a lógica ilusória de diminuição do papel estatal e da ampliação de participação da sociedade civil nas questões sociais e a ofensiva da Reforma Empresarial da Educação no Brasil, introduz-se a educação, no caminho da privatização plena e inserção no livre mercado. As Parcerias Público-Privadas (PPP's), a lógica da publicização, a instituição da responsabilidade pela execução das políticas sociais à sociedade civil, seja pela privatização (mercado) ou pelo terceiro setor, constituem o ambiente favorável para as entidades patronais,

empresas e a burguesia consolidarem o ambiente dos negócios ao passo que promovem a manutenção da hegemonia.

Ou seja, constitui-se o propício ambiente para entrada da “nova direita” (CASIMIRO, 2018) no setor público, um privilegiado ambiente político-pedagógico de dominação burguesa (NEVES, 2005), exercido por diferentes setores empresariais e com uma grande investida do agronegócio, por meio de projetos sociais, culturais, educacionais e ambientais alicerçados pelo discurso da minimização dos danos que ocasionam na natureza com a exploração dos bens naturais.

A sistemática presença da *Pedagogia do Agronegócio* nas escolas públicas, via projetos/programas, diz respeito a esse camuflado objetivo de dominação e construção da hegemonia por meio de um construto discursivo-ideológico-apologético de reafirmação do setor enquanto força social e produtiva. Essa sistemática é parte da estratégia de disseminação da cultura dominante com a imposição de uma concepção de campo e sociedade condizente aos interesses econômicos de seu grupo social e de submissão e subordinação da população camponesa.

Importante observar que embora a consolidação do DONME tenha ocorrido num ambiente político favorável às pautas ultraconservadoras e vinculadas aos interesses da burguesia rural, tendo Jair Bolsonaro na presidência e ruralistas nos ministérios que acolherem e ofereceram fluxo à agenda política do DONME no Estado restrito, não descarta a possibilidade, de no interior do terceiro Governo de Luiz Inácio Lula da Silva, de conciliação e de frente ampla, adquirir abertura e consistência, tendo em vista a configuração dos ministérios com a presença de ruralistas, por exemplo, no Ministério da Agricultura e Pecuária com Carlos Henrique Baqueta Fávaro (PSD-MT), a expressiva composição da bancada ruralista no congresso e no senado e pela própria lógica empresarial reinante no MEC oferecem grandes indícios para essa agenda. Assim como, tem potencial em adquirir fluxo e incidência na política educacional via governos municipais e estaduais, conforme vimos com o governo estadual e a prefeitura de São Paulo. Sem dúvidas o cenário atual é de alerta, organização, mobilização, elaboração, resistência e luta.

A pesquisa desenvolvida demonstra que está em curso no Brasil, ao longo de três décadas, um amplo processo pedagógico com grande abrangência territorial, de aparelhamento, instrumentalização e usurpação da escola pública pelo agronegócio por meio de seus setores representativos e aparelhos privados de hegemonia (associações e entidades de classe, empresas e sindicatos patronais, mídia

empresarial e rural). São milhões de crianças e jovens diretamente impactadas e “doutrinadas” por conteúdos isentos de cientificidade para promover e enaltecer os interesses privados do agronegócio e milhares de comunidades impactadas indiretamente na abrangência territorial destas escolas. Estes projetos/programas, sonégam conhecimento aos estudantes ao propiciar uma visão romantizada, distorcida e mistificada das relações de trabalho no campo que dificultam a interpretação dos fenômenos e contradições concretas oriundas do agronegócio no território em que estão inseridos.

Buscam internalizar na consciência dos sujeitos envolvidos (desde a menor idade) direta ou indiretamente, a falsa imprescindibilidade do agronegócio e uma ressignificação da devastadora modernização conservadora da agricultura - revolução verde, a fim de instrumentalizar e submeter, essencialmente, os sujeitos do campo para reproduzir as relações capitalistas de produção. Para isso, os conteúdos das cartilhas trabalham com a lógica da propaganda publicitária de *exclusão e inserção* – exclusão de acontecimentos, dados e conhecimentos históricos que conflitam com seus interesses e inserção de informações apócrifas que buscam tornar essa narrativa socialmente aceitável e hegemônica em detrimento da ciência.

Por meio da estrutura organizacional dos projetos/programas do agronegócio, seus intelectuais orgânicos implantam seus interesses privados em distintos espaços da sociedade política (Ministério, Conselhos, Comissões, Governos Estaduais e Secretarias), assim como, assimilam e conformam um conjunto de intelectuais tradicionais nas escolas, secretarias municipais e estaduais, prefeituras e governos estaduais que passam a assumir o construto discursivo-ideológico-apologético do projeto de hegemonia do agronegócio. O Programa Agrinho que foi analisado entre os outros programas, exerce procedimentos com as escolas públicas semelhantes ao Programa da ABAG que “[...] incorporou em seu projeto de hegemonia os professores que passaram a compor o “exército” do “Partido do Agronegócio”, formando uma camada de intelectuais orgânicos de “baixa patente”, responsáveis pela produção de uma espécie de pedagogia da hegemonia (LAMOSA, 2014, p. 179).

A nova ofensiva do Agronegócio analisada – De Olho no Material Escolar (DONME), diferentemente, do que vimos com os programas educacionais do agronegócio analisados por Lamosa (2014), Junqueira (2014), Pereira (2015), Dipieri (2018), Ribeiro (2018), Aquino (2018) e Campanha (2021), expressa que estamos diante de uma novo *modus operandi* de aparelhamento, assalto e usurpação da

educação pública, de caráter mais abrangente em razão de seus impactos em escala nacional por meio da investida na política educacional por meio principalmente do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), ao invés de incidências locais e regionais que ocorrem com os programas (GEOAGRÁRIA, e GTAGRÁRIA, 2021).

O acúmulo metodológico na *forma* de inserção do agronegócio nas escolas públicas por meio dos projetos/programas empresariais localizados, propiciou avançar para uma investida com maior coesão e unidade nacional que se materializa na atuação do DONME, manifestando um avanço qualitativo do agronegócio (CORDEIRO, 2022) na disputa do sentido do conteúdo escolar. Assumindo a mesma lógica persuasiva de exclusão do conteúdo científico, histórico e social dos livros didáticos que associam as relações de trabalho no agronegócio, conflitos no campo, ao desmatamento, à destruição dos bens da natureza, às causas e efeitos dos agroquímicos, a saúde humana e ambiental, ao trabalho escravo e entre outras dimensões estruturais. A interferência dos programas/projetos via parceria público-privado e a incidência do DONME no conteúdo escolar, escancara contradições e conflitos no âmbito da relação público-privado que descaracterizam o papel da educação pública quando aparelhada por uma visão doutrinária de mundo e ufanista do agronegócio. Usurpação

Neste processo, o agronegócio, por meio do DONME, somado aos outros projetos empresariais do agronegócio, está se impondo violentamente como autoridade para direcionar o que deve ser socializado nas escolas públicas e particulares, exercendo uma “hegemonia couraçada de coerção”, conforme vimos em Gramsci (2001), buscando conformar e interiorizar no conjunto da sociedade às formas de *pensar, sentir e agir*, combinado a renovação das “[...] velhas táticas anticomunistas associadas a uma pedagogia da hegemonia da burguesia e do agronegócio, que oferece para aqueles que aderem um lugar subalterno e para aqueles que resistem a coerção, a perseguição e a violência” (LAMOSA, 2021, n/p).

O DONME na medida em que busca silenciar e neutralizar a história, abolir as diferenças, ocultar as contradições e desarmar toda tentativa de interrogação dirigida ao agronegócio pelo conhecimento científico, empreende uma postura política e práticas ultraconservadoras, autoritárias e fascistas edificadas pelo *Escola Sem Partido* (FRIGOTTO, 2017) e outros movimentos semelhantes, que promovem perseguição de professores, denúncia de escolas, pressão a parlamentares e governos para criminalizarem a prática docente e o pensamento crítico. Esse *modus*

operandi com acento negacionista, coercitivo e de persuasão presente no DONME o difere dos outros projetos/programas como o Agrinho do SENAR e o Agronegócio na Escola da ABAG que busca acentuar a positividade do ramo e uma falsa harmonia com preceitos sociais e ambientais.

Por meio da análise empreendida sobre a atuação do agronegócio na sociedade política e sociedade civil, é possível coadunarmos com Cordeiro (2022, p. 367. Grifos da autora) que “[...] a pedagogia do agronegócio é uma síntese que reflete a nova pedagogia da hegemonia, o Estado ampliado e seletivo (FONTES, 2010), o capitalismo dependente e a própria hegemonia do agronegócio”.

Afirmamos, a partir do acúmulo das pesquisas sobre o tema, a compreensão que por *Pedagogia do Agronegócio*, estamos compreendendo a existência de um complexo e abrangente processo organizativo-político-econômico-pedagógico de atuação dos aparelhos privados de hegemonia do agronegócio (associações e entidades de classe, empresas, sindicatos patronais, institutos de pesquisa, editoras, bancada ruralista, mídia empresarial e rural) na sociedade política e sociedade civil para fins de constituírem o consentimento do conjunto da população aos interesses econômicos e político-ideológico. A *Pedagogia do Agronegócio*, enquanto instrumento de dominação, reproduz a *Pedagogia do Capital*, objetivando além de trabalhar pela difusão ideológica, valorização da imagem do setor e internalização das contradições de classe, se autoafirmar como força social e produtiva na direção político-intelectual e do consenso da sociedade para consolidação da hegemonia do agronegócio.

Acreditamos que diante da ofensiva ultraconservadora, mercantil e irracionalista que incide e disputa o sentido e os rumos da educação brasileira na atualidade, se faz necessário ampliar os agrupamentos dos movimentos sindicais e populares em torno de um plano unificado de denúncia, resistência e luta contra a Reforma Empresarial da Educação.

No que diz respeito à resistência e luta contra a incidência do agronegócio na educação, primeiramente cabe aos Movimentos Sociais Populares do Campo, Grupos de Pesquisa vinculados à Educação do Campo, Sindicatos de Professores/as, mandatos progressistas de vereadores e parlamentares, tomarem como referência a conquista histórica de banimento dos programas do agronegócio no município de Cascavel (PR) e mobilizar, organizar, denunciar e desencadear processos de luta no âmbito da sociedade política de forma articulada e unificada pelo fim dos programas do agronegócio na Educação Pública em outros municípios e estados.

Está colocada a urgência dos sujeitos coletivos, fundamentalmente os Movimentos Sociais Populares do Campo, de unificar em prol da massificação de processos formativos com as crianças e jovens, entre outros exemplos, concursos de desenhos (redação, literário...) contra o uso dos agrotóxicos movimentando estudantes, professores e o conjunto da comunidade em prol da conscientização acerca dos verdadeiros malefícios do agronegócio e promovendo processos de *denúncia* ao agronegócio e *anúncio* da agroecologia. Assim como, seguir avançando em formulações político-pedagógica que introduzem a agroecologia nas matrizes curriculares nos municípios e estados.

As experiências de luta política contra a incidência da *Pedagogia do Agronegócio* e pela construção da hegemonia da classe trabalhadora, desde a luta pela Educação do Campo, pela Agroecologia e a edificação do Projeto Popular para o Brasil, demonstram a necessidade da luta política fundamentada na participação coletiva do conjunto dos trabalhadores da educação em conexão com os diversos segmentos da classe. Fora da ampla mobilização e participação coletiva, dificilmente constituiremos pilares de resistência ativa contra a ingerência dos programas/projetos do agronegócio e do capital na Educação Pública. Para enfrentar esta ofensiva da *Pedagogia do Agronegócio* que se alastra no meio educacional e na sociedade, apresenta-se de forma cada vez mais emergente a busca por processos políticos, organizativos e massivos de luta, articulados, desde os territórios ao nível nacional, tendo por referência a necessária unidade dos espaços organizativos dos MSP's do C com as entidades sindicais que integram o Fórum Nacional Popular de Educação (FNPE), o Encontro Nacional de Educação e o movimento estudantil no Brasil.

Temos um desafio coletivo estrutural que diz respeito ao enfrentamento coletivo da ofensiva do capital financeiro e do setor privado na educação pública que requer uma “[...] agenda compartilhada e de espaços de convergência para continuar ampliando unidade de ação” (LEHER, 2019, p. 180). Do ponto de vista de uma plataforma política unificada na luta contra a mercantilização da educação, uma primeira dimensão que reiteramos é a necessidade da exclusão da área da educação da Lei de Responsabilidade Fiscal e do marco de atuação da Responsabilidade Social. Conforme observa Freitas (2018) a Lei de Responsabilidade Fiscal é indutora da privatização com *vouchers*, contratos de gestão, concessões, contratos de impacto social e parcerias público-privadas. Concomitantemente, a Lei de Responsabilidade Social pavimenta os caminhos da participação direta das empresas em projetos

sociais e educacionais por meio da política de parcerias público-privada. A abolição da “filantropia empresarial” e “responsabilidade social empresarial” é condição para construir um ambiente escolar público, livre do aparelhamento ideológico empresarial.

Pela atualidade na interpretação dos desafios e da agenda política em prol da defesa da Educação Pública fundada no projeto popular para o Brasil e na construção dos embriões de uma sociedade socialista, recorremos ao Manifesto¹⁶⁷ do II Encontro Nacional das Educadoras e Educadores da Reforma Agrária (II ENERA) realizado em 2015 que entre outros princípios e compromissos firmados, enfatiza:

[...] Lutar contra qualquer tipo de reforma neoliberal que reduza os direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras e comprometa a democracia e a soberania do nosso país. 3. Combater o modelo do agronegócio que representa doenças, morte e destruição da natureza e dos povos do campo, das florestas e das águas, especialmente dos povos indígenas e quilombolas. E resistir à ofensiva das empresas do agronegócio nas escolas do campo, que tenta subordinar educadores e educadoras, educandos e educandas à sua lógica destrutiva, com falsos discursos inovadores; [...] 5. Trabalhar pela agroecologia como matriz tecnológica, produção de conhecimento e desenvolvimento de uma agricultura a partir dos princípios da agrobiodiversidade e da soberania alimentar dos territórios. 6. Combater a privatização da educação pública em todas as suas formas, seguir na defesa de uma educação pública desde a educação infantil até a universidade e atuar contra as reformas empresariais defendidas no Brasil pelo *Movimento Todos pela Educação*, que buscam subordinar as escolas às exigências do mercado, reduzem as dimensões formativas, roubam o tempo da aprendizagem, instalam uma competição doentia e ampliam a exclusão; [...] 12. Seguir na construção de uma escola ligada à vida das pessoas, que tome o trabalho socialmente produtivo, a luta social, a organização coletiva, a cultura e a história como matrizes organizadoras do ambiente educativo da escola, com participação da comunidade e auto-organização de educandos e educandas, e de educadores e educadoras (II ENERA, 2015, p 3 – 4).

Sigamos em RESISTÊNCIA, LUTA e CONSTRUÇÃO de uma educação emancipatória fundada na justiça, na solidariedade, no trabalho coletivo e na humanização. Que tenhamos altivez, sabedoria e capacidade organizativa enquanto classe trabalhadora para convertermos as “[...] contradições deste momento histórico em lutas coletivas na direção das transformações necessárias para construção da futura *república socialista do trabalho*.” (II ENERA, 2015, p.4).

¹⁶⁷ Manifesto completo disponível em: [Educadores da Reforma Agrária lançam manifesto pela educação durante o 2.º Enera - MST](#)

REFERÊNCIAS

ABAG. ABAG/RP realiza evento para premiar os melhores do programa educacional “agronegócio na escola” 2018. Disponível em:

<https://www.facebook.com/canaonline.com.br/posts/1494897230653773> Acesso em 15 de abril de 2021.

ABRASCO. **Uma política de Incentivo fiscal a agrotóxicos no Brasil é injustificável e insustentável**. Relatório produzido pela Abrasco através do GT Saúde e Ambiente, com o apoio do Instituto Ibirapitanga. Disponível em:

<https://www.abrasco.org.br/site/wp-content/uploads/2020/02/Relatorio-Abrasco-Desoneracao-Fiscal-Agrotoxicos-17.02.2020.pdf> Acesso em: 20 abr. 2020.

ABRINQ. **Relatório anual 2019**. Disponível em

<https://www.fadc.org.br/sites/default/files/2020-04/relatorio-anual-FADC-2019.pdf> Acesso em 12 out.2020.

AQUINO, Manuela. O projeto agronegócio na escola: dominação e pedagogia. In: Stauffer, Anakeila de Barros; Bahniuk, Caroline; Vargas, Maria Cristina e Fontes, Virgínia (Orgs.) **Hegemonia burguesa na educação pública**: problematizações no curso TEMS (EPSJV/PRONERA) - Rio de Janeiro: EPSJV, 2018.

ALENTEJANO, P. As políticas do governo Bolsonaro para o campo: a contrarreforma agrária em marcha acelerada. REVISTA DA ANPEGE, v. 16, p. 351-390, 2020.

_____. A Violência do Agronegócio contra a Educação Pública. Episódio 18 – **Rádio JURART/PR**. 2021. Disponível em: <https://jurartparana.wixsite.com/website/r%C3%A1dio-jurart> Acesso em: 17 out. 2021.

ANA. Articulação Nacional Agroecologia. **O que é a ANA?**. 2015. Disponível em <http://www.agroecologia.org.br/o-que-e-a-ana/> Acesso em 20 de novembro de 2017.

ARAÚJO, Maria Nalva Rodrigues et all. **Agroecologia, soberania alimentar e cooperação**. Caderno 2 - Coleção Sempre é Tempo de Aprender. MST, 2010.

ARL, V. **Desafios para uma metodologia transformadora na transição agroecológica**: uma experiência de construção social do conhecimento de entidades de ATER no Paraná. Tese. Universidad de Córdoba, 2016.

ARL, Valdemar. **É necessário colocar o “agrinho” na balança**. 2011. [mimeo]

BANCO MUNDIAL. **Prioridades y estrategias para la educación: Examen del Banco Mundial**. Washington, D.C. 1996. Disponível em http://www-wds.worldbank.org/external/default/WDSContentServer/WDSP/IB/2005/06/13/000160016_20050613172136/Rendered/PDF/14948010spanish.pdf Acesso em 14 dez. 2017.

_____. **Relatório Nº.20475-BR. O Combate à Pobreza no Brasil: Relatório sobre Pobreza, com Ênfase nas Políticas Voltadas para a Redução de Pobreza Urbana**. Volume I: Resumo do relatório;31 de março de 2001. Departamento do Brasil – Setor de Redução da Pobreza e Manejo Econômico. Região da América Latina e Caribe. Disponível em http://r1.ufrrj.br/geac/portal/wp-content/uploads/2012/03/Combate_pobreza_urbana.pdf Acesso em 20 jan. 2017.

BASSI, B. **A nova cara da bancada ruralista**. Heinrich-böll-stiftung: rio de Janeiro – Brasil. 2019. Disponível em: <https://br.boell.org/pt-br/2019/11/13/nova-cara-da-bancada-ruralista> Acesso em: 14 nov.2020.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. **A Reforma do Estado dos anos 90: Lógica e Mecanismos de Controle**. Brasília: Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1997. 58 p. (Cadernos MARE da reforma do estado; v. 1). Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/documents/mare/cadernosmare/caderno01.pdf> Acesso em 20 de março de 2021.

BRUNO, Regina. Movimento Sou Agro: marketing, habitus e estratégias de poder do agronegócio. **Anais do 36º Encontro Anual da ANPOCS**. Gt 16 - Grupos Dirigentes e Estrutura de Poder. Fortaleza/CE, 2012.

BRUNO, R; LACERDA, E; CARNEIRO, O. Organizações da classe dominante no campo. In CALDART, R; PEREIRA, I.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro e São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio e Expressão Popular, 2012. p. 519-532.

CALDART, Roseli Salete. **Escolas do Campo e Agroecologia: uma agenda de trabalho com a vida e pela vida! Apontamentos construídos a partir da análise feita no texto “Sobre a especificidade da Educação do Campo e os desafios do momento atual”, de julho 2015**. Veranópolis/RS, 2016 (mimeo).

_____. Apresentação. **Caminhos para a transformação da escola 4: trabalho, agroecologia e estudo nas escolas do campo**. 1 ed. Expressão Popular: São Paulo, 2018.

CALDART, R. S.; Alentejano, Paulo (Org.). **MST, Universidade e Pesquisa**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2014. v. 1. 264p.

CNA. Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil. **Time Agro Brasil (Agro Brazil Team)**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=J1GkJuDak8c>
Acesso em 13 jan.2020.

CPT. Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no Campo – Brasil 2015**
[Coordenação: Antônio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, Thiago Valentim Pinto Andrade - Goiânia]: CPT Nacional – Brasil, 2015.

_____. **2016, ano do golpe e do aumento da violência no campo**. Disponível em <https://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes-2/destaque/3768-2016-ano-do-golpe-e-do-aumento-da-violencia-no-campo> Acesso em: 15 out. 2019.

CPT. Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no Campo: Brasil 2020**. Centro de Documentação Dom Tomás Balduino – Goiânia: CPT Nacional, 2021. 279p.

CASSIANO, Pedro. **Agronegócio, Bolsonarismo e Pandemia**: apontamentos de pesquisa. In: Anais do Colóquio Internacional Marx e o Marxismo 2021: O futuro exterminado? Crise ecológica e reação anticapitalista Evento virtual –Dias 17 a 19 e 24 a 26 de agosto de 2021. Os anais dos trabalhos completos foram publicados em agosto de 2021 sob o ISBN 978-65-00-29082-0

CASCAVEL. Conselho Municipal de Educação. **Parecer 001/2017** - Utilização do material do Programa Agrinho pelas Escolas da Rede Pública Municipal de Ensino, Cascavel, 2017. Acesso em 15 de agosto de 2017. Disponível em http://www.cascavel.pr.gov.br/arquivos/17072017_parecer_n_001_2017_agrinho.pdf

CASIMIRO, F. H. C. A Nova Direita: aparelhos de ação política e ideológica no Brasil contemporâneo. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

CHÃ, A. M. **Agronegócio e indústria cultural**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

CHAUÍ, Marilena. O que é ideologia. **São Paulo: Brasiliense**, 1980.

_____. Ideologia e educação. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 42, n. 1, p. 245-257, jan./mar. 2016. Ideologia e educação. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-97022016420100400> Acesso: 15 de janeiro de 2022.

CIAVATTA, M. O conhecimento histórico e o problema teórico metodológico das mediações. In: FRIGOTTO, G., CIAVATTA, M. (orgs.) **Teoria e educação no labirinto do capital**. 2.ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2014.

CONNELL, R.W Pobreza e educação. In: GENTILI, Pablo (org.) **Pedagogia da exclusão**. Crítica ao neoliberalismo em educação. Petrópolis-RJ: Vozes, 2001, p.11-42

CORAGGIO, J. L. Propostas do Banco Mundial para a educação; sentido oculto ou problemas de concepção? In: TOMMASI, L. D.; WARDE, M. J.; HADDAD, S. O. (Org.) **Banco Mundial e as Políticas Educacionais**. São Paulo: Cortez, 1996.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci**: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro, 1989.

COUTINHO, Carlos Nelson (org.). **O leitor de Gramsci: escritos escolhidos 1916-1935**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

COTRIJAL. Cooperativa Agropecuária e Industrial. **Projeto Escola no Campo**. Disponível em: <https://www.cotrijal.com.br/projetos/ver/9/Projeto+Escola+no+Campo> Acesso em: 10 de abril de 2021.

DANTAS, André e PRONKO, Marcela. Estado e dominação burguesa: revisitando alguns conceitos. In: Stauffer, Anakeila de Barros; Bahniuk, Caroline; Vargas, Maria Cristina e Fontes, Virgínia (Orgs.). **Hegemonia burguesa na educação pública**: problematizações no curso TEMS (EPSJV/PRONERA) - Rio de Janeiro: EPSJV, 2018.

DATALUTA. Banco de dados da luta pela terra. **Relatório 2006**. Coordenação Geral Bernardo Mançano Fernandes. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/projetos/dataluta_brasil_2013.pdf Acesso em 05 de maio de 2015.

_____. **Banco de dados da luta pela terra**. Presidente Prudente. São Paulo, 2014. Disponível em www.fct.unesp.br/nera

_____. **Banco de dados da luta pela terra**. Relatório – 2012. Presidente Prudente. São Paulo, 2012.

_____. **Conjuntura da questão agrária no estado do Paraná**: análise dos dados do DATALUTA-PR 2015. Disponível em www.fct.unesp.br/nera Acesso no dia 15 de outubro de 2016.

DEITOS, Roberto Antônio. Estado, Organismos Internacionais e políticas sociais no Brasil. In: CHAVES, M., SETOGUTI, R. I., VOLSI, M. E. F. (orgs.). **A função social da escola: das políticas públicas às práticas pedagógicas**. Maringá, PR: Eduem, 2011. 236 p., p. 121-150.

_____. Políticas públicas e educação: aspectos teórico-ideológicos e socioeconômicos. **Acta Scientiarum. Education**. Maringá, v. 32, n. 2, p. 209-218, 2010. Disponível em <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciEduc/article/view/11869/11869> Acesso em 17 dez. 2015.

DELGADO, G. C. **Do “capital financeiro na agricultura” à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

DELORS, Jacques (org.). **Educação: um tesouro a descobrir. Relatório para UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI**. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. Setor de Educação da Representação UNESCO-Brasil, 2010. Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0010/001095/109590por.pdf> Acesso em 20 jan. 2017.

DURKHEIM, Émile. **Educação e Sociologia**. Tradução de Stephania Matousek. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. ENGELS, Friedrich. O papel do trabalho na transformação do macaco em homem. 3.ed. São Paulo: Global editora, 1986. 57p. (col. universidade popular)

DIEESE. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **O mercado de trabalho assalariado rural brasileiro**. Estudos e pesquisas - n.º74 - outubro de 2014

DIPIERI, Adriana Alvares de Lima. A ABAG como partido da classe dominante e a formação para o consenso. In: Stauffer, Anakeila de Barros; Bahniuk, Caroline; Vargas, Maria Cristina e Fontes, Virgínia (Orgs.). **Hegemonia burguesa na educação pública: problematizações no curso TEMS (EPSJV/PRONERA)** - Rio de Janeiro: EPSJV, 2018.

DULCI, L.; TUBINO, N. Cumpra-se a Constituição: partidos e movimentos cobram retomada da reforma agrária. **Teoria e Debate**. Edição 203 – dezembro, 2020. Disponível em: <https://teoriaedebate.org.br/2020/12/14/cumpra-se-a-constituicao-partidos-e-movimentos-cobram-retomada-da-reforma-agraria/> Acesso em: 7 jan. 2021.

ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. 3 ed. Tradução de Leandro Konder. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p.07-223.

FACHIN, E. **Minuta de Voto da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5553**. Disponível em: <https://terradedireitos.org.br/uploads/arquivos/fachin-voto-adi-5553-agrotoxicos-isencao.pdf> Acesso em: 10 nov. de 2020.

FAEP. Programa Agrinho - dez anos: Saúde, meio ambiente, cidadania e combate ao trabalho infantil. Boletim Informativo n.º 866. Disponível em: <http://www.faep.com.br/boletim/bi866/bi866pag09.htm> Acesso em: 13 set.2020.

FPA. Frente Parlamentar da Agropecuária. Eleita nova diretoria do Instituto Pensar Agro. 2017. Disponível em: <https://aiba.org.br/noticias/eleita-hoje-nova-diretoria-do-instituto-pensar-agro/> Acesso em: 13 out.2020.

FERRARI, A. **Agrotóxicos, a praga da dominação**: o custo ambiental e social de uma agricultura dependente. Porto Alegre: Editora Mercado Aberto, 1985.

FONTES, Virgínia & MENDONÇA, Sônia. História e teoria política. In: CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (org.). **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, pp. 55-71.

FONTES, Virginia. **O Brasil e o capital-imperialismo**: teoria e história, 2.ed., Rio de Janeiro, EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

FRANCO, C. **A formulação da política de agrotóxicos no Brasil**. (Dissertação de Mestrado em Políticas Públicas). Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2014.

FREITAS, Luiz Carlos de. **A reforma empresarial da educação**. Nova direita, velhas ideias. Expressão Popular, 1º ed. São Paulo, 2018.

FRIGOTTO, G., CIAVATTA, M. Educação Básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 24, n. 82, p. 93-130, abril 2003. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/es/v24n82/a05v24n82.pdf>

G1. **Descubra onde está a riqueza do agronegócio brasileiro. 2017**. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/agronegocios/agro-a-industria-riqueza-do-brasil/playlist/videos-agro-a-industria-riqueza-do-brasil.ghtml>

GENTILI, P. Neoliberalismo e educação: manual do usuário. In: SILVA, T. T. da; GENTILI P. (org.). **Escola S.A.**: quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo. CNTE: Brasília, DF, 1996.

GEOAGRÁRIA – Grupo de Estudos, Pesquisas e Extensão em Geografia Agrária da FFP/UERJ; GTAgrária – Grupo de Trabalho sobre Assuntos Agrários da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seções Rio de Janeiro e Niterói. **A nova ofensiva do agronegócio sobre a educação**. Maio de 2021. Disponível em: <https://docero.com.br/doc/1158x1e> Acesso em: 13 de junho de 2021

GONÇALES, Jenny. Brasil atinge recorde de consumo de agrotóxicos altamente perigosos, diz relatório. Disponível em: <https://brasil.mongabay.com/2020/03/brasil-atinge-recorde-de-consumo-de-agrotoxicos-altamente-perigosos-diz-relatorio/>
Acesso em: 1 abr. de 2021.

GONÇALVES, J. LEITE, V.J. TONÁ, N. REZENDE, S. Educação em Agroecologia um desafio histórico necessário: da educação básica à educação superior. **Cartilha da Jornada de Agroecologia do Paraná** – Curitiba, 2019.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere**. Os Intelectuais. O Princípio Educativo. Jornalismo. 4.º Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. **Cadernos do Cárcere**. Maquiavel. Notas Sobre o Estado e a Política de Maquiavel. 4.º Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. 428p. V. 3.

GRAMSCI, Antônio. **O leitor de Gramsci**: escritos escolhidos 1916-1935. Organização de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere**. Vol. 1. Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere**. Vol. 2. Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000b.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere**. Vol. 3. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000c.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere**. Vol. 4. Temas de cultura. Ação católica. Americanismo e fordismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere**. Vol. 5. O risorgimento. Notas sobre a história da Itália. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GRAMSCI, Antônio. **Concepção dialética da história**. 7ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

_____. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 6ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

GUIMARÃES, JUCA. Mais de 70% das mortes por agrotóxicos ocorrem nas regiões Sudeste e Nordeste. Brasil de Fato | São Paulo (SP) | 22 de agosto de 2019. Disponível em: [https://www.brasildefato.com.br/2019/08/22/mais-de-70-das-mortes-por-agrotoxicos-ocorrem-nas-regioes-sudeste-e-nordeste#:~:text=Segundo%20os%20dados%20do%20DataSus,e%20Bahia%20\(614%20mortes\)](https://www.brasildefato.com.br/2019/08/22/mais-de-70-das-mortes-por-agrotoxicos-ocorrem-nas-regioes-sudeste-e-nordeste#:~:text=Segundo%20os%20dados%20do%20DataSus,e%20Bahia%20(614%20mortes)) Acesso em: 17 mar. de 2021.

HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros. Agroecologia: limites e perspectivas. In: ALVES, Adilson Francelino; CARRIJO, Beatriz Rodrigues e CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa. **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2003

IBGE. Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) (mês outubro 2016).

Disponível em

<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/prevsaf/default.asp?t=2&z=t&o=26&u1=1&u2=1&u3=1&u4=1>

JUNQUEIRA, Victor Hugo. **Educação, trabalho e ideologia: análise da relação agronegócio e educação na região de Robeirão Preto-SP**. Dissertação (Mestrado em Educação) São Carlos, UFSCar, 2015.

JURA - Jornada Universitária em Defesa da Reforma Agrária. **Subsídios para compreensão da questão agrária no Brasil atual**. Coordenação da Articulação dos/das Professores/as Universitários/as com o MST - abril, 2023.

KUENZER, A. Z. OLIVEIRA, M. A. **Trabalho e Educação no Campo: novos desafios**. In: Jaqueline Daniela Basso; José Leite dos Santos Neto; Maria Cristina dos Santos Bezerra (Orgs). *Pedagogia histórico-crítica e educação no campo: história, desafios e perspectivas atuais*. São Carlos: Pedro & João Editores e Navegando, 2016. 305p.

LAMOSA, Rodrigo de Azevedo Cruz. Estado, classe social e educação pública no Brasil: uma análise crítica da hegemonia do agronegócio. Tese. (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2014.

LAMOSA, Rodrigo de Azevedo Cruz. A hegemonia do agronegócio: o capital vai à escola e forma seus novos intelectuais. In: VI Encontro da Rede de Estudos Rurais, 2014, Campinas. VI Encontro da Rede de Estudos Rurais. Campinas: Rede de Estudos Rurais, v. 1. 2014. p. 1-533.

_____. A educação ambiental e a nova pedagogia política do agronegócio. IX EPEA - Encontro Pesquisa em Educação Ambiental, 2017. Disponível em http://epea.tmp.br/epea2017_anain/pdfn/plenary/0249.pdf

_____. Educação e Agronegócio: a nova ofensiva do Capital sobre a escola pública. Curitiba: Ed. Appris, 2016

LEHER, Roberto. Um novo senhor da educação? **A política educacional do Banco Mundial para a periferia do capitalismo**. Outubro, São Paulo, n. 1, p. 19-30, 1999.

LEHER, Roberto. Organização, estratégia política e o Plano nacional de Educação. In: **II Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária**. Boletim da Educação – Número 12. Edição Especial – Expressão Popular. 2014.

LUIG, Benjamin; Castro, Franciléia Paula de; Tygel, Alan; Lena Luig; Simphiwe Dada; Schneider, Sarah; Urhahn, Jan. **Agrotóxicos perigosos Bayer e BASF** – um negócio global com dois pesos e duas medidas. Tradução em português: Kirstina Michaelhelles. Aachen | Berlim | Joanesburgo | Port Elizabeth | Rio de Janeiro, abril de 2020.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MARTINS, André Silva; NEVES, Lúcia Maria Wanderley. Pedagogia do Capital. In: CALDART, Roseli et al. (org.) **Dicionário da Educação do Campo**, RJ/SP, EPSJV/Expressão Popular, 2012.

MARX, K. **Para a crítica da economia política**. 1. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

_____. **O Capital: crítica da economia política**. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

_____. **O Capital: crítica da economia política**. Livro I. 23. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. **Crítica ao Programa de Gotha**. Versão para eBook: Rocket Edition. 1999.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia Alemã**. 1. ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009.

_____. **Crítica da Educação e do Ensino**. Introdução e notas de Roger Dangeville. Lisboa: Moraes, 1978.

_____. **Manifesto do Partido Comunista**; prólogo de José Paulo Netto. São Paulo: Cortez, 1998.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Coordenação e revisão de Paul Singer. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MELO, B.M.S; MEDEIROS, P. M. O agro é pop: A utilização do termo “agro” como estratégia de anulação da conflitualidade no campo no discurso da TV Globo. Anais do 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Universidade Federal da Bahia (UFBA) - Salvador-BA - 1º a 10 de setembro de 2020. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2020/resumos/R15-0609-1.pdf> Acesso em: 14 jan.2020.

MENDONÇA, Sonia Regina de. “O Estado ampliado como ferramenta metodológica”. Marx e o Marxismo, v.2, n.2, jan/jul 2014.

_____. Estado e Sociedade. In: Mattos, Marcelo Badaró (org.). **História: pensar e fazer**. Niterói: LDH-UFF, pp. 14-32, 1998.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. Tradução de Isa Tavares. – 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MEZAROBBA, Gilson. Imperialismo e educação: a relação entre a educação pública e as fundações e institutos empresariais no Brasil (1990-2014). Orientadora: Doutora Anita Helena Schlesener. Universidade Tuiuti do Paraná. Tese (Doutorado), Curitiba, 2017, 406p.

MORAES, Reginaldo. **Neoliberalismo**. De onde vem, para onde vai? São Paulo: Editora Senac, 2001.

MOREAU, D. C. S. **Estratégias de comunicação da indústria de agrotóxicos no Brasil**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas: Curitiba, 2015. 121 f.

MST. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Programa Agrário do MST**. 4ª edição – setembro, São Paulo – SP, 2014.

_____. **A luta de classes no campo e a luta por Reforma Agrária Popular**. O Caderno de Formação nº 53 - Setor de Formação do MST. Secretaria Nacional - São Paulo: SP. Dezembro, 2020.

NEVES, L. M. W. A sociedade civil como espaço estratégico de difusão da nova pedagogia da hegemonia. In: NEVES, L. M. W. (Org.). **A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso**. São Paulo: Xamã, 2005.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley. PRONKO, Marcela. **O mercado do conhecimento e o conhecimento para o mercado: da formação para o trabalho complexo no Brasil contemporâneo** – Rio de Janeiro: EPSJV, 2008.

OLIVEIRA, Francisco. BRAGA, Ruy. RIZEK, Cibele. (Orgs.). **Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira**. São Paulo: Boitempo, 2010, 400 p.

OLIVEIRA, A. H.; STÉDILE, J. P. **A natureza do agronegócio no Brasil**. Via Campesina (cartilha). Brasília-DF, 2006.

OREALC, Oficina Regional De Educacion Para America Latina Y El Caribe. **Boletín 31 Proyecto Principal de Educación para América Latina y el Caribe**.

UNESCO/OREALC. Agosto/1993. Disponível em

<http://unesdoc.unesco.org/images/0009/000952/095252s.pdf> Acesso em 10 fev. 2016.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Coletânea de Legislação Educacional. Curitiba, 2010.

_____. Diretrizes curriculares da educação do campo. Curitiba, 2006.

PEREIRA, João Márcio Mendes (org.). **A demolição de direitos: um exame das políticas do Banco Mundial para a educação e a saúde (1980-2013)** / Organização de João Márcio Mendes Pereira e Marcela Pronko. - Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2014.

PEREIRA, Veninha Bortoluzzi. **Concepção político-pedagógica para formação de professores do Programa Agrinho: do campo à cidade** / Veninha Bortoluzzi Pereira. - Guarapuava, PR: Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná, 2015. xi, 136 f [dissertação de mestrado]

PERONI, Vera Maria Vidal. **A gestão democrática da educação em tempos de parceria entre o público e o privado**. Pro-Posições [online]. 2012, vol.23, n.2, pp.19-31. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-73072012000200003&script=sci_abstract&tlng=pt

PERONI, Vera; CAETANO, Maria Raquel; LIMA, Paula de. **Reformas educacionais de hoje: as implicações para a democracia**. Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 11, n. 21, p. 415-432, jul./dez. 2017. Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rd> Acesso em: 25/05/2020.

POMPEIA, C. **Formação política do agronegócio**. 2018. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/332572/1/RibeiroNeto_CaioPompeia_D.pdf Acesso em: 4 nov. 2018.

PROGRAMA Agrinho. Disponível em: Acesso em 15 de maio de 2019.

_____. **Agrinho**. Serviço Nacional de Aprendizagem Rural. Administração Regional do Estado do Paraná. Curitiba. Disponível em: http://www.agrinho.com.br/beta/area_publica/controles/ScriptPublico.php?cmd=institucional_historico Acesso em 15 de maio de 2019.

_____. **Agrinho**. Disponível em: <http://ead.sistemafaep.org.br/aprendizagemcolaborativa-e-mapas-conceituais.php>. Acesso em 13 de maio de 2019.

_____. **Agrinho**. Disponível em: <http://www.agrinho.com.br/> Acesso em 15 de maio de 2019.

PRONKO, Marcela. O Banco Mundial no campo internacional da educação. In: PEREIRA e PRONKO (orgs.). **A demolição de direitos: um exame das políticas do Banco Mundial para educação e saúde (1980-2013)**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2014. p.89-112.

PINHEIRO, Sebastião; YOUSSEF, Nasser; LUZ Dioclécio. **A agricultura ecológica e a máfia dos agrotóxicos**. Rio de Janeiro: Fundação Juquira Candirú, 1998.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. 4ª edição. Tradução Rita Lima. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

POULANTZAS, Nicos. **Poder Político e Classes Sociais**. Tradução Francisco Silva. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

RABELO, Jackeline. SEGUNDO, Maria das Dores Mendes. JIMINEZ, Susana. Educação Para Todos e Reprodução do Capital. In: **Revista Trabalho Necessário**. Ano 7 – número 9 – 2009. Disponível em <http://www.uff.br/trabalhonecessario/images/TN09%20JIMINEZ,%20S.%20et%20al.pdf> Acesso em 05 fev. 2016.

RIBEIRO, Dionara Santos (Org.); **Agroecologia na Educação Básica: questões propositivas de conteúdo e metodologia**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

_____. A Educação do Campo e a Pedagogia do Agronegócio. In: Stauffer, Anakeila de Barros; Bahniuk, Caroline; Vargas, Maria Cristina e Fontes, Virgínia. (Orgs.) **Hegemonia burguesa na educação pública: problematizações no curso TEMS (EPSJV/PRONERA)** - Rio de Janeiro: EPSJV, 2018.

Rochaferreira, Frederico. Agrotóxicos deixam um rastro de doenças e mortes pelo Brasil. **Le Monde Diplomatique**. Acervo Online | Brasil Disponível em:

<https://diplomatique.org.br/agrotoxicos-deixam-um-rastro-de-doencas-e-mortes-pelo-brasil/> Acesso em 20 de março de 2021.

RODRIGUES, José. **O Moderno Príncipe Industrial**: O pensamento da Confederação Nacional da Indústria. São Paulo: Autores Associados, 1998. Coleção contemporânea.

ROSSET, Peter. A territorialização da Agroecologia na disputa de projetos, e os desafios para as escolas do campo. In: RIBEIRO, Dionara Santos (Org.); **Agroecologia na Educação Básica**: questões propositivas de conteúdo e metodologia. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

SANTOS, A. D. G.; SILVA, D. V.; MACIEL, K. N. A campanha publicitária “Agro é tech, agro é pop, agro é tudo”, da Rede Globo de Televisão, como difusora da propaganda sobre o agronegócio no Brasil. v. 21 n. 1 (2019): **Revista Eptic** vol.21, n.1, jan-abr. 2019.

SANTOS, A. C.; SAPELLI, M. L. S. Educação do campo: mais do que modalidade, disputa de projetos. In: LEHER, R. (Org.). **Educação no Governo Bolsonaro**: Inventário da devastação. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2023.

SAPELLI, M. L. S. As cartilhas do agronegócio nas Escolas do Campo: a pedagogia do capital do livro Escola do Campo e textos: propostas e práticas. In: _____. (org.). **Escola do campo e textos**: propostas e práticas. Ijuí: Unijuí, 2016. p. 263-283. v. 1. SANTOS, Mariana Gondos dos; BITTENCOURT, Naiara Andreoli; BURITY, Valéria. **Subsidiar agrotóxicos é violar o direito à alimentação**. Acesso em: 15 de março de 2021. Disponível em: <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/subsidiar-agrotoxicos-e-violar-o-direito-a-alimentacao-05062020>

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 9.ed. Campinas: Autores Associados, 2005.

_____. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. São Paulo: Autores Associados, 2013.

SCHULTZ, Theodore William. **O Capital Humano: Investimentos em Educação e Pesquisa**. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1971.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações** (v. 1). São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

SCHWINDEN, Antônia et al. **Em total conexão**; v. 6. Curitiba: SENAR-PR, 2013. (Coleção Agrinho)

SCHWINDEN, Antônia et al. **Em total conexão**; v. 7. Curitiba: SENAR-PR, 2013. (Coleção Agrinho)

SCHWINDEN, Antônia et al. **Em total conexão**; v. 8. Curitiba: SENAR-PR, 2013. (Coleção Agrinho)

SCHWINDEN, Antônia et al. **Em total conexão**; v. 9. Curitiba: SENAR-PR, 2013. (Coleção Agrinho)

SHIROMA, Eneida Oto. Política Educacional. **Os arautos da Reforma**. DP&A. RJ.2002.

SISTEMA FAEP. Disponível em: <<https://sistemafaep.org.br/senarpr>>. Acesso em: 28 dez. 2019.

SISTEMA FAEP. Disponível em: < <https://sistemafaep.org.br>.> Acesso em: 14 dez. 2019.

SISTEMA FAEP. Sistema FAEP. Disponível em: <https://sistemafaep.org.br/faq> Acesso em: 10 dez. 2019.

SISTEMA Famasul. Concurso Agrinho 2019; inscrições começam na segunda feira. Disponível em: <https://portal.sistemafamasul.com.br/noticias/agrinho-2019-inscri%C3%A7%C3%B5es-para-o-concurso-agrinho-come%C3%A7am-na-segunda-feira>. Acesso em: 28 dez. 2019.

SOARES, M. C. C. Banco Mundial: políticas e reformas. In: TOMMASI, L. D.; WARDE, M. J.; HADDAD, S. (Org.). **O Banco Mundial e as políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 1996.

SOU AGRO. **Movimento Sou Agro lança campanha e será “divisor de águas” para comunicação**. 2011. Disponível em: <https://abapa.com.br/mais-noticias/movimento-sou-agro-lanca-campanha-e-sera-divisor-de-aguas-para-comunicacao/> Acesso em: 13 jan.2020.

SOUZA, Maria Antônia de. Educação do Campo, escola pública e projeto políticopedagógico. In: SOUZA, Maria Antônia de (org.). **Escola pública, Educação do Campo e projeto político-pedagógico**. Curitiba: UTP, 2018. p. 17-40.

SOUZA, C. A. Responsabilidade social na educação: Brasil e Portugal no século xxi. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, [S. l.], v. 9, n. 1, p. 86–95, 2017. DOI: 10.9771/gmed. v9i1.21347. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/21347>. Acesso em: 3 nov. 2020.

TARLAU, R. E MOELLER, K. (2020). O consenso por filantropia. Como uma fundação privada criada a BNCC no Brasil. **Currículo Sem Fronteiras**, 20 (2), 553-603, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.35786/1645-1384.v20.n2.11> Acesso em: 14.nov.2020.

TERRA DE DIREITOS. Inconstitucionalidade da isenção de impostos para agrotóxicos começa a ser julgada pelo STF nesta sexta (30), out., 2020.

Disponível em: <https://terradedireitos.org.br/noticias/noticias/inconstitucionalidade-da-isencao-de-impostos-para-agrotoxicos-comeca-a-ser-julgada-pelo-stf-nesta-sexta-30/23495> Acesso em: 10 nov.2020.

TODOS A UMA SÓ VOZ. "Todos a Uma Só Voz" lança manifesto para unir a cadeia produtiva do agro. Disponível em: <https://www.portaldoagronegocio.com.br/gestao-rural/gestao/noticias/todos-a-uma-so-voz-lanca-manifesto-para-unir-a-cadeia-produtiva-do-agro> Acesso em: 12 mar. 2021.

TORRES, Patrícia Lupion. Redes e Conexões para compor os liames do conhecimento. In: Patrícia Lupion Torres. (Org.). **Metodologia para a produção do conhecimento: da concepção à prática.** 1ed.Curitiba: SENAR, 2015, v. 1, p. 25-40.

TORRES; Patricia Lupion; SCHWINDEN, Antônia. As invenções e a agricultura. v 5. Curitiba: SENAR-PR, 2013. (Coleção Agrinho).

TORRES; P. L.; SCHWINDEN, Daqui pra lá... de lá pra cá. V. 4. Curitiba: SENAR-PR, 2013. (Coleção Agrinho)

TORRES; Patricia Lupion; SCHWINDEN, Antônia. Agrinho em Cenas; v.2. Curitiba: SENAR-PR, 2013. (Coleção Agrinho).

TORRES; Patrícia Lupion; SCHWINDEN, Antônia. Brincadeiras com o Agrinho; v.1. Curitiba:PR, 2013 (Coleção Agrinho).

TORRES; Patricia Lupion; SCHWINDEN, Antônia. As invenções e a agricultura. v 5. Curitiba: SENAR-PR, 2013. (Coleção Agrinho).

TORRES; P. L.; SCHWINDEN, Daqui pra lá... de lá pra cá. V. 4. Curitiba: SENAR-PR, 2013. (Coleção Agrinho)

TORRES; Patricia Lupion; SCHWINDEN, Antônia. Agrinho em Cenas; v.2. Curitiba: SENAR-PR, 2013. (Coleção Agrinho).

TORRES; Patrícia Lupion; SCHWINDEN, Antônia. Brincadeiras com o Agrinho; v.1. Curitiba:PR, 2013 (Coleção Agrinho).

UNESCO. ORGANIZAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos: Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem, Jomtien, 1990.**

Brasília: UNESCO, 1990. Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf> Acesso em 07 jan. 2016.

_____. **A Declaração de Nova Delhi sobre Educação Para Todos, Nova Delhi - Índia: Unesco, 1993.** Disponível em

<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001393/139393por.pdf> Acesso em 07 jan. 2016.

_____. **Declaração de COCHABAMBA Educação Para Todos: Cumprindo nossos compromissos coletivos**. Comitê Intergovernamental Regional do Projeto Principal para a Educação (PROMEDLAC VII), Cochabamba, Bolívia, março de 2001. Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001275/127510por.pdf> Acesso em 25 jan. 2016.

_____. **Educação Para Todos: o compromisso de Dakar, Senegal: Cúpula Mundial de Educação, 2001**. Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001275/127509porb.pdf> Acesso em 14 jan. 2016.

VALOR ECONOMICO. Ministro pressiona e entidades deixam coalizão ambiental. Disponível em: <https://valor.globo.com/mundo/noticia/2019/12/05/ministro-pressiona-e-entidades-deixam-coalizao-ambiental.ghtml> Acesso em: 07 de janeiro de 2023.

VERDÉRIO, Alex. Direito e da luta de classes: por uma Educação do Campo. Rio de Janeiro: EPSJV, 2013.

VEJA. A nova geração de fazendeiros que dá exemplo de respeito ao meio ambiente. **Revista Veja**. Edição 2723 - 3 de fevereiro de 2021. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/a-nova-geracao-de-fazendeiros-que-da-exemplo-em-respeito-ao-meio-ambiente/> Acesso em: 15 mai. 2021.

VENDRAMINI, Célia Regina; SAPELLI, Marlene Lucia Siebert. Educação do campo: uma particularidade na universalidade. In: Mello, Alesandro; HIDALGO, Ângela Maria; SAPELLI, Marlene Lucia Siebert. (Orgs). **Terra e Educação: contexto e experiências em Educação do Campo**. – Guarapuava: Ed. Unicentro, 2014.

WILLIAMSON, John. Reformas políticas na América Latina na década de 80. In: **Revista de Economia Política**. São Paulo: Brasiliense, vol.12, n. 1 (45), janeiro-março/1992, p. 43-51

ANEXOS

Anexo I – Crianças costumavam espalhar agrotóxicos no Paraná



REDE DE SAÚDE DO TRABALHADOR
NA AMÉRICA LATINA E CARIBE 05.25.00
Por Dioclécio Luz

Crianças costumavam espalhar agrotóxicos no Paraná

No Estado do Paraná, está se desenvolvendo uma experiência inusitada de propaganda e incentivo ao uso de agrotóxicos. Lá, os professores da rede pública ensinam crianças da zona rural a usar agrotóxicos. Isso acontece dentro de uma farsa: aparentemente as crianças estão participando de um programa de educação ambiental onde se aborda a questão da saúde, do meio ambiente e até da cidadania. Na verdade, eles estão sendo doutrinados para no futuro se tornarem consumidores de agrotóxicos. Uma aliança exótica entre o Governo do Estado do Paraná e as indústrias fabricantes de agrotóxicos garante a doutrinação das crianças.

No ano passado, o “Programa Agrinho”, seu nome oficial, catequizou 1.200.000 crianças e adolescentes da rede pública de 310 municípios. Durante 1999, eles aprenderam sobre a "lavagem tripla", uma forma de tratar embalagens vazias. Desde 1996, quando o programa foi criado, eles aprenderam aspectos do uso de agrotóxicos. Ou seja, não se questiona o uso de agrotóxicos nas plantações, mas sim como utilizá-los. Em 1999 aprenderam a resolver o problema criado pelos fabricantes: **que destino dar aos recipientes** .

O tema “Por que fazer uma tríplice lavagem?” Fez parte de um programa que abordou outros temas importantes, como “Adolescência, sexualidade e amor”; “Dentes saudáveis, crianças felizes”; “Praticando a cidadania na escola”; “Saúde na família”, etc.

No último ano, 18.143 professores da rede escolar atuaram em defesa dos interesses dos fabricantes de venenos. Após o treinamento, eles receberam um vasto material “pedagógico” sobre os temas abordados nas aulas ao longo do ano. Eles eram livres para trabalhar nas questões da maneira que entendessem melhor. No final, as crianças escreveram ensaios que concorreram a diversos prêmios. Se um aluno foi premiado, o professor também. Em 1999, foram entregues **10 carros Fiat Palio, 90 televisores, 90 aparelhos de som, 45 microondas, 10 computadores, 9 cursos de informática e 9 CD Rom educacionais** .

Segundo Patrícia Torres, funcionária do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural do Estado do Paraná e Coordenadora do Programa Agrinho, o custo total do programa foi de US \$ 2,4 milhões.

Metade do custo foi financiado pelas indústrias agroquímicas: **Bayer, Novartis, Dow AgroScience, Jacto, Milenia, Du Pont, Hokko** e pela entidade que reúne todos eles, a Associação Nacional de Defesa Vegetal (ANDEF). A outra metade era dinheiro público. O deputado federal Dr. Rosinha (PT-PR), que é médico, ironicamente: **“na verdade o Agrinho é um sucesso; um evento de capacitação de futuros usuários de agrotóxicos. Se não fosse assim, se fosse um programa voltado para o**

meio ambiente, Agrinho orientaria para uma alternativa, uma agricultura ecológica e não para o uso de venenos. ”

Por sua vez, o Ministério Público analisou o programa. A promotora ambiental do Estado do Paraná, Cynthia Maria de Almeida Pierri, informou que o relatório de maio do ano passado sobre o programa Agrinho revelou algumas verdades. **“O título da cartilha: Agrinho em defesa da natureza, dá uma ideia errada sobre o seu conteúdo. Na verdade, o texto é favorável ao uso de agrotóxicos. Eles mencionam que os agrotóxicos são a única forma de controle, quando não é ... ”.**

Qual é a lavagem tripla?

Os fabricantes de agrotóxicos sempre tentaram fugir do problema que criaram: o que fazer com as embalagens vazias de agrotóxicos? No Paraná, maior produtor de grãos do país, estimava-se que em 1997 havia uma tonelada de contêineres despejados nos campos, rios e planícies do Estado.

Os fabricantes lavaram as mãos. Cabe ao governo encontrar saídas. Primeiro, tentou-se adotar uma proposta comum, a criação de depósitos de lixo tóxico nas fazendas. O agricultor deve separar uma pequena área em sua propriedade, onde armazenará os recipientes vazios. Um bem longe de casa, longe dos animais, longe das colheitas, longe dos campos, inacessível aos animais e crianças; as instalações devem ser cimentadas para evitar a contaminação do lençol freático. É evidente que esta solução é irrealista, proposta de forma intensiva pela extensão rural em todo o país, nunca foi viabilizada no campo. Os fazendeiros continuaram jogando os vasilhames nos rios, no campo, reutilizando-os para comida, água ou viraram brinquedos de criança.

Bem, há pouco mais de três anos, os fabricantes de venenos transferiram o problema, que era deles, para o Estado e para o agricultor. Eles conceberam um novo sistema já aceito nas universidades, o triplo lavagem. Em vez de depositar lixo tóxico na propriedade, o Estado recolhia os contêineres das haciendas e recolhia tudo em um grande depósito. O agricultor deve “lavar” o recipiente três vezes, recolher todos os recipientes e levá-los ao depósito criado pelo Estado. Desta forma, a indústria não assume a sua responsabilidade e o contribuinte é quem paga o serviço de limpeza do imóvel. A solução apresentada pela indústria foi rapidamente incorporada pela extensão rural como um grande avanço da modernidade.



IUF - Secretaria Regional da América Latina - Montevideu - Uruguai
Wilson Ferreira Aldunate 1229/201 - Tel / Fax (598 2) 900 7473 - 902 1048 - 903 0905

Anexo II - No Paraná crianças são usadas para difundir o uso de agrotóxicos

Educação não ambiental

No Paraná crianças são usadas para difundir o uso de agrotóxicos

12 de abril de 2004

Doutrinação de 1.200.000 jovens visa mais garantir o mercado do que promover a educação ambiental

No Paraná se desenvolve uma experiência incomum de propaganda e estímulo ao uso de agrotóxicos. Lá os professores da rede pública ensinam crianças do meio rural a usarem os pesticidas. Isto acontece dentro de uma farsa: aparentemente as crianças estão participando de um programa de educação ambiental onde se aborda a questão da saúde, meio ambiente e até cidadania. Mas, na prática, elas estão sendo doutrinadas para no futuro se tornarem consumidoras de agrotóxicos. Uma exótica parceria entre o governo do estado do Paraná e as indústrias fabricantes de agrotóxicos garante a doutrinação sistemática das crianças.

O “Programa Agrinho”, seu nome oficial, no ano passado catequizou 1 milhão e duzentas mil crianças e adolescentes da rede pública de 310 municípios. Durante o ano de 1999 elas aprenderam sobre “tríplice lavagem”, um modo de tratar as embalagens de agrotóxicos descartadas. Desde 1996, quando foi criado o programa, que elas aprendem um aspecto do uso dos agrotóxicos. Ou seja, não se questiona o uso dos agrotóxicos nas lavouras, mas como usá-los. Desta vez aprenderam como resolver um problema criado pelos fabricantes: qual o destino das embalagens descartadas. A jogada de marketing dos fabricantes foi a tríplice lavagem, uma “solução ecológica” para o problema.

O tema “Por que fazer a tríplice lavagem?” veio embutido num programa que abordava outros temas de caráter importante, como:

- “Adolescência, sexualidade e amor (saúde jovem)”;
- “Dentes saudáveis, criança feliz (odontologia preventiva)”;
- “Praticando a cidadania na escola (cidadania)”;
- “Saúde na família (saúde)”;
- “Por que a água é um recurso natural renovável mas limitado (água)”;
- “A sobrevivência do homem depende da biodiversidade (biodiversidade)”;
- “O que você pode fazer para evitar o efeito estufa (clima)”;
- e “Qual a importância do solo para o equilíbrio ambiental (solo)”.

Fortuna de prêmios

No ano passado, 18.143 professores da rede escolar atuaram em defesa dos interesses dos fabricantes de agrotóxicos. Depois de treinados, receberam vasto material “pedagógico” sobre os temas que foram abordados nas salas de aula durante o ano letivo. Tiveram liberdade para trabalhar os temas da forma que achassem mais conveniente. No final, as crianças zeraram redações que concorreram a prêmios. Se o aluno é premiado o professor também é. Em 1999 foi uma fatura de prêmios: 10 automóveis Pálio 0 Km, 90 televisões, 90 aparelhos de som, 45 microondas, 45 bicicletas, 10 computadores, 9 cursos de informática, e 9 CD Rom educativos.

Quem paga tudo isso? Conforme Patrícia Lupion Torres, (lha do deputado federal Abelardo Lupion, PFL-PR), funcionária do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural no estado do Paraná, (Senar/PR) e coordenadora do Programa Agrinho, o custo total do

programa é de R\$ 2,4 milhões. Metade do custo do Agrinho é nanciado pelas indústrias fabricantes de agrotóxicos: Bayer, Novartis, Dow AgroScience, Jacto, Milenia, Du Pont, Hokko, e pela entidade que reúne todas elas, a Associação Nacional de Defesa Vegetal, Andef.

A outra metade é dinheiro público, do Senar. Sem contar a rede pública de ensino, que é disponibilizada para o trabalho, e mais funcionários da Secretaria de Agricultura e da Secretaria do Meio Ambiente.

Um programa para as crianças do campo

O Agrinho surgiu em 1996 como um projeto piloto para tratar unicamente de agrotóxicos. Seu objetivo era claro: fazer com que as crianças se acostumassem com os venenos na lavoura, preparando-as para que no futuro se tornassem um mercado dócil e sem alternativas. Isto já dentro das escolas da rede pública, numa parceria do governo do Paraná com as indústrias de venenos. No ano seguinte, sempre com o apoio do governo do estado, a indústria de pesticidas cristalizou a farsa, ocultando suas intenções com a incorporação de novos temas de estudo: “educação ambiental” e “saúde”. Em 1998 o Agrinho -promotor de vendas de venenos – já “estava preocupado” até com as cáries das crianças.

O Agrinho hoje está de nitidamente incorporado ao currículo de crianças de 7 a 14 anos da rede pública do estado. Agrinho é um personagem, um garoto de 9 anos, que tem como companheira inseparável sua irmã, Aninha. Eles estão em histórias em quadrinhos, jogos e passatempos.

O Agrinho é ministrado juntamente com as matérias do cursos normal das escolas estaduais e municipais do Paraná. O Senar/PR, coordenador do programa, promove o treinamento dos professores, que recebem material específico. Cada aluno também recebe uma cartilha. Os professores assumem o compromisso de trabalhar 36 horas semanais os conteúdos, de forma transversal.

São promovidos dois concursos: um de redação, para as crianças, e um de experiência pedagógica (um relatório do professor sobre como trabalhou o material recebido). Se a criança é premiada o professor também é. Todo mundo se interessa porque os prêmios são ótimos. Em 1999, as crianças participaram com quase 9 mil redações.

**Anexo III - Notificação Recomendatória procedimento nº 1122/08 – MPT
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ**

NOTIFICAÇÃO RECOMENDATÓRIA nº

Procedimento nº 1122/08

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ – CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DAS PROMOTORIAS DE MEIO AMBIENTE** e o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO – PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA NONA REGIÃO**, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a Constituição Federal, que em seu artigo 1º, traça como princípios fundamentais da República Federativa do Brasil a CIDADANIA (inciso II) e a DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA (inciso III);

CONSIDERANDO que a Administração Pública deve se orientar pelos princípios insculpidos no artigo 37, caput, da CF/88, com especial enfoque para a presente hipótese aos princípios da legalidade e eficiência;

CONSIDERANDO que a Lei nº 9394/96, que institui a Política de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, diz em seu Art. 1º “A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”, do que se presume a responsabilidade do gestor público quando ao envolvimento de alunos da rede oficial de ensino em programas privados, ainda que intitulados como programas sociais.

CONSIDERANDO que a Lei nº 9394/96, em seu Art. 27, diz que “ Os conteúdos curriculares da educação básica observarão, ainda, as seguintes diretrizes: I - a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática”, não correspondendo a tal diretriz a realização de concursos ou gincanas estudantis cuja premiação é patrocinada por indústrias químicas e que comercializam agrotóxicos;

CONSIDERANDO que a Lei nº 9394/96, no Art. 32, dispõe que “ O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante: I - ...; II - a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade; e III - o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores”, se extraíndo, com toda a clareza, que disseminar a utilização de agrotóxicos, ainda que por mensagens subliminares (patrocinadoras de atividades estudantis, por exemplo) não se compatibiliza com os objetivos da formação básica a que se refere a Lei de Diretrizes e Bases da Educação;

CONSIDERANDO que a Lei nº 9795/99, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, a qual, em seu artigo 1º, prevê que a "educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade", sendo certo que envolver toda a comunidade escolar, pública ou privada, em concursos ou gincanas estudantis mediante o patrocínio das indústrias de agrotóxicos contraria frontalmente a disposição aqui referida.

CONSIDERANDO que a Lei nº 9795/99, ao disciplinar no Art. 3º que, "como parte do processo educativo mais amplo, todos têm direito à educação ambiental, incumbindo: I - ao Poder Público, nos termos dos arts. 205 e 225 da Constituição Federal, definir políticas públicas que incorporem a dimensão ambiental, promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e o engajamento da sociedade na conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente" e que não se pode pretender por observado o direito fundamental aqui relacionado protegido quando se permite a exposição de alunos, crianças e adolescentes, a propaganda de agrotóxicos, em especial quando se tratar de filhos de pequenos proprietários rurais, que no futuro se tornarão potenciais consumidores de agrotóxicos, contrariando o esforço coletivo que tem sido feito para reduzir a utilização de agrotóxicos em alimentos;

CONSIDERANDO que a Lei nº 9795/99, no Art. 5º, estabelecer que "São objetivos fundamentais da educação ambiental: I - o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos", do que se extrai que a propaganda de agrotóxicos, especialmente quando patrocinadora de prêmios cobiçados por educadores e alunos, transformando-se, assim, as indústrias de agrotóxicos em grandes benfeitoras aos olhos de toda a comunidade estudantil, com efeitos psicológicos quiçá permanentes, em patente contrariante aos objetivos da Política Nacional de Educação Ambiental.

CONSIDERANDO que a Lei nº 9795/99, também o Art. 5º, inciso IV, estabelecer como objetivo da PNEA "o incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania", o que obviamente não será alcançado se permitirmos que indústrias que degradam o meio ambiente e a saúde pública, como é o caso das indústrias de agrotóxicos, participem como patrocinadoras de atividades estudantis, e o que é mais grave, com a conivência do Estado;

CONSIDERANDO que a Lei nº 9795/99, no Art. 8º, estabelece que "As atividades vinculadas à Política Nacional de Educação Ambiental devem ser desenvolvidas na educação em geral e na educação escolar, por meio

das seguintes linhas de atuação inter-relacionadas: I - capacitação de recursos humanos; II - desenvolvimento de estudos, pesquisas e experimentações; III - produção e divulgação de material educativo; IV - acompanhamento e avaliação", atividades que são seriamente prejudicadas pela interferência, ainda que tangencial, das indústrias de agrotóxicos, em atividades estudantis e que inclusive premiam educadores com automóveis, realizando "sonho de consumo", em detrimento da educação; subvertendo valores e passando a ideia equivocada de que agrotóxico é bom, tão bom que premia educadores e alunos com bens de consumo inatingíveis de outra forma.

CONSIDERANDO que a Lei nº 9795/99, no Art. 9º, dispõe que "Entendese por educação ambiental na educação escolar a desenvolvida no âmbito dos currículos das instituições de ensino públicas e privadas, englobando: I - educação básica: a) educação infantil; b) ensino fundamental e c) ensino médio; II - educação superior; III - educação especial; IV - educação profissional; V - educação de jovens e adultos" e que o programa Agrinho não se coaduna com os objetivos e diretrizes da PNEA.

CONSIDERANDO que a Lei nº 9795/99, no Art. 13, dispõe que "Entendemse por educação ambiental não-formal as ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e à sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente", o que, em princípio, deveria ser a proposta do Agrinho, mas que ao permitir o patrocínio e a exposição dos nomes das indústrias de agrotóxicos na solenidade de premiação deita por terra o disposto no presente artigo. .

CONSIDERANDO que a Lei nº 9795/99, também no artigo 13, Parágrafo único, dispõe que "O Poder Público, em níveis federal, estadual e municipal, incentivará: I - a difusão, por intermédio dos meios de comunicação de massa, em espaços nobres, de programas e campanhas educativas, e de informações acerca de temas relacionados ao meio ambiente; II - a ampla participação da escola, da universidade e de organizações não-governamentais na formulação e execução de programas e atividades vinculadas à educação ambiental não-formal; III - a participação de empresas públicas e privadas no desenvolvimento de programas de educação ambiental em parceria com a escola, a universidade e as organizações não-governamentais; IV - a sensibilização da sociedade para a importância das unidades de conservação; V - a sensibilização ambiental das populações tradicionais ligadas às unidades de conservação; VI - a sensibilização ambiental dos agricultores; VII - o ecoturismo", sendo certo que o programa Agrinho ocupa um espaço relevante na comunidade escolar pública do Estado do Paraná, de sorte que o seu conteúdo, incluindo a solenidade de premiação e patrocinadores, não podem, de modo algum, permitir a assimilação do uso de agrotóxicos como algo favorável, aceitável e de que o seu uso deve ser incentivado, por mais subliminar que seja a mensagem.

CONSIDERANDO a CAMPANHA NACIONAL CONTRA O USO DE AGROTÓXICOS, cujo objetivo é fomentar o debate com a população sobre a falta de fiscalização, uso, consumo e venda de agrotóxicos, a contaminação dos solos e das águas e denunciar os impactos dos venenos na saúde dos trabalhadores, das comunidades rurais e dos consumidores nas cidades.

CONSIDERANDO que a agricultura químico-industrial, conduzida pelas indústrias patrocinadoras do Agrinho, aliado ao uso de agrotóxicos (não apenas o uso "indiscriminado", mas mesmo o uso seguindo as indicações dos fabricantes) provoca consequências drásticas sociais e ao meio ambiente, como contaminação de alimentos, poluição de rios, erosão de solos e desertificação, intoxicação e morte, extinção de várias espécies de animais.

CONSIDERANDO a existência de vários métodos de controle de pragas (culturais, físicos e biológicos), mas que a predominância é a utilização do método químico e que consiste na aplicação de agrotóxicos, contaminando o meio ambiente e impactando a saúde pública;

CONSIDERANDO que a principal patrocinadora do Programa Agrinho 2011 foi a DOW AGROSCIENCES, que produz e comercializa o temível 2,4D (conhecido como "agente laranja" e que devastou o Vietnã em 1960), produto altamente tóxico cujo uso se pretende banido do país (projeto de lei 713/99), utilizado em culturas de arroz, café, cana-de-açúcar, milho, soja e trigo, entre outras.

CONSIDERANDO o conflito aparente entre o interesse do grande empresário rural, representante do agronegócio, em relação às pequenas unidades de produção agrícola baseadas no trabalho familiar, cujos filhos estão nos bancos escolares do Estado e instados a participar do Programa Agrinho, patrocinado pelas indústrias de agrotóxicos.

CONSIDERANDO que a ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE estima que anualmente, 500 mil a 1 milhão de pessoas sofrem contaminações graves por agrotóxicos, das quais de 5 a 10 mil casos fatais. Somente no Paraná, entre 1982 e 1990, mais de nove mil pessoas foram contaminadas por agrotóxicos, determinando a morte de 546 delas.

CONSIDERANDO que a interpretação do ordenamento jurídico aponta para a conclusão de que não é possível a convivência concomitante de programas estudantis, conveniados ou não com as Secretarias de Educação, permitam a interposição, ainda que velada, de indústrias de agrotóxicos, cujos efeitos da utilização deste já são reconhecidos pela ciência médica e irrefutáveis, o que torna incompatível a continuidade do Programa Agrinho mediante o patrocínio de tais indústrias, em prejuízo grave e irreparável às presentes e futuras gerações.

CONSIDERANDO que a função do Ministério Público é a defesa do ordenamento jurídico e, na hipótese, o bem jurídico maior a ser protegido, ademais de indisponível, é a saúde e a educação, ambas

seriamente ameaçadas pela presença inoportuna das indústrias de agrotóxicos em premiação de concursos ou gincanas estudantis.

CONSIDERANDO que as normas aqui referenciadas são cogentes e indisponíveis, de sorte que pouco importa a anuência da direção escolar ou dos próprios alunos, pois a longo prazo não está afastada a possibilidade de sérios danos à saúde e riscos ao meio ambiente.

RECOMENDA ao Conselho Estadual da Educação a adoção de medidas imediatas (como aprovação de Resoluções, por exemplo) que impeçam a participação das escolas, professores e alunos das redes públicas ou privadas de ensino, municipais e estaduais, no Programa Agrinho, desenvolvido pela FAEP - Federação da Agricultura no Estado do Paraná em parceria com tais entidades de ensino, quando e sempre que patrocinado pelas indústrias químicas e de agrotóxicos, tendo em vista a propaganda direta ou subliminar que o patrocínio incute nos alunos e integrantes da comunidade escolar, pois a EDUCAÇÃO DEVE MANTER COMPROMISSO PERMANENTE COM A QUALIDADE DO AMBIENTE E A VIDA DO PLANETA.

Recomenda-se, ainda, que o conteúdo pedagógico desenvolvido nas escolas adotem de modo permanente temas relativos aos riscos do uso e consumo de agrotóxicos. E, por fim, deverá ser **expedida resolução** no sentido de exigir que a alimentação fornecida e oferecida na rede de ensino (municipal e estadual, pública e privada) seja orgânica/agroecológica e proveniente da agricultura familiar.

Curitiba, 22 de abril de 2014.

Margaret Matos de Carvalho

Procuradora Regional do Trabalho

Sérgio Cordoni

Promotor de Justiça

Ao

Conselho Estadual da Educação
Sr. Oscar Alves
Avenida Sete de Setembro, 5582
Batel - Curitiba/PR
CEP 80240-001

Anexo IV – Carta pelo fim do Programa Agrinho nas Escolas Públicas do Paraná

Carta pelo fim do Programa Agrinho nas Escolas Públicas do Paraná

Nós, educadoras e educadores das áreas de Reforma Agrária do Paraná e de diferentes entidades que integram a Articulação Paranaense por uma Educação do Campo, reunidos em aproximadamente 600 educadores, no Município de Cascavel, entre os dias 2 e 4 de setembro de 2015, realizamos nosso 7º Encontro Estadual, no qual estudamos e examinamos os desafios da educação na atualidade, em especial nas áreas em que atuamos.

Neste processo, de estudo coletivo, verificamos consequências geradas pela ofensiva do agronegócio no campo brasileiro, que embasado na produção de monocultivos em grandes propriedades, prioriza a produção de mercadorias para exportação, visando apenas o lucro de latifundiários e multinacionais, em prejuízo à natureza, à biodiversidade, à dignidade e à vida humana.

Uma das consequências desse modelo de campo e de agricultura, é o fechamento de escolas no campo. Somente no Estado do Paraná, nos últimos 7 anos, foram fechadas mais de 450 escolas¹⁶⁸, fator que dificulta e precariza o acesso ao direito fundamental de educação escolar. Enquanto isso, poucas escolas foram criadas e construídas, isso demonstra a negligência do poder público com a garantia do direito à educação aos povos que resistem, vivem e trabalham no campo.

Outro grave dano, constatado pelo modelo agrícola do agronegócio, é o uso indiscriminado de agrotóxicos, na produção de alimentos, no Brasil. Nos últimos anos, o consumo de agrotóxicos teve um aumento sem precedentes. Estamos sendo envenenados diariamente, ao nos alimentarmos, pois, em média, cada brasileiro consome 5,2 litros de agrotóxicos (veneno) por ano. Na região Oeste do Paraná, este índice sobe para 12 litros ao ano, por habitante¹⁶⁹. Não é por acaso que o Brasil se tornou o campeão mundial em uso de agrotóxicos, gerando bilhões de dólares em lucro, para as multinacionais produtoras destes venenos.

É cientificamente constatado os nocivos efeitos à saúde e ao meio ambiente, causados pelos produtos transgênicos e os agrotóxicos. Estudos do Instituto Nacional de Câncer – INCA apontam a relação entre o consumo de agrotóxicos e o aumento dos casos de câncer e de outras doenças. Segundo dados da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA (2013), 64% dos alimentos estão contaminados por agrotóxicos, o que tem resultado uma média de intoxicação, no Estado do Paraná, de 7 pessoas a cada 100 mil habitantes, sendo no Oeste do Paraná 53,5 casos de intoxicação a cada 100 mil habitantes. No período de 2001 a 2010, os agrotóxicos e as intoxicações foram responsáveis por 6.616 mortes no Brasil¹⁷⁰.

Em congruência com este mortífero projeto do agronegócio, no Estado do Paraná, as escolas públicas estão sendo vítimas de projetos empresariais do patronato rural, sendo a principal expressão, o denominado Programa Agrinho, orquestrado pelo Sistema da Federação da Agricultura no Estado do Paraná – FAEP e o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR. O Programa Agrinho, travestido de um programa de educação ambiental, por meio de

¹⁶⁸ (fonte: cgpec/secadi/mec).

¹⁶⁹ (fonte: GT agrotóxicos/ 10ª regional de saúde).

¹⁷⁰ (Fonte: SINITOX, FIOCRUZ e MINISTERIO DA SAÚDE).

sua contagiante ilustração, tem promovido processos massivos de formação a-crítica das crianças, jovens e professores, com intuito de promover a valorização do agronegócio, naturalizar os hediondos danos ocasionados à sociedade por este modelo agrícola, mistificando a possibilidade do uso racional de agrotóxicos, em harmonia com o meio ambiente e com a vida humana.

A entrada do Programa Agrinho na escola pública, subtrai a cada dia, o caráter da educação pública de qualidade social e comprometida com o conhecimento científico, com a vida humana e do planeta, que nossa Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96, anuncia. Os conteúdos de suas cartilhas ganham centralidade no processo pedagógico e promovem o esvaziamento da escola de conhecimento científico, artístico e filosófico, submetendo o trabalho do professor aos interesses do empresariado do agronegócio, tendo como objetivo crucial a promoção e difusão do padrão destrutivo do agronegócio em detrimento da preservação da natureza, da biodiversidade, do modo de vida e cultura camponesa.

Desta forma, nós educadores e educadoras, no dia 04 de setembro de 2015, em continuidade às lutas desenvolvidas pela Articulação Paranaense por Uma Educação do Campo, realizamos um ato¹⁷¹ político em frente ao Núcleo Regional de Educação de Cascavel, em repúdio à submissão das escolas aos interesses dos empresários do agronegócio e pelo fim da manipulação desencadeada pelo do Programa Agrinho.

Em assiduidade aos processos de luta contra este malefício à educação e à sociedade, recorremos ao Ministério Público do Estado do Paraná e ao Conselho Estadual de Educação – CEE para retomarem os processos iniciados pelo Ministério Público, em abril de 2014, pelo procedimento Nº 1122/08, o qual recomendou ao CEE a criação de medidas que impedissem a submissão dos professores e alunos aos programas desenvolvidos pelo patronato rural representado pela FAEP.

Conclamamos a necessidade de uma determinação legal que garanta o fim do Programa Agrinho, por não atender às necessidades das escolas do campo, por não respeitar o caráter da educação pública, a biodiversidade, a vida e promover, paulatinamente, a morte do campo e da cidade.

Lutamos por uma educação do campo e pela produção de alimentos saudáveis, e convidamos todos os trabalhadores a apoiar e participar desta luta contra a mercantilização da educação e em defesa da educação pública e da vida.

Cascavel, 14 de setembro de 2015.

¹⁷¹ Para ver vídeo do ato acessar: <https://www.youtube.com/watch?v=WwTcacw0ih8>

Anexo V – Parecer CME nº 12/2019 e Deliberação CME nº 1/2019 – Banimento Agrinho em Cascavel - PR

PARECER CME Nº 12, de 09 de abril de 2019	
Interessado: Sistema Municipal de Ensino de Cascavel	
Município: Cascavel/PR	
Assunto: Programa Agrinho	
Relatores: Cláudia Pagnoncelli Débora Jurkévicz da Silva Juliana Ferrarin Lauren Pons da Silva Possobon	Aprovado em sessão na Câmara de Legislação e Normas: 27/03/2019

A Câmara de Legislação e Normas recebeu da Conselheira Presidente a incumbência de elaborar uma proposição de Deliberação em relação ao Programa Agrinho, de acordo com as especificações da Recomendação Administrativa emitida pelo Ministério Público do Estado do Paraná, por meio do Ofício nº 1137/2018 – lu, quanto a distribuição em escolas tanto para professores, quanto para alunos do Programa Agrinho, a participação das escolas, professores e alunos das redes públicas ou privadas de ensino, e municipais no Programa Agrinho, desenvolvido pela FAEP-Federação da Agricultura no Estado do Paraná e observância cautelosa da Notificação Recomendatória nº 1122/2008-MPPR.

Nesta proposição, a Câmara de Legislação e Normas, com base no que preconiza o inciso V, do artigo 33 da Lei nº 5.694/2010 e,

Considerando a Constituição Federal de 1988, no inciso VI do § 1 do artigo 255 que determina que o Poder Público deve “promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente”, pois “todos tem o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”;

Considerando que a Lei nº 9.394/96, que institui as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, dispõe em seu artigo 1º que “a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais” do que se presume a responsabilidade do gestor público quanto a distribuição de quaisquer materiais aos alunos da rede oficial de ensino;

Considerando que a Lei nº 9.795/99, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, a qual em seu artigo 1º, entende por “educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade”;

Considerando a Resolução nº 2/2012, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação ambiental, que em seu artigo 5º traz que “A educação ambiental não é atividade neutra, pois envolve valores, interesses, visões de mundo e, desse modo, deve assumir na prática educativa, de forma articulada e interdependente, as suas dimensões política e pedagógica”;

Considerando que o Parecer CME nº 001/2017, aponta que “não há necessidade de a Secretaria Municipal de Educação de Cascavel aderir ao Programa Agrinho”, pois o mesmo não coaduna com os pressupostos e objetivos da rede municipal de ensino;

Considerando que o Currículo para Rede Pública Municipal de Ensino de Cascavel, especificamente na disciplina de Ciências, contempla em um dos eixos orientadores, questões sobre o meio ambiente, saúde e trabalho;

Considerando atividades que são seriamente prejudicadas pela interferência, ainda que tangencial, das indústrias de agrotóxicos, em atividades estudantis, subvertendo valores e passando a ideia equivocada de que o agrotóxico é bom;

Considerando que o Programa Agrinho não coaduna com os objetivos e diretrizes do Plano Nacional de Educação Ambiental, Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental e com o Currículo para Rede Pública Municipal de Ensino de Cascavel;

Considerando que o Programa Agrinho, ao permitir o patrocínio e a exposição dos nomes das indústrias de agrotóxicos, subliminarmente incentiva o uso de agrotóxicos, além de considerá-lo como algo favorável e aceitável;

Considerando que a agricultura químico-industrial, conduzida pelas indústrias patrocinadoras do Programa Agrinho, aliado ao uso de agrotóxicos, provoca consequências drásticas sociais e ao meio ambiente, como contaminação de alimentos, poluição de rio, erosão de solos e desertificação, intoxicação e morte, extinção de várias espécies de animais;

Considerando a existência de vários métodos de controle de pragas, mas que a predominância é a utilização do método químico e que consiste na aplicação de agrotóxicos, contaminando o meio ambiente e impactando a saúde pública;

Considerando o conflito aparente entre o interesse do grande empresário rural, representante do agronegócio em relação as pequenas unidades de produção agrícola baseadas no trabalho familiar, cujos filhos estão nos bancos escolares do município e instados a participar do Programa Agrinho, patrocinado pelas indústrias de agrotóxicos;

Considerando o Relatório Nacional de Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos, do ano de 2018, que apresentou dados que confirmam um aumento de 149,14% na comercialização de agrotóxicos no Brasil nos últimos anos;

Considerando que o Estado do Paraná notificou entre os anos de 2007 a 2015, 12.988 casos de intoxicação por agrotóxicos, período este em que o Programa Agrinho tinha livre acesso as escolas;

Considerando que o Município de Cascavel é citado neste relatório como um dos municípios com maior incidência de notificação de intoxicação por agrotóxicos (0,28/1000);

Considerando que, mesmo que velada, haja propaganda de indústrias de agrotóxicos, cujos efeitos da utilização já são conhecidos pelas ciências médicas, que provocam prejuízo grave e irreparável às presentes e futuras gerações;

Considerando a necessidade de preservar a vida, e com a naturalização do uso de agrotóxico fica impossibilitado um trabalho com vistas a preservação e qualidade do ambiente e da vida do planeta;

O Conselho Municipal de Educação de Cascavel, emite a Deliberação CME nº 01/2019, que deve ser acompanhada por este Parecer.

HISTÓRICO

No ano de 2015, na reunião do dia 24 de setembro foi incluído em pauta o ofício nº 29/2015, encaminhado pelo vereador Paulo Porto, que solicitou posicionamento do Conselho Municipal de Educação quanto ao Material do Programa Agrinho encaminhado pela Secretaria Municipal de Educação de Cascavel às escolas municipais. Nesta data foi instituída uma comissão especial para analisar o material do referido programa.

Na reunião do dia 20 de outubro de 2015 essa comissão, formada pelos conselheiros Airton Bonet, Marilei dos Santos Teixeira e Claudia Pagnoncelli, apresentou um Parecer sobre o assunto que foi aprovado pelo plenário. Nesta mesma data foi decidido pela elaboração de uma deliberação proibindo o Programa Agrinho nas escolas que compõem o Sistema Municipal de Ensino de Cascavel.

No dia 17 de novembro de 2015 foi encaminhado à Câmara de Legislação e Normas, o processo nº 022/2015, solicitando a elaboração de uma normatização complementar proibindo a utilização do material do Programa Agrinho nas escolas privadas e públicas que compõem o Sistema Municipal de Ensino de Cascavel.

Na reunião do dia 15 de março de 2016 foi apresentado ao plenário o ofício nº 056/2016 do SENAR, onde o superintendente do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural solicitou reunião com o Conselho Municipal de Educação de Cascavel e, foi definido que este colegiado os ouviria no dia 19 de abril às 9h e, deliberado por não autorizar o uso do material, assim como enviar as unidades escolares um ofício alertando quanto a utilização desse material.

No dia 19 de abril de 2016 se fizeram presente a reunião plenária do Conselho Municipal de Educação de Cascavel o supervisor regional senhor Francisco Pelição de Oliveira, o diretor e secretário do sindicato rural de Cascavel senhor Paulo Cesar Vallini, o superintendente do SENAR senhor Humberto Malucelli Neto, o engenheiro agrônomo e assessor técnico senhor Cleverson V. Andriolli e a assessora pedagógica senhora Patrícia Lupion Torres, que explanaram sobre o Programa Agrinho. Após apresentação, pelo grupo ora citado, a Câmara de Legislação e Normas apresentou ao Conselho Pleno a proposição de um Parecer que indica a proibição da utilização do material do Programa Agrinho nas escolas.

Em 14 de junho de 2016 a presidente, incumbida previamente da tarefa de verificar junto ao professor Dr Genuino Bordignon e com o promotor Dr. Luciano Machado do Souza sobre a elaboração de deliberação proibitiva do material do Programa Agrinho, pontuou que sob o ponto de vista desses dois profissionais, não havia necessidade da elaboração, naquele momento, de uma deliberação, mas de um documento de orientação quanto a utilização do material do Programa Agrinho. A plenária a partir dessas considerações anuiu por realizar uma orientação proibindo a utilização desse material, bem como a elaboração de uma deliberação que oriente quanto a utilização indevida de materiais, concursos, programas e afins e que divergem do currículo de Cascavel.

No dia 29 de setembro de 2016 a Câmara de Legislação e Normas apresentou a proposta de Parecer ao plenário para apreciação e apontamentos, que retornou a Câmara para a finalização do mesmo.

Na reunião do dia 07 de março de 2017 foi apresentado e aprovado por unanimidade o Parecer CME nº 001/2017, sobre utilização do Programa Agrinho pelas escolas da Rede Pública Municipal de Ensino de Cascavel.

No dia 28 de março de 2017 foi aprovado em plenário a deliberação CME nº 001/2017 e Parecer CME nº 011/2017 que trata da celebração de parcerias, convênios e outros entre o Poder Público Municipal de Cascavel e as instâncias governamentais ou do setor privado ou de Organização da Sociedade Civil.

Em 18 de fevereiro de 2019 o Conselho Municipal de Educação de Cascavel recebeu da Secretaria Municipal de Educação de Cascavel o ofício nº 132/2019 solicitando deste colegiado a elaboração de uma Deliberação sobre o Programa Agrinho em consideração a Recomendação Administrativa 1122/2008 exarada pelo Ministério Público do Estado do Paraná.

MÉRITO

Após estudo e análise dos documentos desta matéria, considera-se necessário destacar que a educação escolar ofertada na Rede Pública Municipal de Ensino de Cascavel fundamenta-se nos princípios legais da Constituição

Federal de 1988, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 e nos pressupostos pedagógicos do Currículo para Rede Pública Municipal de Ensino de Cascavel de 2008, que defende o trabalho educativo na perspectiva do desenvolvimento humano integral, da emancipação humana e, para isso, propõe um ensino a partir do conhecimento científico, artístico e filosófico em todas as disciplinas escolares.

Como observado no item “histórico” esta matéria foi, por este Conselho amplamente discutida, inclusive ouvindo as partes interessadas em que o município aderisse ao Programa. O resultado dessa discussão foi de que, o Programa Agrinho não atende aos objetivos propostos pelo Currículo de Cascavel e, subliminarmente incentiva, além da produção em larga escala e da transgenia, o uso de agrotóxico, que compromete a saúde tanto das pessoas como do meio ambiente.

Considerando a amplitude das discussões já realizadas por este colegiado, neste Parecer, ressaltaremos o que a Rede Pública Municipal de Ensino de Cascavel já realiza, desde a década de 1990, cumprindo, portanto, com a legislação vigente.

A partir do ano de 1990, no Estado do Paraná, a rede pública de ensino passou a contar com um documento norteador de sua atividade educativa, o Currículo Básico para Escola Pública do Paraná. Este contemplava as proposições, fundamentos e conteúdos de alfabetização, língua portuguesa, matemática, história, geografia, ciências, educação artística, educação física, língua estrangeira moderna e organização social e política do Brasil, para as turmas de pré-escola, 1ª a 8ª série.

A disciplina de ciências apresentava os conteúdos a partir de três eixos orientadores, sendo um deles, saúde-melhoria da qualidade de vida. Aos alunos da pré-escola, e da 1ª a 4ª série, era proporcionado o ensino de conteúdos sobre os principais agentes e implicações da poluição e contaminação do solo, da água e do ar, uso de herbicidas e inseticidas, uso de agrotóxicos, condições de trabalho: ambiente físico, normas de segurança, condições de uso de instrumentos de trabalho, equipamentos de proteção, entre outros. O objetivo com tais conteúdos era “oportunizar uma leitura mais clara do dinamismo dos vários elementos dos sistemas: físicos, químicos e biológicos, tendo como polo orientador a ação transformadora do homem que interfere na natureza” (PARANÁ, 1990, p. 127).

Essa breve retomada a um documento superado, é devido a necessidade de deixar ainda mais explícito que a escola pública tem, a muito tempo, se preocupado e trabalhado com as questões ambientais, muito antes de determinados grupos proporem programas e ações isoladas, que comprometem a visão de totalidade dos alunos. O que difere, portanto são os objetivos, pois a escola objetiva instrumentalizar o aluno, com base em conceitos científicos, para que a partir da compreensão e domínio desse conhecimento, possa agir sobre o meio de forma consciente, considerando o coletivo.

No início dos anos 2000, motivados pela legislação que alterou o ensino fundamental de oito para nove anos e com a municipalização dos anos iniciais, no Estado do Paraná, municípios elaboraram seus próprios currículos. A Rede Municipal de Ensino de Cascavel iniciou esse trilhar no ano de 2004 que culminou, no ano de 2008, no Currículo para Rede Pública Municipal de Ensino de Cascavel.

Isto posto, nos ateremos a discutir os motivos quanto a não necessidade do poder público municipal de Cascavel realizar convênio, parceria ou afins com grupos que divergem dos propósitos expostos no currículo, principalmente em relação ao material do Programa Agrinho.

A disciplina de ciências, no Currículo de Cascavel, apresenta como objetivo principal o estudo dos Ecossistemas-biosfera: relações de interdependência entre os fatores abióticos e bióticos. Os conteúdos trabalhados nessa disciplina partem do pressuposto que os homens ao transformarem a natureza, se transformam produzindo conhecimento e, nesse movimento compreendem a realidade.

É mister que a escola pública tem a função primordial de divulgar, transmitir e socializar intencional, planejada e deliberadamente os saberes escolares científicos, artísticos, filosóficos e éticos, pois somente a partir da compreensão e domínio desses os alunos terão a possibilidade de se humanizarem.

Ressaltamos que o Currículo de Cascavel traz o compromisso com uma educação de qualidade, por isso o Conselho Municipal de Educação de Cascavel faz a defesa do mesmo e vem reafirmando insistentemente que o proposto no Currículo para Rede Pública Municipal de Ensino de Cascavel deve ser o norte para o trabalho efetivo em sala de aula e que, os encaminhamentos para alcançar os objetivos sejam fundamentados na concepção presente no documento.

Reafirmamos que é de nossa compreensão que a escola pública é alvo de muitas empresas e órgãos, que a buscam no intuito de promoverem suas ações sociais, como é o caso do Programa Agrinho.

Para contextualizar, o Agrinho é um programa de responsabilidade social, do Sistema FAEP/SENAR e sindicatos rurais, que busca firmar parcerias com prefeituras desde o ano de 1995. Sua proposta pedagógica tem base nas premissas e princípios fundados na perspectiva da interdisciplinaridade propostas pelos Parâmetros Curriculares Nacionais, logo diverge substancialmente das proposições do Currículo de Cascavel.

Este programa se constitui claramente em expressão ideológica que apresenta o agronegócio como o melhor e mais benéfico modelo de desenvolvimento e, deve ser defendido e aceito por todos, contudo devemos considerar e ensinar que existem modelos ecológicos de controle e manejo de pragas que atendem as necessidades e disposições legais, e que não são tão prejudiciais a vida humana.

A análise exposta se fez necessária para explicitar os motivos que fazem da Rede Pública Municipal de Ensino de Cascavel ser criteriosa quando se trata da educação, bem como em assumir materiais, projetos e programas que não coadunam com a concepção de ensino expressa no Currículo de Cascavel.

Diante do exposto, reafirma-se que este Conselho determina que as unidades escolares que compõem o Sistema Municipal de Ensino de Cascavel cumpram com o disposto na Deliberação CME nº 01/2019 e que o trabalho realizado seja objetivando o desenvolvimento humano em sua essência.

É o Parecer

Cascavel, 27 de março de 2019

CONCLUSÃO DO PLENÁRIO

O Plenário do Conselho Municipal de Educação de Cascavel, acompanha a decisão da Câmara de Legislação e Normas e aprova este Parecer por unanimidade de votos dos Conselheiros Presentes.

Cascavel, 09 de abril de 2019


Claudia Pagnoncelli
Conselheira Presidente CME/Cascavel
Decreto Municipal Nº 13.570/2017

Anexo VI - Deliberação CME nº 01/2019 – Banimento Agrinho em Cascavel-PR

DELIBERAÇÃO CME Nº 01, de 09 de abril de 2019	
Interessado: Sistema Municipal de Ensino de Cascavel	
Município: Cascavel/PR	
Assunto: Programa Agrinho	
Relatores: Cláudia Pagnoncelli Débora Jurkévicz da Silva Juliana Ferrarin Lauren Pons da Silva Possobon	Aprovado em sessão na Câmara de Legislação e Normas: 27/03/2019

O Conselho Municipal de Educação de Cascavel, no Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e competências, instituídas pela Lei Municipal nº 5.694/2010 e pelo disposto no Decreto Municipal nº 10.020/2011, com base na “RECOMENDAÇÃO ADMINISTRATIVA” emitida pelo Ministério Público do Estado do Paraná, por meio do Ofício nº 1137/2018 – lu, quanto a distribuição em escolas tanto para professores, quanto para alunos do Programa Agrinho, a participação das escolas, professores e alunos das redes públicas ou privadas de ensino e municipais no Programa Agrinho, desenvolvido pela FAEP-Federação da Agricultura no Estado do Paraná e observância cautelosa da Notificação Recomendatória nº 1122/2008-MPP.

Delibera:

Art. 1º. Fica impedido, às instituições pertencentes ao Sistema Municipal de Ensino de Cascavel de receber, distribuir, divulgar e/ou utilizar qualquer material pertencente ao Programa Agrinho, desenvolvido pela FAEP-Federação da Agricultura no Estado do Paraná.

Parágrafo Único: O impedimento apreçoado no *caput* deste artigo estende-se a todo e qualquer material, programa ou similar que faça alusão ao conteúdo disposto no material do Programa Agrinho.

Art. 2º. Fica coibido a distribuição tanto para professores como para alunos de qualquer material do Programa Agrinho.

Art. 3º. Fica impedido a participação de professores, alunos e/ou unidades escolares do Sistema Municipal de Ensino de Cascavel, de participar de quaisquer atividades e/ou concursos promovidas pelo Programa Agrinho.

Art. 4º. Fica proibido a adesão a qualquer material, programa, proposta pedagógica ou similar ao proposto pelo Programa Agrinho independente do proponente ser público ou privado.

Art. 5º. As unidades escolares pertencentes ao Sistema Municipal de Ensino de Cascavel devem atender ao disposto nesta Deliberação bem como no Parecer CME nº 12/2019.

Art. 6º Os casos omissos nesta Deliberação serão decididos em comum acordo entre Conselho Municipal de Educação de Cascavel e Secretaria Municipal de Educação de Cascavel, no que lhes couber.

Art. 7º Esta Deliberação e seu Parecer entram em vigor a partir da data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

VOTO DOS RELATORES

Os relatores propõem a aprovação desta Deliberação e solicitam que após sua aprovação a mesma seja homologada pela Secretaria Municipal de Educação que deverá dar conhecimento a todas as Instituições de Ensino do Sistema Municipal de Ensino de Cascavel.

CONCLUSÃO DO PLENÁRIO

O Plenário do Conselho Municipal de Educação de Cascavel, acompanha a decisão da Câmara de Legislação e Normas e aprova este Parecer por unanimidade de votos dos Conselheiros Presentes.

Cascavel, 09 de abril de 2019


 Cláudia Pagnoncelli
 Conselheira Presidente CME/Cascavel
 Decreto Municipal Nº 13.570/2017